



**UFMG**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE ASPECTOS PRODUTIVOS E DO TRABALHO  
NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE CRISE: COMPARAÇÃO  
ENTRE BRASIL, ESPANHA E MOÇAMBIQUE**

André de Souza Pena

Belo Horizonte  
2015

ANDRÉ DE SOUZA PENA

**REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE ASPECTOS PRODUTIVOS E DO TRABALHO  
NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE CRISE: COMPARAÇÃO  
ENTRE BRASIL, ESPANHA E MOÇAMBIQUE**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientadora: Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari  
Coorientador: Dr. Manuel Valente Mangué

Belo Horizonte  
2015

Pena, André de Souza.

P397r Reflexões críticas sobre aspectos produtivos e do trabalho na biblioteca universitária em tempos de crise [manuscrito] : comparação entre Brasil, Espanha e Moçambique / André de Souza Pena. – 2015. 269 f., enc., il.

Orientadora: Helena Maria Tarchi Crivellari.

Coorientador: Manuel Valente Manguê.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 228-259.

Apêndices: f. 260-268.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Biblioteconomia – Teses. 3. Bibliotecas universitárias – Teses. 4. Bibliotecários – Mercado de trabalho – Teses. 5. Capitalismo – Teses. 6. Crise econômica – Teses. I. Título. II. Crivellari, Helena Maria Tarchi. III. Manguê, Manuel Valente. IV. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 027.7



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

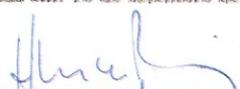
"REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE ASPECTOS PRODUTIVOS E DO TRABALHO NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE CRISE: COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL, ESPANHA E MOÇAMBIQUE"

André de Souza Pena

Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "doutor em Ciência da Informação", linha de pesquisa "Informação, Cultura e Sociedade".

Tese aprovada em: 18 de setembro de 2015.

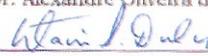
Por:

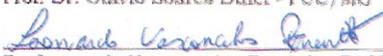
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari - ECI/UFMG (Orientadora)

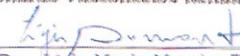
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Manuel Valente Mangue - Universidade Eduardo Mondlane (Co-orientador)

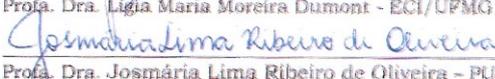
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Antonio Moreira González - Universidad Carlos III de Madrid

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Alexandre Oliveira de Meira Gusmão - UFMT

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Otávio Soares Dulci - PUC/MG

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Leonardo Vasconcelos Renault - FACE/UFMG

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Lígia Maria Moreira Dumont - ECI/UFMG

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Josphária Lima Ribeiro de Oliveira - PUC/MG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Beatriz Valadares Cendón  
Coordenadora

Versão final Aprovada por

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari  
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE TESE DE **ANDRÉ DE SOUZA PENA**, matrícula: 2011710809

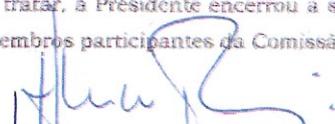
Às 14:00 horas do dia 18 de setembro de 2015, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 04/09/2015, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Reflexões críticas sobre aspectos produtivos e do trabalho na biblioteca universitária em tempos de crise: comparação entre Brasil, Espanha e Moçambique**, requisito final para obtenção do Grau de DOUTOR em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari - Orientadora	APROVADO
Prof. Dr. Manuel Valente Mangue - Co-orientador	APROVADO
Prof. Dr. José Antonio Moreira González (por videoconferência)	APROVADO
Prof. Dr. Alexandre Oliveira de Meira Gusmão	APROVADO
Prof. Dr. Otávio Soares Dulci	APROVADO
Dr. Leonardo Vasconcelos Renault	APROVADO
Profa. Dra. Lígia Maria Moreira Dumont	APROVADO
Profa. Dra. Josmária Lima Ribeiro de Oliveira	APROVADO

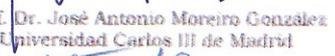
Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2015

  
Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari  
ECI/UFMG

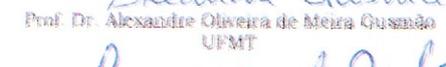
  
Prof. Dr. José Antonio Moreira González  
Universidad Carlos III de Madrid

  
Prof. Dr. Otávio Soares Dulci  
PUC/MG

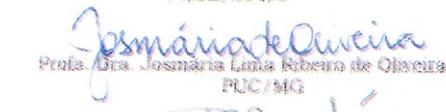
  
Profa. Dra. Lígia Maria Moreira Dumont  
ECI/UFMG

  
Prof. Dr. Manuel Valente Mangue (Co-orientador)  
Universidade Eduardo Mondlane

  
Prof. Dr. Alexandre Oliveira de Meira Gusmão  
UFMT

  
Dr. Leonardo Vasconcelos Renault  
FACE/UFMG

  
Profa. Dra. Josmária Lima Ribeiro de Oliveira  
PUC/MG

  
Profa. Beatriz Valadarez Condón  
Coordenadora do Programa Pós-Graduação  
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

Ao povo brasileiro, espanhol e moçambicano

## AGRADECIMENTOS

Ao apoio, incentivo, generosidade e paciência da minha orientadora Professora Helena Maria Tarchi Crivellari e do meu coorientador Professor Manuel Valente Manguê, ambos foram essenciais para a execução deste trabalho.

Ao Professor José Antonio Moreira González pelo inestimável auxílio e gentileza na orientação do meu período de doutorado sanduíche, na *Universidad Carlos III de Madrid*.

Aos demais professores e funcionários da ECI/UFMG.

Agradecimento à CAPES, que através da Universidade Federal de Mato Grosso e da Universidade Federal de Minas Gerais concedeu-me a oportunidade de realizar um sonho. Espero estar à altura de retribuir à sociedade tamanha distinção.

Agradeço, enfim, aos familiares, em especial minha esposa, mãe, pai, irmã, sobrinhos, cunhado e todos os amigos e entrevistados que tanto contribuíram para o êxito desta tese.

Essa característica indelével da civilização industrial que é a aceleração do tempo histórico de tal forma se acentuou neste [início] de século que só os “especialistas” não veem que temos uma visão flagrantemente inadequada da realidade em que estamos imersos. A criação de conhecimento especializado assumiu a forma de um processo industrial, crescendo o seu produto de forma exponencial, e a transformação desse conhecimento em ingredientes da luta pelo poder em suas variadas formas avança com igual rapidez. O impacto de um desmesurado fluxo de informações nos sistemas de decisões e a fortiori no tempo histórico é algo que sequer podemos apreciar.

## RESUMO

A Universidade sempre foi desafiada a atender aos anseios sociais do seu tempo. A tese baseada em método de comparação internacional entre Brasil, Espanha e Moçambique valeu-se de entrevistas e fontes secundárias de informação para avaliar, nestas regiões, o papel das bibliotecas universitárias diante da crise internacional iniciada em 2008. São países que vivem um momento político e econômico crítico – cada qual com suas peculiaridades. A Espanha apresenta altas taxas de desemprego como consequência da crise; o Brasil, mesmo diante de uma das piores crises do capitalismo, tem conseguido contorná-la, embora seja gritante a desigualdade entre as classes sociais, repercutindo na emergência de um plano de forte expansão e popularização do ensino universitário como possibilidade de redução, em longo prazo, da situação de desigualdade; Moçambique luta por uma inserção virtuosa na economia internacional buscando expandir sua indústria e, para isso, faz crescer sua universidade e produção científica e mesmo com alto índice de pobreza tem conseguido enfrentar a crise. A tese analisou e comparou as políticas nacionais a partir do processo de trabalho de bibliotecas universitárias – uma em cada país - procurando problematizar os seguintes aspectos: papel social e político da universidade pública para a saída das crises; papel da biblioteca universitária, nesta situação específica e, finalmente, a existência de fomento às iniciativas nacionais e/ou regionais de políticas de mercado de trabalho do bibliotecário, leitura, suporte de informação e acesso livre. Embora pare uma ameaça ideológica sobre a profissão de bibliotecário observou-se certa estabilidade de seu mercado de trabalho durante a crise, principalmente no Brasil, comparativamente aos outros dois países analisados nesta tese. Verificou-se também a função essencial do livro e da biblioteca para a transmissão da cultura, bem como a permanência do papel como principal suporte de informação da biblioteca universitária. Constatou-se ainda que os equipamentos eletrônicos produzem mais resíduo com riscos para o meio ambiente e tóxicos para a saúde humana, além de uma maior obsolescência comparativamente ao livro. Observou-se, entre outras questões, a existência de conflito de interesses na dimensão do acesso livre, bem como o poder dos periódicos pagos oriundos, sobretudo, dos países anglo-saxônicos. Conclui-se pela retomada de um humanismo em que o trabalho reassuma seu valor de uso e, com isso, espera-se que os bibliotecários sejam técnicos, artífices e críticos para auxiliarem na transformação social pela cultura contribuindo na superação das crises advindas do novo espírito do capitalismo.

**Palavras-chave:** Biblioteca Universitária. Biblioteconomia. Capitalismo. Crises. Estudo comparado.

## ABSTRACT

The Academy has always been challenged to have an answer to its contemporary social cravings. This thesis is based on a comparative approach between Brazil, Spain and Mozambique and draws on interviews and secondary information sources to calculate in those regions the role of academic libraries in face of the international crisis, which began in 2008. These countries are going through a critical political and economic moment – each one with its particularities. Spain has shown high unemployment rate as a consequence of the crisis. Brazil, even in face of one of the worst crisis in the capitalism, has found a way to get around it, despite its huge and evident social inequality, which intensely calls for the need of a plan on a great expansion and popularization of the university education, as a possibility to minimize, in a long term, this scene. Mozambique has been struggling for a virtuous insertion in the international economy, as it tries to expand its industry, and, as doing so, contributes to the university education and scientific production growth and, even with high levels of poverty, provides a way to face the crisis. This thesis has analyzed and compared governmental policies based on the work process in academic libraries – one in each country – trying to raise the following aspects: the political and social role of the public university as a way out of the crisis, the role of the academic library in this specific situation and, finally, the existence of economic stimulation for national and/or regional initiatives concerning policies on the librarian labor market, reading incentive programs, adopted material support for information and its free access. Even though there is still an ideological menace around the librarian's profession, it was possible to observe some stability of its labor market during the crisis, mainly in Brazil, compared to the other two analyzed countries in this thesis. This work has also verified the essential function of the book and the library in the cultural transmission, as the maintenance of paper as the main informational material support in the academic library. It could also be verified that electronic devices produce more waste, which are a risk to the environment and toxic to humans, being also more obsolete compared to books. Among other issues, attention was also paid to the existence of conflict of interest to what concerns free access, as well as to the power of paid periodicals, which come from Anglo-Saxon countries. Finally, this work looks forward to the recovery of a human approach, in which the work reassumes its value of use, and hopes librarians to be technical, an artisan and critical, in order to aid in the social transformation through culture and help to overcome the crisis to come from the new spirit of capitalism.

**Keywords:** Academic Library. Capitalism. Crisis. Comparative Study. Librarianship

## RESUMEN

La Universidad siempre ha sido desafiada a atender los anhelos sociales de su tiempo. Esta tesis, basada en el método de comparación internacional entre Brasil, España y Mozambique, se valió de entrevistas y fuentes secundarias de información para evaluar, en dichos países, el papel de las bibliotecas universitarias ante la crisis internacional que tuvo inicio en 2008. Tales países viven un momento político y económico crítico – cada cual con sus peculiaridades. España presenta altos índices de desempleo a raíz de la crisis; Brasil, aun teniendo delante de sí una de las peores crisis del capitalismo, ha logrado sortearla, a pesar de ser gritante la desigualdad entre las clases sociales, lo cual repercute en la emergencia de un plan de fuerte expansión y popularización de la enseñanza universitaria como posibilidad de reducir, a largo plazo, la situación de desigualdad; Mozambique lucha por una inserción virtuosa en la economía internacional buscando expandir su industria y, para ello, desarrolla su universidad y su producción científica y, a pesar de un alto índice de pobreza, ha conseguido enfrentar la crisis. Esta tesis ha analizado y comparado las políticas nacionales a partir del proceso de trabajo de bibliotecas universitarias – una en cada país – buscando problematizar los siguientes aspectos: papel social y político de la universidad pública para la salida de las crisis; papel de la biblioteca universitaria, en esa situación específica; y, finalmente, la existencia de fomento a las iniciativas nacionales y/o regionales de políticas de mercado de trabajo del bibliotecario, lectura, soporte de información y acceso abierto. Aunque exista una amenaza ideológica sobre la profesión de bibliotecario se ha observado cierta estabilidad en el mercado de trabajo durante la crisis, principalmente en Brasil, respecto a los otros dos países analizados en esta tesis. Se ha verificado asimismo la función esencial del libro y de la biblioteca para la transmisión de la cultura, así como la permanencia del papel como principal soporte de la información de la biblioteca universitaria. Se ha constatado todavía que los equipos electrónicos producen más residuo con riesgos para el medio ambiente y tóxicos para la salud humana, además de una mayor obsolescencia, en comparación con el libro. Se ha observado, entre otras cuestiones, la existencia de conflicto de intereses en la dimensión del acceso abierto, así como el poder de los periódicos pagados producidos, sobre todo, en países anglosajones. A modo de conclusión, se defiende el rescate de un humanismo en el que el trabajo reasuma su valor de uso y, con ello, se espera que los bibliotecarios sean técnicos, artífices y críticos para auxiliar en la transformación social por medio de la cultura, contribuyendo en la superación de las crisis generadas por el nuevo espíritu del capitalismo.

**Palabras clave:** Biblioteca Universitaria. Biblioteconomía. Capitalismo. Crisis. Estudio comparativo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pichação na rua em direção a <i>Universidad Carlos III de Madrid</i> .....	80
Figura 2 – Cartaz afixado no saguão de uma faculdade em Madri.....	81
Figura 3 – Divisão dos blocos de poder em guerra no livro “1984” .....	135
Figura 4 - Fundamentos da Sustentabilidade.....	153
Figura 5 – Fachada da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro .....	155
Figura 6 – Fachada da Biblioteca Nacional de Brasília .....	155
Figura 7 – Fachada da Biblioteca Nacional da Espanha em Madri .....	157
Figura 8 – Vista lateral da Biblioteca Nacional da Catalunha em Barcelona .....	157
Figura 9 – Fachada da Biblioteca Nacional de Moçambique em Maputo .....	158
Figura 10 – Fachada da Biblioteca Central da UB .....	159
Figura 11 – Fachada da Biblioteca da UM .....	160
Figura 12 – Área de acervo e estudo da Biblioteca da UM.....	160
Figura 13 – Vista parcial da Biblioteca de Humanidades da UE.....	161
Figura 14 – Vista parcial da Biblioteca de Ciências Sociais e Jurídicas da UE.....	162
Figura 15 – Selo FSC presente em livro .....	170
Figura 16 – Placa de identificação da AMOR na UM .....	173
Figura 17 – Local de entrega de materiais para reciclagem em Madri .....	174
Figura 18 – Conversa com funcionário de <i>Punto Limpio</i> em Madri .....	174
Figura 19 – Livraria Lello e Irmão em Portugal.....	176
Figura 20 – Feira de livros usados em Madri .....	176
Figura 21 – Vantagens da leitura no papel.....	184
Figura 22 – Arquitetura curricular da Universidade Federal do Sul da Bahia .....	267
Gráfico 1 – Criação de universidades federais.....	72
Gráfico 2 – Evolução do acervo do Sistema de biblioteca pesquisado no Brasil .....	82
Gráfico 3 – Evolução do acervo da UE .....	84
Gráfico 4 – Novas aquisições de livros do sistema de biblioteca da UM .....	86
Gráfico 5 – Quantidade de profissionais bibliotecários no Brasil de 2008 a 2012.....	102
Gráfico 6 – Consumo aparente de papel per capita (kg/ano) em 2010 .....	163
Gráfico 7 – Nível de formação da população adulta (25-64 anos) em 2010 .....	263
Quadro 1 – Os três espíritos do capitalismo .....	30
Quadro 2 – Tipologia das crises econômicas.....	40
Quadro 3 – Comparação da descrição sumária entre as duas versões da Classificação das Ocupações no Brasil.....	91
Quadro 4 – Elementos perigosos encontrados em componentes eletrônicos .....	168

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados comparados de Brasil, Espanha e Moçambique .....	56
Tabela 2 – Estratégia e crescimento anual do PIB PER CAPITA - 1930-2014.....	58
Tabela 3 – Evolução do número de instituições por natureza e dependência Administrativa – Brasil, 1980 - 1998 .....	70
Tabela 4 – Característica do alunado das Universidades pesquisadas .....	79
Tabela 5 – Tipo de vínculo empregatício do bibliotecário no Brasil .....	104
Tabela 6 – Total de vínculos ativos e setor de atividade dos bibliotecários no Brasil nos anos de 2002 a 2007 e 2008 a 2013 .....	106
Tabela 7 – Faixa salarial média dos bibliotecários no Brasil de 2008 a 2013.....	108
Tabela 8 – Faixa salarial média em salários mínimos por faixa de horas contratadas dos bibliotecários no Brasil em 2013.....	109
Tabela 9 – Faixa salarial em salários mínimos referente à remuneração de dezembro pela natureza jurídica especial do estabelecimento empregador do bibliotecário no Brasil em 2013.....	110
Tabela 10 – Ofertas de empregos na IweTel por tipo de contrato e salário para profissionais de biblioteconomia e documentação, na Espanha, entre 2008 e 2013.....	111
Tabela 11 – Faixa salarial dos profissionais que atuam na área da informação.....	112
Tabela 12 – Razão entre o número de Bibliotecários do sexo masculino e do sexo feminino .....	112
Tabela 13 – Tipo de vínculos e gênero dos Bibliotecários .....	113
Tabela 14 – Faixa salarial e gênero dos Bibliotecários .....	114
Tabela 15 – Faixa de tempo de emprego por gênero dos bibliotecários .....	115
Tabela 16 – Maiores produtores mundiais de celulose e papel em 2012 .....	164
Tabela 17 – Resíduos gerados no setor industrial em 2010 na Espanha.....	170
Tabela 18 – Percentual de papéis reciclados em 2010 .....	171
Tabela 19 – Repositórios institucionais de três instituições no Brasil, Espanha e Moçambique .....	199
Tabela 20 – Número de registros ISSN total e novos por tipos de material.....	208
Tabela 21 – Número de registros ISSN de algumas línguas mais representativas (acima de 500 registros).....	209
Tabela 22 – Número de registros ISSN de países com escritório nacional* .....	210
Tabela 23 – Utilização do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) na Universidade brasileira.....	214

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	–	ANTES DE CRISTO
BDTD	–	BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES
BNC	–	<i>BIBLIOTECA NACIONAL DE CATALUNYA</i>
BNE	–	<i>BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA</i>
BOAI	–	<i>BUDAPEST OPEN ACCESS INICIATIVE</i>
BRICS	–	BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL
BU	–	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
CAPES	–	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CI	–	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
COMUT	–	COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
DOAJ	–	DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS
DSD	–	DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO
EGUM	–	ESTUDOS GERAIS E UNIVERSITÁRIOS DE MOÇAMBIQUE
FMI	–	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
FRELIMO	–	FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE
IBGE	–	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IBICT	–	INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
IDH	–	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IFLA	–	FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE

## BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES

INE	–	INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
INEP	–	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
IPEA	–	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
ISBN	–	<i>INTERNATIONAL STANDARD BOOK NUMBER</i>
ISI	–	<i>INSTITUTE OF SCIENTIFIC INFORMATION</i>
ISSN	–	<i>INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER</i>
JCR	–	<i>JOURNAL CITATION REPORT</i>
LATINDEX	–	<i>REVISTAS CIENTÍFICAS DE AMÉRICA LATINA, EL CARIBE, ESPAÑA Y PORTUGAL</i>
MEC	–	MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
MERCOSUL	–	MERCADO COMUM DO SUL
NASA	–	<i>NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION</i>
ONG	–	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
ONU	–	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PEA	–	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
PIB	–	PRODUTO INTERNO BRUTO
PNUD	–	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
RENAMO	–	RESISTENCIA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE
ROAR	–	<i>REGISTRY OF OPEN ACCESS REPOSITORIES</i>
SCI	–	<i>SCIENCE CITATION INDEX</i>
SM	–	SALÁRIO MÍNIMO

SCIELO	–	<i>SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE</i>
UB	–	UNIVERSIDADE BRASILEIRA
UC3M	–	<i>UNIVERSIDAD CARLOS III DE MADRID</i>
UE	–	UNIVERSIDADE ESPANHOLA
UEM	–	UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
UM	–	UNIVERSIDADE MOÇAMBICANA
UFMG	–	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ULM	–	UNIVERSIDADE DE LOURENÇO MARQUES
UNESCO	–	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
1.1	UMA ABORDAGEM CRÍTICA .....	20
1.2	O PROJETO .....	21
1.3	A TESE .....	24
<b>2</b>	<b>ELEMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS SOBRE A EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR O TRABALHO BIBLIOTECÁRIO</b> .....	<b>26</b>
2.1	APONTAMENTOS SOBRE AS NOÇÕES DE PROCESSO DE TRABALHO E DE PRODUÇÃO DA “MAIS-VALIA” .....	26
2.2	TRANSFORMAÇÕES NO “ESPÍRITO DO CAPITALISMO” .....	29
<b>2.2.1</b>	<b>As transformações na crítica ao capitalismo</b> .....	<b>37</b>
2.3	O CAPITALISMO E SUAS CRISES .....	39
2.4	O PROCESSO DE TRABALHO EM BIBLIOTECAS E ALGUNS ELEMENTOS DO CAPITALISMO E DA CRÍTICA .....	45
2.5	BIBLIOTECÁRIO: O TÉCNICO, O ARTÍFICE, O CRÍTICO .....	50
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO: PAÍSES, UNIVERSIDADES E BIBLIOTECAS</b> .....	<b>55</b>
3.1	BRASIL, ESPANHA E MOÇAMBIQUE EM NÚMEROS .....	55
<b>3.1.1</b>	<b>Brasil: em busca da alforria social</b> .....	<b>56</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Espanha: de um fordismo inacabado à crise</b> .....	<b>61</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Moçambique: em busca de um projeto de país</b> .....	<b>63</b>
3.2	ASPECTOS HISTÓRICOS E DESAFIOS DA UNIVERSIDADE .....	65
<b>3.2.1</b>	<b>Brasil: universidade e biblioteca universitária</b> .....	<b>69</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Espanha: universidade e biblioteca universitária</b> .....	<b>73</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Moçambique: universidade e biblioteca universitaria</b> .....	<b>77</b>
3.3	UNIVERSIDADE E BIBLIOTECAS: SÍNTESE NUMÉRICA E INDÍCIOS DA CRISE .....	79
<b>3.3.1</b>	<b>Caracterização do sistema de bibliotecas da universidade brasileira</b> ....	<b>81</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Caracterização do sistema de bibliotecas da universidade espanhola</b> ...	<b>83</b>

3.3.3	Caracterização do sistema de bibliotecas da UM.....	85
4	<b>MERCADO DE TRABALHO E PROFISSÃO BIBLIOTECÁRIA EM ÉPOCA DE CRISE .....</b>	<b>88</b>
4.1	PROFISSÃO E FORMAÇÃO BIBLIOTECÁRIA NO BRASIL, ESPANHA E MOÇAMBIQUE: ESBOÇO PRELIMINAR.....	90
4.2	O MERCADO DE TRABALHO DO BIBLIOTECÁRIO NA CRISE.....	99
4.2.1	Impactos na organização da produção e do trabalho.....	101
4.2.2	Evolução do emprego: crescimento mesmo na crise.....	102
4.2.3	Tipos de vínculo empregatício: o subsídio público .....	103
4.2.4	Setores de atuação e a prevalência da biblioteca .....	105
4.2.5	O estado como melhor empregador: o salário .....	107
4.2.6	A mulher e a identidade da profissão bibliotecária.....	112
4.2.7	Reconhecimento e resiliência da profissão .....	116
4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	118
5	<b>POLÍTICAS CULTURAIS DE ESTÍMULO À LEITURA .....</b>	<b>121</b>
5.1	APROXIMAÇÕES AO CONCEITO DE CULTURA .....	123
5.2	LIVRO E LEITURA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO .....	126
5.3	CLUBES DE LEITURA.....	129
5.4	“1984”, O LIVRO: RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS .....	132
5.5	CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INCENTIVO À LEITURA NAS UNIVERSIDADES ESTUDADAS: NOTA METODOLÓGICA.....	137
5.5.1	Incentivo à leitura na universidade brasileira .....	138
5.5.2	Clube de leitura na universidade espanhola.....	139
5.5.3	Incentivo à leitura na universidade moçambicana.....	141
5.6	O PAPEL DE ESTIMULADOR DA LEITURA: A QUEM COMPETE? .	142
5.6.1	A leitura e a saída da crise: o professo “estimulador” .....	142
5.7	O BIBLIOTECÁRIO E A LEITURA.....	144
5.8	O BIBLIOTECÁRIO COMO TÉCNICO, ARTÍFICE E CRÍTICO: CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	146

<b>6</b>	<b>CRISE AMBIENTAL E POSSÍVEIS REPERCUSSÕES PARA A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: O IMPRESSO OU O ELETRÔNICO? ....</b>	<b>149</b>
6.1	CAPITALISMO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE .....	150
6.2	A RESILIÊNCIA DAS BIBLIOTECAS .....	154
6.3	O PAPEL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	162
6.4	IMPACTOS DA INDÚSTRIA ELETRÔNICA NA CRISE AMBIENTAL	166
6.5	A QUESTÃO DOS RESÍDUOS E A RECICLAGEM DO PAPEL E DO ELETRÔNICO .....	169
6.6	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES COMPARATIVAS ENTRE O ELETRÔNICO E O IMPRESSO .....	175
6.7	IMPLICAÇÕES PARA A PRODUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO “PROCESSO PRODUTIVO” EM BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA.....	177
<b>6.7.1</b>	<b>A polêmica do livro eletrônico .....</b>	<b>181</b>
<b>6.7.2</b>	<b>A escolha do suporte de leitura .....</b>	<b>183</b>
6.8	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	185
<b>7</b>	<b>ACESSO LIVRE E BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS .....</b>	<b>188</b>
7.1	OS PERIÓDICOS E A MISSÃO DA UNIVERSIDADE .....	189
<b>7.1.1</b>	<b>As academias de ciências e as sociedades científicas e suas influências nas publicações científicas .....</b>	<b>192</b>
7.2	OS PERIÓDICOS E A CONSTRUÇÃO DA “CIÊNCIA CENTRAL” ....	195
7.3	O MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE E OS REPÓSITÓRIOS NA UB, UE E UM .....	198
7.4	ACESSO LIVRE E DIREITOS AUTORAIS: A IMPORTÂNCIA DO LIVRO	202
7.5	PERIÓDICOS DE ACESSO LIVRE: DISCUSSÃO GERAL .....	208
<b>7.5.1</b>	<b>A importância do periódico impresso .....</b>	<b>210</b>
<b>7.5.2</b>	<b>A sustentabilidade do suporte e as bases de periódicos comerciais</b>	<b>212</b>
<b>7.5.3</b>	<b>O acesso às publicações e descontinuidade de políticas nacionais</b>	<b>.214</b>
<b>7.5.4</b>	<b>A centralidade dos periódicos pagos .....</b>	<b>216</b>
<b>7.5.5</b>	<b>Os periódicos acadêmicos como alternativa à crise dos periódicos</b>	<b>.217</b>
7.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219

<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS FINAIS .....</b>	<b>222</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>228</b>
	<b>APÊNDICE A - A CRISE DA UNIVERSIDADE.....</b>	<b>259</b>
	<b>APÊNDICE B - PROPOSTA E DESAFIOS PARA UMA “UNIVERSIDADE NOVA”.....</b>	<b>265</b>

Hoje somos bombardeados por uma tal quantidade de imagens a ponto de não podermos distinguir mais a experiência direta daquilo que vimos há poucos segundos na televisão. Em nossa memória se depositam, por traços sucessivos, mil estilhaços de imagens, semelhantes a um depósito de lixo, onde é cada vez menos provável que uma delas adquira relevo (CALVINO, 1990, p. 107).

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida nesta tese refere-se a uma comparação internacional entre um país latino-americano (Brasil), um europeu (Espanha) e um africano (Moçambique), avaliando o estado da arte, nas três regiões observadas e todas consideradas emblemáticas, no que tange ao papel da biblioteca universitária e à correspondente estrutura de formação profissional para ocupação de postos no trabalho bibliotecário. Vale observar que são países que vivem um momento crítico, cada qual com suas peculiaridades. Então, pergunta-se: como a universidade pública, suas bibliotecas e os bibliotecários podem contribuir para a saída das crises em curso?

A Biblioteca passa atualmente por um processo de avaliação que tem como objetivo a sua pretensa falência no tocante ao seu papel de agente de cultura, falência esta causada por um suposto vazio no currículo dos programas de formação de Bibliotecários, bem como pelo desinteresse desses pela dimensão cultural de sua missão. Esse veredicto de falência cultural da instituição Biblioteca e dos profissionais que nela trabalham é, provavelmente, uma das consequências do contexto de globalização e da liberalização dos intercâmbios, nos quais estão mergulhados diversos países. Intercâmbios esses que abrem caminho para a globalização da informação e dos bens simbólicos.

Essa abertura para a globalização da informação obriga o bibliotecário – subsumido pelo nome profissional da informação, a temer por sua identidade e pela preservação da biblioteca como patrimônio cultural, pois se encontram expostos aos valores estéticos internacionais e aos símbolos formatados pela mídia. Percebe-se que a maioria da população, entre os quais muitos bibliotecários, só têm olhos e ouvidos para a informação presente na Internet, nas imagens televisivas e nos espetáculos produzidos pela indústria multinacional da cultura.

Embora essa preocupação seja fundamentada e a ameaça que paira sobre a biblioteca como patrimônio cultural seja compreensível, essa afirmativa de falência cultural da biblioteca e de desinteresse do bibliotecário é, no mínimo, simplória. A demonstração desta afirmação repousa sobre três argumentos principais: embora a cultura humanista não se reduza ao conhecimento registrado, a leitura da palavra escrita deve ser priorizada nas bibliotecas; os bibliotecários têm a incumbência de velar cotidianamente pela aprendizagem

cultural dos leitores que lhes são confiados; quer queira quer não os bibliotecários são técnicos, artífices e críticos, isto é, são profissionais cuja missão é a de serem disseminadores da cultura da palavra escrita.

## 1.1 UMA ABORDAGEM CRÍTICA

A presente tese propõe-se a trabalhar a partir de uma abordagem crítica. Para tanto, valeu-se das reflexões de Boltanski e Chiapello (2009), no trabalho intitulado “o novo espírito do capitalismo”. Para esses autores é necessário considerar a conformação histórica adotada pelo capitalismo, tendo em vista que a dimensão da crítica exerce papel fundamental para construir a noção do “espírito capitalista”. Mesmo sabendo ser imprescindível a satisfação das necessidades sociais, isso não é suficiente para o engajamento do capitalismo, “ele precisa de seus inimigos, daqueles que dele se indigna, daqueles que se lhe opõem, para encontrar os pontos de apoio moral que lhe faltam e incorporar dispositivos de justiça que, sem isso, ele não teria nenhuma razão para considerar pertinentes” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 61).

A influência da crítica sobre o capitalismo apresenta ao menos três dimensões. A primeira, é que ela pode deslegitimar e subtrair eficácia dos “espíritos anteriores”. Bell (1979 apud BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 62) aponta a situação de conflito para o desenvolvimento capitalista no final dos anos 60, nos Estados Unidos, em função da tensão existente entre a ascensão do protestantismo cristão, ainda presente na cultura americana e, por outro lado, o estímulo das empresas capitalistas para um modo de vida baseado no consumo, graças à produção em massa e oferta de crédito. De acordo com esta visão, “o hedonismo materialista da sociedade de consumo” colide frontalmente ou critica o valor conferido ao trabalho e à poupança que, mantém - ao menos de maneira implícita - a “laboriosidade”, prejudicando assim a moralidade relacionada ao espírito do capitalismo então vigente. A consequência, segundo Boltanski e Chiapello (2009), é uma modificação nas necessidades dos indivíduos impulsionando uma desmobilização significativa das aspirações do coletivo assalariado.

O segundo efeito possível da crítica é que a própria oposição ao processo capitalista impele os seus líderes a vincular suas práticas em termos do bem comum. Quanto mais forte e disseminada para um maior número de pessoas, ainda mais potente deverá ser a justificativa relacionada a uma concepção “confiável” em termos de justiça social. Como forma de tranquilizar e manter a coesão das multidões, o capitalismo ouve a denúncia e “incorpora, nessa operação, uma parte dos valores em nome dos quais era criticado” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 63, grifo dos autores). Ao escutar as demandas, pelo menos em parte, o preço pago pela própria crítica é ver o capitalismo

absorver alguns valores, mas não alterar a lógica de acumulação e lucro. O resultado, em termos gerais, é que parte dos valores mobilizados pela crítica para opor-se à acumulação capitalista foi posta a serviço da própria acumulação (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

A terceira provável consequência da crítica, em uma análise menos positiva decorre da incorporação do capitalismo às reivindicações de reforço às políticas sociais, tornando-se incompreensível pela população em geral: "embaralhando as cartas" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 63). Nesta concepção, a resposta dada à crítica não age, efetivamente, na direção da justiça social e sim na obtenção do lucro, de modo que o mundo se torna temporariamente bastante ilegível e desordenado em relação ao *modus operandi* do contexto anterior. Particularmente, diante de alterações nas questões do trabalho, não se tem clareza se serão melhores ou piores para os trabalhadores. A crítica neste momento se desarranja, o que denunciava já não existe, porém como a dúvida paira sobre o novo, ela pode, inclusive, reagir de forma a cooptar os assalariados a participar da nova lógica de produção, há uma reconfiguração "ideológica destinada a mostrar que o mundo do trabalho sempre tem um *sentido*" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 63, grifo dos autores).

## 1.2 O PROJETO

Passa-se a apresentar o projeto de tese, num formato sucinto. O objetivo geral da tese é analisar, criticamente, os papéis da universidade, de suas bibliotecas e dos bibliotecários na saída das crises, decorrentes das transformações econômicas, políticas e técnicas em curso, observando e comparando a situação no Brasil, Espanha e Moçambique.

O objetivo desdobra-se nas seguintes especificidades:

- Analisar os modos de relacionamento entre o sistema de biblioteca, a universidade, a economia e a sociedade;
- Analisar aspectos produtivos no âmbito da biblioteca universitária nos diferentes países, enfocando algumas dimensões, a saber:
  - Como está o mercado e o processo de trabalho no âmbito das bibliotecas universitárias nesses países;
  - Qual atenção está sendo dada aos usuários da biblioteca universitária em relação à leitura literária.
  - Quais são os suportes informacionais mais utilizados e importantes nas bibliotecas universitárias;
  - Como as bibliotecas universitárias lidam com o acesso livre (*open access*) ao conhecimento;
- Apresentar recomendações.

A pesquisa se justifica por avaliar a biblioteca universitária, instituição que possui um papel fundamental na universidade, contribuindo para o aprendizado e para a formação cultural, acadêmica e profissional dos alunos. Compreender o papel da universidade e da biblioteca universitária, no momento de crise em que se encontra o capitalismo, é fundamental para verificar como se direciona a biblioteca e a própria universidade, neste contexto.

O estudo retoma questões analisadas por Crivellari (1998) e Manguê (2007). No estudo de Crivellari (1998) destaca-se a noção de relação educativa, no sentido de que cada universidade possui uma configuração própria de formação, e que análises comparativas são importantes para a compreensão contextualizada da formação profissional. Já na pesquisa de Manguê (2007), um estudo, também de comparação internacional, a questão da inovação tecnológica é analisada criticamente. No estudo, ora realizado, pretendeu-se ampliar a discussão do ponto de vista das análises macroeconômicas em relação às crises, propondo-se possíveis soluções para novas formas de organização do trabalho, sobretudo no trabalho das bibliotecas universitárias.

O interesse de pesquisar o bibliotecário e a biblioteca universitária se desenvolveu a partir de estudo anterior realizado, por este autor, durante o mestrado. A partir da pesquisa de Pena (2007) pôde-se concluir que, para os bibliotecários e/ou profissionais da informação, o setor educacional possui grande destaque, pois é onde estava empregado a maior parte dos bibliotecários no ano de 2005.

Cabe mencionar que o setor público, embora não isento das medidas neoliberais de privatização, terceirização etc., mantém-se como um grande empregador da categoria, tendo em vista que o “conhecimento” no Brasil encontra-se nas instituições estatais (escolas, universidades, centros de pesquisas). Nesse sentido, considerou-se que as políticas públicas sociais são elementos cruciais para a manutenção e crescimento do emprego dos bibliotecários, que não devem basear-se exclusivamente nas regras do mercado. Observando de maneira mais desagregada, percebeu-se ainda a representatividade do setor de ensino, com o destaque para a educação superior de graduação e pós-graduação (PENA, 2007). Desta maneira, verifica-se que a biblioteca universitária é um local de grande importância para o emprego do bibliotecário e, neste sentido, também merece uma atenção especial no âmbito da pesquisa.

Considera-se o método e procedimentos como parte da pesquisa, ou seja, não foi posto *a priori*, sendo construído ao longo da investigação buscando uma objetividade racionalista e empírica, entretanto sem a ilusão da isenção do pesquisador como ator imerso nas contradições sociais.

Para a execução do estudo, realizou-se doutorado sanduíche<sup>1</sup> na *Universidad Carlos III de Madrid* e parte da coleta de dados também foi feita pessoalmente em Moçambique, com apoio da Universidade Eduardo Mondlane. Analisou-se, numa abordagem comparativa, os sistemas de bibliotecas de uma universidade brasileira, uma universidade espanhola e uma universidade moçambicana.

A partir da perspectiva de Sennett (2012), adotou-se para esta tese uma postura dialógica que, embora procure verificar as contradições existentes na realidade, tem a preocupação de uma reflexão cuidadosa em relação às afirmações, na perspectiva do diálogo com os atores sociais representados por 30 entrevistados divididos igualmente no Brasil, Espanha e Moçambique, em sua maioria compostos por bibliotecários e demais pessoas que ocupavam cargos representativos para o universo da pesquisa, consultados de acordo com sua disponibilidade. O número equivalente de entrevistas não foi proposital, não obstante nem todos os entrevistados serem necessariamente citados ao longo da tese, sendo identificados apenas com seu cargo e nacionalidade. Informações complementares foram feitas através da troca de e-mails.

A perspectiva histórica foi inerente a todo o percurso de verificação da realidade social. Assim, considerou-se a historicidade de todas as categorias de análise, quais sejam: as bibliotecas inseridas no contexto da universidade a qual remete à dimensão histórica dos países. O apontamento histórico não tem a intenção da evolução acrítica para o futuro, mas sim verificar as contradições do passado para que se entenda o presente apontando uma perspectiva de futuro.

Do ponto de vista do processo de trabalho, de acordo com a perspectiva de Tauile (2009), a comparação dentro das bibliotecas e entre as bibliotecas de diferentes países, como proposto pelo estudo, apresenta restrição quanto à apresentação de um perfil único do processo de trabalho, dado a heterogeneidade dos usuários e as características socioeconômicas e históricas de cada país.

De maneira objetiva, além da proposição da abordagem dialógica, a pesquisa tomou como referência, basicamente, procedimentos metodológicos já empreendidos por Crivellari (1998), Manguê (2007) e Lubisco (2011), ao contemplar a avaliação da administração, formação e desenvolvimento de acervo, serviços aos usuários e contexto acadêmico da biblioteca universitária.

---

<sup>1</sup> Para essa fase, e durante toda a tese foi fundamental o apoio, incondicional, da Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari, minha orientadora, do Prof. Dr. José Antonio Moreiro González, supervisor durante 11 meses do doutorado sanduíche na Espanha e do Prof. Dr. Manuel Valente Manguê, meu coorientador e supervisor de 1 mês de coleta de dados em Moçambique, período de pesquisa autorizado pela CAPES, responsável pela concessão da bolsa de estudos – processo: 195139.

Em relação às entrevistas, o procedimento adotado foi o da entrevista não diretiva (THIOLLENT, 1987). Esse procedimento visa ampliar as possibilidades de expressão do entrevistado, proporcionando, com isso, uma entrevista em profundidade. Alguns pontos merecem destaque nas etapas da entrevista não diretiva: escolha de um pequeno número de pessoas representativas do assunto, não por critérios estatísticos de amostragem, mas seleção dos indivíduos de acordo com critérios do pesquisador; gravação das entrevistas sem imposição de uma problemática explicitada, cabendo ao pesquisador estimular o entrevistado a explorar sua capacidade cultural sem questionamentos forçados (THIOLLENT, 1987, p. 86).

Após a transcrição das entrevistas procedeu-se a análise de conteúdo. Na perspectiva de Bardin (2009, p. 40) “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. Esse procedimento compreende o estabelecimento de categorias para a análise das entrevistas, com vistas à compreensão crítica da realidade estudada.

A metodologia, para além de procedimentos, implica o rigor e o compromisso com uma pesquisa ética em busca não da verdade, mas da confiança nas respostas dos entrevistados e dos demais dados coletados ou extraídos de fontes fidedignas. A expectativa é que a pesquisa possa “orientar projetos políticos, na medida em que pode oferecer elementos de elucidação da própria ação política” (CHAUÍ, 2001, p. 122).

### 1.3 A TESE

As questões, inicialmente propostas nesta introdução, são debatidas no desenrolar da tese, organizada de modo a discutir e ampliar os vários aspectos da discussão encadeada em 8 capítulos, incluindo este capítulo introdutório e as considerações gerais finais, além de dois apêndices após as referências bibliográficas. O capítulo 2 expõe conceitos históricos das fases do capitalismo, da crítica e das crises, neste caso verificando os desdobramentos da crise de 2008 para em seguida discutir uma evolução do processo de trabalho na biblioteca e uma discussão sobre o papel do bibliotecário como técnico, artífice e crítico para uma atuação consoante as contradições do capitalismo e diante da crise em que o capitalismo se encontra.

Na sequência, o capítulo 3 faz uma caracterização dos países analisados, bem como apresenta considerações históricas sobre as universidades e bibliotecas universitárias nos três países, além de uma apresentação dos sistemas de bibliotecas investigados.

O capítulo 4 apresenta elementos para a comparação das repercussões da crise no Brasil, Espanha e Moçambique em relação ao mercado de trabalho do bibliotecário. A

saída adotada por cada país foi distinta e, dessa forma, o mercado de trabalho também foi mais ou menos afetado pelas escolhas dos Estados diante das transformações do capitalismo.

O capítulo 5 discute o desdobramento de uma possível crise da leitura nos três países. Recorre-se à ajuda da literatura e de entrevistas para além de levantar o tratamento oferecido à questão da leitura nas bibliotecas, apresentar o clube de leitura como uma importante medida para ajudar a sanar o déficit de leitura e escrita verificado nas universidades. Para tanto, o bibliotecário necessita assumir um protagonismo maior como um possível agente capaz de auxiliar neste processo de forma mais efetiva.

O capítulo 6 contempla a dimensão da crise ambiental e a relação com a escolha do suporte na biblioteca universitária. A partir de uma ampla discussão da literatura especializada e com o levantamento de dados sobre os principais problemas, como a questão do resíduo produzido e a possibilidade de reciclagem, apresenta-se uma comparação entre o impresso e o eletrônico tanto no Brasil, Espanha quanto em Moçambique, de acordo com a disponibilidade de dados nos países.

No capítulo 7 retoma-se questões históricas da universidade no sentido de identificar sua missão em relação ao desenvolvimento científico, desde a formação dos periódicos até chegar na dimensão do acesso aberto. Enfatiza-se, também, a importância dos direitos autorais e do livro para a consolidação de uma visão de sociedade em consonância com uma abordagem mais humanizada.

No capítulo 8 faz-se as ponderações finais e algumas interrogações, de quais seriam as melhores escolhas para a universidade e suas bibliotecas, são postas em dois apêndices visando pesquisas futuras.

De um modo geral, a tese procura avaliar questões pontuais que tocam contemporaneamente a biblioteca universitária. Particularmente procura observar, criticamente, a incorporação de forma acrítica das técnicas digitais ao secular universo bibliotecário.

## **2 ELEMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS SOBRE A EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR O TRABALHO BIBLIOTECÁRIO**

Apresenta-se, a seguir, alguns conceitos que fundamentam a concepção teórica da pesquisa proposta. O texto toma como referência, basicamente, as contribuições de Marx (2011), Boltanski e Chiapello (2009), Boyer (2009), Weber (2009), Sennett (2012), Zarifian (2001) e Crivellari (2000) para compreender aspectos históricos do capitalismo, das crises e de uma atuação propositiva das instituições, especialmente a biblioteca, na melhoria da qualidade do trabalho a fim de propiciar uma saída na perspectiva do desenvolvimento social.

### **2.1 APONTAMENTOS SOBRE AS NOÇÕES DE PROCESSO DE TRABALHO E DE PRODUÇÃO DA “MAIS-VALIA”**

O processo de trabalho foi descrito por Marx (2011) como uma atividade essencialmente humana caracterizada por três partes: o homem que é o executor do trabalho; o objeto de trabalho ou matéria-prima sobre a qual é exercida uma transformação e os meios de trabalho ou os instrumentos materiais que auxiliam na execução do trabalho.

O trabalho é uma relação entre o homem e a natureza. O homem interfere no contexto natural em que está inserido para realizar o trabalho. Marx ressalta que a atividade de trabalho é algo essencialmente realizado por um ser humano, em analogia diz que “a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia, mas o que distingue a melhor abelha do pior arquiteto é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 2011, p. 211-212). Assim, embora os outros animais ou qualquer máquina possam produzir produtos, não realizam trabalho, na concepção de Marx, porque este é uma atribuição humana em que deve haver um planejamento anterior à execução.

Em relação ao objeto de trabalho e à matéria-prima há uma diferença apontada por Marx (2011). O objeto de trabalho pode ser entendido como coisas extraídas da natureza na sua forma bruta, da maneira que se apresenta no meio ambiente, tais como os peixes, as árvores e o minério em estado bruto. Já a matéria-prima apresenta algum tipo de transformação realizada por um trabalho anterior, por exemplo, os peixes depois de limpos viram matéria-prima para uma moqueca, as árvores após cortadas e tratadas servirão como matéria-prima para fabricação de papéis e o minério depois de lavado será matéria-prima para a indústria de mineração. Essa diferença é tênue e, em geral se usa de maneira sinônima matéria-prima e objeto de trabalho.

Vale notar que quase tudo pode ser objeto de trabalho, mas para ser matéria-prima é necessária alguma transformação (MARX, 2011).

Para a caracterização do processo de trabalho concebido por Marx há ainda o significado dos meios de trabalho. Percebe-se meios de trabalho como os instrumentos, técnicas ou tecnologias que os homens utilizam para servir como intermediários na realização do trabalho. Nas civilizações mais primitivas prevaleciam instrumentos rudimentares como as pedras utilizadas para cortar, fiar ou moer. Na medida em que o homem começa a desenvolver a agricultura a própria terra torna-se um meio de trabalho essencial, já que é o local onde se realiza a plantação dos alimentos que garantirão a subsistência. Com a domesticação dos animais o homem os utiliza como meio de trabalho para auxiliá-lo na realização das atividades laborais, visto que servem como extensão da força humana (MARX, 2011).

Na medida em que o conhecimento humano foi se aprimorando os instrumentos foram se tornando mais avançados e sofisticados para facilitar a realização do trabalho. Na chamada revolução industrial o homem deixa de usar instrumentos rudimentares e começa a usar técnicas e instrumentos mais elaborados como meios de trabalho<sup>2</sup>.

Além da questão instrumental os meios de trabalho podem ser compreendidos num sentido amplo. Desta maneira, tudo o que possibilita a realização do trabalho é considerado meio de trabalho. A terra é por excelência o principal meio de trabalho por ser o local onde todas as pessoas estão inseridas. Fazem parte ainda dos meios de trabalho os prédios, as estradas, etc. (MARX, 2011).

O processo de trabalho é constituído para a finalidade de elaboração de um produto. É inerente ao produto um valor de uso, ou seja, este produto irá satisfazer uma necessidade humana seja de alimentação ou uma necessidade de leitura, no caso, a partir da produção do livro, ou mesmo do arquivo eletrônico.

Ainda do ponto de vista conceitual apontado por Marx (2011), percebe-se que tanto os meios quanto os objetos de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo, na perspectiva que produz algo de útil.

As trocas comerciais sempre existiram e são anteriores ao aparecimento do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). No capitalismo, por outro lado, interessa a produção da mercadoria não pelo seu valor de uso, mas por seu valor de troca. Parafraseando Marx (2011) pode-se dizer que o capitalista (Editora) não produz livro porque

---

<sup>2</sup> Embora se adote esta perspectiva evolutiva em relação aos meios de trabalho, cabe salientar a convivência de vários instrumentos simples e sofisticados nas mais variadas formas de trabalho. O trabalho artesanal utiliza instrumentos rudimentares e ainda é bastante valorizado pelos turistas e na agricultura, enquanto que em certas áreas há adoção de alta sofisticação de máquinas e agrotóxicos dominados pelo agronegócio, em outras persistem modos mais naturais da produção agrícola familiar.

quer ver no povo um leitor consciente ou, ainda, por ser amante dos livros. Na verdade, identifica os livros como uma mercadoria que tem um valor de troca, sendo passível de venda. Além disso, deseja produzir uma mercadoria com valor maior do que o despendido com os meios de produção e força de trabalho. Esse valor excedente que o capitalista quer extrair da produção é denominado mais-valia.

Para se extrair a mais-valia uma condição crucial é a noção do tempo socialmente necessário para a produção dos produtos. O capitalista sabe que o tempo médio para a produção é menor do que uma jornada inteira de trabalho. Assim, o trabalhador ganhará um salário referente a apenas parte de sua jornada de trabalho, enquanto o tempo restante produzirá mercadorias para que o capitalista extraia a mais-valia. A mais-valia pode ser absoluta, quando o capitalista estende a jornada de trabalho e mantém fixo o salário. Há ainda a mais-valia relativa em que a produtividade é aumentada com a incorporação de novas técnicas ou tecnologias como meios de trabalho (MARX, 2011).

Em outras palavras, há uma série de melhorias técnicas e organizacionais que possibilitam o aumento de mercadorias produzidas numa menor fração de tempo possível, reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de cada unidade, desencadeando um aumento de produtividade (BRUNO, 2011).

O marco para a produção capitalista é quando reúnem-se, no mesmo local, um grande número de trabalhadores do mesmo ofício ou ofícios semelhantes, sob a supervisão direta ou indireta do capitalista, que atua num ramo específico de atividade econômica (MARX, 2011, p. 375). Essa forma de organização do trabalho Marx (2011) denominou de **cooperação simples**, porque adquire a condição de atividade coletiva em oposição ao trabalho autônomo individualizado.

Ainda na cooperação, mas com a adoção da divisão do trabalho, Marx (2011) aponta o processo de produção baseado na **manufatura**, período que vai aproximadamente do século XVI ao século XVIII. Na concepção de Ferreira (1987, p. 5) esse modelo se caracteriza pelo parcelamento do trabalho e especialização do trabalhador. O trabalho até então artesanal foi fragmentado ocasionando a perda da visão completa da atividade antes realizada por um artesão independentemente. Há uma especialização do trabalhador em apenas uma parcela do ofício. A formação de um “coletivo operário formado pelo conjunto de trabalhadores parciais” aumenta a produtividade em comparação com os ofícios independentes, porque uma pessoa realizando uma única função consegue um nível de aperfeiçoamento melhor e, por conseguinte, uma produção maior.

Do ponto de vista das inovações técnicas não há grandes mudanças na manufatura. O trabalho continua sendo executado de maneira artesanal, tendo como base o

próprio ofício do artesão. Embora haja, nesse momento, uma distinção mais clara entre a execução e a concepção, há ainda certo controle do ritmo de trabalho pelo trabalhador.

Com a sofisticação dos instrumentos de trabalho, no bojo da revolução industrial, advém uma nova etapa na organização do trabalho: a **maquinofatura**, ou seja, a forma capitalista baseada na utilização de máquinas. Nesse contexto, há uma subordinação do trabalhador a uma máquina, com redução da dependência da habilidade do trabalhador em relação à produção manufatureira. Com isso, tem-se a divisão dos trabalhadores coletivos em duas categorias: de um lado os operários não qualificados que executam a operação das máquinas, juntamente com seus auxiliares; do outro lado, em número menor, estão os técnicos e engenheiros, cuja função é o planejamento e controle das atividades.

Desse modo, sobretudo com a maior perda do trabalhador sobre o controle do seu trabalho e a necessidade de vender sua força de trabalho, inaugura-se uma situação de conflito na relação entre o capitalista e os trabalhadores. Os primeiros tentam controlar para que o trabalho seja executado da melhor maneira, com o menor custo e para auferirem o maior lucro possível, os últimos se sentem oprimidos pelo controle e tentam escapar para o não trabalho ou formas mais amenas da exploração do trabalho, tentando aumentar seus rendimentos salariais.

Para finalizar esta seção é importante destacar esta noção de processo de trabalho como fundamental para a compreensão das especializações e da organização do trabalho. Esta descrição proposta por Marx (2011) praticamente não se alterou, portanto é fundamental sua retomada. A seguir veremos como se dá esta concepção na perspectiva das metamorfoses do capitalismo.

## 2.2 TRANSFORMAÇÕES NO “ESPÍRITO DO CAPITALISMO”

Há no capitalismo uma necessidade de acumulação ilimitada, pautada inclusive por leis que sustentem, de forma pacífica, a sua atuação. Trata-se de uma reinvenção constante para perpetuar a extração do lucro, justificada por aumentar o capital que será novamente reinvestido, sendo esta a principal marca do capitalismo. Não se trata apenas de ostentação de objetos pelo seu valor de uso ou símbolo de poder, inclusive porque as formas materiais de riqueza (imóveis, mercadorias, dinheiro, etc.) perdem liquidez. O fundamental é a transformação permanente do capital, por meio do processo de trabalho, em dinheiro e este em novos investimentos (HEILBRONER, 1986 *apud* BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Para Boltanski e Chiapello (2009) tanto os trabalhadores quanto os patrões necessitam de justificativas, ou seja, é necessário um espírito do capitalismo para o engajamento do trabalhador, não apenas do ponto de vista econômico, dado que o salário é

motivo apenas para permanecer no emprego não para empenhar-se. A crítica é tão antiga quanto o próprio capitalismo, daí é importante que o espírito do capitalismo se concretize em três elementos básicos variáveis em termos históricos. O primeiro é ser fonte de "entusiasmo", particularmente daqueles que não serão os beneficiados imediatos dos lucros auferidos. O segundo elemento é a promessa de "garantias" básicas para o sujeito e sua família. O terceiro elemento é propriamente a justificativa do empreendimento capitalista, em relação ao bem estar social, diante das denúncias de injustiça social (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 48-49). O Quadro 1, a seguir, oferece uma síntese da dinâmica histórica do capitalismo.

Quadro 1 - Os três espíritos do capitalismo

Dimensão	Primeiro espírito (final do século XIX)	Segundo espírito (1940-1970)	Terceiro espírito (desde 1980)
Formas do processo de acumulação de capital	Empresa pequena e familiar, capitalismo burguês	Empresa gerencial, grande empresa industrial, produção em massa, política econômica de estado	Empresa em rede, Internet e biotecnologia, finanças globais, produção variada e diferenciada
Estímulo	Libertação das comunidades locais, progresso	Oportunidade de carreira, posição hierárquica, eficácia de produção em países livres	Sem chefes autoritários, organização flexível, inovação e criatividade, mudança permanente
Justiça	Mistura entre a justiça doméstica e do mercado	Meritocracia baseada em eficácia, gerenciamento por objetivos	Nova forma de meritocracia avaliada pela mobilidade, habilidade de nutrir a rede; cada projeto é uma oportunidade de desenvolver a empregabilidade
Segurança	Propriedade pessoal, relacionamento pessoal, caridade, paternalismo	Planejamento de longo prazo, planejamento da carreira, Estado de bem-estar social	Para os que são flexíveis e adaptáveis, as empresas irão fornecer recursos de autoajuda, para gerenciar a si mesmo
Crítica*	Promessa que o capitalismo libera os indivíduos dos constrangimentos da sociedade tradicional.	Fortalece as instituições burocráticas e, melhora a condição de vida dos trabalhadores.	Incorpora elementos de indignação relacionados ao modo de vida alienante e dominador do capitalismo.

Fonte: Boltanski e Chiapello (2005, p. 245).

\* Nota: Texto acrescentado pelo autor a partir de Boltanski e Chiapello (2009).

O **primeiro espírito do capitalismo**, desenvolvido ainda no final do século XIX, já no contexto da maquinofatura, é representado pela figura do burguês, inspirada na cultura do empreendedorismo, próprio da figura do herói, aventureiro, com baixa aversão ao risco e espírito inovador. No plano mais amplo, particularmente para o homem jovem, há uma

provável mobilidade geográfica e espacial, já que é possível ir para a cidade grande, se desvincular da pequena cidade, da pressão familiar, para uma maior libertação individual em relação ao grupo restrito da família.

Contraditoriamente, a moral burguesa é constituída de características associadas à segurança tanto no aspecto pessoal e familiar (poupança, gastos comedidos ou avareza) quanto aos valores tradicionais da família patriarcal (castidade das mulheres, casamento duradouro e principalmente que não deprecie o capital econômico da linhagem familiar). Da mesma forma, os valores transcendem aos aspectos organizacionais de controle (utilização de habilidades contábeis de custos e previsão) e gestão familiar ou patriarcal com os empregados, posteriormente denunciado como paternalismo, em que a formas de subordinação é pessoal. A figura do Estado era praticamente inexistente, cabia à caridade consolar a situação precária do pobre (PROCACCI, 1993 apud BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Para a constituição do primeiro espírito do capitalismo foi fundamental a crítica pró-capitalista, com as promessas de independência e realização através de uma possível escolha da profissão, modo de vida, objetos para consumo, etc. Enfim, liberdade de escolher a própria condição social, em vez de uma definição prévia pelo nascimento e pertencimento a uma localidade ou país específico. Resume-se na relação oposta entre “estatuto” e “contrato”. Nas sociedades tradicionais o enraizamento familiar é um estatuto do modo de vida previamente definido pelas relações de parentesco. O capitalismo oferece, teoricamente, a oportunidade de “desenraizamento voluntário” sob a proteção jurídica oferecida pelo contrato. “O mercado de trabalho mostra-se assim como um dispositivo favorável à realização de um ideal de autonomia” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.425).

Já na primeira metade do século XIX as promessas de libertação foram fortemente contestadas em duas linhas de argumentação. A primeira denuncia os “efeitos disciplinares do capitalismo” ao tornar o indivíduo sem condições de resistir à disciplina imposta pela fábrica e a subordinação ao mercado de trabalho. O desenraizamento introduz uma “concorrência de todos com todos pela venda da força de trabalho”, ocasionando uma redução do preço, de tal forma que os trabalhadores são expostos a uma situação na qual a disciplina, o tempo de trabalho e a baixa remuneração não propiciam uma vida humana plena. “A libertação prometida é substituída, de fato, por uma nova forma de escravidão”. Surgem, então, as primeiras manifestações do movimento operário para reivindicar a redução do tempo de trabalho sem diminuição do salário e a organização do tempo livre para restabelecer as atividades relacionadas à “vida familiar e criação dos filhos, leitura e acesso à cultura e à educação operária etc”. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.427).

A falácia da libertação pela via do consumo é também denunciada. A crítica realizada, principalmente por Marx é, ainda hoje, um fundamento daquilo que foi denominado, nos anos 1960, como a “sociedade de consumo”. O argumento de que o consumidor é livre nas suas escolhas, que os objetos adquiridos seguem apenas o seu desejo autônomo é, de fato, ilusório, consequência de manipulação pelo ofertante do produto, para que, sem que o indivíduo perceba, construa-se o engodo da necessidade do produto. “Ele deseja aquilo que querem que ele deseje” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.427).

A segunda linha de argumentação da crítica foi que a suposta libertação oferecida pelo capitalismo na busca de autonomia e autorrealização esbarra no limite da construção da coletividade. “Essa força, em Durkheim, é a força das representações coletivas e, no caso, das representações morais que emanam da sociedade, do ser social, do grupo como instância supraindividual da razão prática” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.428). O segundo espírito capitalista surge da interrogação desses dois conjuntos de acusações, de um lado, da marca opressiva do primeiro espírito capitalista e, de outro lado, de sua inabilidade de constituir uma representação coletiva capaz de frear os impulsos e egocentrismo dos indivíduos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

O **segundo espírito do capitalismo**, rompendo com a figura do burguês, se fortalece entre os anos 1930 e 1960 (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). A centralidade é menos o indivíduo e a pequena empresa e mais o trabalhador assalariado e a grande organização industrial. A gestão é menos pessoal, representada pela figura do diretor, cuja atribuição, incorporando o desenvolvimento de princípio do século XX, é expandir a produção em massa, aproveitando a economia de escala, a padronização dos produtos e a organização racional do trabalho, com vistas à expansão de um consumo de massa.

Além da perspectiva de carreira, a garantia era endossada pela racionalidade e planejamento de longo prazo, atribuição dos dirigentes, mas particularmente o enorme tamanho da organização possibilitava uma série de benefícios, ou salário indireto, garantindo uma melhor infraestrutura para vida privada - as moradias funcionais, centros recreativos, bibliotecas, escolas, seguindo o modelo das forças armadas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Já sobre a dimensão do bem estar social, há uma vinculação com o ideal da dinâmica industrial, tendo como uma das figuras centrais o engenheiro (valorização da eficiência, produtividade, ciência, técnica) e confiança no progresso, desta feita ainda com mais força que no primeiro espírito, contudo com certo ideal patriótico na perspectiva de salientar a solidariedade institucional entre as grandes empresas e o Estado, proporcionando uma relação virtuosa entre a produção, distribuição e consumo, com o objetivo de propiciar uma maior equidade social (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Na percepção de Leite (2013), um dos fatores de triunfo deste período do capitalismo decorreu da crise de 29, já que esta foi uma crise de sobreacumulação, ou seja, havia uma superprodução, mas sem compradores. Essa situação exigiu do Estado capitalista uma regulação, tendo em vista a incapacidade de uma autoregulação pelo livre mercado. Tal conjuntura se consolida após a Segunda Guerra Mundial, em um momento histórico de equilíbrio de forças entre os países capitalistas e os socialistas.

Com a experiência exitosa do socialismo, houve a necessidade de reorganizar o capitalismo atendendo as reivindicações dos trabalhadores, dado os fortes movimentos de greves e contestação do sistema capitalista. Nesse sentido, o segundo espírito do capitalismo se caracteriza no chamado Estado de bem-estar social, como um acordo entre o Estado, sindicatos e empresários para a participação mais equitativa dos trabalhadores na riqueza oriunda da produção. Leite (2013) destaca ainda que a situação foi muito particular, porque a Europa estava destruída depois da guerra e isso foi uma condição favorável para o sucesso da grande empresa fordista, acompanhado de uma forte regulação do Estado para promover a distribuição de renda.

A grande empresa e as instituições ligadas ao Estado – tais como as universidades e suas bibliotecas - são organizações burocráticas na perspectiva weberiana. Nesse sentido, é baseada em competências oficiais estabelecida por leis ou regulamentos administrativos; há o princípio da hierarquia dos cargos; a comunicação oficial é baseada em documentos (atas) formais; o cargo é ocupado por um profissional, para o qual o funcionário tem o dever de fidelidade, por outro lado recebe uma remuneração em forma de salário, possui uma carreira e prestígio social (WEBER, 2009).

Para Weber (2009, p.200) é necessário ter uma profissão para ocupar um cargo correspondente. As profissões são constituídas a partir de uma necessidade social reconhecida pelo Estado. O que caracteriza uma profissão, segundo Crivellari (2000) é primeiro a **noção de saberes específicos** compartilhados apenas por um grupo profissional. Nesse quesito a escola exerce papel crucial na medida em que é o espaço, por excelência, de formação profissional, conferindo a qualificação necessária exteriorizada pelo diploma que certifica a autoridade para ocupar um cargo onde existe uma demanda social. A segunda dimensão da profissão é a **questão normativa** na perspectiva de que o Estado confere ao grupo profissional, sobretudo através dos Conselhos Profissionais, a regulação do exercício somente por aqueles habilitados, no sentido de garantir uma proteção à sociedade de um exercício profissional condizente aos seus anseios.

O último ponto apontado por Crivellari (2000) em relação à profissão é a **questão valorativa**. Essa dimensão normalmente é trabalhada pelos sindicatos e associações, os primeiros como defensores da categoria profissional tanto no quesito remuneração quanto no que diz respeito às demais negociações trabalhistas. Já as

associações são instituições com a finalidade de congregar os profissionais no sentido de aperfeiçoamento profissional, oferecendo cursos e demais formas de melhoria na atuação profissional dos seus associados.

Ainda nesse tema é necessário diferenciar que, ao contrário da profissão, a ocupação é mais um conjunto de atividades realizadas sem uma formação específica a fim de prestar um serviço, muitas vezes sem um contrato formal de trabalho (CRIVELLARI, 2000; OLIVEIRA; CRIVELLARI, 2013). Portanto, para Weber (2009), um cargo não é um simples contrato de trabalho firmado com atribuições específicas apenas em troca de uma recompensa salarial. A posse de um cargo requer a formalidade da nomeação, para a qual há uma série de procedimentos – dentre eles o concurso público. A ocupação do cargo garante os recursos financeiros para a subsistência do profissional, por outro lado exige fidelidade ao cargo. Para garantir a fidelidade, numa perspectiva ideal, a autoridade não é patriarcal e pessoal como no primeiro espírito do capitalismo, e sim impessoal, objetiva. O professor ou bibliotecário, por exemplo, pelo menos no caso da universidade pública, não são considerados funcionários pessoais do reitor. Todos pertencem a uma estrutura administrativa da universidade, organizada de maneira hierárquica.

Então, compreende-se, de acordo com Weber (2009), que os funcionários da burocracia sigam a posição hierárquica a qual lhes é atribuída; têm o dever de promover as melhores práticas em suas áreas de atuação. Ressaltando, ainda, que a burocracia como tal remete muito mais a decisões voltadas para a coletividade em geral que a crença na evolução técnico-científica e, “desse modo, a fundamentação política e social do crescimento da burocracia é antes a inclusão que a eficiência” (SENNETT, 2006, p. 35).

A estima social, ao contrário das classes que são definidas por critérios econômicos, é “estamental”, cujo princípio é a avaliação social, relacionada às qualidades positivas ou negativas de uma determinada comunidade de pessoas. Nessa direção, Sennett (2006, p. 105)<sup>3</sup> aponta que os profissionais que realizam um bom trabalho – artífices – tais como enfermeiras, professores e assistentes sociais, gozam de maior prestígio social que executivos e corretores de bolsa, mesmo que estes tenham um salário muito superior. Constatamos, ainda, que trabalhadores com habilidades manuais bem desenvolvidas, como eletricitistas e carpinteiros, também são estimados socialmente. A explicação é que esses “estamentos” profissionais possuem qualidades socialmente relevantes, enquanto os executivos e corretores se baseiam em critérios individuais de diferenciação de classe, proporcionados pelo capital econômico.

Outra característica que garante uma condição de estabilidade e, portanto, fundamentada na crescente profissionalização e na busca pelo emprego público, como pode

---

<sup>3</sup> Referindo-se ao trabalho realizado pelo sociólogo Otis Dudley Dunca.

ser observado empiricamente nos países em análise, é a “vitalicidade do cargo” (WEBER, 2009, p. 204). O caráter de um contrato por tempo indeterminado e a condição de Estatutário, como no Brasil, assegura uma série de benefícios diretos e indiretos que garantem uma vida com certa estabilidade financeira, aposentadoria e garantia contra a demissão arbitrária do cargo. Por outro lado, a vitalicidade se contrapõe ao direito de posse, o bibliotecário não é “dono” da biblioteca, mesmo na condição de chefe ou diretor e tampouco este cargo lhe pertence. Intensificar a condição de propriedade impossibilita a ocupação do cargo, de acordo com critérios técnicos, por profissionais mais bem preparados<sup>4</sup>. O credenciamento proporcionado pelos diplomas, títulos, certificados, tempo de serviço e publicações como o caso dos professores na universidade, garante a ascensão hierárquica na carreira.

O período de estabilidade, o chamado “trinta gloriosos” ou ainda “relação salarial fordista” (BOYER, 2009), durou pouco. Já no final dos anos 1960 renasce a crítica às instituições associadas ao segundo espírito do capitalismo, de que não cumpriram suas promessas de libertação. Foram rejeitadas as coerções hierárquicas ao ditarem as atribuições específicas do cargo, em prol da liberdade e competência individual. A crítica deixa de ser social para contemplar aspectos estéticos e, nesse sentido, aponta que a padronização no ambiente fabril se expande à vida privada resultando em perda do senso de beleza e nobreza, não apenas dos materiais da vida cotidiana, como das obras de arte (entre as quais podem-se incluir as obras literárias incorporadas pela indústria cultural). Ela persiste na denúncia do capitalismo e da burguesia em arrebanhar e submeter os seres humanos a um trabalho prescritivo apenas em função do lucro. No entanto, incorpora a partir de princípios morais, segundo os quais a liberdade é contrária a toda forma de controle e opressão, inclusive na expressão mais exacerbada quando propõe a negação do trabalho. O artista, nesse contexto de crítica, rejeita a ética em favor da estética em nome da liberdade individual de pensamento e ação. Essas e outras questões serviram de base para o fortalecimento de um novo espírito capitalista.

O **terceiro espírito do capitalismo**, de acordo com Boltanski e Chiapello (2009), ou novo espírito do capitalismo. Segundo Sennett (2006), o período apresenta uma configuração pautada, entre outros aspectos, por um capitalismo expandido para além das fronteiras nacionais e uso intensivo de novas tecnologias de informação.

---

<sup>4</sup> Weber (2009) sublinha que no caso dos cargos políticos mais altos, como o de ministros, o critério do diploma é, em princípio, desconsiderado. Por outro lado, o reitor da Universidade Eduardo Mondlane possui status de ministro, sendo um professor da universidade nomeado pelo Presidente da República (MANGUE, 2007). No Brasil o cargo de diretor da Biblioteca Nacional é sempre ocupado por escritores e não por bibliotecário, talvez pelo caráter excessivamente técnico que estigmatiza a profissão.

Ocorre, então, a internacionalização do comércio, do financiamento e da produção industrial capitalista, sendo que o capital em si, de uma forma ou de outra, já era internacionalizado. Os níveis de imprevisibilidade alcançados em função dos “megassistemas de informação”, possibilitados pelo avanço das telecomunicações, tornaram o mundo cada vez menor. Tais sistemas abarcam fluxos de informações estabelecidos por canais de mídia e comunicações em escala mundial (TAUJLE, 1981, p. 99). Diante disso:

A existência do Estado-nação é posta em crise pelos processos de internacionalização produtiva e de globalização financeira, que representam um aumento em termos de controle do conhecimento, da informação e dos aparatos bélicos, as bases para a definição de um poder imperial supranacional (NEGRI, 2009, p. 167).

A figura do Estado como condutor central de um sistema social virtuoso, característica do segundo espírito do capitalismo, fora reduzida por uma lógica das empresas multinacionais – atualmente preponderantes - no entanto sem assumir a responsabilidade de inclusão social caracterizada pela estrutura burocrática, resguardando apenas um seleto grupo de executivos que desfrutam de cidades ou países seguros para viver suas vidas e reproduzir a perspectiva deste isolamento e individualismo para seus filhos, longe dos bolsões da pobreza que assolam várias áreas do mundo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Apoiado nas novas tecnologias, as transformações no mundo do trabalho obtiveram um alto índice de produtividade e lucro, seja no setor de serviço ou industrial, conforme ilustram os exemplos abaixo:

Entre 1998 e 2002, a *Sprint Corporation* aumentou a produtividade em 15%, utilizando avançados programas de computação de reconhecimento de voz, e elevou sua renda em 4,3%, ao mesmo tempo em que diminuía em 11.500 trabalhadores sua folha de pagamento ao longo desses quatro anos. Na indústria pesada, entre 1982 e 2002 a produção de aço nos Estados Unidos aumentou de 75 milhões de toneladas para 102 milhões de toneladas, embora o número de operários metalúrgicos caísse de 289.000 para 74.000. Esses empregos não foram exportados; em sua maioria, foram substituídos por máquinas sofisticadas (SENNETT, 2006, p. 89).

A busca crescente pela competitividade e redução dos custos da mão de obra ocasionaram tal redução do trabalho, sob a guarida das novas tecnologias, que tornaram possível a incorporação do conhecimento dos trabalhadores nas máquinas, ao ponto que o trabalho vivo é subsumido pela ferramenta.

**Do ponto de vista das relações sociais de produção do empresário capitalista, esta é uma passagem fundamental, pois um conjunto de informações sobre o processo de trabalho começou a se incorporar em mecanismos móveis, isto é, nas máquinas, cristalizando-se, assim, sob a forma social de capital fixo.** (TAUJLE, 1981, p. 92, grifos do autor).

A primazia da tecnologia e informação acarreta, de fato, um extraordinário avanço na produtividade e otimização do lucro, proporcionando uma nova configuração do capitalismo na busca de novos mercados internacionais baseados na divisão internacional do trabalho.

Desse modo, o terceiro espírito do capitalismo se baseia na representação do mundo em rede, em que se sobrepõe a figura do executivo para gerenciar projetos temporários, com a tarefa principal de estimular as conexões da rede a partir do estímulo aos "colaboradores" para aumentar cada vez mais sua "empregabilidade", como forma de "garantia" de inserção em novos projetos (BLONDEAU; SEVIN, 2004). Estimula-se a flexibilidade do trabalhador para se adaptar às novas situações, nas quais as normas e procedimentos (burocracia) são "substituídas" em nome dos "novos desafios" de curto prazo em que a estabilidade e a rotina perdem espaço para a adaptação constante e trabalho autônomo de pouca durabilidade. Tudo isso se reflete no estabelecimento de laços sociais mais frágeis, baixa cooperação e pouco compromisso com o trabalho (SENNETT, 2001). Diante disso, é fundamental uma reconstrução do trabalho da crítica.

### 2.2.1 As transformações na crítica ao capitalismo

A distinção entre o anticapitalismo e o capitalismo é tão tênue que se confunde em termos históricos. "Acompanha-o como sombra ao longo de todo o seu desenvolvimento. Sem querer incidir em paradoxos, pode-se afirmar que, para a história, o anticapitalismo é a expressão mais importante do capitalismo" (BAECHLER, 1995, v. 2, p. 268 apud BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 71-72). Destarte, para que a crítica exista é necessário uma "fonte de indignação", sem essa dimensão passional a crítica não se desenvolve. Pode-se caracterizar, assim, dois estágios em que a crítica pode se manifestar: o primeiro relacionado ao plano emocional está sempre em estado latente e desperta sempre que exista motivo de indignação; o segundo estágio é mais racional, questiona a partir de comparações históricas capazes de submeter a crítica a aspectos universais. Sempre que o capitalismo tenta desarmar é este segundo estágio da crítica, porque ele é mais articulado em termos sociais, enquanto a crítica de traço emocional de alguma forma é inerente à condição humana essencialmente na juventude, conforme relata literalmente Boltanski e Chiapello (2009, p. 72, grifo nosso):

**Ela está presente sobretudo nos jovens**, que não passaram ainda pela experiência do fechamento do campo das possibilidades, constitutiva do envelhecimento, podendo formar o substrato a partir do qual seja possível o restabelecimento da crítica. Aí reside a garantia de um trabalho crítico sempre renovado (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 72, grifo nosso).

As fontes de indignação que alimentam a crítica não se alteraram muito ao longo da história do capitalismo, recorrendo, em cada momento, a matizes ideológicas e emocionais distintas, sendo às vezes compatíveis ou entram numa tensão contrária. A decorrência é que a crítica ao individualismo em prol do comunitário pode deixar-se levar a aproximações, tal como ocorreu com intelectuais nos anos 30, ao fascismo. De modo semelhante à crítica a opressão pode induzir a incorporação velada de preceitos liberais inclusive para aqueles que o combatiam como aconteceu a vários intelectuais de ultraesquerda nos anos 80, ao identificarem com razão no socialismo soviético outra forma de alienação, estabeleceram como foco principal de combate o totalitarismo, entretanto sem perceber o novo domínio do neoliberalismo no ocidente (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Decorre, então, o problema de cada teoria crítica privilegiar apenas uma das formas de indignação. Enquanto a crítica estética apregoa o repúdio total ao capitalismo, a crítica social, por seu turno, pretende sanar o problema das desigualdades sociais e da pobreza no mundo. “Embora possam parecer radicais, certas soluções para esse problema não pressupõem a cessação da produção industrial, da invenção de novos artefatos, do enriquecimento da nação e do progresso material [...]” adotando, para tanto, uma posição menos radical às possibilidades de intervenção no sistema capitalista para o qual, mesmo em tempos de crise, não pareça no médio prazo que a ruptura total seja uma alternativa viável (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 76).

De todo modo, ambas as concepções críticas apresentam ora uma dimensão “modernista” e ora “antimodernista”. A crítica estética é antimodernista ao persistir nas questões de desencantamento do mundo, porém modernista em incomodar-se com a emancipação. A denúncia à construção moderna que apenas finge a autonomia em relação à criatividade, autogestão do pensamento e ação é posta em evidência, dado que a dinâmica capitalista subjugou os humanos ao poder de uma “racionalidade instrumental”, mantendo-os sob controle de uma lógica perversa de exploração. Por sua vez, a crítica social é antimodernista ao ater-se à crítica do egoísmo individual corroendo a solidariedade coletiva, porém assume um caráter modernista ao perseverar na temática da desigualdade social (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 76).

Um dos problemas da crítica é integrá-la num conjunto concreto de referências às quatro fontes de indignação. Há alguma imprecisão subjacente à crítica, mesmo a mais radical, na perspectiva de que ela sempre compartilha de algum aspecto que procura denunciar, sendo desse modo passível de falha ou incompleta na sua essência.

Fato é que tanto a crítica estética quanto a social necessitam se adaptar à realidade capitalista do seu tempo, se reinventar com novas armas permanentemente, já que o capitalismo apesar de diminuição das formas antigas de opressão segue se desenvolvendo à custa do crescimento das desigualdades (BOLTANSKI; CHIAPELLO,

2009). Como observa Santos (2012) o capital se uniu mundialmente, enquanto a crítica se desarranjou por falta de objetivos que articulem ações conjuntas<sup>5</sup>. Portanto, a crítica deve ser restabelecida, particularmente para propor soluções nesse momento de crise do capitalismo.

## 2.3 O CAPITALISMO E SUAS CRISES

A partir do esgotamento do modelo taylorista / fordista nos anos 1970 advém a problemática da regulação para entender o contexto das crises. A teoria da regulação remete à análise do capitalismo sob o prisma das instituições. Boyer (2009) caracteriza três princípios para a compreensão das instituições, a saber: regime monetário, relação salarial e formas de concorrência. As crises, por sua vez, decorrem, geralmente, das “imperfeições do mercado ou da inadequação de políticas que visam a evitá-las” (BOYER, 2009, p. 106).

Nessa direção os regulacionistas distinguem cinco tipos de crise, organizadas em ordem crescente de gravidade. A primeira forma é a **crise como perturbação exógena**, advinda de uma catástrofe natural, guerra, colapsos provenientes da economia internacional, etc. O segundo tipo é a **crise cíclica ou endógena como parte da regulação**, caracterizada pela tendência do capitalismo à expansão e recessão, mas sem afetar a estabilidade macroeconômica, podendo ser equacionada pelas instituições “no âmbito da regulação, sem transformação significativa” (BOYER, 2009, p.107). Contudo, pode acontecer um terceiro tipo, **crise no modo da regulação**, em que “a repetição dos ciclos da acumulação acarrete uma lenta alteração dos parâmetros do regime vigente e que, em vez de corretores, os mecanismos correspondentes revelem-se desestabilizadores” (Boyer, 2009, p. 107). Tal situação pode ser exemplificada com a crise concorrencial de 1929, em que o aumento da produção, em vez de aumentar os lucros os reduziu ainda mais, sem a possibilidade de uma retomada oriunda da dinâmica macroeconômica, embora ainda pudesse haver a permanência de um regime de acumulação viável. De todo modo, a não resolução de uma crise do modo de regulação pode gerar os casos mais graves de crise, que são a crise no regime de acumulação e, na pior das situações, a crise do modo de produção.

O quarto tipo é a **crise do regime de acumulação** que é representada por um esgotamento das relações das formas institucionais fundamentais que conduzem o regime

---

<sup>5</sup> Em entrevista, Boaventura Sousa Santos declara: “Quem se uniu globalmente foi o capital. Dividiram-se os trabalhadores de país para país e dentro do mesmo país; depois dividiram-se os diferentes movimentos: trabalhadores, dos ecologistas; os ecologistas, dos gays; os gays, das mulheres; as mulheres, dos povos indígenas, etc. Essa divisão tem sido realmente o grande desarme das forças críticas” (SANTOS, 2012, p. 694).

de acumulação. O período entre guerras ilustra esta situação, em que houve um enorme investimento científico para o desenvolvimento de tecnologias de produção e métodos de racionalização da produção, mas a relação salarial ainda considerada um fator limitante para o desenvolvimento econômico, pois o regime de acumulação, advindo do século XIX, era orientado pelo lucro. “O crescimento da produção industrial não é acompanhado de uma evolução tão favorável do emprego, fazendo com que o salário real não seja ajustado a partir dos ganhos de produtividade” (BOYER, 2009, p. 85). Desta forma, tem-se uma situação de uma acumulação intensiva sem consumo de massa. O colapso do regime de acumulação fordista também é representativo da crise do regime de acumulação, neste caso resultante da incapacidade de organização de uma configuração institucional que equacione os problemas do regime de acumulação.

A quinta forma de crise para a teoria da regulação é a **crise do modo de produção**. A economia entra em colapso, as formas institucionais não conseguem mais estruturar a organização social de modo a garantir uma relação salarial satisfatória, regular a concorrência e o regime monetário, ocasionando um caos social tal qual ocorreu com o feudalismo ou com a União Soviética, em que a falta de sucesso nas reformas causou a bancarrota do modo de produção feudalista e comunista, respectivamente.

Para a teoria da regulação a crise é consequência de um processo histórico inserido num arranjo macroeconômico institucional, característico de cada economia de acordo com sua estrutura. Regulação e crise são faces da mesma problemática, conforme resume o Quadro 2 ilustrando os tipos e características das crises.

Quadro 2 – Tipologia das crises econômicas

<b>TIPO</b>	<b>NA HISTÓRIA</b>	<b>PERÍODO CONTEMPORÂNEO</b>
<b>Choque aparentemente exógeno</b>	Crise de abastecimento	Choques do petróleo de 1973 e 1979, primeira e segunda guerras do Iraque.
<b>Crise como parte da regulação</b>	Ciclo dos negócios do século XIX	<i>Stop-and-go</i> da regulação monopolista.
<b>Crise da regulação</b>	Ciclo não reprodutivo	Aceleração da inflação e reivindicação de indexação nos anos 1960.
<b>Crise do regime de acumulação</b>	Acumulação intensiva sem consumo de massa	Crise japonesa dos anos 1990; crise asiática de 1997.
<b>Crise do modo de produção</b>	Crise do feudalismo	Colapso da economia soviética.

Fonte: Boyer (2009, p. 109).

Desde o surgimento, o capitalismo tende a se expandir para além da economia local (WALLERSTEIN, 1978 apud BOYER, 2009, p. 119). Isso, inclusive, cria

interdependência entre formas institucionais internas e externas transmitindo, por conseguinte, a propagação das crises do capitalismo de um país para outro. A internacionalização também foi um fator de crise do modo de produção fordista / taylorista, na medida em que a falta de inovações, em termos de produtos, prejudicou a competitividade internacional e a maturação do consumo de massa, deslocou a economia para o setor de serviços, o que implicou num regime desfavorável ao emprego de melhor qualidade: o setor industrial.

As finanças passam a ser um fator de propagação da crise. A relação salarial fordista deixa de ser promotora da cidadania social para ser entendida como um encargo que pesa sobre a rentabilidade e competitividade das empresas, com isso desponta o modelo neoliberal com flexibilização dos contratos de trabalho e liberação financeira. “Um fator de crise, portanto, é introduzido tão logo a financeirização foi associada a uma desregulamentação acentuada do trabalho e da cobertura social” (BOYER, 2009, p. 129).

A situação é tão grave que economistas da Unicamp fizeram um Manifesto em Defesa da Civilização, alertando que a saída da crise nos países desenvolvidos, bem como para o capitalismo mundial, é tanto econômica quanto política.

Muitos dirão que essa situação será revertida com a suposta volta do crescimento econômico e a retomada do investimento na indústria de transformação nestes países. Não é verdade. É preciso aceitar rapidamente o seguinte fato: no capitalismo, o inevitável avanço do progresso tecnológico torna o trabalho redundante. O exponencial aumento da produtividade e da produção industrial é acompanhado pela constante redução da necessidade de trabalhadores diretos. Uma vez excluídos, reincorporam-se – aqueles que o conseguem – como serviços baratos dentro de um circuito de renda comandado pelos detentores da maior parcela da riqueza disponível (MANIFESTO..., 2012).

Diante desse cenário, constata-se que o trabalho, a moeda e a natureza não deveriam ser regulados pelo mercado, porque “não são mercadorias” (POLANYI, 2000, p. 94). De maneira semelhante percebe-se que a educação pode ter uma dimensão mais humanizada e para além do mercado. Diante desse cenário, pergunta-se se o papel da universidade e da biblioteca – enquanto instituições educacionais – está sendo cumprido no sentido da realização de atividades que auxiliarão numa saída da crise, levando em conta os aspectos humanos e sociais necessários à manutenção da sobrevivência da humanidade.

Neste ponto vale considerar que, também no âmago da crise, encontra-se a questão ecológica (ZARIFIAN, 2009). Neste sentido, cabe indagar: qual o papel da biblioteca – e particularmente da biblioteca universitária: fomentar o silício ou a celulose? Explicitando melhor, é necessário que se avalie, em todas as dimensões, a relação custo/benefício entre o uso das tecnologias digitais e do impresso. Afinal, como bem salienta Krugman (2013), uma das características da crise atual assenta-se no fluxo do capital internacional que se converte em informação nas redes virtuais. Estaria a biblioteca

universitária à mercê deste processo? Neste contexto, quais são as estratégias de autossustentação da universidade e da biblioteca universitária? Qual o papel da biblioteca universitária neste processo?

Dulci (2009a) relaciona a crise atual e o intenso fluxo internacional de capital financeiro ao renascimento das políticas neoliberais, traduzidas pela redução do Estado e crescimento do mercado, o que afeta fortemente a política de economia regulada e bem-estar social. Como ficam, neste contexto, as universidades públicas e suas bibliotecas? Principalmente quando aumentam as demandas pelo atendimento de uma população crescentemente empobrecida que, em contrapartida, pressiona pela inclusão de seus filhos ao acesso do diploma universitário-profissional como ganho simbólico e possibilidade de mobilidade social (BOURDIEU; BOLTANSKI, 1975).

No que se refere à Universidade, particularmente à investigação científica, um debate importante são os rumos da pesquisa na área de economia ou em outras áreas cuja atribuição seja pensar as questões sociais. A estrutura da universidade causa o isolamento dos pesquisadores em suas áreas de pesquisa, sendo isso um empecilho para a ampliação do debate acadêmico e a resolução de problemas como a crise atual. Nesse sentido, Boyer (2011) aponta os encontros e desencontros entre a corrente regulacionista e os pós-keynesianos na compreensão da economia. Ambos os enfoques coincidem no fato de que o modelo de explicação neoclássico foi incapaz de dar conta dos fatos observados desde os anos 1970 e, particularmente, da crise atual. Por outro lado, possuem os regulacionistas uma visão mais marxista e histórica que marcadamente keynesiana. Boyer (2011) ressalta ainda que os regulacionistas conhecem e reconhecem os avanços da teoria pós-keynesiana, entretanto poucos são os pós-keynesianos que referenciam a contribuição complementar dos regulacionistas.

Para os pós-keynesianos é possível explicar a economia pela economia, ou seja, sem considerar os fatores técnicos, demográficos, sociais ou políticos. De outro modo, os regulacionistas, desde a origem, rejeitam essa compreensão, porque, se assim fosse, ignorariam o avanço da história econômica, da sociologia, do direito e das análises políticas, as quais podem fornecer subsídios para a compreensão e escolha de hipóteses mais essenciais pelos economistas (BOYER, 2011).

Os regulacionistas destacam que a política macroeconômica possui um caráter institucionalmente situado em um contexto histórico, em contraposição a uma teoria macroeconômica universal e atemporal. Além disso, preocupam-se com as tendências de longo prazo, enquanto os pós-keynesianos concentram mais esforços na discussão de políticas econômicas de curto e médio prazo.

De qualquer modo, Boyer (2011, p. 32) aponta quatro pontos em que tais correntes teóricas podem assumir uma complementaridade para um trabalho cooperativo, a

saber:

1) Considerar realmente as questões macroeconômicas, particularmente o papel das instituições como coordenadoras dos atores sociais: a autorregulação pelo mercado tem se mostrado ineficiente, com isso os regulacionistas trazem a importância das instituições para o controle do mercado. A questão posta é se os pós-keynesianos estão dispostos a compreender a macroeconomia considerando o papel das instituições, porque, até o momento, para eles as instituições não exercem influência alguma ou apenas uma função marginal independentemente do momento histórico. Em referência ao contexto alemão, Boyer (2011)<sup>6</sup> observa, por exemplo, que a coordenação das regras pelas instituições em detrimento do livre mercado é muito mais eficiente que a adesão aos princípios keynesianos, pouco dominantes na Alemanha.

2) Organizar e selecionar os melhores modelos explicativos das várias gerações para comprovar sistematicamente o poder de explicação: o propósito é adotar uma epistemologia crítica e realista e não impor um positivismo para encontrar a verdadeira explicação econômica. Ao contrário há que se encontrar um critério de coerência nas explicações macroeconômicas. No entanto, é pouco aconselhável que teorias e modelos que proponham hipóteses irrealistas sejam justificadas, apenas para demonstrar a habilidade matemática de alguns economistas, considerando principalmente o contexto da crise (KRUGMAN, 2009 apud BOYER, 2011). Para tanto, embora sem a pretensão de estabelecimento de paradigma, é necessário considerar alguns avanços da corrente regulacionista: o regime fordista não é passível de generalização; reavaliar severamente a hipótese do regresso a uma regulação competitiva; negar que a globalização é uma condição indispensável para todos os capitalismo e, mais ainda, o questionamento a respeito da viabilidade do livre mercado e das finanças sem nenhum modo de regulação.

3) Desenvolver melhor o método keynesiano para melhorar a dinâmica macroeconômica: se o princípio keynesiano da demanda efetiva é central, não pode *de per se* explicar o conjunto de aspectos positivos e negativos da dinâmica econômica, tendo em vista também a centralidade dos mercados financeiros. Assim, a repercussão das ações entre os mercados imobiliários, de crédito e da bolsa de valores podem ser importantes para a economia enfrentar períodos de instabilidade estrutural. É importante um programa de investigação realista dos mercados financeiros e sua relação com a economia real (CHIARELLA; FLASCHEL; FRANKE, 2009 apud Boyer, 2011), sem desconsiderar a estrutura clássica e marxista que regem a dinâmica capitalista.

4) Atribuir a qualquer modelo de explicação econômica uma dinâmica lenta e

---

<sup>6</sup> BOYER, Robert. Succès et résilience de l'industrie allemande. Quelles leçons pour la France, **Les Cahiers du Lsaire**, n. 42, Paris, abril. 2011.

passível de falhas em sua estabilidade estrutural: alguns economistas seguindo a tradição liberal, persistem em explicar a crise iniciada em 2008 apenas como um choque externo, proveniente das transformações tecnológicas, monetárias e financeiras, em geral considerando uma análise *a posteriori*.

Boyer (2011), por fim, ressalta que talvez o modo de estruturação acadêmica seja o principal problema para avançar nas investigações em economia. A trajetória acadêmica de jovens e talentosos economistas é guiada pelas condições de acesso à profissão de pesquisador, na promoção da carreira e na exaltação das publicações, fazendo com que direcionem as pesquisas para enfoques matemáticos que, até o momento, são infundados e, contraditoriamente, são áreas em que há maior disponibilidade de financiamento. Ademais, há a tentativa de alguns dissidentes em reagruparem-se em pequenas comunidades em que o grupo exalta somente aos fundadores (Marx, Keynes, Shumpeter, Polany, etc.). Com isso, na tentativa de constituir uma interpretação heterodoxa retorna-se a uma ortodoxia pela falta de uma visão de conjunto.

De certa maneira, a situação descrita por Boyer (2011) afeta todas as carreiras acadêmicas o que dificulta a realização de projetos locais e internacionais, os grandes ou pequenos grupos querem, muitas vezes, impor o individualismo metodológico, apenas observando a sua área de formação ou interesses guiados por ideologias, como a do determinismo tecnológico. Por outro lado, em contexto de crise como o atual, as várias áreas poderiam se concentrar em pontos importantes, sobretudo de longo prazo, tal qual, por exemplo, a questão do Plano Nacional do Livro e da Leitura no caso da biblioteconomia brasileira, para contribuir em saídas sustentáveis do ponto de vista ambiental e humano. Daí a questão: como a universidade e suas bibliotecas podem contribuir com pesquisas e ações que apontem para a saída da crise atual? A solução, considerando a perspectiva de Boyer (2011), deverá ser bastante difícil tendo em vista a complexidade do sistema capitalista perpassado, não somente por questões econômicas, mas também culturais, políticas e sociais nas quais as universidades e as bibliotecas estão estabelecidas.

A política de globalização, antes representada pelo Consenso de Whashington, agora mais implícita, apontou uma convergência necessária ou desejável para o capitalismo financeiro. Todavia, os últimos anos têm mostrado que a financeirização alcançou um limite nos Estados Unidos e no Reino Unido e que modelos alternativos tem se mostrado mais eficientes. Um estudo histórico de trezentos anos de capitalismo e comparado em mais de vinte países corrobora a assertiva ao constatar que “desde a década de 1970, a desigualdade voltou a aumentar nos países ricos, principalmente nos Estados Unidos, onde a concentração de renda na primeira década do século XXI voltou a atingir – e até excedeu – o nível recorde visto nos anos 1910-1920” (PIKETTY, 2014, p. 22). Um imposto progressivo sobre a renda e uma tarifação justa na transmissão da herança tiveram um

papel importante na redução das desigualdades econômicas e sociais após a segunda guerra mundial (PIKETTY, 2014). Atualmente, a reação de algumas nações à crise mundial oferece uma interessante, ainda que provisória, interpretação de fortalecimento das configurações institucionais (BOYER, 2012, p. 06). Nessa mesma direção, afirma Varoufakis (2012, p. 329) que “os países emergentes, como China, Brasil, Índia, África do Sul, etc., devem aportar importantes elementos para a construção de um futuro melhor”.

Na próxima seção, incorpora-se uma discussão do processo de trabalho na biblioteca para compreender como esta instituição pode auxiliar no combate à crise. No capítulo 04, retoma-se a temática da crise econômica enfocando, particularmente, seus efeitos em relação ao emprego bibliotecário no Brasil, Espanha e Moçambique, tendo em vista que a crise e o capitalismo se manifestam distintamente nesses países.

## 2.4 O PROCESSO DE TRABALHO EM BIBLIOTECAS E ALGUNS ELEMENTOS DO CAPITALISMO E DA CRÍTICA

A atividade na biblioteca, por analogia, segue a mesma lógica proposta por Marx (2011). Assim, há aqueles que executam o trabalho, no caso, o bibliotecário e seus auxiliares. A matéria-prima ou objeto de trabalho foram inicialmente, os tabletes de argila, os rolos de papiro, depois o livro e o documento eletrônico. Existem ainda as ferramentas de trabalho: o catálogo, as classificações bibliográficas, o computador, etc.

Sendo o livro uma mercadoria cabe ao bibliotecário selecionar – ou seja, não irá adquirir todos os livros editados - adquirir, organizar, custodiar e disseminar o uso. A biblioteca como instituição foi, ao longo da história, preservando o conhecimento nos diversos tipos de suporte, inicialmente com os tabletes de argila, depois o papiro, o pergaminho e a partir de 1440, com a invenção da imprensa de tipo móveis, surgiu o livro em papel, quando se tornou possível uma maior expansão das bibliotecas porque, diferentemente dos livros manuscritos, a imprensa possibilitou a publicação de livros em larga escala. Em todos estes contextos o trabalho é bastante artesanal. Adentra-se no primeiro espírito capitalista quando a biblioteca passa a adquirir livros das editoras, já que estas são empresas capitalistas.

A partir do século XVI destaca-se uma inovação técnica nos meios de trabalho da atividade bibliotecária, o surgimento do catálogo classificado contendo um índice alfabético. Em 1560, Florian Trefler publicou um tratado sobre a manutenção de biblioteca no qual propunha um sistema de classificação, números de localização dos livros e um catálogo dividido em cinco partes: catálogo alfabético de autores, lista das estantes, índice classificado para os registros das partes, índice alfabético para o índice classificado e lista dos livros não integrados ao acervo geral (MEY, 1995).

Em 1676 ocupou o cargo de bibliotecário de Hanover, Gottfried Wilhelm Leibniz, um importante pensador, mas ainda não um bibliotecário com graduação em biblioteconomia. Na concepção de Leibniz a biblioteca deveria ter o caráter de instituição pública assim como a escola. Ainda segundo Leibniz, a biblioteca deveria contribuir para o progresso e para o melhoramento da humanidade, não apenas observando o número de raridades ou preciosidades de seus livros, mas potencializando seu uso. Recomendou que a biblioteca deveria ser atualizada, continuamente, com aquisições planejadas para não perder sua utilidade, eficácia e importância. Além do catálogo sistemático e alfabético por autores, julgou importante um catálogo cronológico por ano de publicação e principalmente um riquíssimo catálogo de assunto (SERRAI, 1975).

Já no século XIX a biblioteca passa por grandes inovações técnicas. No que se refere ao avanço dos meios de trabalho o grande destaque foi a elaboração do primeiro grande sistema de classificação, a Classificação Decimal de Dewey (CDD), criado pelo bibliotecário americano Melvin Dewey, em 1876. A CDD divide o conhecimento em dez grandes áreas que vão se subdividindo a fim de possibilitar a representação dos assuntos dos documentos. Ainda naquele século dois advogados belgas, Paul Otlet e Henri Lanfontaine, diante da explosão de livros e outras formas de registros do conhecimento, criaram o Instituto Internacional de Bibliografia, em 1895, com o objetivo de produzir uma bibliografia universal, com o registro em um catálogo de todas as obras produzidas mundialmente (ORTEGA, 2004). O projeto foi parcialmente concretizado, mas deixaram como importante legado a Classificação Decimal Universal (CDU), sistema de classificação também baseado nas grandes classes, mas com uma possibilidade de detalhamento um pouco maior que a CDD. Esses sistemas de classificação são utilizados ainda hoje na maioria das bibliotecas em todo o mundo.

Ainda no final do século XIX, para além das inovações técnicas, a biblioteca cria um setor voltado para atender ao leitor. A figura do leitor aparece no renascimento de maneira incipiente dado o alto analfabetismo da população, sendo as bibliotecas pouco acessíveis à grande maioria das pessoas, constituídas basicamente para atender a necessidade de leitura de uma elite intelectual. Conforme Grogan (2001) a primeira alusão ao termo serviço de referência ou auxílio ao leitor apareceu na 1ª Conferência da *American Library Association* em 1876, quando Samuel Sweet Green destacou a relevância do auxílio aos leitores em relação ao uso da coleção.

Nesse particular, um importante bibliotecário indiano, Ranganathan (2009) publicou, originalmente em 1931, as cinco leis da biblioteconomia, as quais passaram a ser um marco para a biblioteconomia enquanto área do conhecimento que deveria ter o foco nos leitores. A primeira lei de Ranganathan (2009) reflete bem a dimensão principal da biblioteca, ou seja, “os livros são para serem lidos”. A partir daí pode-se entender a

dimensão da biblioteca como algo muito além da organização dos livros. O que está no centro desta Lei de Ranganathan (2009) é que a biblioteca, enquanto instituição organiza os livros para que os leitores os leiam.

A segunda e a terceira lei de Ranganathan (2009) são ainda mais específicas ao dizerem, respectivamente, que cada leitor tem seu livro e cada livro o seu leitor. Essa caracterização indica a importância do bibliotecário conhecer o gosto do seu leitor, porque todo o processo de seleção e organização deveria privilegiar o interesse da comunidade daquela biblioteca pela qual o bibliotecário é responsável.

A quarta lei de Ranganathan (2009), diz que se deve poupar o tempo dos leitores. Assim, é fundamental pensar que as atividades desenvolvidas pela biblioteca existem para atender, sobretudo, a demanda dos leitores e não aspectos técnico-administrativos.

Por fim, a quinta e última lei de Ranganathan (2009) diz que a biblioteca é uma instituição em crescimento. Nessa medida, incorporam-se livros de acordo com a necessidade dos leitores, porque existe um crescimento do número de livros enorme e nem todos poderão ser adquiridos, mas muitos o serão e deverão ser adquiridos em função da demanda dos leitores.

Ao longo do século XX, as bibliotecas são afetadas por inovações no processo de trabalho, sobretudo com uso do computador. A primeira aplicação dos computadores nas bibliotecas se deu em 1935, na Universidade do Texas, na qual se introduziu o uso de cartões perfurados para o controle de empréstimo de livros (FONSECA, 1979). Mais adiante, por volta da década de 80, com o advento dos computadores pessoais, os mesmos passaram a ser ferramenta bastante importante nas atividades de aquisição, catalogação, conversão das fichas catalográficas para o catálogo *online*, acesso a periódicos e base de dados online. Enfim, uma série de avanços que foram incorporados na prática do trabalho bibliotecário.

Até este momento a biblioteca vive no segundo espírito do capitalismo. A crítica ao elitismo da biblioteca voltada para uma pequena classe foi positivamente incorporada ao expandir-se a alfabetização e, por conseguinte, o maior uso das bibliotecas. Embora nos primórdios a profissão fosse associada à imagem do homem intelectual, a partir da revolução industrial houve maior recrutamento da mão de obra masculina nas atividades da produção, “então as bibliotecas recorreram às mulheres. Eram as mulheres que atendiam as tarefas não remuneradas ou com salários mais baixos: as tarefas domésticas, as vinculadas a função biológica de procriar e cuidar dos filhos” (ROGGAU, 2006, p. 22-23, tradução nossa)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> No original: *entonces las bibliotecas recurrieron a las mujeres. Las mujeres eram que atendiam*

A crítica vinda de outras áreas ligadas à cultura, particularmente representada pelo cinema, recai no estereótipo da bibliotecária e outras profissões com predominância do sexo feminino (ROCHO, 2007). Numa análise empírica, em referência à figura da bibliotecária, percebe-se uma tentativa de depreciar a importância da biblioteca e, conseqüentemente, do livro em relação ao dito glamour do cinema e da imagem, considerando-se que a indústria cinematográfica, salvo algumas exceções, está subordinada a um imenso mercado global. Enquanto a biblioteca está vinculada a um país, cidade ou a uma universidade, sendo em geral pública, de acesso gratuito e, num sentido amplo, não visa extração da mais-valia tal como a produção de um filme. Esses e outros estigmas ensejaram a chegada do terceiro espírito capitalista no âmbito da biblioteca.

No fim do século XX, já no terceiro espírito capitalista, principalmente com a implantação da *World Wide Web* (WWW), foi possível a criação de “[...] bibliotecas digitais, acessíveis via Internet, onde o usuário pode acessar o texto completo dos documentos, e os mecanismo de busca da própria Internet” (CENDÓN, 2005, p.73). Esses novos recursos informacionais impulsionaram as possibilidades de atuação da biblioteca em disponibilizar conteúdo aos seus usuários. Entretanto, a Internet não substitui a biblioteca, porque esta última é um espaço cultural de interação social entre as pessoas. Ambas exercem atividades de acesso à informação, embora a Internet seja um espaço mais anárquico e de fácil acesso, cabe à biblioteca a disseminação do livro a todos os lugares onde a Internet não alcança<sup>8</sup>.

A evolução da tecnologia traz uma série de contradições, uma delas foi recordada por Tauile (1981) ao dizer que o lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima se tornou possível graças ao primeiro computador, ENIAC, que possibilitou os cálculos complexos para seu lançamento. O mau uso das tecnologias, desse modo, podem trazer conseqüências catastróficas. Analogamente a Internet, mesmo propiciando facilidade de acesso à informação, particularmente útil no ambiente acadêmico, produz um excesso informacional difícil de gerenciar<sup>9</sup>, além de possíveis manipulações de informações, espionagem, perda de privacidade e impactos negativos sobre a sociabilidade, bem como maior controle sobre o trabalho e prejuízos à saúde do trabalhador (CRIVELLARI, 2002; VIANNA; CRIVELLARI, 2009; VIANNA, 2012).

---

*las tareas no remuneradas o con los salários más bajos: las tareas domésticas, las vinculadas a la función biológica de procrear y cuidar a los hijos.*

<sup>8</sup> Segundo levantamento, divulgado em 2013, da União Internacional de Telecomunicação 60% da população mundial ainda não tem acesso à Internet e considerando o continente Africano apenas 16% das pessoas utilizam a Internet. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2013.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

<sup>9</sup> Segundo Castells (2003, p. 77) “há na web cerca de 550 milhões de documentos (95%) publicamente acessíveis, e a informação online está crescendo à taxa de 7,3 milhões de páginas da web por dia”.

Desse modo, pode-se entender que o processo de trabalho em bibliotecas embora tenha passado por várias modificações, continua o mesmo no seu cerne. O trabalho continua dividido em tarefas ou setores (RAMOS, 2004). O setor de **seleção e aquisição** é o responsável pela seleção dos materiais, aquisição de acordo com a política de desenvolvimento de acervo; o setor de **processamento técnico** realiza a catalogação do material que inclui a representação física, temática e indexação para disponibilização das obras fisicamente no acervo ou virtualmente nos catálogos, que podem ser eletrônicos ou em formato de fichas impressas.

No caso dos catálogos eletrônicos (OPACS) há tanto a possibilidade de dados para a localização do livro na estante quanto para acesso ao próprio documento virtual, em algumas situações, disponibilizado diretamente pelo catálogo. Já os catálogos manuais apresentam os dados da obra para sua localização física nas estantes, sendo também eficientes do ponto de vista da localização do item no acervo. Algumas bibliotecas, sobretudo as universitárias, possuem um **setor de periódicos** onde se controlam as assinaturas de jornais e demais periódicos impressos. Atualmente com a migração crescente dos periódicos para o meio eletrônico, este setor é responsável pelo treinamento no uso de bases de dados de acesso aos periódicos eletrônicos.

Outra área importante é o **setor de referência**, responsável pelo atendimento ao leitor ou usuário. Com a abertura das bibliotecas ao público este tem sido um setor de grande destaque, porque é nesse momento que o bibliotecário pode interagir diretamente com o público para mediar a busca de informação. No contexto da Internet esta mediação tem sido direcionada para o desenvolvimento da “competência informacional” dos usuários. Segundo Campello (2003) a competência informacional é a habilidade de utilizar com propriedade os recursos informacionais disponíveis na Internet. Cabe destacar, no entanto, que a função de auxílio no desenvolvimento do gosto da leitura, principalmente de livros, ainda é uma tarefa bastante importante e desafiante para as bibliotecas.

Há também, segundo Mangué (2007), o **setor de circulação** que atua em conjunto com o setor de referência, pois é onde acontecem os empréstimos e devoluções de materiais.

Sinteticamente pode-se dizer que o computador é uma ferramenta de trabalho importante, presente em quase todas as bibliotecas, particularmente nas bibliotecas universitárias. O livro como matéria-prima do conhecimento ainda é, entretanto, fundamental. Mesmo com a enorme quantidade de informação no contexto digital, não se pode resumir a biblioteca a apenas uma unidade informacional, ela é, sobretudo, um espaço de cultura.

A crítica veiculada na literatura especializada, geralmente incorporando o terceiro espírito do capitalismo, alinha-se ao questionamento do estatuto de cientificidade da

biblioteconomia, possivelmente revelado numa dita “ciência pós-moderna”: a ciência da informação. Deprecia o fazer bibliotecário acusando-o de técnico, restrito à biblioteca e pouco inovador. A ciência da informação, em certa medida, assume-se como mais dinâmica, tecnológica ao extrapolar o ambiente da biblioteca em direção ao mundo da informação.

Por outro lado, a perspectiva crítica proposta nesta tese vislumbra defender e propor mudanças para garantir a permanência da instituição biblioteca, acreditando que ela possa contribuir para diminuir as desigualdades sociais acentuadas no terceiro espírito do capitalismo. A seguir, na próxima seção, apresenta-se uma perspectiva de atuação do bibliotecário diante deste ambiente de crise.

## 2.5 BIBLIOTECÁRIO: O TÉCNICO, O ARTÍFICE, O CRÍTICO

Embora os bibliotecários recorram inevitavelmente às técnicas para classificar, indexar e descrever os livros e outros recursos informacionais, a técnica nunca é um fim em si mesma. Quaisquer que sejam elas, na realidade, não são mais do que meios pelos quais os bibliotecários tentam colocar o conhecimento registrado ao alcance dos leitores. Ao fazer isso, ele está agindo como um intérprete, um tradutor e um divulgador. Nesse sentido, o trabalho do bibliotecário “[...] é, ou deve ser, acima de tudo, intelectual, criando mensagens sobre registros do conhecimento, visando a públicos específicos e caracterizados” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 04,). Ainda nessa direção em relação ao fazer do bibliotecário, Moraes (1942) acentua que:

A sua preocupação principal não deve ser datilografar fichas perfeitas, segundo um código de catalogação, mas conhecer o conteúdo dos livros que possui, ser um guia intelectual do leitor. Muitos bibliotecários esquecem que a principal coisa, na biblioteca, para o leitor, é o livro e não a técnica que se empregou para catalogá-lo e classificá-lo. O bibliotecário moderno, repito, é um intelectual e um técnico. (MORAES, 1942 apud CASTRO, 2000, p.203).

Além da noção de trabalho técnico, para que se entenda o bibliotecário, enquanto um “artífice”, é preciso ir além da ideia do trabalho intelectual, na medida em que, de acordo com Gramsci (1978), todos os homens são intelectuais.

Nesse sentido, a sociedade ocidental tende a separar o trabalho manual do trabalho mental, julgando uma suposta sobreposição da permanência das ideias em relação à matéria, proposição que “deixa os filósofos felizes, mas não deveria, porque o filósofo pode pagar pelas ideias duráveis um preço que o artífice não paga na oficina” (SENNETT, 2012, p. 143). De maneira análoga, os professores, trabalhando na sala de aula, podem vivenciar uma interação mais conflituosa com os alunos, já que devem seguir um programa, ensinar, conduzir e avaliar, enquanto que os bibliotecários, trabalhando na biblioteca

(oficina), com os livros (cultura), podem conseguir uma aproximação mais dialógica com os leitores (usuários), pois têm maior liberdade de ação, sem uma obrigação formal de alcançar metas de livros a emprestar. Isso o torna próximo do trabalho do artífice.

O artífice remete à figura do músico, do ator ou do carpinteiro que se dedicam à arte pela arte, cuja atividade tem caráter prático que envolve o corpo, o pensamento e a ação, mas sua lida não é apenas um meio para alcançar um fim e a recompensa é o prazer do trabalho bem feito e o engajamento social (SENNETT, 2012).

A palavra originalmente empregada para designar o artífice é demiurgo. De origem grega, o termo *demios* significa público e *ergon* produtivo, ou seja, literalmente o que produz para o povo. Com isso, o objetivo é de explorar a função social dos bibliotecários como um grupo dessa categoria e dar uma ideia do modo como eles desempenham seu papel dentro da instituição Biblioteca.

Desse modo, o bibliotecário seria como um artífice que se dedica a disseminar a cultura da palavra escrita, materializada nos livros, sobretudo para as classes sociais mais pobres, por intermédio da biblioteca como espaço de cultura. O que caracteriza o bibliotecário, o que o diferencia dos outros profissionais, entre os quais o professor, é que ele atua em contato direto com leitores e potenciais leitores e que a biblioteca lhe é delegada para que seja usada, na perspectiva de que os livros existem para serem usados (RANGANATHAN, 2009). O bibliotecário, desse modo, está de maneira privilegiada na intercessão entre a torrente de livros e o homem (ORTEGA Y GASSET, 2006).

Essa caracterização na qual se pode incluir o bibliotecário na categoria de artífice permite evitar muitos problemas. Em primeiro lugar, ela proporciona as bases teóricas que possibilitam estudar o trabalho bibliotecário como trabalho artífice, evitando assim reduzi-lo à sua dimensão instrumental e técnica. Em segundo lugar, ela permite esclarecer as questões ideológicas que dificultam a prática indispensável do exercício do bibliotecário como artífice. Em terceiro lugar, finalmente, essa definição demonstra como o bibliotecário contribui, por meio das abordagens que adota e usa, para a produção e legitimação de interesses políticos, econômicos e sociais de certos grupos sociais em detrimento de outros.

Desta maneira, percebe-se que o bibliotecário deve atuar no sentido da formação dos leitores e não apenas no seu próprio crescimento pessoal e intelectual. Daí a questão: são os bibliotecários leitores? Esta pergunta traz consigo a dimensão da própria aculturação literária dos bibliotecários enquanto profissionais, como também a perspectiva de que sendo leitores não basta ser um leitor para si, devem potencializar o gosto e o prazer da leitura nos leitores e não-leitores, que estão sob sua tutela, sejam nas bibliotecas públicas, escolares, universitárias ou especializadas.

De fato, pode-se considerar como o saber bibliotecário, propriamente dito, a concepção do mundo que ele traz consigo, não somente do profissional que promove o acesso à informação, mas também o acesso à cultura literária. Neste sentido, o saber bibliotecário pode ser definido a um só tempo como um conjunto instituído de conhecimentos e de práticas relativas ao ofício de organizar– ou seja, que tem como objetivo o acesso à informação – e liderar a formação do gosto pela leitura em conjunto com os professores e a família.

A cada nova geração, a sociedade se encontra em presença de uma tabula quase rasa sobre a qual ela deve construir novamente. [...]. Esta é a obra da educação, cuja grandeza podemos reconhecer. Ela cria um novo ser no homem, e este homem é feito de tudo o que há de melhor em nós e de tudo o que dá valor e dignidade à vida. Esta virtude criadora é, aliás, um privilégio específico da educação humana. (DURKHEIM, 2011, p. 110).

O bibliotecário deve essa influência à sua missão, que a sociedade civil lhe confia e à autoridade moral proporcionada por seu saber, sua experiência e a natureza de seu trabalho. O que mais se pede ao bibliotecário senão que coloque ao alcance de seus públicos livros e informações que veiculam visões do mundo? Não é uma das funções fundamentais dos bibliotecários, que ele mais que outros, devem realizar em todas as épocas?

Para que isso ocorra requer-se uma postura crítica dos bibliotecários. Do contrário os livros, podem tornar-se um peso morto, se eles não forem, ao mesmo tempo, entendidos como uma herança condicionada à capacidade de apreciá-la, de recebê-la ou mesmo rejeitá-la. Essa herança é crucial para a construção de um pensamento crítico, pois:

O gosto pela leitura não pode surgir da simples proximidade material com os livros. Um conhecimento, um patrimônio cultural, uma biblioteca, podem se tornar letra morta se ninguém lhes der vida. Se a pessoa se sente pouco a vontade em aventurar-se na cultura letrada devido a sua origem social, ao seu distanciamento dos lugares do saber, a dimensão do encontro com um mediador, das trocas, das palavras ‘verdadeiras’, é essencial (PETIT, 2009, p. 154).

Daí a importância da aproximação com o contexto do leitor, mas sem esquecer a dimensão crítica que permite ao bibliotecário detectar os vieses culturais presentes nos livros (preconceitos, estereótipos, etnocentrismo etc.) e em lançar um olhar reflexivo sobre os seus próprios valores, modos de viver e de pensar, e dos leitores que estão sobre sua tutela. Nesse sentido, na perspectiva de Zarifian (2001), o enfoque crítico ajuda a pensar na qualidade do serviço prestado no âmbito da biblioteca, realizado não apenas no empréstimo do livro, mas no saber como o mesmo pode melhorar qualitativamente a vida dos usuários. Respaldo nos significados atribuídos por Marx, destacando o **valor de uso**, diferenciando-o do **valor de troca**, e por Weber, para que o valor de serviço, no caso o

serviço bibliotecário “encontre e dialogue com os “valores” sociais, no sentido ético e moral do termo, no sentido da racionalidade com relação a valores” (ZARIFIAN, 2001, p. 119).

Concretamente, o valor do serviço é expresso em quatro tipos de avaliações, (avaliação de utilidade; avaliação de justiça; avaliação de solidariedade e avaliação estética), por vezes, conflituosas e até contrárias, mas constituintes de uma totalidade indissociável em uma atividade de serviço (ZARIFIAN, 2001). A primeira é a **avaliação de utilidade**, sendo a mais utilizada, às vezes a única, é calcada na produção de resultados úteis aos propósitos do usuário. “Tais resultados são considerados válidos, pois proporcionam uma utilidade nova, porque eles mudam positivamente as condições da atividade do destinatário” (ZARIFIAN, 2001, p. 105). Na biblioteca, por exemplo, significa que além de emprestar o livro pode-se fazer um comentário sobre alguma característica da obra. Resulta daí, além do empréstimo, uma informação a mais para ajudar a compreender melhor o livro.

A segunda é a **avaliação de justiça**, ancorada no argumento de que é imprescindível oferecer um serviço de igual qualidade a todos, independentemente de sua condição social ou renda. A biblioteca, neste caso, tem que considerar os seus usuários reais e potenciais como pessoas singulares e diversificadas. Age de modo justo ao oferecer livros em braile para deficientes visuais, entre outros serviços exclusivos para pessoas com outras deficiências ou necessidades especiais. A avaliação de justiça serve também como referência para a avaliação da injustiça. A injustiça deve fazer parte dos critérios de avaliação do serviço. Reconhece-se, com isso, no caso da universidade, a necessidade de ajudar os alunos com dificuldades em leitura e escrita a superar este impedimento para obter seu diploma e colocar-se a serviço da sociedade.

A terceira constitui-se como **avaliação de solidariedade**, ativada sempre que há problemas inerentes à melhoria da qualidade de vida de um coletivo social, ou ainda necessidade de cooperação, auxílio mútuo, seja na atividade profissional ou na vida em sociedade, em geral. Assim, a prestação de um serviço envolve “[...] uma decisão de solidariedade a um ato ou a uma produção concreta, endereçada ao outro” (ZARIFIAN, 2001, p. 115). Um exemplo na biblioteca é a disponibilidade em negociar multas e a suspensão de empréstimo, tendo em vista alguma justificativa plausível apresentada pelo usuário em não entregar o livro na data combinada.

A quarta, e última, é a **avaliação estética**. Quando algumas pessoas leem um livro e dizem que essa leitura as transformou, percebe-se as relações afetivas propiciadas pela avaliação estética, “[...] e as mudanças que ela provoca são rearranjos emocionais e éticos, que dependem da intensidade com que uma obra de arte toca a pessoa” (ZARIFIAN, 2001, p. 116), de tal sorte que o apreço por uma obra permita a compreensão do que é belo e bom. A dimensão estética é uma característica inerente a todas as atividades humanas.

Então, a biblioteca é o lugar, por excelência, de revelação da estética dos livros, não como objetos em si, mas como conteúdo passível de propiciar uma mudança valorativa nos leitores.

Por fim, como adverte Zarifian (2001, p. 118), a avaliação estética é frequentemente objeto de manipulação. “Pode-se mesmo dizer que o comércio das emoções tornou-se um dos campos comerciais mais lucrativos, apropriado como foi pelas grandes organizações de comunicação e pelas grandes indústrias [...]”. É considerando este aspecto, sobretudo para esta tese, que o bibliotecário carece revelar-se um crítico.

### **3 CONTEXTUALIZAÇÃO: PAÍSES, UNIVERSIDADES E BIBLIOTECAS**

Este capítulo pretende descrever características gerais dos países em análise na tese, além de aspectos do desenvolvimento das universidades e o contexto de sua atuação, bem como algumas peculiaridades das bibliotecas universitárias. Inicialmente, com um panorama numérico e contextual dos países e de suas universidades para, ao final, apresentar algumas especificidades dos sistemas de bibliotecas analisadas.

#### **3.1 BRASIL, ESPANHA E MOÇAMBIQUE EM NÚMEROS**

O objetivo desta seção é destacar alguns pontos mais relevantes da história do Brasil, Espanha e Moçambique, contemplando situações relevantes para o contexto desta tese, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social nestes países.

Os dados da Tabela 1 indicam que os países são bastante diferentes e, por isso, a comparação deve sempre ser considerada em termos relativos. Um ponto em comum é que são países periféricos em relação aos países capitalistas centrais e todos estabelecem significativas relações comerciais com a China. Os parceiros comerciais mais próximos de suas fronteiras também são importantes, como a Argentina e o Brasil; a França e a Espanha; e a África do Sul e Moçambique. O Brasil apresenta o maior PIB entre os três e o maior investimento em educação, na ordem de 5,8%, enquanto Espanha e Moçambique investem 5% dos respectivos PIB na área educacional. A Espanha apresenta a maior taxa de alfabetização (97,7%) seguida pelo Brasil (90,4%). Moçambique, por outro lado, apresenta apenas 50,6% de sua população alfabetizada. Além disso, possui mais da metade de seus habitantes abaixo da linha de pobreza (54,7%). A pobreza extrema no Brasil está sendo equacionada, apresentando em 2013 níveis próximos da Espanha, enquanto no país latino-americano havia 18% das pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza no país europeu cerca de 20% estavam em situação de risco de miséria.

Tabela 1 – Dados comparados de Brasil, Espanha e Moçambique

País / Características	Brasil	Espanha	Moçambique
Governo	República presidencialista	Monarquia parlamentarista	República com forma mista de governo
Divisão administrativa	26 estados e 1 Distrito Federal	17 comunidades autónomas	11 províncias
Idioma	Português (oficial)	Espanhol, línguas regionais (principais: basco, galego, catalão) (oficiais)	Português (oficial), línguas regionais (principais: ronga, changã, muchope)
População	202 milhões (est. 2014)	47,1 milhões (2014)	26,5 milhões (2014)
Composição da população	brancos 46,3%, pardos 44,9%, pretos 8%, amarelos 0,5%, indígenas 0,3%	espanhóis 86,5%, europeus não espanhóis 5,2%, sul-americanos, centro-americanos e caribenhos 5,0%, outros 3,3% (2011)	malauianos 36,4%, zimbabwianos 12%, sul-africanos 4,2%, tanzanianos 3,6%, outros 43,8%
Taxa de alfabetização (%)	90,4 (2012)	97,7 (2012)	50,6 (2012)
População abaixo da pobreza* (%)	18 (2013)	20,04 (2013)	54,7 (2008-09)
Principais parceiros comerciais	Exportação: China, Estados Unidos e Argentina Importação: China, Estados Unidos e Argentina (2013)	Exportação: França (inclui Mônaco), Alemanha e Itália Importação: Alemanha, França (inclui Mônaco) e China	Exportação: Holanda, África do sul e China Importação: África do Sul, Holanda e Emirados Árabes Unidos (2012)
Gastos com educação	5,8% PIB (2010)	5% do PIB	5% do PIB
PIB	US\$ 2,2 Trilhões (2013)	US\$ 1,4 trilhão (2013)	US\$ 15,3 bilhões (2013)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Almanaque Abril (2015).

\* Nota: Dados da Espanha se referem à taxa de risco de pobreza, segundo metodologia do INE.

Nas três subseções seguintes discute-se, resumidamente, a situação particular de cada um desses países.

### 3.1.1 Brasil: em busca da alforria social

O Brasil, na América Latina, apresenta uma diferenciação tanto em sua extensão territorial e populacional quanto na grandeza econômica. É o maior país em extensão - aproximadamente 8.515.767 Km<sup>2</sup> - e em população (202 milhões de habitantes). É a maior economia entre os países latino-americanos e a sétima maior economia do mundo, ademais

é o único país da América Latina cuja língua oficial é o português. A semelhança com a língua espanhola facilita a comunicação com os países vizinhos, manifestada no âmbito comercial pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL, formado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela), muito embora a diferença de língua não seja empecilho para a cooperação, no âmbito internacional mais amplo, com os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A herança linguística deve-se à exploração colonial de Portugal, enquanto a maioria dos outros países da América Latina foram colônias da Espanha. O Brasil abriga, em quase metade do território, “a floresta amazônica, a principal reserva de biodiversidade do planeta” (ALMANAQUE ABRIL, 2015, p. 422).

Para fins de compreensão da situação política, social e econômica do Brasil atual faz-se uma periodização a partir dos anos 1930, pois foi o momento em que o país lança as bases de seu desenvolvimento industrial estabelecendo-se como Estado-Nação. No Brasil Império (1822-1889) houve a formação do Estado antes da constituição da Nação, basicamente constituída, desde a fase colonial (1500-1822) até a abolição da escravidão (1888), pela exploração do trabalho em forma de escravidão, ou seja, ainda não havia o capitalismo e sua relação de compra e venda da mão de obra. A independência trouxe “apenas *parcialmente* a autonomia do novo país: da subordinação a Portugal o novo país passou à dependência da Inglaterra e da França” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 13, grifo do autor). Acrescenta ainda Bresser-Pereira que “este foi um problema de toda a América Latina – da sua dependência em relação ao Norte, da enorme dificuldade de suas elites e seu povo definirem para si mesmos uma estratégia nacional de desenvolvimento” (2014, p. 52).

Quando afinal o Brasil, depois dos anos trinta, adentrou ao capitalismo, necessitou resolver, além do empecilho econômico a enorme desigualdade social, cuja maior causa foi o vasto e duradouro sistema de escravidão. De maneira ampla, o Pacto Nacional-Popular (TABELA 2), apesar da herança escravocrata, avança na industrialização substituidora de importações graças à concertação entre a burguesia em torno da indústria nacional e uma classe trabalhadora urbana com alguns direitos trabalhistas assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre eles: salário mínimo, seguro desemprego, jornada de oito horas, repouso semanal obrigatório e férias remuneradas de trinta dias<sup>10</sup> (BRESSER PEREIRA, 2014, MATTOSO, 1995 *apud* PENA, 2007).

---

<sup>10</sup> Segundo matéria da Carta Capital, publicada no dia 11 de março de 2015, na Alemanha as férias são de 20 dias, no Japão 10 dias, na China apenas 5 dias e na Índia o trabalhador não tem direito a férias (MCCURRY, 2015, p. 43). Na Espanha e Moçambique as férias também são de 30 dias, na Espanha especificamente são 23 dias não laborais.

Tabela 2 – Estratégia e crescimento anual do PIB PER CAPITA - 1930-2014

Anos	Pactos	Estratégias	PIB <i>per capita</i> (%)
1930-1960	Pacto Nacional-Popular	Substituidora de importações	3,4
1961-1964	Crise	Crise e ajuste	1,7
1965-1980	Pacto Autoritário-Modernizante	Exportadora de manufaturados	5,4
1981-1990	Crise e Pacto Democrático-Popular	Crise financeira e alta inflação	-0,5
1991-2005	Pacto Liberal-Dependente	Consenso de Washington	1,1
2006-2014		Desenvolvimentismo social	2,5

Fonte: Bresser Pereira (2014, p. 18)

Importante notar que as medidas iniciais tomadas neste contexto foram em decorrência da grande crise mundial de 1929. Basicamente a compra e a queima pelo governo dos estoques de café, em função da queda no mercado internacional, garantiu a demanda interna e queimou o restante não consumido. Do outro lado, a forte depreciação da moeda permitiu neutralizar a desindustrialização proveniente da exportação exclusivamente de *commodities* e, com isso, estimular a industrialização, refletindo no crescimento do PIB *per capita* na ordem de 3,4% entre 1930 e 1960 (BRESSER PEREIRA, 2014).

O interstício 1961-1964 foi de crise. Como alega Brum (2012) a transição de uma fase para outra é sempre precedida de crise. Sendo assim, o período apresenta baixo crescimento do PIB *per capita* (1,7%) pela redução, desde 1958, do salário real, aumento do desemprego industrial e desaceleração da economia diante do esgotamento do modelo de substituição de importações (BRESSER PEREIRA, 2014).

A crise econômica e política culminaram no golpe militar de 1964, o qual originou vinte e um anos de ditadura militar no Brasil (1964-1985). Nos demais países em análise na tese, bem como países vizinhos ao Brasil, tais como: Argentina, Uruguai e Chile, também vivenciaram um momento de restrição democrática. A Espanha passou trinta e três anos sob a tutela do Franquismo (1942-1975) e Moçambique “mesmo a seguir à independência, viveu um período de ditadura, em que partidos políticos foram proibidos e os direitos individuais limitados” (MANGUE, 2007, p. 117).

Desse modo, no Brasil, entre 1965 e 1980, há prevalência do Pacto Autoritário-Modernizante (Tabela 2). O autoritarismo é marcado pela exclusão dos trabalhadores e da esquerda na discussão dos rumos do país. Particularmente, depois do Ato Institucional Número 5, em 1968, houve cassações de direitos “atingindo principalmente professores universitários de esquerda. A esquerda mais idealista e radical, indignada, parte para a luta armada e é violentamente reprimida” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 186). Nesse sentido, foram cassados direitos políticos; houve extinção de partidos políticos; forte repressão aos opositores com censura, prisões e tortura; ilegalidade da greve entre outras práticas coercitivas (MANGUE, 2007).

Conquanto, sob o prisma econômico, o regime militar retoma o crescimento, sobretudo durante o “milagre econômico”, entre 1968 e 1973. A indústria deixa de ser guiada pela estratégia de substituição de importações e concentra-se na exportação de bens manufaturados. Houve crescimento de 5,4% do PIB *per capita*, porém a renda concentrou-se da classe média para cima, que consumia os bens relativamente de luxo produzidos pela indústria a partir da matriz estrangeira, “[...] exemplo disso os automóveis, produto e produção arquetípicos do modelo fordista” (CRIVELLARI, 1998, p. 68). O salário médio teve aumento influenciado pelos altos salários das classes média e alta, enquanto o salário mínimo, um indicativo da remuneração das camadas mais pobres, crescia pouco (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Esse modelo centrado no consumo de uma pequena parcela da população, cujo salário subia mesmo com diminuição dos salários da massa trabalhadora, apresenta sinais de crise em 1973, dado que o consumo, *a priori*, deveria ser condicionado ao aumento do salário proporcional à taxa de produtividade para sustentar a demanda. Além disso, desde a primeira crise do petróleo, em 1973, o país contraiu endividamento externo para crescer, agravado com novo choque do petróleo, em 1979, e pelo aumento das taxas de juros internacionais. Para segurar a elevação da inflação houve sobrevalorização da moeda e as empresas estatais seguraram os preços, tornando-se deficitárias e forçadas a endividamento em moeda estrangeira, “[...] terminava então o Ciclo Nação e Desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 229).

Desta forma, conforme a tabela 2, entre 1981 e 1990 predomina Crise e Pacto Democrático-popular. O crescente aumento da dívida externa brasileira e a definitiva sanção dos bancos credores, a partir de 1981, em não mais rolar a dívida fez o país quebrar, tal como ocorrera em 1930. “Desencadeou-se a crise financeira mais grave por que passou a economia brasileira em sua história” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 228). Assim, do ponto de vista econômico, com a crise financeira e alta inflação, o PIB *per capita* foi negativo (-0,5%) no período. Por outro lado, a participação popular no “Movimento das Diretas já” foi decisiva para a transição democrática em 1985, resultando nas primeiras

eleições indiretas, via colégio eleitoral, para presidente da república, após 1964. Em adição, a denominada “constituição cidadã” de 1988 incluiu, pela primeira vez, o direito a voto aos analfabetos, garantindo o sufrágio universal e estabeleceu as bases para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), universalizando o direito à saúde a todos os brasileiros (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Como decorrência do fracasso de vários planos de recuperação econômica houve um período de lacuna de poder (1987-1990). Depois disso, instaura-se um Pacto Liberal-Dependente de 1991 a 2005 e “o país voltou por um tempo à condição semicolonial que tivera antes de 1930” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 300). O plano de estabilização em 1991, sob a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI), submeteu o Brasil ao Consenso de Washington. Houve abertura da economia à entrada de capital financeiro especulativo atraído por taxas de juros elevadas, perdia-se o controle sobre a taxa de câmbio, a inflação apresentou taxas elevadíssimas e alta dependência externa.

O Plano Real, em 1994, conseguiu estabilizar a inflação, que já estava em 20% ao mês em 1993. Ainda assim, a política anti-inflacionista adotada, sob a égide do Consenso de Washington, previa o controle da inflação com a sobrevalorização da moeda, mantendo a política de juros altos. Em novo governo, a partir de 1995, houve privatização de empresas estatais nas áreas de energia elétrica, estradas e telefonia fixa combinada com a desnacionalização de serviços públicos monopolistas (BRESSER-PEREIRA, 2014). Com baixa taxa de crescimento, o incremento da renda por habitante girou em torno de 1,1% ao ano (TABELA 2) e o país passou por duas crises (1999 e 2002), cujas saídas foram em favor do rentismo do capital financeiro.

No período de 2006 a 2014, embora o país ainda não tenha conseguido firmar um novo Pacto Nacional-Popular em torno do desenvolvimento econômico, avançou-se no “desenvolvimentismo social”. Os investimentos sociais dobraram em termos percentuais passando de aproximadamente 12% em 1985 para 24% do PIB em 2009. Mesmo que as inversões na área social viessem crescendo desde a redemocratização foram o aumento real de 52% no salário mínimo e ampliação do Bolsa Família alguns dos fatores fundamentais para a redução da desigualdade. A taxa de analfabetismo (de 15 a 19 anos) reduziu de 16,4% em 1980 para 9,6% em 2010. “Assim, em um período histórico em que o mundo era dominado pela hegemonia neoliberal, o Brasil logrou montar um Estado de bem-estar social” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 374).

Finalmente, no que concerne aos objetivos desta tese, para uma verdadeira alforria social o Brasil carece de uma independência cultural, inclusive no ambiente acadêmico, dado o domínio da universidade estrangeira, em especial a norte-americana, cujos valores depreciam a formação de um espírito científico de base nacional. Segundo Bresser-Pereira (2014) a cooptação da universidade foi fundamental, tendo em vista a

prevalência no capitalismo atual da subjugação pela via do conhecimento e primazia ideológica.

### 3.1.2 Espanha: de um fordismo inacabado à crise

País do sudoeste europeu, a Espanha faz parte, juntamente com Portugal, da Península Ibérica, onde ocupa em torno de 505.936 Km<sup>2</sup>, correspondendo a aproximadamente 80% do território da península. É banhada pelo Oceano Atlântico e pelo Mar Mediterrâneo. Exerceu soberania colonial entre os séculos XV e XIX, difundindo a língua espanhola para uma população ao redor de 47 milhões de habitantes, e para o mundo, principalmente os países latinos. “Graças ao seu patrimônio histórico, litoral e costumes, a Espanha é o destino favorito de férias dos europeus” (ALMANAQUE ABRIL, 2015, p. 456).

No aspecto econômico-social, faz-se sua breve caracterização durante o regime franquista contemplando particularmente algumas dimensões do trabalho e da crise a partir do fim deste período. O franquismo, do ponto de vista da constituição da relação salarial, é marcado por duas características fundamentais: por um lado, pela proibição da livre filiação sindical e inexistência do direito de greve; por outro, pela forte intervenção do governo, sinalizada pela crença paternalista da cooperação entre as classes, porém repressiva no caso de transgressão das normas estabelecidas, isto é, “ausência de representantes livremente eleitos tanto no plano político como no sindical” (TOHARIA, 1986, p. 162, tradução nossa)<sup>11</sup>.

De todo modo, a proteção da indústria nacional pelo Estado, notadamente a partir dos anos 1960, juntamente com uma relação salarial próxima do fordismo, em que os salários e a produtividade variavam de forma semelhante, permitiu a sociedade espanhola lograr um processo de crescimento econômico, ainda que inexistisse um sistema de proteção social. O PIB subiu a taxas médias de 6,7% ao ano e a massa da população começou a ter acesso aos bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos (TOHARIA, 1986).

Os efeitos da crise do petróleo foram sentidos apenas em 1975, ano em que o PIB cresceu 1,3%, enquanto que em 1974 a taxa de crescimento foi de 5,9% e em 1973 de 8,1%. A crise econômica coincidiu com a morte de Franco, em 1975, e no princípio foi praticamente imperceptível pois o país vivia em quase pleno emprego, em parte pela “exportação” de trabalhadores para outros países europeus e porque a sociedade parecia

---

<sup>11</sup> No original: *ausencia de representantes libremente elegidos tanto en lo político como en lo sindical.*

mais preocupada com o futuro político do país. “Por isso, talvez com maior intensidade que em outras partes, a crise econômica foi considerada na Espanha como passageira e pouco grave” (TOHARIA, 1986, p. 167, tradução nossa)<sup>12</sup>.

A transição democrática a partir de 1975 é marcada por três grandes momentos. O primeiro vai até 1977. Caracteriza-se, de um lado, por uma explosão reivindicativa, com forte aumento dos conflitos trabalhistas e dos salários. De outro lado, trata-se de um período de ruptura definitiva do sistema franquista, com a legalização dos sindicatos livres em 1977. O segundo momento vai até 1980, quando se aprova o “*estatuto de los trabajadores*”, estabelecendo uma nova ordem institucional nas relações laborais. Por fim, o terceiro período vai de 1980 até 1986. Houve intensificação da crise econômica e, sobretudo, do desemprego, que alcançou taxas de 20% da população economicamente ativa (PEA). Boyer (1986) sintetiza a situação da Espanha em meados dos anos 1980 em comparação com a Alemanha, França, Reino Unido, Irlanda, Bélgica e Itália:

À sua maneira, o caso de Espanha é paradigmático: em menos de dez anos as relações laborais passaram de um sistema corporativista a um modelo que incorpora certa flexibilidade, sem que o modelo fordista tenha estabilizado em nenhum momento como nos demais países europeus (Boyer, 1986, p. 274, tradução nossa)<sup>13</sup>.

No ano de 1986 a Espanha entra na União Europeia (UE). Os empréstimos da UE impulsionaram a economia espanhola desde os anos 1990 até 2008, mas o crescimento foi baseado muito mais na construção civil e atividades imobiliárias do que na indústria (ZACK, SENRA DÍAZ, SOTELSEK SALEM, 2013, p. 147). Das 17 comunidades autônomas, a Catalunha, Galícia e o País Basco obtiveram maior independência dado a língua e cultura próprias. A Catalunha, com 7 milhões de falantes do catalão, e o País Basco são as comunidades autônomas mais ricas e industrializadas (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

Contudo, desde 2001, intensificou-se na Espanha um processo de desindustrialização acentuado por quatro pontos: desregulação do mercado de capitais, industrialização chinesa, excessos especulativos nos setores imobiliários e a adoção do euro em 2002. A moeda única impossibilitou a Espanha de realizar desvalorização cambial para enfrentar a crise, enquanto a China, desde os anos 1980, desvalorizou sua moeda, industrializou-se e encheu o ocidente de produtos. O mercado de capitais nos “trinta gloriosos” foi regulado de forma a garantir uma relação virtuosa entre o capital e o trabalho.

---

<sup>12</sup> No original: *Por eso, quizá con mayor intensidad que en otras partes, la crisis económica se considero em España como pasajera y poco grave.*

<sup>13</sup> No original: *A su manera, el caso de España es paradigmático: en menos de diez años las relaciones laborales pasan de un sistema corporativista a un modelo que incorpora cierta flexibilidad, sin que el modelo fordiano se haya estabilizado en ningún momento como en los demás países europeos.*

A partir dos anos 1980 a desregulação do capital rompeu esta harmonia a favor da especulação em várias modalidades, inclusive, imobiliária e creditícia (CATALAN, 2013).

Na Espanha, as *Cajas de Ahorro*<sup>14</sup>, instituições originadas no século XIX, eram fortemente reguladas para subsidiar as atividades produtivas das comunidades locais. Todavia, em 1988 foram eliminadas as barreiras que impediam a abertura de agências fora das regiões de origem, além do que nos anos 1990 serem suprimidas as restrições das remunerações dos membros dos conselhos de administração, dado que até então eram limitadas em observância ao caráter social destas instituições. “Desde o final do século XX, as “caixas” concentraram cotas crescentes de seu ativo em crédito imobiliário, e quando abandonaram seus territórios de origem, fecharam bibliotecas, investiam cada vez menos em crédito para a indústria” (CATALAN, 2013, p. 128, tradução nossa)<sup>15</sup>.

A especulação imobiliária foi intensificada pelos fluxos migratórios de mais de 7 milhões de imigrantes, que também solicitavam crédito para compra de casas, mas com o estouro da bolha imobiliária, muitos deles empregados na construção civil, ficaram sem trabalho e, conseqüentemente, sem condições de honrar a dívida. Somadas, a corrupção política, econômica e o populismo na gestão macroeconômica da crise agravaram ainda mais a situação. Diante desta situação, arremata Catalan (2013, p. 138, tradução nossa)<sup>16</sup>: “na Espanha e no sul da Europa, já não se vive uma grande recessão, como esteve na moda dizer-se. Nos encontramos em uma crise profunda e pavorosa: a Grande Depressão do Euro”.

### 3.1.3 Moçambique: em busca de um projeto de país

Moçambique, país do sudeste africano, tal como o Brasil foi colônia de Portugal. No entanto, mesmo o português sendo a língua oficial é falado por 40% de uma população estimada em 26,5 milhões de pessoas. Com uma extensão territorial de 799.380 Km<sup>2</sup> e um litoral de 2,5 mil quilômetros banhados pelo oceano Índico tem na pesca e no turismo um bom potencial econômico. A atividade que mais atrai investimento externo, no entanto, é a exploração de petróleo, gás natural e minérios. Apesar de passar por um longo período de guerra civil (1977 a 1992), que deixou milhares de mortos e o país arruinado, “Moçambique ganha destaque como um dos casos mais bem sucedidos de reconstrução pós-conflito,

<sup>14</sup> As caixas de poupança, numa tradução livre, são cooperativas de crédito sem fins lucrativos e com fins sociais.

<sup>15</sup> No original: *Desde finales del siglo XX, las cajas concentraron cuotas crecientes de su activo en el crédito inmobiliario, mientras abandonaban sus territorios de origen, cerraban bibliotecas, invertían cada vez menos en crédito a la industria.*

<sup>16</sup> No original: *en España y en la Europa del Sur, ya no se vive una gran recesión, como estuvo de moda decir. Nos encontramos en una crisis profunda y pavorosa: la Gran Depresión del euro.*

realizando eleições democráticas e recebendo volumosas doações para reerguer a economia” (ALMANAQUE ABRIL, 2015, p. 541).

A própria independência de Moçambique foi um movimento marcado pela resistência do povo em relação à colonização. Segundo Mangué (2007) contribuiu para o sucesso dessa empreitada, entre outros fatores, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), organização gestada em 1962 na Tanzânia, país vizinho ao norte de Moçambique, e que a partir de 1964 inicia o processo de Luta de Libertação Nacional.

O país viveu, logo após a independência, uma época de aproximação aos países do bloco socialista (1975 a 1985), marcada por uma forte presença do Estado na tentativa de implantar uma economia planificada, pejorativamente designada pelo ocidente de comunismo, segundo Mangué (2007). Obteve-se êxito na elevação das taxas de alfabetização em cerca de 20%, entre 1975 e 1981. “Para se ter uma ideia, vale referir que até esse período, apenas 0,5% de adultos tinha completado o segundo grau” (MANGUE, 2007, p. 111). Porém, como o investimento em educação é de longo prazo, a perda dos recursos humanos mais qualificados decorrentes do processo de descolonização, somada às agressões vindas do decurso do *Apartheid* na África do Sul e o recrudescimento da guerra civil que, em 1980, atingiu todo o território causaram uma falência no funcionamento da economia (BRITO; CHAIMITE; PEREIRA; POSSE; SAMBO; SHANKLAND, 2015).

Em 1987, segundo Mangué (2007, p. 110), o país entra numa fase de transição para o capitalismo em que “os preços ficaram a cargo do mercado, bem como os investimentos, que ficaram reduzidos por parte do Estado nas áreas social, de saúde e educação”. Em 1992 houve assinatura do Acordo Geral de Paz, para “[...] resultar, essencialmente, num compromisso moçambicano de realizar uma transição política serena, pacífica e firme, e não apenas para satisfazer a comunidade internacional” (MAZULA, 2000, p. 44). Já, para Diogo (2013), o período que vai de 1986 até 1993 foi uma mistura entre economia planificada e abertura comercial. Com a destruição de quase 50% de toda infraestrutura econômica durante a guerra foi vital a ajuda internacional. Nesse sentido, de 1992 a 1994, mais de 500 ONGs operavam cerca de 4.000 projetos espalhados pelo país.

A nova constituição de 1990 restabelece o multipartidarismo culminando nas eleições gerais diretas em 1994. A partir daí inaugura-se uma nova fase, que de acordo com Diogo (2013) vai de 1994 até 2004, de uma abordagem de projetos dispersos para uma perspectiva de programas direcionados aos problemas do país. Além da atuação de ONGs, obteve-se, em 2001, o perdão de uma dívida de 2 bilhões de dólares. Sem esse auxílio seria bastante complicado manter o ritmo de desenvolvimento do país. Com isso, foi possível a reconstrução parcial da infraestrutura e estabelecer as bases para as transformações na economia.

Um último estágio identificado por Diogo (2013), no âmbito das relações internacionais, vai de 2005 a 2009. O diálogo, neste momento, foi mais no sentido de uma parceria comercial e empresarial do que exclusivamente manter uma ajuda externa. No entanto, permanece o desafio, particularmente por parte do Banco Central, em alavancar um crescimento sustentável, bem como estreitar as relações econômicas com os BRICS, pois isto direciona estes países, segundo o PNUD (2013, p.43), para uma “globalização mais equilibrada”. Para haver uma relação de reciprocidade positiva entre os países faz-se necessário que Moçambique assumisse-se como Estado-Nação e não se torne um país fornecedor de matéria-prima e importador de produtos manufaturados de maior valor agregado (OSMAN; SAÚTE, 2010).

### 3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E DESAFIOS DA UNIVERSIDADE<sup>17</sup>

Historicamente, as bibliotecas apresentam-se como instituições de grande relevância social, com destaque para as bibliotecas nacionais e as bibliotecas públicas, que possuem uma função social evidente, de guarda e divulgação da produção literária. De importância análoga é o papel das bibliotecas universitárias, que são parte essencial da história das próprias universidades refletindo, ambas, o contexto social e econômico dos diferentes períodos históricos.

Tomando-se como ponto de partida a noção de universidade, pode-se dizer que esta é uma construção social relativamente recente na história da humanidade, remontando à Idade Média. As primeiras grandes universidades foram criadas na Itália, França, Inglaterra e Espanha entre os séculos XI e XIII (SANTOS, 2005). A missão da universidade desde os primórdios foi a transmissão do saber humano acumulado ao longo dos tempos.

Do ponto de vista da organização sóciopolítica, na visão de Almeida Filho (2007 apud PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2013), a universidade se estruturou em três grandes fases: universidade escolástica, universidade da arte e cultura e universidade científico-tecnológica.

A **universidade escolástica** predominou durante um longo período da história, entre os séculos XI e XVII. A base do ensino era centrada na figura do mestre, que transmitia conhecimentos aos aprendizes. Os ensinamentos eram centrados nos dogmas da sagrada escritura conciliados às doutrinas filosóficas, principalmente no primeiro período que vai até o século XII, as de Platão e as de Santo Agostinho. O apogeu da escolástica, nos séculos XII e XIII, correspondeu à influência de Aristóteles traduzido para o latim, que forneceu as bases para grandes sistemas da filosofia cristã, tais como o de São Tomás de

---

<sup>17</sup> Esta seção origina-se, em grande parte, do projeto de qualificação de Pena (2012) e deu origem ao artigo de Pena; Crivellari; Moreiro González e Mangué (2013).

Aquino (JAPIASSU; MARCONDES, 1996).

Naquele período, no âmbito da biblioteca, prevalecia a forma de guardiã, descrita pela restrição do acesso ao conhecimento, situação muito bem ilustrada pelo romance *O Nome da Rosa*, na passagem onde o bibliotecário explica o sentido do seu trabalho:

[...] nosso trabalho, do trabalho de nossa ordem, e em particular do trabalho deste mosteiro faz parte – aliás é a sua substância – o estudo e a custódia do saber. A custódia, digo, não a busca, porque é próprio do saber, coisa divina, ser completo e definido desde o início, na perfeição do verbo que exprime a si mesmo. A custódia, digo, não a busca, porque é próprio do saber, coisa humana, ter sido definido e completado no arco dos séculos que vai desde a pregação dos profetas à interpretação dos padres da igreja. Não há progresso, não há revolução de períodos na história do saber, mas no máximo, contínua e sublime recapitulação (ECO, 1983, p. 452).

A história do período medieval remete, pois, ao sagrado e, neste contexto, o livro é um objeto de acesso limitado aos eleitos para a manutenção do *status quo* da verdade divina. A biblioteca é um lugar reservado ao qual poucos podiam adentrar, mesmo a biblioteca universitária emergente ainda apresentava forte censura ao acesso, tanto pela condição de analfabetismo da imensa maioria da população, quanto pelo fato de o livro ser manuscrito e produzido um a um.

As principais disciplinas trabalhadas eram, então, a filosofia, retórica, lógica e teologia (Almeida Filho, 2007) e a biblioteca apresentava abertura muito restrita, tendo o professor um único exemplar do livro estudado, o qual lia para seus alunos anotarem o que lhes fosse possível daquilo que era lido. Os poucos livros existentes eram guardados na biblioteca central (MCGARRY, 1999). A fase final da era escolástica correspondeu aos séculos XVI e XVII, caracterizando-se pelo conflito entre diversas correntes do pensamento e pelas novas descobertas científicas, segundo Japiassu e Marcondes (1996), o que possibilitou a emergência de uma nova visão de mundo.

Efetivamente, o humanismo renascentista do século XVIII advém na Europa e, com ele, a **universidade da arte-cultura**. As transformações sociais iluministas da universidade adquirem, nesta época, um *modus operandi* que contemplava o ensino de disciplinas com caráter mais cultural e laico, tais como a história natural, filosofia, literatura, matemática, direito e artes. Da mesma forma que o contexto da escolástica, o objetivo era dotar a elite da nascente burguesia de conhecimentos mais amplos sobre a diversidade artística e cultural do período.

Nessa universidade prevalecia o enciclopedismo e ainda não havia uma preocupação com a formação das diversas profissões, embora já se ensinasse a medicina e o direito. Do ponto de vista institucional, ainda “não se cobrava responsabilidade pela produção científica nem tampouco pela organização e sistematização do conhecimento humanístico, artístico ou tecnológico” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 187).

Assim, “no plano institucional, ressurgiu, sob nova roupagem, a instituição do conhecimento mais importante da história antes das universidades: as bibliotecas” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p. 116). Com a explosão exponencial da produção de livro, principalmente depois da invenção da imprensa e do aumento do número de alfabetizados, pensava-se que o acesso à biblioteca seria suficiente para a formação autônoma dos sujeitos, e até mesmo que “a biblioteca substituiria a universidade como instituição de formação profissional e cultural” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p. 117).

A partir do século XIX, com o avanço do capitalismo industrial, a lógica universitária transforma-se, possibilitando a emergência da **universidade científico-tecnológica**, na Europa e nos Estados Unidos, com o objetivo de atender o modo de produção capitalista. O paradigma arte-cultura foi superado pela lógica instrumental. No novo modelo ocorre, progressivamente, a disseminação das mais diversas profissões, entre as quais a de Bibliotecário.

Neste contexto, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, o número de publicações se multiplicou e as bibliotecas conseguiram avançar na ampliação dos acervos e o do acesso. Recentemente, tem-se não somente o livro, mas também a informação em suporte eletrônico. No entanto, de acordo com Rocha e Crivellari (2012, p. 03) o destaque exacerbado da questão informacional parece afastar a biblioteca da dimensão da arte-cultura promovida pelo livro como “capital cultural objetivado”.

No século XXI, este modelo de universidade e de biblioteca começa a ser posto em «xeque» em decorrência da própria crise do capitalismo. A universidade e a biblioteca não podem mais ser uma instituição isolada a “serviço do elitismo e da exclusão social, como tem sido ao longo da história. Devemos compartilhar o que temos de melhor com segmentos sociais anteriormente excluídos do acesso aos valores da cultura da civilização” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 112).

No aspecto da formação profissional não é mais suficiente a formação de técnicos de nível superior, “a universidade se define como uma instituição de formação e não de mero treinamento” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 23). Assim, pode possibilitar não apenas o aspecto instrucional, mas, também, uma formação cultural, artística, política e humana.

Segundo Pena, Crivellari, Moreiro González e Mangue (2013) na universidade, com o espírito do capitalismo científico, é imposta a cultura da publicação, muitas vezes desconexa com o contexto social. Os docentes, em função dos sistemas de avaliação em curso, estão em um estágio de constante demonstração de desempenho acadêmico. “Com isto surge uma possibilidade real de que autênticas relações sociais sejam substituídas por relação de julgamento, nas quais as pessoas são valorizadas apenas pela sua produtividade” (BALL, 2002, p.11).

Nesse sentido, percebe-se que a universidade é uma instituição complexa que influencia e é influenciada pela organização social vigente. Daí, a preocupação de que a universidade tenha uma visão de sociedade (RIBEIRO, 2007), ou seja, que perceba e reflita as contradições sociais e que se coloque na direção de pensar os diversos modelos de gestão no sentido de uma universidade nova, que avance para além do “desenvolvimento moral (como a universidade escolástica), do desenvolvimento cultural (como a universidade de arte-cultura) e do desenvolvimento econômico (como o da universidade de pesquisa), para alcançar o verdadeiro conhecimento social sustentável” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 192).

Entende-se, portanto, que biblioteca universitária é influenciada pelo contexto social e da gestão universitária vigente. Por analogia, a biblioteca universitária pode ser dividida em três grandes fases no que diz respeito à sua organização política. Apresentou uma fase guardiã, onde imperou uma severa restrição ao livro; depois, a partir do renascimento, um momento de destaque do livro como objeto de cultura. Em época mais recente, já na chamada sociedade da informação, observa-se crescente uso de ferramental tecnológico-digital que permite acesso ampliado à informação.

De acordo com Mangué (2007 apud PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2013), do ponto de organizacional, frequentemente, a biblioteca universitária é vinculada à reitoria da universidade, podendo haver um segundo vínculo à direção da unidade de ensino para a qual a biblioteca deve, também, prestar contas. Embora haja a vinculação institucional, é possível encontrar-se uma atitude cooperativa entre bibliotecários, que buscam alcançar maior autonomia nas decisões quanto às práticas de seleção, aquisição, controle, promoção, organização e descarte, “desde os materiais impressos tradicionais até os de tecnologia mais avançada – em consonância com uma filosofia democrática e não partidária” (MANGUE, 2007, p. 30).

Nesse sentido, tomando como ponto de partida o estudo de Mangué (2007), enumeram-se algumas propostas para a evolução da biblioteca universitária em países em desenvolvimento:

a) formação e desenvolvimento do acervo (FDA) que inclua não somente as atividades específicas dos programas de graduação, mas também a atualização das coleções centradas nos programas de pós-graduação, pesquisa, extensão e que contemple acervos de obras clássicas da literatura, com vistas à formação cultural nas diversas bibliotecas independentemente da área de atuação;

b) promoção do acesso às coleções, com vista a tornar acessíveis as fontes de informação existentes, de modo a suprir não somente as demandas dos seus usuários, mas direcionando-o para coleções desconhecidas;

c) assistência e orientação ao usuário, baseadas nas necessidades identificadas na comunidade universitária, através do estudo de seu perfil e das suas necessidades de informação;

d) cooperação entre bibliotecas do sistema, de forma a ampliar o potencial informativo destas através de outras instituições similares.

Para a concretização do objetivo da autonomia política e administrativa da biblioteca é necessário que a formação e desenvolvimento do acervo, a promoção do acesso às coleções, a assistência e orientação ao usuário, a cooperação entre biblioteca e cooperação internacional reforcem o caráter de recurso pedagógico, não na lógica produtivista e informacionalista, mas na dinâmica da alteridade e da perspectiva da cultura. Para que isto aconteça, Mangue (2007, p. 31) acentua que é necessária uma ampla formação cultural do bibliotecário “não só na seleção dos documentos (livros, dados, fatos, etc.) e na representação temática desses documentos, mas também na forma de inserção social do próprio bibliotecário”.

### **3.2.1 Brasil: universidade e biblioteca universitária**

Conforme Pena (2012) o ensino superior no Brasil se institucionalizou, de fato, com a vinda de Dom João VI e a corte portuguesa para o Brasil em 1808. Naquele mesmo ano, é criado o Curso Médico de Cirurgia da Bahia e, em 1854, os Cursos de Direito de São Paulo e Pernambuco. Até a vinda da família real, a elite intelectual e aristocrática brasileira era formada nas universidades europeias, principalmente em Coimbra (LUBISCO, 2007). Ainda em 1808, visando fortalecer a defesa militar da sede do governo português no Brasil - decorrente da invasão francesa, foi criada no Rio de Janeiro, a Academia de Marinha e em 1810 a Academia Real Militar, para a formação de engenheiros civis e militares (MENDONÇA, 2000), além de outras iniciativas em diversas regiões do país.

Somente na primeira metade do século XX foi criada a primeira universidade brasileira<sup>18</sup>, a Universidade do Rio de Janeiro. Seu objetivo, explícito no 1º artigo do Decreto n. 14.572, de 23 de dezembro de 1920, diz que o intuito da Universidade do Rio de Janeiro é “estimular a cultura das ciencias (sic), estreitar entre os professores os laços de solidariedade individual e moral e aperfeiçoar os métodos de ensino” (BRASIL, 1965, p.01), sendo constituída pela Politécnica do Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Já conforme Fávero (1999) tratava-

---

<sup>18</sup> Este fato é controverso, pois a Universidade do Paraná se intitula a pioneira em 1912, mas já havia também a Universidade do Amazonas em 1909. O importante é ressaltar que neste período as universidades eram mais um ajuntamento de faculdades isoladas não definidas como universidade no sentido pleno (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

se apenas de uma justaposição de três escolas tradicionais que na prática continuavam atuando de forma independente.

Uma das principais reformas da educação superior brasileira foi a chamada Reforma Universitária de 1968, que se funda na lei nº 5.540/68. Ela contribuiu para "(...) um processo de consolidação, mesmo que irregular em seu conjunto, bastante ajudado, a meu ver, pela institucionalização da carreira docente e, especialmente, pela definitiva implantação dos cursos de pós-graduação" (MENDONÇA, 2000, p. 148).

O crescimento do número de instituições avança ao longo dos anos, conforme se observa na Tabela 3, com os dados a partir dos anos 1980.

Tabela 3 - Evolução do número de instituições por natureza e dependência Administrativa – Brasil, 1980 - 1998

Ano	Total Geral	Universidades					Fac. Integradas e Centros Universitários				Estabelecimentos Isolados				
		Total	Fed.	Est.	Mun.	Priv	Total	Est.	Mun.	Priv	Total	Fed.	Est.	Mun.	Priv
1980	882	65	34	9	2	20	20	1	-	19	797	22	43	89	643
1981	876	65	34	9	2	20	49	1	1	47	762	18	68	126	550
1982	873	67	35	10	2	20	51	-	2	49	755	18	70	122	545
1983	861	67	35	10	2	20	57	-	1	56	737	18	69	111	539
1984	847	67	35	10	2	20	59	-	1	58	721	18	64	108	531
1985	859	68	35	11	2	20	59	-	1	58	732	18	64	102	548
1986	855	76	35	11	3	27	65	-	2	63	714	18	79	115	502
1987	853	82	35	14	4	29	66	-	-	66	705	19	69	99	518
1988	871	83	35	15	2	31	67	-	1	66	721	19	72	89	541
1989	902	93	35	16	3	39	64	-	-	64	745	19	68	79	579
1990	918	95	36	16	3	40	74	-	-	74	749	19	67	81	582
1991	893	99	37	19	3	40	85	-	3	82	709	19	63	78	549
1992	893	106	37	19	4	46	84	-	3	81	703	20	63	81	539
1993	873	114	37	20	4	53	88	-	3	85	671	20	57	80	514
1994	851	127	39	25	4	59	87	-	3	84	637	18	48	81	490
1995	894	135	39	27	6	63	111	5	5	101	648	18	44	66	520
1996	922	136	39	27	6	64	143	4	7	132	643	18	43	67	515
1997	900	150	39	30	8	73	91	-	1	90	659	17	44	72	526
1998	973	153	39	30	8	76	93	-	-	93	727	18	44	70	595

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

Do ponto de vista da biblioteca esta expansão quantitativa não representou um avanço qualitativo na organização e gestão dos serviços bibliotecários, de acordo com Lima (1977):

Uma das mais eficazes mudanças que possibilitarão a verdadeira reforma universitária no Brasil será a redefinição do conceito de suas bibliotecas, de maneira a transformá-las em um instrumento dinâmico de transferência de conhecimentos, muito diferente da instituição passiva de nossos dias que, com maior ou menor sucesso, armazena e organiza seus acervos, à espera

de uma percentagem de clientes que as procurem para satisfazer obrigações escolares - professores e alunos (LIMA, 1977, p. 850).

A falta de uma missão clara para a biblioteca em consonância com o projeto pedagógico dos cursos e a indefinição da função social da universidade compromete a gestão sob a ótica do planejamento estratégico. Lima (1977) ressalta ainda que, muitas vezes, a bibliografia utilizada pelos professores não existe na biblioteca e também não foi solicitada para aquisição. Por vezes alguns alunos localizam, por acaso, o livro utilizado pelo professor e que não figura na bibliografia entregue ao discente (LIMA, 1977). Assim, percebe-se que a biblioteca reflete o contexto da universidade e das práticas pedagógicas utilizadas no ensino.

Outra questão que caracteriza a influência direta das ações da universidade na atuação das bibliotecas universitárias no Brasil são as avaliações do Ministério da Educação (MEC) na autorização e reconhecimento dos cursos de graduação, a partir de 2002. As comissões de especialistas *ad hoc* do MEC avaliam, *in loco*, toda a instituição, inclusive a biblioteca que é avaliada em vários pontos: existência de profissional bibliotecário com registro no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB), espaço físico, acervo, automação e acesso a base de dados, etc. (HERNAN PÉREZ; BLATTMANN, 2007). Uma crítica, feita pela comunidade, refere-se ao fato de a biblioteca ser analisada apenas do ponto de vista das instalações físicas e não também como parte essencial do projeto político-pedagógico da instituição, além disso, estas avaliações deveriam ser realizadas pelo CRB, que é o órgão responsável pela fiscalização da profissão. Os consultores do MEC são especialistas em suas áreas de formação (direito, administração, engenharia, etc.), mas não têm competência técnica para avaliar uma biblioteca.

A partir de 2003 ocorreu uma substantiva expansão da universidade brasileira, através da criação, pelo Ministério da Educação, dos programas Universidade Para Todos (PROUNI) e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O PROUNI concede bolsas parciais e integrais para estudantes de baixa renda que estão inseridos no ensino superior particular; o REUNI, expandiu, entre 2004 e 2010, de 45 para 59, o número das universidades públicas federais (GRÁFICO 01), além da criação de novos cursos (REUNI, 2012). Segundo dados do Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as matrículas no Brasil cresceram à razão de 1.945.615 (1997) para 4.880.381 (2007), verificando-se um incremento de 150% no total de alunos universitários neste período (INEP, 2011a).

Gráfico 1 – Criação de universidades federais



Fonte: REUNI (2012).

O REUNI, além da expansão, pretende adotar um modelo de universidade “mais inclusivo”. Com isso, algumas de suas medidas são o aumento de vagas no período noturno para atender o aluno trabalhador e a redução das taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas; no plano acadêmico-curricular destaca-se a reestruturação acadêmica visando a elevação da qualidade e superação da formação precoce e especializada; na questão do compromisso social destaca-se uma garantia da permanência do aluno na universidade, com a ampliação do número de bolsas e políticas de extensão universitária para uma maior interação com a sociedade; no aspecto da pós-graduação o programa propõe uma maior aproximação da graduação e pós-graduação no sentido de promoção de um ensino de qualidade na graduação (REUNI, 2012).

No sentido de uma universidade menos elitista e dando prosseguimento às medidas inclusivas do Estado foi sancionada a chamada Lei de Cotas. A lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, prevê a reserva de 50% das vagas das universidades e institutos federais para os alunos que estudaram todo o ensino médio em escolas públicas e provenientes de família que recebam até um salário-mínimo e meio *per capita* (BRASIL, 2012).

Na perspectiva da ampliação do acesso e melhoria da qualidade do ensino a biblioteca universitária é incitada a participar ativamente no suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, a biblioteca terá fortes desafios, quantitativos e qualitativos, considerando-se os recentes incrementos resultantes, tanto da Lei de Cotas, quanto do aumento significativo do número de alunos do REUNI e PROUNI e, ainda, a histórica necessidade de superação dos níveis de qualidade da educação básica brasileira, considerados baixos em relação aos padrões internacionais, segundo as agências avaliadoras (INEP, 2011b). Será necessário, também à biblioteca, fugir às “pedagogias da reprodução”, conforme sugere Demo (2012, p.07) aos estudantes e professores.

Outro desafio da universidade e, por conseguinte da biblioteca, é a UAB – Universidade Aberta do Brasil. Fundamentalmente esse programa visa formar professores da educação básica na modalidade à distância. Contudo, outros cursos de Bacharelado (engenharia de automação na UNIFEI) e especialização (gestão de bibliotecas escolares da UFSC) estão sendo ofertados, ao que parece seguindo uma tendência de aumento do ensino à distância no mundo. Embora seja uma modalidade antiga de ensino, o avanço das tecnologias de informação e comunicação potencializou ainda mais seu uso para atingir regiões onde a universidade ainda não chega. Para atenuar a interação apenas com a máquina, as universidades contam com «cidades polos» onde acontecem aulas ou encontros presenciais (UAB, [200-]). Nessas cidades polos as bibliotecas universitárias devem tentar estabelecer um contato pessoal com os alunos, para verificar as necessidades dos usuários e propor a formação de acervo específico, virtual e em papel. A educação à distância é uma realidade e as universidades e bibliotecas precisam posicionar-se sobre seu papel na formação de qualidade de seus alunos.

### **3.2.2 Espanha: universidade e biblioteca universitária**

De acordo com Pena, Crivellari, Moreiro González e Mangué (2013) a Espanha conta com universidades desde o século XIII, mas só no século XIX é que se inicia o processo de secularização com uma maior liberdade de ensino e pensamento. Apesar do caráter liberalista, até os anos de 1970 ainda permanecia o elitismo em detrimento de um conceito mais amplo de universidade.

Ortega y Gasset, em 1930, registra sua indignação quanto ao modelo de formação da universidade europeia no início do século XX:

Todos os que recebem o ensino superior não são todos que podiam e deviam recebê-lo; são somente os filhos de classes abastadas. A universidade significa um privilégio dificilmente justificável e sustentável. Tema: os trabalhadores na universidade. Ainda intacto. Por duas razões: primeira, se você acreditar, como eu creio, levar ao trabalhador o saber

universitário é porque este se considera valioso e desejável. O problema de universalizar a universidade supõe, em consequência, a prévia determinação do que seja o saber e esse ensino universitário. Segunda, a tarefa de fazer a universidade acessível aos trabalhadores é na mínima parte questão da universidade e quase totalmente questão do Estado (ORTEGA Y GASSET, 2010, p. 31, tradução nossa)<sup>19</sup>.

O filósofo defende a tese da universidade como instituição responsável pelo ensino das profissões, desde as mais teóricas até as mais especializadas incluindo o acesso amplo; transmissão da cultura, entendida como um sistema de ideias vitais em cada tempo; investigação científica e educação de novos homens de ciência, o que modernamente se compreende como o ensino de pós-graduação em que se desenvolve a pesquisa científica e a formação de novos pesquisadores (ORTEGA Y GASSET, 2010).

Enfatiza-se, ainda, que para Ortega y Gasset (2010) a missão principal da universidade é ensinar o estudante médio a ser um sujeito culto, além de um bom profissional. Para tanto é necessário ensinar as grandes disciplinas culturais, a saber: características concretas do mundo (física), aspectos da vida orgânica (biologia); o desenrolar histórico da humanidade (história); as várias nuances da vida social (sociologia) e as questões mais amplas da humanidade (filosofia). Há que se utilizar os instrumentos imediatos e eficazes – nota-se que não necessariamente tecnológicos, para se formar um bom médico, juiz ou bibliotecário. A questão da formação do homem científico Ortega y Gasset não considera a função primária da universidade. Cita o caso do médico cuja função é ser uma profissão, uma atividade de curar ou manter a saúde das pessoas, ou seja, apontar soluções que podem ser científicas ou não, o essencial e que cumpram decisões acertadas, se forem científicas melhor, mas não é essencial que sejam. Pode-se concluir que além da preocupação da inclusão da classe trabalhadora Ortega Y Gasset se preocupava que a universidade fosse um centro de cultura.

A partir de meados da década de 1970, após o período franquista, a universidade espanhola se tornou mais próxima dos ideais de Ortega y Gasset. Dada as grandes pressões sociais e políticas da época, a Lei Geral da Educação de 1970, marcou um passo fundamental para avançar no sentido da expansão universitária e, aos poucos, começaram a ser atendidas as demandas da juventude espanhola, no que diz respeito à ampliação das oportunidades educativas, pois houve incremento importante no número de

---

<sup>19</sup> No original: Todos los que reciben enseñanza superior non son todos que podían y debían recibirla; son sólo los hijos de clases acomodadas. La Universidad significa un privilegio difícilmente justificable y sostenible. Tema: los obreros en la universidad. Quede intacto. Por dos razones: primera, si se cree debido, como yo creo, llevar al obrero el saber universitario es porque éste se considera valioso y deseable. El problema de universalizar la universidad supone, en consecuencia, la previa determinación de lo que sea el saber y esa enseñanza universitarios. Segunda, la tarea de hacer porosa la universidad al obrero es en mínima parte cuestión de la Universidad y es casi totalmente cuestión del Estado.

universidades, estas passaram de doze, em 1968, para trinta em 1980. Isto significou uma passagem de 176 000 estudantes, em 1968, para 692.000, em 1982 (SÁNCHEZ FERRER, 1996 *apud* AGUILAR HERNÁNDEZ, 2000).

Ainda no contexto dos anos 1970, a expansão educacional não avançou para uma autonomia universitária, pois o país ainda vivia uma ditadura que findou em 1975<sup>20</sup>. O ano de 1978 foi decisivo para o avanço da universidade espanhola ao incorporar, pela primeira vez, na constituição política o princípio da autonomia universitária. A nova situação política criou um clima propício para um debate mais vasto sobre o destino das universidades, culminando com a Lei de Reforma Universitária em 1983. Esta lei transformou as tradicionais universidades espanholas em um modelo mais moderno e democrático, permitindo abrir o ensino superior a setores cada vez mais amplos da população e, ao mesmo tempo, contribuir para a superação do atraso geral da Espanha, em especial, em matéria de ciência e tecnologia (AGUILAR HERNÁNDEZ, 2000).

Porém, no início dos anos 1990, com a chegada ao poder do Partido Popular (PP), ocorre o enfraquecimento do Partido Socialista Espanhol (PSOE), mentor da Lei de Reforma Universitária de 1983, conseqüentemente dificultando o avanço de aspectos positivos da Lei de Reforma Universitária (AGUILAR HERNÁNDEZ, 2000).

O desafio da definição do papel social da universidade espanhola ainda persiste, sobretudo a partir do final dos 1990 com o chamado Processo de Bolonha. Iniciado em 1998, a partir da reunião de quatro ministros da educação europeus (Alemanha, França, Itália e Reino Unido) que assinaram a Declaração de Sorbone, na qual iniciava a integração da Europa para além do euro, criando também uma *Europa do Saber*, posteriormente designado como Grupo de Missão para o Espaço Europeu do Ensino Superior (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008).

As principais políticas inicialmente assinaladas na Declaração de Bolonha, em 1999, e alteradas em várias outras conferências foram: adoção de um sistema de formação académica equivalente para promover a empregabilidade dos cidadãos europeus e a competitividade internacional do Sistema Europeu de Ensino Superior; e a adoção de um sistema baseado em três ciclos de estudos; adoção do Sistema Europeu de Transferência e acumulação de créditos (ECTS), com o intuito de facilitar a mobilidade estudantil, além de

---

<sup>20</sup> A Espanha é uma monarquia desde a união pessoal dos reinos peninsulares nos descendentes dos Reis Católicos até à atualidade, interrompida unicamente pelos períodos correspondentes à parte do Sexênio Revolucionário (1868-1874) - que inclui a Primeira República Espanhola (1873-1874), a Segunda República Espanhola (1931-1939) e o regime Franquista (1939-1975) (WIKIPEDIA, 2012). Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Monarquia\\_de\\_Espanha](http://pt.wikipedia.org/wiki/Monarquia_de_Espanha)>. Acesso em: 17 nov. 2012.

promover também a mobilidade de professores e pesquisadores pelos diferentes sistemas de ensino superior, etc. (ALMEIDA FILHO, 2007).

Este projeto ainda é objeto de ampla discussão da comunidade europeia, sobretudo de associações de universidades e docentes, para que a transnacionalização da educação europeia não se adapte à proposta neoliberal de mercantilização do ensino superior em âmbito mundial (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

Efetivamente observa-se, também na Espanha, uma tendência para ampliar o processo de transnacionalização da educação (inclusive como fonte de divisas), tal como expressa o reitor da *Universidad Carlos III*:

Uma solução de urgência é permitir às universidades estabelecer uma quantidade de vagas, com mecanismos de acesso flexíveis, para que os bons estudantes estrangeiros, que desejarem, possam integrar-se nos estudos de graduação convalidando os estudos anteriores, como já ocorre na maioria dos países europeus. Ademais, esta abertura de nossas universidades aumentará a demanda por nossos mestrados e doutorados, onde não existem agora limitações de acesso para os estrangeiros (PEÑA, 2013, p. 2)<sup>21</sup>.

No bojo dos desafios das universidades europeias e, obviamente, espanholas estão inseridas as bibliotecas universitárias. Assim como para as universidades a reforma universitária de 1983 trouxe a necessidade de serviços de qualidade para a sociedade. Nesse contexto, as bibliotecas universitárias também se organizaram para modernizar a administração em consonância com as demandas sociais, criando em 1988 a Rede de Bibliotecas Universitárias (REBIUN), cuja missão é liderar, coordenar e dar diretrizes às bibliotecas universitárias e científicas, potencializando a cooperação e a realização de projetos conjuntos para dar resposta aos novos desafios das universidades no âmbito da aprendizagem, ensino e pesquisa e formação continuada ao longo da vida<sup>22</sup>.

Outra medida de cooperação entre as bibliotecas universitárias é a rede MADROÑO.

Trata-se de um consórcio das universidades da comunidade de Madrid (entre as quais a *Universidad Carlos III*) e a *Universidad Nacional de Educación a Distancia* para promover um maior intercâmbio entre as bibliotecas universitárias, no que diz respeito ao compartilhamento de serviços técnicos, além de fortalecer o empréstimo interbibliotecário<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> No original: *Una solución de urgencia es permitir a las universidades establecer un cupo de plazas, con mecanismos de acceso flexibles, para que los buenos estudiantes internacionales que lo deseen puedan integrarse en los estudios de Grado convalidando sus estudios previos, como ocurre ya en la mayoría de los países europeos. Además, esta apertura de nuestras universidades aumentará la demanda por nuestros másteres y doctorados, donde no existen ahora limitaciones de acceso para los extranjeros.*

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://www.rebiun.org/QueesREBIUN/misionyvision.html>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www.consorciomadrono.es>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

A iniciativa é pioneira na Espanha e indica que a cooperação entre as bibliotecas revela-se uma estratégia importante para enfrentar os desafios da universidade no século XXI.

### **3.2.3 Moçambique: universidade e biblioteca universitária**

Segundo Pena, Crivellari, Moreiro González e Manguê (2013), a história do ensino superior em Moçambique inicia-se em 1962, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUN), voltados para a formação dos colonos portugueses, mas instituída em decorrência da insatisfação dos movimentos nacionalistas moçambicanos em relação à falta de investimento na formação dos povos da colônia.

Já em 1968 o EGUN foi elevado à categoria de universidade, com a designação de Universidade de Lourenço Marques (ULM). A elevação ao nível de universidade, contudo, não garantiu o acesso dos estudantes moçambicanos ao ensino superior. Em 1973, somente 40 em 3000 estudantes eram nativos de Moçambique, e ao pequeno grupo que saía para estudar fora, não lhes era permitido frequentar universidades não portuguesas (BUENDIA GOMES, 2000 apud MANGUE, 2007).

Após a independência de Moçambique, em 1975, com o conseqüente processo de transformação político e social, altera-se também a ULM, em 1976, para Universidade Eduardo Mondlane, homenagem ao líder revolucionário da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Neste momento, inicia-se um espírito de universidade nacional para atender à demanda social do povo moçambicano. Em seguida foram criadas mais 10 universidades, totalizando 11 universidades públicas em 2007 (MANGUE, 2007).

Contudo, já em meados dos anos 1980, o modelo de organização socialista do início da independência entra em crise e Moçambique recorre a empréstimo, ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM), intervindo na organização econômica e educacional. O BM após verificar problemas estruturais na universidade concluiu, à revelia, que a universidade não era importante para o desenvolvimento intelectual e cultural do povo e na construção de um projeto de país, a longo prazo. Arbitrariamente, “impôs aos países africanos que deixassem de investir na universidade, concentrando os seus poucos recursos no ensino primário e secundário e permitissem que o mercado global de educação superior lhes resolvesse o problema da universidade” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p. 24).

Essa visão enfraquece o modelo de universidade como parte de um projeto de país e, neste cenário, desponta a possibilidade de participação do capital estrangeiro principalmente no ensino superior. Desta forma, a partir de meados da década de 1990 são criadas as primeiras escolas privadas de ensino superior, a Universidade Católica de Moçambique (UCM), em 1995; o Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU), com

funcionamento a partir de 1996 e o Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM), em 1997. De acordo com o Portal do Governo de Moçambique<sup>24</sup> existem 23 instituições de ensino superior, entre públicas e privadas, com um total de 28.000 alunos, sendo a UEM ainda a maior com um total de 11.517 estudantes matriculados, em 2005. Ainda, segundo o Ministério da Educação e Cultura em 2012, o país conta com 42 instituições de ensino superior, com um pouco mais de 100 mil alunos.

De todo modo, para os próximos anos, conforme o Plano Estratégico da Educação de Moçambique, para os anos de 2012 a 2016 há clara tendência de enfraquecimento do ensino público em detrimento do privado, influência dos padrões estrangeiros – Processo de Bolonha e fortalecimento do ensino à distância.

A expansão da rede de ES (Ensino Superior), na primeira fase de implementação do PEES (Plano Estratégico do Ensino Superior), será realizada principalmente, pela criação de novos Institutos Superiores Politécnicos, pela mobilização de um maior envolvimento do sector privado e pela criação de novos programas de Educação Aberta e à Distância (EAD) (MOÇAMBIQUE, 2012, p. 102).

Está em processo um alinhamento do currículo, graus e diplomas com os padrões internacionais como definido no contexto do acordo de Bolonha (MOÇAMBIQUE, 2012, p. 14).

Essas medidas vão em direção à proposta do Banco Mundial para o ensino superior africano que, entres outras questões, prevê o fortalecimento de institutos politécnicos direcionados para a formação profissional, além de caracterizar o trabalho docente voltado exclusivamente para a docência. “O pressuposto é que o Sul não tem condições para produção científica própria nem as terá no médio prazo. Daqui a concluir-se que o Sul não tem direito a ter produção científica própria vai um passo” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p. 24).

Em Moçambique parece que este passo foi dado<sup>25</sup>, porque a palavra “produção científica” nem ao menos foi mencionada no Plano Estratégico da Educação. A palavra “livro”, por sua vez, aparece somente quando se refere ao ensino escolar, mesmo assim o mais comum é o termo livro escolar, ou como são conhecidos no Brasil, livro didático. Na universidade este livro adquire a forma de “texto de apoio”.

Ao que parece, nesses países há uma precarização da formação na Universidade pela mercantilização da educação, desqualificando a mão de obra universitária para atender anseios do tempo veloz das empresas. Daí, “não por acaso, na cultura, o

---

<sup>24</sup> Disponível em: <[http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo\\_inst\\_ens\\_sup/](http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo_inst_ens_sup/)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

<sup>25</sup> De qualquer modo ainda possível de ser feito, pois a própria África do Sul apresenta um movimento de resistência aos compromissos comerciais na área de educação e incentiva a participação de outros países (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

romance é substituído pelo conto, o livro pelo *paper*, e o filme pelo vídeo-clipé [sic]. O espaço é sucessão de imagens fragmentadas; o tempo, pura velocidade dispersa” (CHAUÍ, 2001, p. 125).

### 3.3 UNIVERSIDADE E BIBLIOTECAS: SÍNTESE NUMÉRICA E INDÍCIOS DA CRISE

A guisa de resumir as características numéricas das universidades estudadas, apresentam-se alguns dados na Tabela 4. Todas são universidades públicas e de prestígio nos seus respectivos países. A Universidade brasileira (UB) é a mais antiga, fundada nos anos 20, conta com um quadro aproximado de 8.000 funcionários entre professores e técnicos administrativos para atender cerca de 50.000 alunos. Já a Universidade espanhola (UE) é a mais jovem das três, fundada nos anos 90, apresenta cerca de 2.500 funcionários e 18.000 alunos. A Universidade moçambicana (UM) possui aproximadamente 4.500 funcionários e 23.000 alunos. Nas três universidades a maioria dos alunos são da graduação, chegando a mais de 95 % do total em Moçambique (TABELA 4). Daí percebe-se que o ensino está centrado na formação profissional.

Tabela 4 – Característica do alunado das Universidades pesquisadas

INSTITUIÇÃO	ALUNOS	N	%
UB	Graduação	33.000	66,00
	Pós-graduação	15.000	30,00
	Educação básica e profissionalizante	2.000	4,00
	Total	50.000	100
UE	Graduação	15.000	83,33
	Pós-graduação	2.000	11,11
	Estudantes de títulos próprios – antes do tratado de Bolonha	1.000	5,56
	Total	18.000	100,00
UM	Graduação	22.000	95,65
	Pós-graduação	1.000	4,35
	Total	23.000	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2015.

No Brasil a crise internacional foi melhor enfrentada. Um dos entrevistados quando perguntado sobre a situação da crise, universidade e biblioteca revela o seguinte:

Com relação à universidade não. Nesses vinte anos que eu estou aqui, nunca tive tanto dinheiro para comprar, tanto dinheiro para fazer projetos, reformas na biblioteca, móveis, equipamentos. Então, com relação à universidade, eu não vejo crise não (Bibliotecário brasileiro).

Na Espanha o panorama da crise é mais grave. Esta situação é explicitada por um dos entrevistados:

Os impactos da crise, sobretudo na União Europeia e Espanha são muito importantes. O mais importante é que foram reduzidos os fundos públicos para i+D (Investigação e desenvolvimento) e podemos estimar que desde 2009 a 2013 houve uma redução de 50% de fundos públicos nacionais para a I+D. A política é se há menos fundos nacionais recorremos aos fundos europeus, que praticamente se mantém. Mas se quisermos obter mais fundos europeus, não é fácil, porque são altamente competitivos, obtenção de fundos (recursos) de investigação tem uma taxa de êxito de 5% (Dirigente da UE).

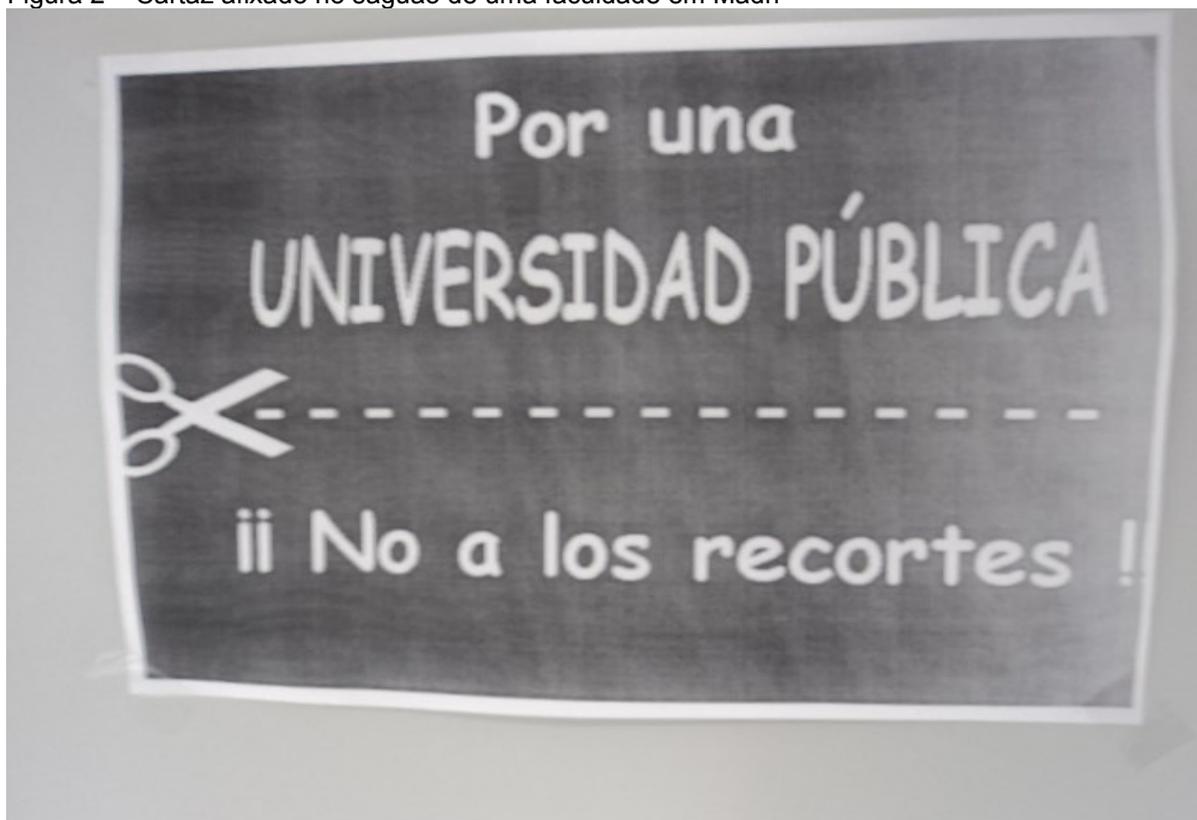
A crise na Espanha apresenta resistência, tanto em forma de protestos, como se pôde presenciar pessoalmente em manifestação organizada por alunos de uma universidade em Madri, contra o aumento das taxas de matrícula, quanto em forma de pichações ou cartazes afixados pela universidade, conforme se vê nas Figuras 1 e 2.

Figura 1 – Pichação na rua em direção a *Universidad Carlos III de Madrid*



Fonte: Arquivo do autor.

Figura 2 – Cartaz afixado no saguão de uma faculdade em Madri



Fonte: Arquivo do autor.

Já Moçambique, embora também tenha enfrentado problemas na universidade em decorrência da crise internacional, através da cooperação internacional conseguiu encará-la melhor, conforme o reitor da universidade:

Com [relação] aos investimentos não fizemos, paramos de fazer muitas coisas, mas temos as doações e, muitas vezes, compensam. Os nossos doadores, mesmo com a crise que sofreram, portanto, a Suécia, a Bélgica, a Holanda não cortaram os valores oferecidos à Universidade. Posso dizer que a nossa investigação, que mais se beneficia das doações não foi muito afetada (Dirigente da UM).

Diante destes apontamentos sobre as universidades em análise, faz-se a seguir breve caracterização dos sistemas de biblioteca em cada uma delas.

### 3.3.1 Caracterização do sistema de bibliotecas da universidade brasileira

O Sistema de biblioteca da universidade brasileira (UB) é, do ponto de vista organizacional, um sistema de bibliotecas vinculado à Reitoria. O sistema é responsável pela coordenação técnica dos recursos informacionais de 25 bibliotecas, distribuídas e subordinadas administrativamente pelas unidades acadêmicas e as de curso.

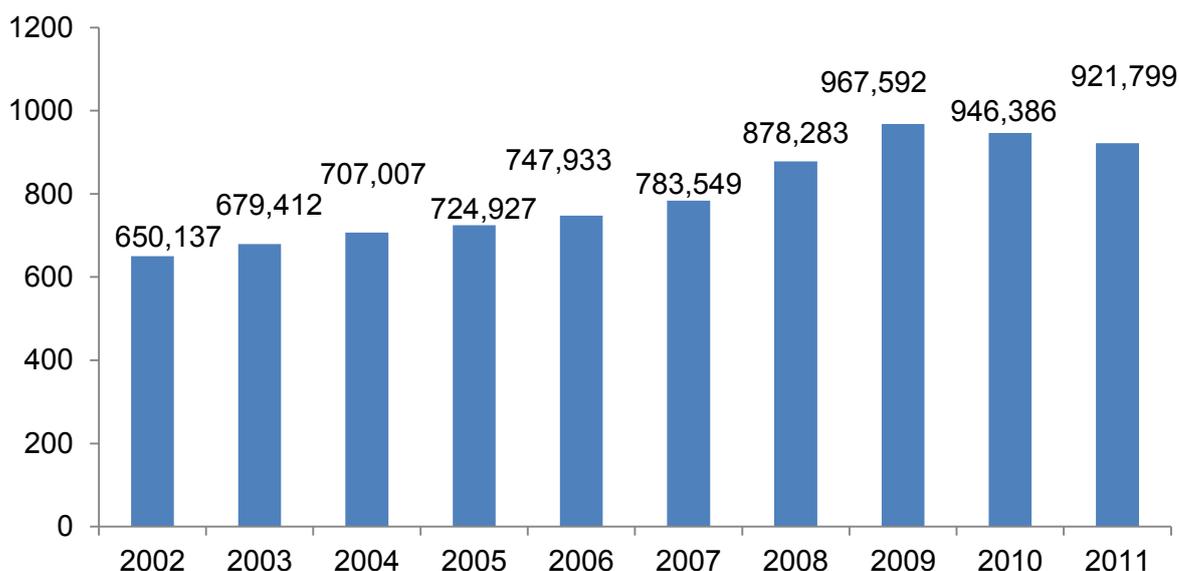
Trata-se de um sistema descentralizado de gestão (MANGUE, 2007). O Diretor da biblioteca é, geralmente um bibliotecário, auxiliado por um Vice-diretor e preside o

Conselho Diretor. Logo abaixo, na mesma linha hierárquica, estão as bibliotecas das unidades de curso. A direção do sistema da biblioteca, com auxílio de uma secretaria gerencia os setores administrativos e de extensão.

No período de coleta de dados, ano de 2011, a força de trabalho do sistema de biblioteca era composta de cerca de 400 funcionários, entre os quais 139 bibliotecários, 2 bibliotecários terceirizados, 104 pessoal de apoio administrativo, 96 bolsistas, 21 menores aprendizes da Cruz Vermelha e 74 com outras ocupações

Quanto ao acervo físico, o sistema contava, no mundo físico com um total de 921.799 exemplares (GRÁFICO 2). De acordo com o relatório de gestão da Universidade o acervo foi avaliado em R\$ 27.744.566,42 (quase 10 milhões de dólares). No interstício 2010 e 2014 a administração central da universidade investiu, aproximadamente, R\$ 4.600.000,00 (aproximadamente 1,5 milhão de dólares) na aquisição de acervo bibliográfico. Isso significou um crescimento médio de 3,9% do acervo disponível para um público aproximado de 158 mil usuários.

Gráfico 2 - Evolução do acervo do sistema de biblioteca pesquisado no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Para a recuperação e conservação deste patrimônio material há serviço centralizado de Recuperação do Acervo, com expansão prevista para outras bibliotecas do sistema. Na perspectiva da preservação do acervo físico, relatam Carvalho e Fernandes (2006) a experiência de preservação e conservação de uma coleção de livros raros da universidade, destacando a importância da formação do bibliotecário para a conservação do acervo.

Quanto ao acervo digital e o uso das tecnologias da informação, o Sistema De Bibliotecas da UB tem acompanhado o estado da arte, destacando-se pelo uso e divulgação

do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma biblioteca virtual de iniciativa nacional, que reúne vasto acervo da produção científica internacional, com cerca de 35 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, além de 11 bases com conteúdos diversificados.

É da maior relevância, também, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) que disponibiliza conteúdo integral dos documentos produzidos na Universidade. Quanto às iniciativas de incentivo à leitura, vale destacar a implantação, em 2009, do *Espaço de Leitura*, destinado à comunidade acadêmica e externa, com um acervo inicial de 3.000 obras de variados gêneros literários (poesia, romance, biografia, literatura infanto-juvenil, artes, etc.), além de obras em Braille, jornais e revistas. O objetivo do Espaço é ser, também, um lugar para lançamento de livros, mostra de arte, sessões para contar histórias, debates, exibição de filmes e exposições literárias.

Finalmente, é preciso lembrar que o sistema de biblioteca terá, com os projetos nacionais de expansão e popularização universitária, grandes e novos desafios. Nesse particular, a biblioteca pode ter um papel importante na formação de leitores, exercendo o que Castel (2008) denomina “discriminação positiva”, ao reduzir os índices de desigualdade de letramento no interior da comunidade acadêmica que, historicamente, se caracteriza pelo *habitus* da leitura e da escrita.

### **3.3.2 Caracterização do sistema de bibliotecas da universidade espanhola**

O sistema de biblioteca da Universidade Espanhola (UE) é composto por 04 bibliotecas dispostas em 03 *campi*, sendo duas bibliotecas em um mesmo Campus e as duas outras em *campi* diferentes. Cada unidade possui uma chefia imediata e todas são subordinadas a uma direção central. Identificou-se 80 funcionários no sistema de biblioteca, sendo 77 com vínculo estável e 03 com contrato temporário.

O sistema apoia-se no plano estratégico de expansão internacional da UE, nas diretrizes da REBUIN e *Madroño*, bem como no plano estratégico 2020 da *American College and Research* (ACRL). O Sistema de bibliotecas mantém o setor de apoio à investigação e docência através da Coordenação de Apoio à Investigação (CAI), alinhada à Coordenação de Apoio à Docência (CAD), com a finalidade de apoiar o trabalho dos professores.

Outra perspectiva de atuação é a consolidação da *Biblioteca Digital*, com o objetivo de preservação, acesso e difusão de conteúdos eletrônicos (edição de revista eletrônica, digitalização da produção curricular dos professores, graduação e pós-graduação, etc.). Destaca-se, também, a chamada *convergência tecnológica*, que objetiva aperfeiçoar a junção entre os serviços de informática e comunicação para o

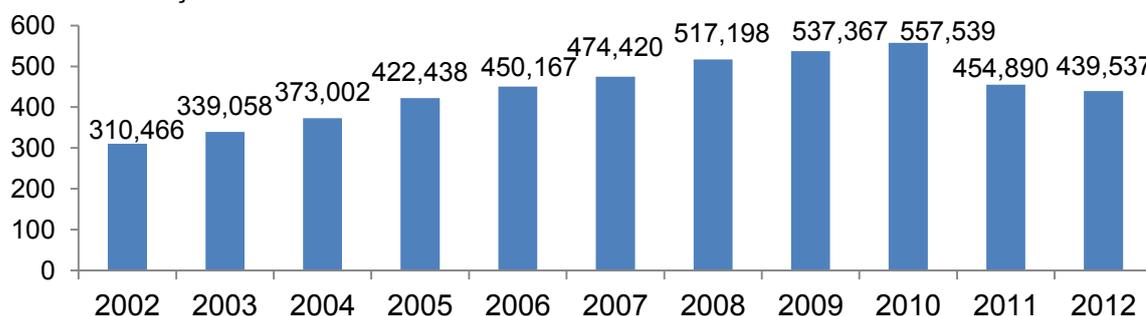
desenvolvimento de novas ferramentas que melhorem o acesso à informação eletrônica aos usuários.

A perspectiva da *alfabetização informacional* é estabelecida para o auxílio aos alunos de graduação e pós-graduação nas técnicas de uso dos recursos informacionais respeitando a propriedade intelectual dos autores. Existem, também, iniciativas que visam desenvolver o gosto pela leitura, como por exemplo, *o clube da leitura* que é uma parceria da biblioteca com os estudantes, apoiada por um professor com a finalidade de ler e discutir obras literárias. A participação dos alunos nesta atividade é válida como créditos para sua formação. Destaca-se, ainda, a preocupação com o desenvolvimento profissional do pessoal da biblioteca, principalmente na aprendizagem da língua inglesa para atender a demanda internacional da universidade e em relação ao uso das novas tecnologias. Vale, também, destacar do ponto de vista da organização da biblioteca e diferentemente das outras duas universidades estudadas, que a designação dada às coleções utiliza-se da noção de “fundo”, amplamente utilizado em arquivos.<sup>26</sup>

Um fato importante no aspecto da gestão é a vinculação do sistema de biblioteca ao *Vicerrectorado de Infraestructura y Medio Ambiente* enquanto a Universidade brasileira tem trâmite direto com o reitor e na UM a biblioteca está relacionada à Vice-reitoria acadêmica. Isso indica que nesta universidade espanhola a biblioteca ocupa uma posição inferior na hierarquia quando comparado com as do Brasil e de Moçambique.

O acervo de livros total do sistema de biblioteca espanhola totalizava 439.537 exemplares em 2012, conforme o Gráfico 3. Nota-se um decréscimo do acervo após o ano de 2010, tendo em vista que o acervo vinha aumentando gradativamente desde o ano de 2002 (GRÁFICO 3).

Gráfico 3 – Evolução do acervo da UE



Fonte: Dados levantados junto à vice-direção do sistema de biblioteca da EU, 2014.

Verificou-se a redução de compra de acervo de 32.522 exemplares em 2008 para 6.795 livros adquiridos em 2012. O livro eletrônico, diferentemente da brasileira e da moçambicana, foi mais adquirido que o livro em papel. Em 2008 eram 27.625 e em 2012

<sup>26</sup> Sobre esta questão ver Simões e Freitas (2013).

totalizaram 45.122. No entanto, as subscrições que chegaram a 61.099 itens em 2011, reduziram-se para 45.122 itens em 2012, uma retração de aproximadamente 26% em decorrência da redução orçamentária. Além disso, a própria biblioteca reconhece a dificuldade em lidar com o livro eletrônico:

Enquanto a compra de livro impresso se faz título a título a partir das bibliografias incluídas nos programas das disciplinas, os livros eletrônicos são assinados por pacotes de milhares de títulos, em sua maioria em inglês sem a possibilidade de filtro devido à política global das grandes editoras multinacionais do livro científico (Dados da pesquisa, 2012, tradução nossa)<sup>27</sup>.

### 3.3.3 Caracterização do sistema de bibliotecas da UM

O Sistema de Bibliotecas da UM é composto por 11 bibliotecas. A Biblioteca Central é a maior biblioteca do sistema, localizada no Campus principal e, além de servir à comunidade universitária nas várias áreas de atuação do ensino, pesquisa e extensão, é onde está localizada a Direção do Serviço de Documentação (DSD), setor responsável pela gestão técnica das demais bibliotecas setoriais e também pela gestão administrativa.

A DSD foi criada em 1979 com o objetivo de centralizar a aquisição, o processamento técnico, gerir o catálogo coletivo e a administração de recursos humanos. Do ponto de vista organizacional a Direção dos Serviços de Documentação é privilegiada na universidade, tendo em vista que está diretamente subordinada à Vice-Reitoria Acadêmica (MANGUE, 2007).

Sob a ótica da estrutura organizacional o Sistema de biblioteca é descentralizado, isto é, as bibliotecas setoriais possuem autonomia para o planejamento da estrutura interna e das atividades, sendo administrativamente subordinadas às respectivas direções das faculdades e tecnicamente ao DSD (MANGUE, 2007). De acordo com o organograma há um Conselho de Direção, composto pelos chefes de departamentos e pelo Diretor e Diretor Adjunto, bem como o Conselho Técnico formado pelo Conselho de direção e pelos chefes de biblioteca. O DSD administra sete departamentos, a saber: Departamento administrativo, Departamento técnico, Departamento de desenvolvimento organizacional, Departamento de referência, Departamento de coleções especiais, Departamento do acervo das humanidades e Departamento do acervo das ciências puras e aplicadas. A BCE não se sobrepõe à DSD, ao contrário exerce uma relação de complementariedade, pois além das instalações mais adequadas apresenta em um mesmo local as atividades de planejamento e

---

<sup>27</sup> No original: *Mientras la compra del libro impresso se hace título a título a partir de las bibliografias incluídas en los programas de las asignaturas, los libros electrónicos se suscriben por paquetes de miles de títulos, en su mayoría en inglés sin posibilidad de filtrado debido a la política global de las grandes editoriales multinacionales de libro científico.*

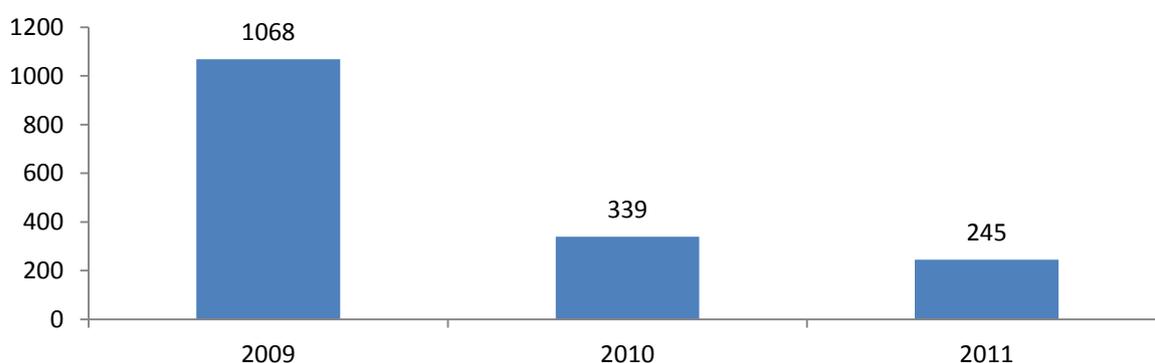
execução com o quadro de funcionários mais qualificado do sistema.

Segundo o “Plano de desenvolvimento da biblioteca 2010-2014” há um número aproximado de 110 trabalhadores no sistema. No entanto, Mangué (2007) identificou um número de 119 funcionários. Ao que parece no período de quatro anos (2007 a 2010) o número de funcionários reduziu-se. Diante disso, no próprio plano definiu-se como meta a necessidade de aumentar o número de trabalhadores das bibliotecas. O plano identifica que em uma universidade brasileira registrou-se um rácio de pessoal/usuários de 1/113, enquanto que no sistema moçambicano era de 1/193 (PLANO..., 2010).

Ainda sobre o perfil do pessoal trabalhador verificou-se que 80% completa o ensino secundário (equivalente ao ensino médio no Brasil). O destaque identificado pela própria biblioteca é para o baixo número de pessoal (16%)<sup>28</sup> com ensino superior e muitos em áreas diferentes da biblioteconomia. A proposta é aumentar o nível académico do trabalhador atuante no sistema de biblioteca da UM, pois os “[...] números estão muito abaixo das normas das bibliotecas universitárias, mesmo nos países em desenvolvimento, onde a proporção daqueles com ensino superior atinge os 30 a 40%” (PLANO..., 2010, não paginado).

O Sistema dispõe de 186.499 livros e cerca de 30.000 títulos de periódicos para atender aproximadamente 23.000 usuários potenciais. Verifica-se que o número de alunos é maior que da UE, entretanto o acervo é bem menor. Examinando-se as novas aquisições tampouco são comparáveis à UE, pois em 2011 esta adquiriu 6.036 livros enquanto a UM comprou apenas 245 exemplares novos. Nota-se um investimento baixo na aquisição de livros e com números em queda entre 2009 e 2011, conforme os dados exibidos no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Novas aquisições de livros do sistema de biblioteca da UM



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

<sup>28</sup> Os valores não totalizaram 100%, ou seja, há um total de 4% dos funcionários não especificados pelo “Plano de desenvolvimento da biblioteca 2010-2014” (PLANO..., 2010, não paginado).

Mesmo assim, ao se verificar a página principal da BCE percebe-se o destaque para os serviços digitais, entre os quais o Repositório Saber. O serviço foi criado em 2010 a partir de uma parceria colaborativa entre a UM, a Universidade Politécnica e o Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

A iniciativa visa “recolher, agregar e indexar conteúdos acadêmicos e científicos existentes nas instituições de ensino superior e de pesquisa em Moçambique que possam ser disponibilizados em acesso livre” (WAETE; MOURA; MANGUE, 2012, p.204). A proposta se ajusta à perspectiva do acesso aberto como uma possível expansão do acesso ao conhecimento e ampliação da visibilidade acadêmica das instituições e seu pesquisadores. “O acesso aberto é especialmente importante para as bibliotecas acadêmicas e de pesquisa uma vez que as instituições acadêmicas são de pesquisa intensiva e a função principal da biblioteca é apoiar as atividades de aprendizagem, ensino e pesquisa dessas instituições” (JAIN; NFILA, 2011, p. 38, tradução nossa)<sup>29</sup>. Por outro lado, os mesmos autores ressaltam que o investimento em infraestrutura tecnológica e a consequente renovação de *softwares* e *hardwares*, além do custo de acesso às redes de telecomunicações, ainda se constitui uma barreira para o acesso aberto nos países em desenvolvimento (JAIN; NFILA, 2011).

---

<sup>29</sup> No original: *Open access is especially important for research and academic libraries since all academic institutions are research-intensive and a library's main mandate is to support the learning, teaching, and research activities of their parent institutions.*

#### 4 MERCADO DE TRABALHO E PROFISSÃO BIBLIOTECÁRIA EM ÉPOCA DE CRISE<sup>30</sup>

A crise de 2008 afetou, de forma diferenciada, cada um dos três países estudados, segundo Pena, Crivellari, Moreiro González e Mangue (2014). No Brasil, onde há muita desigualdade entre ricos e pobres, o coeficiente de Gini<sup>31</sup> indicava, em 2012, um valor de 0,53, pior que o da Espanha com 0,35 naquele ano (FUNDAÇÃO..., 2012) e Moçambique (0,41) nos anos 2008/2009 (WORLD..., [2012]). Interessante notar que no Brasil, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), entre os anos de 1976 e 2001, a desigualdade era mais alta – 0,60 em média, com pico de 0,63 em 1989. A partir de 2002, houve redução constante da desigualdade até atingir 0,53 em 2012, uma redução considerável de 16% em 23 anos, ao se comparar 1989 e 2012. Isso indica esforço político para reduzir a desigualdade, complementado com investimento no campo da educação.

A partir de dados do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2012), é possível observar a expansão das universidades federais. Entre 2003 e 2010, 14 novas universidades federais foram criadas. Além disso, foram criados mais de 100 novos *campi* que possibilitaram a ampliação de vagas principalmente no interior do país, além da criação de novos cursos. O Brasil ainda é muito desigual. Contudo, considerando os recentes investimentos em educação superior, espera-se das universidades e de suas bibliotecas a formação de cidadãos conscientes de sua função social e política para impedir que os “executivos das finanças” sejam os “novos heróis da competição capitalista”<sup>32</sup>, considerando que a crise também é moral com perdas de valores cívicos (BRESSER PEREIRA, 2010, p.16, tradução nossa).

Por outro lado, na Espanha, a desigualdade social aumentou entre 2008 e 2012. O índice Gini passou de 0,31 em 2008 para 0,35 em 2012, um acréscimo de 12% em apenas 04 anos, enquanto na Alemanha, por exemplo, houve redução da desigualdade social - de 0,30 para 0,28 no mesmo período, de acordo com este indicador. Na Espanha, no quesito trabalho para os jovens (16 a 24 anos), a situação é ainda pior: com taxa de desemprego em 52%. A Espanha, então vinha de uma situação favorável herdada dos “trinta gloriosos” e passa, com a crise de 2008, a sentir fortemente os efeitos da

---

<sup>30</sup> Capítulo baseado, em grande parte, no trabalho intitulado: “elementos de comparação do emprego bibliotecário em tempos de crise” de Pena, Crivellari, Moreiro González e Mangue. Artigo premiado como o melhor trabalho no GT 06 – Informação, educação e trabalho no XV ENANCIB.

<sup>31</sup> Índice que mede a desigualdade de distribuição de renda, sendo 0,0 o melhor índice e 01 o pior valor, ou seja, maior desigualdade.

<sup>32</sup> No original: Meanwhile business people and principally finance executives became the new heroes of capitalist competition.

financeirização da economia com o aumento da desigualdade e perdas de postos de trabalho.

Em Moçambique, também houve aumento da desigualdade no período anterior à crise. O coeficiente de Gini era, em 2005, de 0,39 (MANGUE, 2007) e em 2008/2009 subiu para 0,41, aumento de 5% em 04 anos. Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), que mede o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Moçambique ocupa o antepenúltimo lugar entre os 186 países analisados em 2012, enquanto na mesma avaliação, em 2005, ocupava a posição 168 (MANGUE, 2007). O IDH de Moçambique é considerado baixo (0,327), enquanto o Brasil está na 85ª posição com um alto IDH (0,730) e a Espanha no 23º lugar com um IDH muito alto (0,885) em 2012. Apesar da piora da qualidade de vida da população, nos últimos dez anos, incluindo os anos da crise de 2008, Moçambique apresentou um crescimento econômico médio significativo de 7,5% ao ano no Produto Interno Bruto (IBRAIMO, 2013). Boa parte deste crescimento decorre do investimento das empresas públicas chinesas, as quais são responsáveis por 80% do investimento estrangeiro chinês. No entanto, a cooperação chinesa com a África Subsaariana resumidamente almeja “garantir o fornecimento de matérias primas e recursos naturais”<sup>33</sup> (PAIRAULT, 2013, p. 17, tradução nossa).

A presença brasileira em Moçambique, por um lado, é marcada pela atuação de empresas privadas<sup>34</sup> na área de mineração e construção civil. De outro lado, há uma cooperação mais solidária realizada por instituições públicas. A Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) desenvolve em parceria com o governo do Japão e de Moçambique o *ProSavana*, cujo objetivo é prosperar a produção agrícola na região da Savana de Moçambique, tendo em vista a experiência exitosa do cerrado brasileiro – maior exportador de soja do mundo. Há ainda o Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional de Moçambique, executado também pela EMBRAPA, para fortalecer a agricultura familiar contribuindo para o combate à fome (CHICHAVA et al., 2013).

Sobre a cooperação chinesa e brasileira em Moçambique observa-se que:

[..] no caso chinês, está claro que, apesar da ausência de condicionalismos, a cooperação e a ajuda para o desenvolvimento só são sustentáveis se, para além das vantagens diplomáticas, envolverem vantagens comerciais. No caso do Brasil, o discurso da “diplomacia de solidariedade” realça o facto [sic] de o país apenas procurar benefícios diplomáticos nos seus compromissos de cooperação, o aspecto comercial é ambíguo (CHICHAVA et al., 2013, p. 433).

Moçambique ainda necessita de uma base industrial diversificada para uma inserção mais virtuosa na economia internacional, contudo devido ao investimento

<sup>33</sup> No original: *d’assurer l’approvisionnement en matières premières et ressources naturelles*.

<sup>34</sup> Uma delas é a Vale, a segunda maior mineradora do mundo, privatizada em 1997. Para mais detalhes sobre o processo de privatização ver Crivellari (1998).

estrangeiro, o país enfrentou melhor a crise de 2008 e expandiu sua universidade. Nesse sentido, a universidade e suas bibliotecas podem contribuir no fortalecimento de uma produção científica crítica e propositiva de alternativas para o desenvolvimento do país, tanto em termos econômicos quanto sociais.

#### 4.1 PROFISSÃO E FORMAÇÃO BIBLIOTECÁRIA NO BRASIL, ESPANHA E MOÇAMBIQUE: ESBOÇO PRELIMINAR

A classificação das profissões é uma representação mundial utilizada para fins estatísticos, mas também reflete uma opção política quanto à dimensão da identidade e estabilidade profissional. A profissão bibliotecária é uma profissão com estima ou prestígio social, pois é relacionada à cultura, arte e a ciência, como se observa no Grande Grupo 2 da Classificação Internacional de Ocupações (CIUO<sup>35</sup> – sigla em inglês). No Brasil, na classificação das ocupações, o Grande Grupo 2 é denominado “profissionais das ciências e das artes”. Na classificação das profissões da Espanha os bibliotecários estão na categoria dos “Técnicos e profissionais científicos e intelectuais”. Em Moçambique, também no Grande Grupo 2, os bibliotecários são incluídos como “Especialistas de profissões intelectuais e científicas”.

No Brasil, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a partir de 2002, identifica a família ocupacional de “profissional da informação” (código 2612) para aqueles com bacharelado em biblioteconomia e documentação e com cargos de bibliotecário, documentalista ou analista de informações (pesquisador de informações de rede). Na versão anterior, a CBO 1994 incluía no mesmo grupo bibliotecários, arquivistas e museólogos. Com a notoriedade da informação no novo espírito do capitalismo o profissional bibliotecário muda de nome e, na descrição sumária das atribuições do trabalho acrescenta, inclusive, “a prestação de serviços de assessoria e consultoria” (QUADRO 3). A consultoria não identifica o processo de trabalho biblioteconômico, tampouco é uma atividade exclusiva da categoria dos bibliotecários.

Ademais, a “conservação do acervo bibliográfico”, própria do trabalho das bibliotecas, foi excluída na nova classificação numa alusão ideológica contrária ao impresso.

---

<sup>35</sup> Classificação Internacional Uniforme de Ocupações.

Quadro 3 – Comparação da descrição sumária entre as duas versões da Classificação das Ocupações no Brasil

CBO 1994	CBO 2002
Organiza, dirige e executa trabalhos técnicos relativos às atividades biblioteconômicas, desenvolvendo um sistema de catalogação, classificação, referência e <b>conservação do acervo bibliográfico</b> , para armazenar e recuperar informações de caráter geral ou específico, e colocá-las à disposição dos usuários, seja em bibliotecas ou em centros de documentação:	Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. <b>Podem prestar serviços de assessoria e consultoria.</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2015).

Na atual *Clasificación Nacional de Ocupaciones*, versão 2011, da Espanha, na desagregação de dois dígitos (código 29) os bibliotecários pertencem aos “profissionais da cultura e do espetáculo”. No nível inferior, com três dígitos (código 291), os bibliotecários estão juntos com os arquivistas, conservadores de museus e afins. O nível mais desagregado – com quatro dígitos (código 2912) - reúne os “bibliotecários, documentalistas e afins”, cuja atribuição é selecionar, ampliar, organizar e manter os serviços de bibliotecas, além de fornecer informação aos usuários (INE, 2012b, p. 117). Em relação à Classificação Nacional de Ocupações de 1994 para a atual de 2011, os bibliotecários permanecem no mesmo grupo profissional.

Semelhante à Espanha, a Classificação das Profissões de Moçambique, na Revisão 2 de 2012, os arquivistas, bibliotecários, conservadores de museus e profissionais similares (código 262) estão reunidos em um mesmo subgrupo. No nível mais detalhado (código 2622) são classificados os “bibliotecários, documentalistas e profissões similares”, cujas principais funções, descritas a seguir, permitem associar as atribuições tradicionais dos bibliotecários, quais sejam:

- Organizar, adquirir, avaliar e conservar colecções [sic] de livros, documentos, manuscritos, publicações periódicas ou outras recebidas ou existentes na biblioteca, a fim de facilitar ao investigador ou ao leitor comum um acesso fácil à fonte de informação pretendida;
- Conceber e planear serviços e sistemas de informação;
- Estabelecer e aplicar critérios de organização e funcionamento dos serviços;
- Seleccionar, classificar e indexar documentos sob a forma textual, sonora, visual ou outra para o que utiliza, desenvolver e adaptar sistemas de tratamento automático ou manual, de acordo com as necessidades específicas dos utilizadores;
- Definir procedimentos de recuperação e exploração de informação;
- Apoiar e orientar, quando solicitado pelo utilizador do serviço;

- Promover acções [sic] de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes de informação primária, secundária e terciária;
- Supervisionar o pessoal e as actividades a desenvolver (INE, 2012, p.169).

Verifica-se nos países analisados que o Brasil, mesmo mantendo o pré-requisito do bacharelado em biblioteconomia, foi o único a “transformar” o bibliotecário em profissional da informação na classificação oficial das profissões, mesmo sendo o único, entre os três países, com um Conselho Federal de Biblioteconomia, decorrente de uma lei que regulamenta a profissão desde os anos de 1960. Sobre a atuação profissional adverte Moreiro González (2014, p. 19, tradução nossa)<sup>36</sup>: “as ocupações que devem ser cumpridas pelo profissional da informação, [...] não são diferentes das de outros profissionais que também as podem desenvolver como informáticos, comunicadores e gestores administrativos ou comerciais”.

Apesar da mudança no nome, em função de *status* profissional melhor definido pela regulamentação profissional e, particularmente, a presença do Estado como grande empregador possibilitou ao bibliotecário brasileiro um melhor enfrentamento da crise econômica de 2008 (PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014). Para melhor compreender o processo cita-se Bourdieu (2012, p. 149): “não é o valor relativo do trabalho que determina o valor do nome, mas o valor institucionalizado do título que serve de instrumento o qual permite que se defenda e se mantenha o valor do trabalho”.

Como forma de valorizar o título, em Madri, há a tentativa de criar uma entidade representativa para abrigar os profissionais bibliotecários, arquivistas e documentalistas, um: *colegio profesional*.

Aqui em Espanha se pode dizer que o mundo da biblioteca, arquivo e centro de documentação está um pouco esquecido. A profissão em si, qualquer das três, não parece que tem muito reconhecimento social. Recordo uma citação, de uma pessoa, que tem bastante a ver: “ser inventor em Espanha, ser cientista em Espanha é como ser toureiro em Suécia”. Eu creio que ser bibliotecário ou arquivista em Espanha ou documentalista é quase igual ser toureiro na Suécia. É difícil porque não tem muito reconhecimento social. Entretanto, a gente que tem mais afinidade e consideração pelas bibliotecas, sim, as respeitam. Mas as pessoas não sabem exatamente o que fazemos ou o que podemos fazer [...]. Se crê que contratando para uma biblioteca um profissional que não estudou Ciências da Documentação, nem Biblioteconomia seria capaz de fazer o trabalho, porque não creem que seja tão difícil. Então, juntando tudo isso, surgiu a ideia do *colegio* (Conselho) para tentar corrigir isso e dar maior visibilidade [...] ao profissional, para dignificar a profissão, para nos proteger de certas ofertas de empregos ou certos abusos por parte da sociedade ou da empresa que contrata, claro, para melhorar todo o serviço que se oferece ao cidadão, etc.

Há muitas associações profissionais em Espanha, mas somente dois *colegios* profissionais (um na Catalunha e outro em Valência). Suponho que

---

<sup>36</sup> No original: las ocupaciones que debe cumplir el profesional de la información, pues no se marcan diferencias con otros profesionales que también las pueden desarrollar como informáticos, comunicadores y gestores administrativos o comerciales

não surgiu antes a ideia, porque Madri é uma grande cidade, que atrai muito trabalho de qualquer classe incluindo este, desde meu ponto de vista. Então, não era muito necessário porque havia trabalho [...] (Entrevista com o coordenador da *Plataforma para la creación del colegio profesional de Archiveros, Bibliotecarios y Documentalistas de Madrid*)

Segundo Durkheim (2002, p. 20-21) quanto mais extenso se torna um grupo profissional, mais necessária a regulamentação. Além disso, afirma que todo grupo profissional tem sua moral, muito embora em certos grupos, é tão pouco desenvolvida que parece não existir, convertendo-se numa “anarquia moral”, por vezes, reivindicada como “direito” pela economia neoclássica. O fortalecimento dos laços legais, enquanto grupo profissional asseguram maior estabilidade jurídica e moral. A desregulamentação das profissões interessa ao capital, pois propicia a ação individual e a competição que barateia os custos do trabalho.

Ainda assim, no Brasil, várias escolas, faculdades ou departamentos de Biblioteconomia passaram a se denominar Escolas de Ciência da Informação (CRIVELLARI, 2003a). A Escola de Biblioteconomia da UFMG, por exemplo, atualmente chama-se Escola de Ciência da Informação e oferece graduação em Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e pós-graduação em Ciência da Informação. São quatro áreas distintas, embora a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia apresentem a cultura como um dos pontos em comum, considerando que “a finalidade das bibliotecas e dos museus é essencialmente cultural, enquanto que a dos arquivos é primordialmente funcional (muito embora o valor cultural exista, uma vez que constituem a base fundamental para o conhecimento da história)” (MOREIRO GONZÁLEZ; MANGE, 2014, p. 12). Araújo (2010), descrevendo a história da biblioteconomia, arquivologia e museologia, bem como Renault e Araújo (2015), observando o ato de colecionar, verificaram, também, a dimensão cultural como elo entre estas áreas. Araújo (2014, p. 150) reconhece as especificidades do processo de trabalho de cada um desses campos, contudo, aponta que “a ciência da informação não estuda a ação administrativa política, cultural, etc., em si mesmas, mas apenas naquilo que elas têm de informacional”.

Nota-se polêmica em torno da própria definição de Ciência da Informação (CI) enquanto campo acadêmico e o *modus operandus* de sua influência no restante do mundo. A primeira aproximação à temática, num contexto de guerra<sup>37</sup>, foi nos Estados Unidos - uma

---

<sup>37</sup> Lopez Yepes (2006) aponta os anos de 1961 e 1962, quer dizer durante a guerra fria. Colabora para o entendimento a observação de Saldanha (2008, p. 23, grifo do autor): é neste instante, em meio às consequências da investigação bélica – a Segunda Guerra Mundial como laboratório de pesquisas –, que em geral se contextualiza o surgimento de uma grande área dentro dos estudos de organização dos saberes, a CI: um contexto de substituição de operadores humanos por máquinas na atividade de controle de informação; um contexto marcado pela multiplicação de nomes, noções, conceitos, dentre os quais, o termo “ciência da informação”.

das nações mais poderosas do mundo em termos econômicos e militar<sup>38</sup> - especificamente na conferência no *George Institute of Technology* e não em uma escola de Biblioteconomia (LOPEZ YEPES, 2006).

Um estudo de caso recente, realizado com professores da Escola de Ciência da Informação da UFMG, aponta que a maioria dos docentes entrevistados são contrários à ideia da CI servir de grande área para abrigar as demais (RAMOS; ARAÚJO, 2014). O trabalho, fruto de uma tese de doutorado, sinaliza que o conceito de informação não é tão central para a Museologia como é para CI, porque as bases da museologia estão assentadas na história e nas artes. A arquivologia se aproxima da CI, mais por uma questão de aproveitamento da estrutura acadêmico institucional estabelecida, que das bases teóricas, enquanto a CI converge na viabilização do acesso indiscriminado à informação, a Arquivologia aprecia um acesso um pouco mais circunscrito dado a natureza de sua função administrativa. A Biblioteconomia, por sua vez, contribui para o aprofundamento teórico da CI, mas, num dado momento histórico, uma tenta se sobrepor à outra ocasionando uma disputa entre as áreas (RAMOS; ARAÚJO, 2014). Na dimensão profissional, no Brasil, a Ciência da Informação não habilita o exercício de nenhuma profissão e, portanto, é mais ambígua.

Paradoxalmente, do ponto de vista científico a Ciência da Informação brasileira ocupa *status* privilegiado na Tabela de Área do Conhecimento (CAPES, 2014c). É identificada como uma subárea das Ciências Sociais Aplicadas, abrigando a Biblioteconomia e a Arquivologia. A Museologia, por sua vez, está classificada como uma subárea independente da Ciência da Informação. Essa classificação ainda carece de debate, considerando que:

[...] é um instrumento forte de estabelecimento de uma ciência. Sua institucionalização é determinante para os financiamentos [de] projetos científicos, mas, sobretudo reflete o quão forte ou fraco se constitui um campo do saber. Não resta a menor dúvida que algumas áreas se valem de maior ou menor prestígio de acordo com o <<movimento>> de seus pesquisadores, de acordo com sua configuração científica e institucional (PENA; RENAULT, 2010, p. 108-109, grifo dos autores).

Nesse sentido, Crivellari (2003, p. 11) reconhece o quão escorregadio é o campo da CI. Porém, propõe uma concertação entre os diferentes atores sociais, tais como: sindicatos, conselhos, associações profissionais e escolas para uma melhor definição de como a CI pode contribuir para uma redefinição do sistema de formação profissional e isso, provavelmente, refletiria em reconfiguração científica para todas as áreas. Na atual

---

<sup>38</sup> Bourdieu (2014, p. 285) ao teorizar sobre a formação do poder do Estado moderno demonstra que há um “[...] laço entre a acumulação do capital informacional e a acumulação do capital militar”.

configuração, no caso da Biblioteconomia, não há, atualmente, nenhuma subárea contemplando a discussão sobre gestão de biblioteca, políticas de leitura, entre outros temas caros à Biblioteconomia. Em contrapartida, a CI, uma ciência mais nova e interdisciplinar “[...] desenvolve um referencial próprio, na medida em que se debruça sobre novos objetos, tais como a Internet” (CRIVELLARI, 2003a, p. 14). A investigação de Pinto e Moreira González (2010), analisando os pesquisadores do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação brasileira, entre 1995 e 2004, atestou que ambas as áreas estão bastante estabelecidas sob o prisma científico.

Na Espanha também houve mudança de nome nos cursos. Na *Universidad Carlos III de Madrid* (UC3M), por exemplo, a *Facultad de Humanidades, Comunicación y Documentación* oferecia em seu *Departamento de Biblioteconomía e Documentación* a graduação em Biblioteconomia e Documentação. O curso alterou o nome para Informação e Documentação, cuja formação habilita bibliotecários, arquivistas e documentalistas para ocuparem cargos em bibliotecas, arquivos ou centros de documentação. Mesmo com a mudança no nome há aproximação dos profissionais pela via do espaço de trabalho, ou “vertente técnica” como observa Araújo (2014, p. 113), pois as associações agrupam todas as categorias, tais como a *Federación Española de Archivística, Biblioteconomía, Documentación y Museística* (FESABID). Essa situação no Brasil é absolutamente distinta, onde cada profissão constitui seu próprio Conselho Federal, a saber: Conselho Federal de Museologia (CFM) e Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). Já os arquivistas ainda não tem seu Conselho Federal, mas organiza-se de forma individualizada através de sindicatos e associações, tais como a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) ou o Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivos (SINARQUIVO).

No âmbito da pós-graduação, a UC3M oferece *Máster Universitario en Bibliotecas y Servicios de Información Digital* e *Doctorado en Documentación: Archivos y Bibliotecas en el Entorno Digital*. Apesar da inclusão da palavra “informação” na graduação e o uso da documentação como sinônimo da Ciência da Informação na Espanha (LÓPEZ YEPES, 2006), nota-se a presença do nome das instituições “biblioteca” e “arquivo” nos cursos de pós-graduação. Do mesmo modo, na classificação do Ministério da Educação espanhol há uma área denominada *Biblioteconomía y Documentación* como um ramo das ciências sociais<sup>39</sup>. Os professores para progredirem na carreira podem escolher quais das áreas querem ser avaliados de acordo com sua publicação e trajetória. Em geral, os

---

<sup>39</sup> Ver tabela de áreas do conhecimento do professorado universitario espanhol baseada na Nomenclatura Internacional da Unesco para os Campos de Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://www.idi.mineco.gob.es/portal/site/MICINN/menuitem.8ce192e94ba842bea3bc811001432ea0/?vgnnextoid=d2bbe7c85ab4d210VgnVCM100001d04140aRCRD>>. Acesso em: 23 maio 2015.

professores de Biblioteconomia optam pela área de *área de Ciências Sociais (CS)*<sup>40</sup>. Nesta análise, embora parcial, percebe-se uma configuração diferente do Brasil tanto na graduação quanto na pós-graduação. O termo Biblioteconomia e Documentação, na Espanha, constitui-se mais representativo do que Ciência da Informação, indicando uma maior coerência histórica em função do atendimento da demanda por profissionais nas bibliotecas ou nos centros de documentação.

Em Moçambique houve uma opção pela dimensão informacional em detrimento da valorização das profissões ao nomear os cursos de formação. Inicialmente optou-se pela corrente europeia da documentação via ensino técnico, em 1998, através do Instituto Médio de Ciências Documentais (CIDOC). A formação em nível superior de profissionais bibliotecários e arquivistas começou nos anos 1990 com a graduação de profissionais feita em outros países, tais como Botswana, Brasil e Espanha.

Em decorrência do retorno dos profissionais graduados a Moçambique, em 2009, após um estudo de viabilidade realizado em parceria entre a Escola de Ciência da Informação da UFMG do Brasil e o Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa (FBLP)<sup>41</sup> de Moçambique, ensejou-se a criação da graduação em Ciência da Informação, na Escola de Comunicação e Artes (ECA) da UEM (MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014). A opção pela implantação do curso na ECA foi por aproveitar a estrutura de uma escola já existente e menos pela identificação epistemológica com as áreas de Comunicação e Artes<sup>42</sup>.

A proposta do curso diz que, em consideração à “emergência da sociedade da informação” nos países em desenvolvimento, seria necessário “romper com o caráter tecnicista que tem orientado a formação dos profissionais da informação no contexto internacional”. Para tanto, propõe-se uma formação básica e três habilitações possíveis: gestão de informação em arquivos e museus; patrimônio, práticas culturais e educacionais ou gestão da informação e do conhecimento (MOURA; AMARAL, 2008, p. 38-39).

As diretrizes do curso<sup>43</sup> se assemelham bastante com a formação vigente do bibliotecário, arquivista e museólogo na UFMG, onde há um ciclo de disciplinas em comum para, posteriormente, o aluno escolher, no caso de Moçambique, entre biblioteconomia ou arquivologia. Esse sistema difere da proposição de reforma da universidade de Almeida

<sup>40</sup> Informação fornecida por professores da UC3M.

<sup>41</sup> Entre outras funções em Moçambique “o FBLP potencia as políticas públicas na área das bibliotecas públicas, da formação de gestores em ciências documentais, na promoção do livro e da leitura, trabalhando em estreita colaboração com o governo, tentando otimizar [sic] o programa do governo na educação, na cultura e na administração pública”. Entrevista com Lourenço do Rosário (2013, não paginado). Disponível em:

<<https://iilp.wordpress.com/2013/02/22/a-internacionalizacao-da-lingua-portuguesa-concepcoes-e-aco-es-entrevista-com-lourenco-do-rosario/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

<sup>42</sup> Informação fornecida por professor da UEM.

<sup>43</sup> De acordo com o texto de proposta de Currículo do curso de CI.

Filho (2007)<sup>44</sup>, cuja base é um ciclo básico geral mais longo em humanidades para, em seguida, uma escolha da especialização profissional.

Na UEM, embora haja disciplinas relacionadas às humanidades em geral (inglês instrumental, Noções de Sociologia, Política e Economia, etc.) a base do curso é em Ciência da Informação e o diploma expedido é de bibliotecário ou arquivista e não de Cientista da Informação ou algo semelhante<sup>45</sup>. Conquanto, sendo a Biblioteconomia e Arquivologia áreas ligadas à cultura, a denominação “Ciência da Informação” representa esta perspectiva cultural?<sup>46</sup> Mesmo com o ganho em escala, pergunta-se ainda: é mesmo viável formar áreas de atuação distintas em um curso genérico diferenciando-as apenas nas ênfases? O quão independente foi a opção pela matriz da CI como parâmetro para este curso?

Os três países, seguindo “tendência” internacional proveniente de países anglo-saxões alteraram os nomes de escolas ou cursos para auferir possíveis ganhos simbólicos da nomeação (CUNHA; CRIVELLARI, 2004). No entanto, o “título” já é, por si só, “uma instituição” mais perene que quaisquer alterações inerentes ao conteúdo do trabalho (BOURDIEU 2012, p. 149). Mesmo com mudanças no processo de trabalho, decorrentes, especialmente, das novas tecnologias de informação, é o título conferido pelas universidades, de bibliotecário, arquivista ou museólogo, que expressa a dimensão política de construção da identidade social para a valorização destas profissões, por serem diplomas reconhecidos pela sociedade, credenciando profissões responsáveis pela gestão dos patrimônios culturais custodiados pelas bibliotecas, arquivos e museus.

A mudança de nome para “profissional da informação”, eventualmente, é uma opção estética. Contudo, essa denominação fere, em certo sentido, a convenção ética historicamente construída pelo esforço de muitos atores que fizeram da biblioteconomia uma ciência, ou uma disciplina, cuja base é assentada na função social das bibliotecas. As Engenharias, a Medicina e a Contabilidade, por exemplo, também possuem suas respectivas sustentações teóricas e práticas. Nem por isso necessitam se justificar enquanto ciência ou mudar o nome das profissões. Legitimam-se pelo bem coletivo representado por homens e mulheres que dedicam suas vidas a uma profissão. Não será este mesmo raciocínio válido para a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia?

---

<sup>44</sup> Retoma-se essa discussão sobre a “universidade nova, de acordo com Almeida Filho (2007), no Apêndice B.

<sup>45</sup> Informação fornecida por professor da UEM. O professor cita ainda que esta foi a forma encontrada para viabilizar a implantação mais rápida dos cursos.

<sup>46</sup> Bourdieu (2014, p. 284) explicita que para a formação do Estado é necessário um capital informacional totalizante, representado, entre outras formas, pelas estatísticas oficiais. A cultura representa uma das dimensões do capital informacional, entretanto, cultura e informação, mesmo sendo conceitos relacionados, são distintos.

Nessa direção, Calenge (1998, não paginado, tradução nossa)<sup>47</sup> afirma que “a existência da Ciência da Informação não confere a priori natureza científica à biblioteconomia [...]” e mesmo se a Biblioteconomia não for uma ciência pode ser uma arte e nada impede que utilize procedimentos científicos. Então, surgem outras dúvidas: por que não agregar a cultura para fundamentar a união entre estas três áreas? É verdadeiramente uma escolha consciente a alteração dos nomes? Mesmo com as mudanças rápidas no mundo e a incapacidade da universidade em acompanhá-las, “[...] isto não pode supor a desqualificação do que se estuda” (MOREIRO GONZÁLEZ, 2014, p. 16, tradução nossa)<sup>48</sup>.

O uso do nome “profissional da informação” é reivindicado, em boa medida, pela expectativa de demanda, no âmbito empresarial, de postos de trabalho para a gestão da informação arquivística. Em geral, essa atividade é feita utilizando-se de técnicas tradicionais e/ou da denominada gestão eletrônica de documentos (GED), uma variante da propalada gestão da informação ou do conhecimento. Crivellari (2003b), Nehmy e Paim (2003) alertaram sobre o viés ideológico dessa atividade “que colocam a expropriação e a codificação do conhecimento dos trabalhadores como prática estratégica de controle e subordinação dos trabalhadores” (CRIVELLARI, 2003b, p. 261). Não obstante, esta provável fatia do mercado, atualmente ocupada pelos bibliotecários ou historiadores nos arquivos históricos, doravante com o aumento do número de escolas de formação e o fortalecimento dos arquivistas<sup>49</sup>, enquanto grupo profissional, será cada vez mais reivindicada por esta categoria. A definição de Bahia e Seitz (2009, p. 471, grifo nosso) explicita em parte esse anseio do grupo: “arquivista é um profissional liberal que trata a informação e a torna acessível ao usuário final, independente do suporte informacional. **Ele trabalha em arquivos públicos e empresariais; hospitalares; fotográfico [sic] etc.**”.

Por outro lado, o trabalho de Walter (2009, p. 74) – decorrente de tese de doutorado - identifica que os bibliotecários reivindicam, além da gestão das bibliotecas, a reserva de mercado ampliada para incluir os “serviços de informação” como privativos da categoria. Os estudos no campo da sociologia das profissões identificam as profissões como espaços de luta<sup>50</sup>: os profissionais anseiam por aumentar seu espaço de atuação e poder simbólico. Contudo, Walter e Baptista (2009) observaram instituições públicas e privadas

<sup>47</sup> No original: *L'existence de sciences de l'information ne confère a priori aucune scientificité à la bibliothéconomie.*

<sup>48</sup> No original: *esto no puede suponer la descalificación de lo que se estudia.*

<sup>49</sup> Mesmo ainda sem um conselho profissional dos arquivistas há um Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivos (SINARQUIVO). Além disso, a lei 6.546 de 1978 regulamenta e reserva o exercício da profissão de Arquivistas e Técnicos de Arquivos para os registrados “na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho”. Disponível em: <<http://www.sinarquivo.org.br/arquivistalegal.html>>. Acesso em: 24 maio 2015.

<sup>50</sup> Ver o esclarecedor artigo de Barbosa (1993) sobre os conceitos gerais da sociologia das profissões, bem como o capítulo de Cunha e Crivellari (2004) no campo das profissões da informação.

brasileiras valendo-se da imprecisão do termo “serviço de informação” para retirar o nome “biblioteca” do setor. Com isso, podem contratar qualquer profissional para gerir seus “setores de informação”, considerando a garantia legal explicitar apenas a gestão de bibliotecas como atribuição exclusiva dos bibliotecários.

Cada país e escola faz sua opção em relação à formação profissional. Porém, a justificativa de mudança no nome da profissão, das escolas e dos cursos encontram fundamentos frágeis na expansão do mercado de trabalho. Obviamente, cada profissional vai buscar a melhor inserção profissional, seja no ambiente público ou privado, mas essa busca no plano individual não pode ocasionar perdas para a coletividade da categoria. “A força e o sucesso de uma profissão são, assim, legitimadas pela delimitação clara de seu campo de competência, pela delimitação de um espaço próprio de ação [...]” (CUNHA; CRIVELLARI, 2004, p. 42).

As escolas e demais entidades de representação da profissão exercem o compromisso de zelar por uma formação com mais benefícios sociais. No momento de crise atual verifica-se o emprego público como melhor estruturado, enquanto a “profecia” do negócio da informação parece pouco concreta para os bibliotecários, como se verifica, a seguir, no estudo comparado do mercado de trabalho no Brasil, Espanha e Moçambique.

#### 4.2 O MERCADO DE TRABALHO DO BIBLIOTECÁRIO NA CRISE<sup>51</sup>

Nos estudos sobre o mercado de trabalho dos bibliotecários, geralmente adotam-se três abordagens: 1) situação de trabalho dos membros de associações e conselhos profissionais; 2) análise das ofertas de empregos; 3) estudos de egressos. Na Espanha, a *Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación* (ANECA, 2005)<sup>52</sup>, após averiguação de vários estudos com diferentes metodologias de análise do mercado de trabalho, chegou à conclusão que a taxa de ocupação dos bibliotecários é alta, embora com certa precarização em algumas regiões espanholas. Registra-se a prevalência do emprego no setor público no começo da década de 1990, porém, nos últimos anos, uma porcentagem significativa dos bibliotecários tem encontrado emprego na iniciativa privada, embora pareça existir falta de conhecimento e prestígio do empregador, revelado pelos bibliotecários na busca pelo emprego (TEJADA ARTIGAS; CHACÓN JARÉN; MOREIRO GONZÁLEZ, 2014 apud PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014).

No Brasil, a partir de uma amostra de 2.068 pesquisados provenientes do Censo dos Profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Biblioteconomias, Barbalho

<sup>51</sup> Seção extraída em grande parte do trabalho de Pena, Crivellari, Moreiro Gonzalez e Mangue (2014).

<sup>52</sup> Agência estatal responsável pela aferição e melhora constante da qualidade do ensino superior na Espanha.

(2010) verificou que a maioria dos bibliotecários atua no setor público, onde também há melhores salários em comparação ao setor privado, com destaque para a remuneração no Estado de São Paulo. Finalmente, foi observado que, no país, cerca de 170 mil novos bibliotecários serão contratados nos próximos anos, para atuar em bibliotecas escolares, em atendimento à Lei n. 12.244/2010, conforme Barbalho (2010, p. 9 apud PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014).

Já o estudo de Cunha, Silva e Maribondo (2006, p. 4) alinha-se ao de Tejada Artigas; Chacón Jarén; Moreira González (2014) ao perceber a análise da oferta de emprego como um importante instrumento de percepção do mercado de trabalho, na medida em que permite a identificação de critérios “visíveis” requeridos pelos empregadores. Ao analisar vários sites e listas de discussão na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Cunha, Silva e Maribondo (2006, p. 8) identificaram um perfil das ofertas de empregos na Internet: solicita-se, em geral, um bibliotecário de nível superior, experiente em informática e disponibilidade para trabalhar em São Paulo.

Em estudo mais recente, Cunha (2012), baseando-se em metodologias anteriores (CUNHA, 2004; CUNHA; SILVA; KILL, 2007) e em marco conceitual da área de Biblioteconomia e Ciência da informação, analisou o perfil dos egressos de dois cursos de Biblioteconomia da região norte brasileira, entre os anos de 2005 a 2010. Responderam ao questionário da pesquisa 159 bibliotecários e foi identificada a prevalência dos empregos no setor público, especificamente em bibliotecas universitárias. Em termos do perfil em geral, os pesquisados são do sexo feminino, egressos da universidade entre 2008 e 2010 e trabalham há menos de 05 anos em uma universidade pública.

Em Moçambique, dados preliminares de um estudo sobre o Perfil do profissional que atua na área da informação, para o qual foram aplicados questionários a 288 profissionais, mostra que o setor público é o maior empregador, com cerca de 78,4% dos inquiridos. Sendo uma área muito nova em Moçambique pós-independência, verifica-se que a maioria, cerca de 44,2% destes funcionários, iniciou as atividades entre 2005 e 2012; e 13,9% iniciou no intervalo entre 2000 e 2004. Portanto, 58,1% dos profissionais têm menos de 15 anos de trabalho. Em contrapartida, 8,4% têm acima de 30 anos de serviço, sendo que 1,9% estão já acima do tempo de serviço, a considerar pelo período de tempo para a aposentadoria, segundo os estatutos em vigor em Moçambique (MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014 apud PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014).

Dando continuidade aos estudos do mercado de trabalho analisam-se, a seguir, impactos da crise de 2008 sobre o emprego do bibliotecário, em geral. Toma-se por base, dados quantitativos do Brasil, da Espanha e, em menor medida, de Moçambique. Do ponto de vista qualitativo, apontam-se componentes da crise no âmbito das bibliotecas universitárias nos três países.

Apesar da limitação de dados estatísticos disponíveis, os três casos tiveram como elemento comum um conjunto de entrevistas realizadas com os bibliotecários de universidades dos três países, além de estudos publicados no âmbito da Ciência da Informação brasileira ou internacional (PENA; CRIVELLARI; NEVES, 2006; PENA 2007; 2012, OLIVEIRA; CRIVELLARI, 2013; PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014).

Quanto aos dados estatísticos, para o Brasil, valeu-se de dados quantitativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), particularmente no período de 2008 a 2013. Para fins de comparação, o estudo de Tejada Artigas, Chacón Jarén e Moreiro González (2014) serviu de base para verificar a situação do mercado de trabalho bibliotecário na Espanha. Para Moçambique recorreu-se aos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), além dos estudos de Mangué (2007), Mangué e Crivellari (2012) e Moreiro González e Mangué (2014).

#### **4.2.1 Impactos na organização da produção e do trabalho**

Conforme Pena, Crivellari, Moreiro González e Mangué, (2014) a partir da situação espanhola e, do ponto de vista qualitativo, os extratos de entrevistas, apresentados abaixo, fornecem elementos para se pensar sobre os efeitos da crise na biblioteca, neste caso específico, universitária:

Sim, o orçamento. Estamos numa universidade onde trabalhamos bem durante muitos anos, o orçamento foi muito bem gerenciado e isto fez com que não tivéssemos problema antes. Agora, como pertencemos à comunidade de Madri, o que temos que fazer é gerenciar os orçamentos que eles nos facilitam. Eu creio que reduziram as aquisições em 20%. O que fazemos então? Tentamos nos adaptar, ser mais imaginativos, tentamos utilizar de melhor forma possível e, em vez de ter todas as bases de dados, por exemplo, em vez de 05 temos 02 bases e vamos utilizá-las muitíssimo. Então, temos que ser muito mais críticos, mais precisos e ver o que necessitamos exatamente, por que se utilizamos um recurso devemos avaliá-los, porque utilizamos este e não o outro. Então, há que ser mais criativo e é um bom momento para utilizar todas as coleções que temos (Bibliotecária espanhola).

A redução do investimento público repercute na “organização do processo de trabalho” (BOYER, 2009). Um dos entrevistados exemplifica tal situação, a partir da biblioteca onde trabalha:

Continuamos aumentando o trabalho, abrimos uma nova biblioteca, a de Humanidades, que é muito maior em metros quadrados. Isso tem demandado mais gente e nós tivemos que redistribuir pessoas, nos organizar. Abrimos também um [novo] campus [...] e as pessoas que trabalham lá, desde janeiro, vieram das outras bibliotecas. Ou seja, mais serviços, ampliação da biblioteca e as mesmas pessoas. Nós estamos trabalhando mais, porque perdemos três pessoas, realocadas para a biblioteca de Humanidades, e o trabalho que faziam estas pessoas temos

que fazer nós mesmos. Mantemos os mesmos serviços com três pessoas a menos (Bibliotecária espanhola).

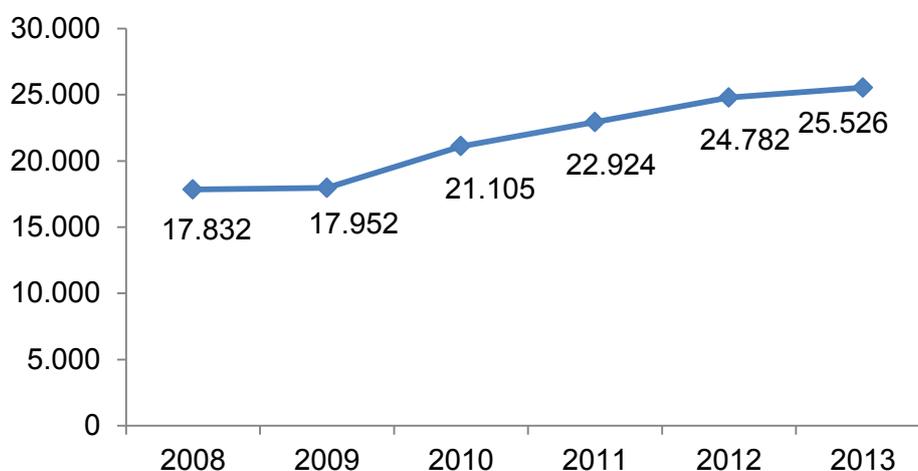
Já outra entrevista, também a partir do ambiente da biblioteca, revela o agravamento da crise salarial na *Universidad Carlos III de Madrid*:

O salário dos funcionários não foi reduzido, mas cortaram o pagamento do salário de Natal. Foi uma medida adotada para todos os funcionários da Universidade. Tínhamos um salário extra no verão e outros no Natal, nos cortaram o do Natal e também faz 04 anos que não nos aumentam o salário (Bibliotecária espanhola).

#### 4.2.2 Evolução do emprego: crescimento mesmo na crise

Dados comparados, entre Brasil e Espanha, mostram efeitos diferenciados nos dois países. No Brasil percebe-se um crescimento regular da quantidade de bibliotecários inseridos no mercado de trabalho ao longo dos anos, mesmo depois da crise econômica mundial de 2008, partindo de 17.832 em 2008 para 25.526 em 2013, em função da política de expansão das universidades públicas (REUNI), bem como da expansão do ensino privado de nível superior (PROUNI) (GRÁFICO 5).

Gráfico 5 – Quantidade de profissionais bibliotecários no Brasil de 2008 a 2012



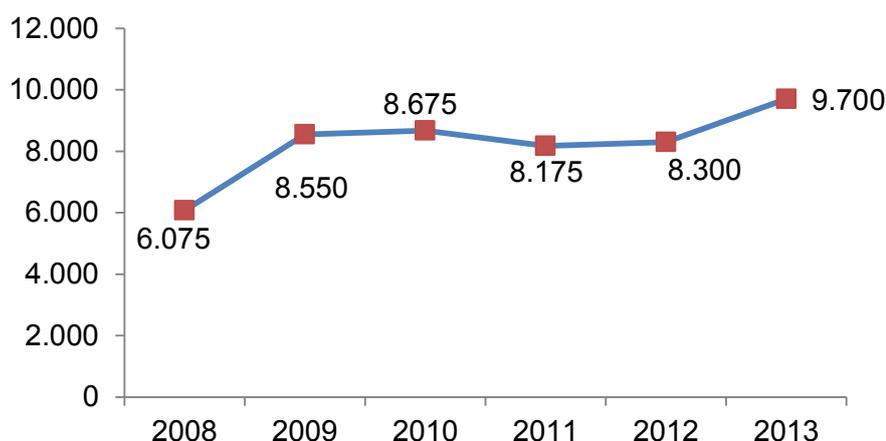
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Brasil), 2008 – 2012.

Na Espanha, por outro lado, estudo recente do mercado de trabalho espanhol aponta diminuição nas ofertas de vagas de emprego para os bibliotecários. A pesquisa analisa as ofertas de vagas divulgadas pela Internet desde o início da crise em 2008 até o final do ano de 2013, a fim de verificar a quantidade de ofertas, os postos ocupados e os requisitos solicitados pelos empregadores. Constatou-se a oferta de 190 vagas de trabalho em 2008 e de 35 vagas em 2013, diminuição de 18% de vagas de trabalho na lista IweTel, uma das mais importantes listas de divulgação de empregos na área de documentação e

informação na Espanha (TEJADA ARTIGAS; CHACÓN JARÉN; MOREIRO-GONZÁLEZ, 2014 apud PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014).

De acordo com dados oficiais do INE, na quantidade de bibliotecários, arquivistas, conservadores de museus e afins, considerando-se a *Clasificación Nacional de Actividades Económicas* (CNAE) espanhola no setor que engloba as atividades de bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais, pode-se identificar um crescimento de profissionais na área pública. A quantidade de profissionais públicos nestas atividades culturais cresceu, em média, de 6.075 em 2008 para 8.550 profissionais em 2009. Ligeiro acréscimo em 2010 (8.675), redução em 2011 (8.175), retomada do crescimento para 8.300 profissionais em 2012, alcançando 9.700 profissionais em 2013, incremento médio de 59,67% entre 2008 e 2013 (GRÁFICO 2). Os dados agregados impossibilitam identificar quais são os setores (bibliotecas, arquivos ou museus) mais beneficiados. Ainda assim, mesmo com um crescimento inconstante, sugere maior proteção no setor público frente à crise.

Gráfico 2 – Número de profissionais bibliotecários, arquivistas, conservadores de museus e afins na Espanha de 2008 a 2013 \*



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estadística (Espanha), *Encuesta de Población Activa*.

\* Para facilitar a visualização foram utilizados os valores médios de profissionais. Os dados obtidos variam entre os meses de janeiro a abril de 2008 a 2013.

#### 4.2.3 Tipos de vínculo empregatício: o subsídio público

A partir dos dados da RAIS, verifica-se, no Brasil, contratos de trabalho por *tempo indeterminado* (com longa duração ou “vitalício”), na forma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como os mais frequentes entre os bibliotecários empregados, totalizando 19.898 vínculos (77,95%), em 2013 (TABELA 5). Esse tipo de contrato é visível, particularmente, nas instituições privadas de ensino, as quais dependem sobremaneira do subsídio público na forma de isenção de impostos, por meio do Programa de Financiamento

Estudantil (FIES), para a sustentação do emprego bibliotecário. Na composição do emprego, o setor público empregava diretamente, nesse mesmo ano, 5.132 bibliotecários ou 20,10% do total desses profissionais. No cômputo geral a categoria contava com 98,06% dos profissionais com um vínculo estável de emprego. Os demais tipos de vínculos totalizavam apenas 496 bibliotecários (1,94%) em 2013, representados na Tabela 5. Quer dizer, cinco anos depois de uma crise que persiste no mundo até hoje, menos de 2% dos bibliotecários brasileiros empregados no setor formal da economia estavam em condições de emprego mais vulneráveis a encerramento do contrato de trabalho.

Tabela 5 – Tipo de vínculo empregatício do bibliotecário no Brasil

<b>Tipo de Vínculo</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
CLT tempo indeterminado	19.898	77,95
Estatutário	5.132	20,10
Estatutário não efetivo	223	0,87
Temporário, avulso e aprendiz	42	0,16
CLT tempo determinado	147	0,58
Diretor	2	0,01
Contrato prazo determinado	72	0,28
Contrato Lei Estadual	1	0,00
Contrato Lei Municipal	9	0,04
Total	25.526	100,00

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Brasil), 2013.

Conforme Pena, Crivellari, Moreiro González e Mangue (2014) na Espanha, considerando a limitação do estudo<sup>53</sup>, aproximadamente metade das ofertas de emprego analisadas (300 ofertas) indicaram o tipo de vínculo de emprego. Apenas 7% eram contratos por tempo indeterminado, enquanto que os restantes (93%) eram contratados por tempo determinado, inclusive, desse montante, a maioria (61%) era para vínculo com duração de menos de 01 ano. Verifica-se aí a presença mais acentuada do “terceiro espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), caracterizado, entre outros elementos, pela flexibilização dos contratos de trabalho, indo na contramão da “relação salarial fordista”, que caracterizou a Europa nos “trinta gloriosos” anos do pós-guerra (BOYER, 2009).

No caso moçambicano, tendo como amostra os resultados do estudo sobre o perfil do profissional que atua na área da informação (MOREIRA-GONZÁLEZ e MANGUE, 2014 apud PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014), a maioria dos funcionários (89,8%) tem contrato de trabalho por tempo indeterminado, para 62% dos quais

<sup>53</sup> Segundo os autores é difícil dimensionar quantas das ofertas divulgadas pelo IweTel se convertem em postos de trabalho reais (TEJADA-ARTIGAS; CHACÓN JARÉN; MOREIRO-GONZÁLEZ, 2014, p.03)

o resultado está em conformidade com o preconizado nos regulamentos como funcionários públicos e agentes do Estado. Para 8,8% este contrato é por tempo determinado.

#### 4.2.4 Setores de atuação e a prevalência da biblioteca

No Brasil, identifica-se uma expansão da quantidade de vínculos em setores bastante diversificados da economia (TABELA 6). O grande destaque, entretanto, é a área de educação, especialmente o ensino superior. Entre 2002 e 2007, representavam 8,25% dos vínculos de empregos dos bibliotecários. Em decorrência das políticas de expansão das universidades e institutos federais (Reuni e Prouni) passaram a representar 19,35% dos vínculos no período de 2008 a 2013. Uma das razões deste aumento é a regulação estatal, representada por normativa do Ministério da Educação (MEC), que requer a contratação de bibliotecários para atuarem como técnicos de nível superior em bibliotecas universitárias, além de incluir a biblioteca entre os itens de avaliação nas instituições de ensino superior (PENA, 2007 apud PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014). Essa política tanto fez crescer o emprego quanto impactou na formação universitária do bibliotecário, ao incitar a percepção da relevância de se coordenar bem as atividades de uma biblioteca.

No mesmo período, mas em proporção menor, tanto a educação de nível médio quanto a do ensino fundamental cresceram. No ensino médio, os percentuais subiram de 0,98% para 1,70% e, no ensino fundamental, de 1,33% para 2,40% dos vínculos de empregos bibliotecários. Isso indica certo cumprimento da Lei 2.244/2010, a qual prevê a instalação de bibliotecas escolares e contratação de bibliotecários até o ano de 2020. O denominado “setor público em geral” foi o principal empregador entre 2002 e 2007 (9,60% dos vínculos) e elevou para 11,28% os vínculos, entre 2008 e 2013 (TABELA 6).

O setor de “informação e comunicação”<sup>54</sup> é pouco representativo em termos percentuais (TABELA 6). As atividades de “consultoria em tecnologia da informação” passaram de 0,19% para 1,63% dos vínculos de empregos dos bibliotecários, acumulados no período de 2008 a 2013. Em termos percentuais, o setor, no geral, representa 4,29% dos vínculos somados de 2008 a 2013. Já as “atividades de consultoria em gestão empresarial” representavam, entre 2008 a 2012, 7,74% vínculos de emprego e no período anterior, 2002 a 2007, totalizavam 1,31% dos vínculos. Essas atividades em geral dependem do setor público, tanto através de subvenções fiscais quanto da prestação de serviços às empresas públicas ou para a administração pública direta, normalmente localizadas em grandes cidades.

---

<sup>54</sup> Segundo a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), conforme indica a “CNAE 2.0 Seção” na primeira coluna da Tabela 6.

Tabela 6 – Total de vínculos ativos e setores de atividades dos bibliotecários no Brasil nos anos de 2002 a 2007 e 2008 a 2013

CNAE 2.0 Seção *	CNAE 2.0 Classe *	2002 a	2008 a
		2007	2013
		%	%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	0,57	1,25
Informação e comunicação	Consultoria em tecnologia da informação	0,19	1,63
	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	0,46	1,38
	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	0,57	1,28
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Bancos múltiplos, com carteira comercial	0,31	1,16
Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades de consultoria em gestão empresarial	1,31	7,74
Atividades administrativas e serviços complementares	Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	1,04	2,24
	Atividades de teleatendimento	1,05	3,97
Administração pública, defesa e seguridade social	Administração pública em geral	9,60	11,28
Educação	Atividades de ensino não especificadas anteriormente	1,01	2,21
	Ensino médio	0,98	1,70
	Educação profissional de nível técnico	1,21	0,79
	Educação profissional de nível tecnológico	0,27	1,08
	Educação superior - graduação, pós-graduação e extensão	8,25	19,35
	Ensino fundamental	1,33	2,40
Saúde humana e serviços sociais	Atividades de atendimento hospitalar	0,54	1,13
Outras atividades de serviços	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	0,82	1,73
Não classificados		55,01	0,00
Outros**		44,99	37,68
	Total	100,00	100,00

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Brasil).

\* Utilizou-se dois níveis da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). A CNAE 2.0 Seção, nível mais agrupado possibilita a visualização das grandes áreas, enquanto a CNAE 2.0 Classe é o penúltimo nível de desagregação e permite observar a especificidade do vínculo.

\*\* Foram incluídas as porcentagens maiores ou igual a 1,00% do total de vínculos ativos. Apenas nos setores comparáveis entre 2002 a 2007 e 2008 a 2013 manteve-se os valores menores que 1,00%.

Há, de acordo com Pena, Crivellari, Moreiro González e Mangué (2014), de fato, uma constante disputa pelo “fundo público”, a dúvida é se as escolhas políticas serão em benefício do grande capital ou em prol dos serviços e bens sociais públicos (OLIVEIRA, 1988). Em avaliação geral, nos últimos anos, a opção brasileira, ao menos em relação ao emprego bibliotecário, foi para o bem público, na medida em que o emprego público tradicional nas bibliotecas se sobressai como o mais expansionista.

Na Espanha, há a indicação de prevalência do emprego nos setores mais tradicionais. Das 428 ofertas que sinalizaram o perfil desejado, detectou-se que 64% das ofertas eram para catalogador e/ou especialista em análise documental, bibliotecário e documentalista. Portanto, funções tradicionalmente realizadas pelos bibliotecários, enquanto que apenas 0,5% dos anúncios requeriam um perfil de “gestor do conhecimento” (TEJADA ARTIGAS; CHACÓN JARÉN; MOREIRO-GONZÁLEZ, 2014 apud PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014).

#### **4.2.5 O estado como melhor empregador: o salário**

No quesito salário, os bibliotecários no Brasil, apresentaram estabilidade em suas remunerações diante da gravidade da crise de 2008. No período de 2008 a 2012, a faixa salarial da maioria dos profissionais foi de 05 a 07 salários mínimos, sendo a remuneração média próxima de \$1.963,10 dólares (PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014). Com a inserção dos dados de 2013 e atualização da cotação do dólar, que passou de R\$ 2,21 em julho de 2014 para R\$ 3,15 em maio de 2015, houve redução em dólares do salário médio do bibliotecário, o qual passou para \$1.500,95 dólares (TABELA 7), mas permanecem na faixa de 05 a 07 salários mínimos brasileiros. Segundo análise de Bresser Pereira (2014), a cotação ideal é mesmo entorno de R\$ 3,00 por dólar para manter a competitividade da indústria brasileira. Isso pode trazer, em um primeiro momento, aumento da inflação, mas a médio e longo prazo, poderá trazer benefícios para a sociedade ao aumentar a possibilidade de exportação da indústria. Por conseguinte, o crescimento econômico, a depender da política adota, possibilita a expansão do emprego tanto público quanto privado, beneficiando os bibliotecários.

Tabela 7 – Faixa salarial média dos bibliotecários no Brasil de 2008 a 2013

Faixa Remun. Média (SM)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Valor médio* \$	Valor mínimo	Valor máximo
Até 0,50	32	25	23	21	25	27	62,54	0,00	125,08
0,51 a 1,00	206	274	251	253	271	261	187,62	125,08	250,16
1,01 a 1,50	1.333	1.369	1.645	1.436	1.623	1.453	312,70	250,16	375,24
1,51 a 2,00	1.519	1.460	1.353	1.370	1.572	1.607	437,78	375,24	500,32
2,01 a 3,00	1.960	2.024	2.175	2.646	3.022	3.282	625,40	500,32	750,48
3,01 a 4,00	1.957	1.993	2.362	2.508	3.005	3.450	875,56	750,48	1.000,63
4,01 a 5,00	2.042	2.002	2.173	2.325	2.859	2.883	1.125,71	1.000,63	1.250,79
5,01 a 7,00	2.603	2.833	3.684	3.837	4.328	4.378	1.500,95	1.250,79	1.751,11
7,01 a 10,00	2.403	2.249	3.122	3.651	3.586	3.715	2.126,35	1.751,11	2.501,59
10,01 a 15,00	1.825	1.976	2.397	2.608	2.572	2.597	3.126,98	2.501,59	3.752,59
15,01 a 20,00	1.074	996	1.159	1.411	1.185	1.131	4.377,78	3.752,59	5.003,17
Mais de 20,00	804	684	679	767	634	651	-	5.003,17	-
Não class.	74	67	85	91	100	91			
Total	17.832	17.952	21.108	22.924	24.782	25.526			

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Brasil).

\*Valores convertidos em dólares, considerando o salário mínimo de R\$788,00 e a cotação do dólar no dia 26 de maio de 2015 em R\$ 3,15.

Ao considerar a carga horária contratada, segundo a RAIS-2013, identificam-se 14.078 bibliotecários (55,15%) com contratos de 41 a 44 horas semanais (tempo integral), situação comum nas empresas privadas (TABELA 8). Outros 9.934 (38,92%) auferem, além de estabilidade do contrato de trabalho, uma menor carga horária de trabalho, na faixa entre 31 e 40 horas na semana, condição encontrada em geral no emprego público. Os demais, cuja faixa de contratação vai até 30 horas, somam 1.512 profissionais, ou 5,93% dos bibliotecários contratados em tempo parcial.

Tabela 8 – Faixa salarial média em salários mínimos por faixa de horas contratadas dos bibliotecários no Brasil em 2013

Faixa Remun. Média (SM)	Até 12 h	13 a 15 h	16 a 20 h	21 a 30 h	31 a 40 h	41 a 44 h	Total
Até 0,50	19	0	1	5	0	2	27
0,51 a 1,00	63	4	21	29	51	93	261
1,01 a 1,50	58	7	41	75	316	956	1.453
1,51 a 2,00	25	5	40	113	366	1.058	1.607
2,01 a 3,00	14	2	78	206	703	2.279	3.282
3,01 a 4,00	6	1	37	190	817	2.399	3.450
4,01 a 5,00	10	1	14	110	970	1.778	2.883
5,01 a 7,00	5	0	14	134	1.870	2.355	4.378
7,01 a 10,00	0	0	8	57	2.089	1.561	3.715
10,01 a 15,00	1	0	5	51	1.512	1.028	2.597
15,01 a 20,00	0	0	3	21	763	344	1.131
Mais de 20,00	0	0	0	19	453	179	651
{ñ class}	5	0	5	11	24	46	91
Total	206	20	267	1.021	9.934	14.078	25.526
%	0,81	0,08	1,05	4,00	38,92	55,15	100,00

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Brasil).

Ainda, em relação ao mercado de trabalho do bibliotecário no Brasil, é possível relacionar a variável salário com a natureza jurídica do estabelecimento. Verifica-se que os salários mais baixos estão na “entidade empresa privada”, com 8.358 trabalhadores, seguido de 2.328 empregados em “entidades sem fins lucrativas” e 1.051 bibliotecários no “setor público municipal” nesta faixa de menor remuneração, de até 5 salários mínimos (TABELA 9). No “setor público federal” a maioria dos profissionais bibliotecários empregados nesse setor (989) recebe entre 07 e 10 salários mínimos. O “setor público estadual”, mesmo com um número total menor (1.207), desponta com uma faixa de remuneração ainda maior, com 272 profissionais, ou 23% do total, que ganham entre 10 e 15 salários mínimos. Os melhores salários do setor público indicam possibilidades de melhoria salarial para os mais qualificados na carreira pelo princípio da “hierarquia das qualificações” (BOYER, 2009).

Enquanto no “setor público federal” apenas 212, ou 6,79%, de um total de 3.123 bibliotecários, ganham até 05 salários mínimos esse número, em “entidade empresa privada”, sobe para 8.358, ou 56,24% dos 14.862 dos profissionais. Embora a carreira no setor público ainda seja restrita a um número menor de profissionais, nota-se que, conforme apontado por Pena, Crivellari e Neves (2006), sua participação é imprescindível para garantir um emprego de melhor qualidade em tempos de crise.

Tabela 9 – Faixa salarial em salários mínimos referente à remuneração de dezembro, pela natureza jurídica especial do estabelecimento empregador do bibliotecário no Brasil, em 2013

Natureza Jurídica Especial	Até 5 SM	5,01 a 7,00 SM	7,01 a 10,00 SM	10,01 a 15,00 SM	15,01 a 20,00 SM	Mais de 20,00 SM	{ñ class}	Total
Setor Público Federal	212	514	989	729	377	217	85	3.123
Setor Público Estadual	145	122	161	272	240	197	70	1.207
Setor Público Municipal	1.051	251	120	68	31	42	50	1.613
Setor Público - Outros	1	1	0	0	0	0	0	2
Entidade Empresa Estatal	33	23	59	99	109	103	8	434
Entidade Empresa Privada	8.358	2.553	1.801	1.311	425	267	147	14.862
Entidades sem Fins Lucrativos	2.328	848	524	316	97	73	72	4.258
Pessoa Física e outras Organizações Legais	15	8	2	2	0	0	0	27
<b>Total</b>	<b>12.143</b>	<b>4.320</b>	<b>3.656</b>	<b>2.797</b>	<b>1.279</b>	<b>899</b>	<b>432</b>	<b>25.526</b>

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Brasil).

Na Espanha, considerando o trabalho de Tejada Artigas, Chacón Jarén e Moreiro González (2014 apud PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014), a informação sobre salário estava presente em 92 das 641 ofertas avaliadas, no período de 2008 a 2013 (TABELA 10). As ofertas, 31 ao todo, com contratos em tempo integral ofereciam as melhores remunerações, sendo 10 no setor público com salário médio de \$ 2.458,88 dólares e 21 ofertas com salário médio de \$ 2.351,00 dólares, considerando a cotação do euro em relação ao dólar (€ 1,00 = \$ 1,36) em julho de 2014. No entanto, como houve desvalorização do euro para € 1,00 = \$ 1,09 em maio de 2015, os valores médios reduziram-se para \$ 1.970,72 no setor público e \$ 1.880,25 no setor privado para os contratos em tempo completo (TABELA 10). A maioria das ofertas de emprego (42) eram para receber bolsas em tempo parcial e ofereciam salário médio mais baixo (\$ 624,01), mesmo com ligeira melhoria no setor público (\$ 723,76). Essa e outras formas de contratações, em tempo parcial, são mais precárias em relação às garantias trabalhistas, além de apresentarem menor rendimento.

Tabela 10 – Ofertas de empregos na IweTel por tipo de contrato e salário para profissionais de biblioteconomia e documentação, na Espanha, entre 2008 e 2013

	Frequência	Valor médio* \$	Valor mínimo	Valor máximo
<b>Bolsas tempo completo</b>	<b>18</b>	<b>981,00</b>	<b>654,00</b>	<b>1.308,00</b>
Bolsas tempo integral pública	15	981,00	654,00	1.308,00
Bolsas tempo integral privada	3	659,45	654,00	664,9
<b>Bolsas tempo parcial</b>	<b>42</b>	<b>624,01</b>	<b>163,50</b>	<b>1.120,52</b>
Bolsas tempo parcial pública	25	723,76	327,00	1.120,52
Bolsas tempo parcial privada	17	572,25	163,50	981,00
<b>Contratos tempo completo</b>	<b>31</b>	<b>1.970,72</b>	<b>763,00</b>	<b>3.178,44</b>
Contratos tempo integral público	10	1.970,72	763,00	3.178,44
Contratos tempo integral privado	21	1.880,25	763,00	2.997,50
<b>Contratos tempo parcial</b>	<b>1</b>	<b>763,00</b>	<b>763,00</b>	<b>763,00</b>
Contratos tempo parcial público	0	0,00	0,00	0,00
Contratos tempo parcial privada	1	763,00	763,00	763,00

Fonte: (TEJADA ARTIGAS; CHACÓN JARÉN; MOREIRO-GONZÁLEZ, 2014 apud PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014).

Nota: Dados trabalhados pelo autor

\* Cotação de € 1,00 = \$ 1,09 no dia 26 de maio de 2015.

Em Moçambique, considerando ainda os resultados preliminares do estudo apresentado por Moreira González e Mangue (2014 apud PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014), a maior parte dos profissionais inqueridos (62,3%) auferem ganhos de até cinco salários mínimos. Até à data da aplicação do inquérito o salário mínimo correspondia a \$ 85,00 para o setor da Administração Pública, Defesa e Segurança<sup>55</sup>, no qual se encontra a maioria dos profissionais que atuam na área da informação em Moçambique. Considerando-se a elevação do valor do salário mínimo e a equivalência de 1 dólar, em maio de 2015, para 36,50 meticais, cinco salários representam aproximadamente \$ 411,23, ou seja, a média salarial da maioria dos bibliotecários em Moçambique. Cerca de 17,1% dos profissionais recebem entre 6 e 10 salários mínimos. O restante, 20,6%, tem o salário nos patamares mais elevados, entre 11 e até mais de 20 salários mínimos (TABELA 11).

<sup>55</sup> Em Moçambique o salário mínimo varia de acordo com os setores da economia. Na área de administração pública, defesa e segurança, em valores de 2014, o salário mínimo era de 3.002 Meticais. Entrevista com professor da UEM.

Tabela 11 – Faixa salarial dos profissionais que atuam na área da informação

Intervalo Salarial (SM)	Frequência	Porcentagem
Até 5	157	62,3
6 a 10	43	17,1
11 a 15	25	9,9
15 a 20	10	4,0
mais de 20	17	6,7
Total	252	100,00
Não responderam	36	

Fonte: Moreiro e Mangue (2014, p.33).

#### 4.2.6 A mulher e a identidade da profissão bibliotecária

A Biblioteconomia é uma profissão com maior prevalência de mulheres, embora o número de bibliotecários homens venha aumentando ao longo dos anos. No ano de 1985 a proporção era de 7 mulheres para 1 homem (PENA, 2007). A razão, em 2003, diminuiu para 2,62 mulheres para 1 homem e, progressivamente, reduziu-se para 1,66 bibliotecárias para cada bibliotecário em 2013 (TABELA 12).

Tabela 12 - Razão entre o número de Bibliotecários do sexo masculino e do sexo feminino

Ano	Homens	Mulheres	Razão
2013	9.614	15.912	1,66
2012	9.148	15.634	1,71
2011	7.905	15.019	1,90
2010	7.186	13.922	1,94
2009	5.469	12.483	2,28
2008	5.448	12.384	2,27
2007	4.742	11.309	2,38
2006	4.408	11.283	2,56
2005	3.680	10.261	2,79
2004	2.891	9.222	3,19
2003	3.528	9.236	2,62

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Brasil).

Um estudo comparado entre bibliotecários, analistas de tecnologia da informação e contadores observa que as duas últimas são muito mais masculinas, apresentando uma proporção muito menor de mulheres em relação ao número de homens – 0,31 e 0,76 respectivamente. No caso dos contadores, houve um aumento mais significativo no número de mulheres de 0,23, em 1985, para 0,76, em 2009 (OLIVEIRA; CRIVELLARI, 2013). De acordo com Pena (2007, p. 63), o deslocamento da mulher para o espaço público apresenta certa semelhança do trabalho antes realizado apenas no espaço privado. Com isso, embora a mulher atue nas mais diversas profissões, pode-se constatar que historicamente elas optam pelas profissões

“ditas femininas”, tais como professora (prolongamento da educação dos filhos), enfermeira (extensão da atenção à saúde da família), bibliotecária (continuidade de educação pela leitura dos filhos), entre várias outras profissões relacionadas ao cuidado com o outro.

É possível perceber que a profissão de bibliotecário continua sendo uma profissão eminentemente feminina. Entre os funcionários das bibliotecas analisadas detectou-se no Brasil que 77% são mulheres, na Espanha 72% e, em Moçambique, as bibliotecárias ocupavam 65% dos postos de trabalho na biblioteca da Universidade moçambicana<sup>56</sup>. Vale observar que em Moçambique as mulheres não são maioria nos cursos superiores ao contrário dos dois outros países.

Relacionando-se gênero e emprego formal bibliotecário, com base na RAIS, verifica-se, no caso brasileiro, uma situação de diferenças não muito fortes entre homens e mulheres. Nota-se, na Tabela 13, que 89,20% (8.576) dos homens possuem contratos de trabalhos com as garantias da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) enquanto 4.352 mulheres (72,08%) também apresentam vínculo de trabalho por tempo indeterminado (CLT). Como funcionário público (Estatutário) os homens totalizam 10,43% (1.003) nesta condição, enquanto 27,35% (4.352) das mulheres estavam na condição de funcionárias públicas. Entre ambos os sexos percebe-se baixo percentual de profissionais com contratos de trabalhos menos estáveis – representados na Tabela 13 como “Outros” – pois somente 0,36% (35) dos homens e 0,57% (91) das mulheres estavam nesta condição de vínculo em 2013.

Tabela 13 – Tipo de vínculos e sexo dos Bibliotecários

	HOMENS				MULHERES				Total geral
	CLT	Estatutário	Outros*	Total	CLT	Estatutário	Outros*	Total	
Total	8.576	1.003	35	9.614	11.469	4.352	91	15.912	25.526
%	89,20	10,43	0,36	100,00	72,08	27,35	0,57	100,00	

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Brasil), 2013.

\* Composto basicamente por vínculos definidos como avulso, temporário, aprendiz, contrato por prazo determinado, contrato por tempo determinado, contrato lei estadual e contrato lei municipal.

O estudo de Nwezeh (2009) também identificou na Nigéria situação semelhante em bibliotecas universitárias. Os resultados indicam que, apesar de algumas marcas culturais da mulher, não se identificou discriminação dos colegas do gênero masculino e tampouco diferenças salariais com possibilidades igualadas de ascensão na carreira.

<sup>56</sup> Inclui-se na análise apenas os funcionários da Biblioteca central.

No setor público, no Brasil, as mulheres encontram condições mais semelhantes e eventualmente melhores do que os homens em termos salariais (TABELA 14). Ao observar os percentuais dos bibliotecários que são funcionários públicos, tanto a maioria dos homens (71,80%) quanto das mulheres (73,53%) estão na faixa superior a 5 salários mínimos. Nos níveis de remuneração mais alta (acima de 10 salários mínimos) há proporcionalmente mais mulheres, percentualmente representados por 31,16% das mulheres e 22,33% dos homens, em 2013. Entretanto, na faixa mais elevada (mais de 20 salários mínimos) os homens apresentam uma proporção ligeiramente maior (4,49%) em relação às mulheres (3,95%).

Tabela 14 – Faixa salarial por sexo dos Bibliotecários

Faixa Remun Média (SM)	HOMENS (%)			MULHERES (%)		
	CLT	Estatutário	Outros*	CLT	Estatutário	Outros*
Até 5,00	52,57	28,12	77,14	60,40	26,47	73,63
5,01 a 7,00	17,72	22,63	5,71	16,29	17,14	16,48
7,01 a 10,00	13,34	26,92	2,86	10,44	25,23	5,49
10,01 a 15,00	10,25	10,87	2,86	6,57	19,65	0,00
15,01 a 20,00	3,68	6,68	0,00	3,67	7,51	0,00
Mais de 20,00	2,17	4,49	5,71	2,14	3,95	0,00
{ñ class}	0,27	0,30	5,71	0,50	0,05	4,40
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Brasil), 2013.

\* Composto basicamente por vínculos definidos como avulso, temporário, aprendiz, contrato por prazo determinado, contrato por tempo determinado, contrato lei estadual e contrato lei municipal.

No níveis de remuneração mais baixas (até 5 salários mínimos) há certo equilíbrio, com menor remuneração para os homens no setor público e situação inversa no setor privado, ou seja, identifica-se 28,12% dos homens neste patamar, enquanto a porcentagem de mulheres nesse nível de remuneração é de 26,47%. Em contrapartida, no setor privado (CLT) a situação é ruim tanto para 52,57% dos homens quanto para 60,40% das mulheres. Nos vínculos definidos como “Outros” há piores remunerações tanto para a maioria dos homens (77,14%) quanto para a maior parte das mulheres (73,63%). Curiosamente, é neste tipo de vínculo que 5,71% dos homens conseguem auferir um rendimento acima de 20 salários mínimos e as mulheres não têm nenhuma (0,00%) representação nesta faixa salarial.

No ambiente de trabalho brasileiro percebeu-se traços culturais expressos por uma bibliotecária em relação ao comportamento dos homens na sociedade:

Sabe o que eu acho, que não agrada muito aos homens aqui na Universidade... é o salário, porque ainda tem aquela coisa do homem

ganhar mais quer a mulher, não tem? Assim, uma mulher que ganha pouco, menos, ainda ela vive melhor com um salário menor, na questão do ego, da sustentabilidade do que um homem ganhar pouco, porque ele tem aquela coisa, ainda temos aquela tradição, quer casar, quer ganhar mais que a mulher, umas coisas assim. Ou ganhar o equivalente, eu acho que o que não segura o homem aqui [...] é o salário, a não ser, por exemplo, [se] já está no doutorado, aí o salário dele vai ficar melhor [...], com isso tudo você vai se estimulando, vai ficando no lugar, não é? Mas, qualquer hora dessas ele faz um concurso e “casca”[sic] fora, você entendeu? Então o salário é baixo e, ainda por essa questão cultural do homem ainda precisar ganhar mais, não segura o homem na Universidade [...]. Eu acho que isso pode acontecer sim, os homens saem para ganhar mais lá fora, eu acredito nisso (Bibliotecária brasileira).

A investigação de Magalhães, Oliveira, Cunha, Lima e Campos (2010) mostra o esforço das instituições universitárias em promover a capacitação dos servidores técnico-administrativos para melhorar a permanência e qualidade do serviço prestado ao público. De todo modo, a opinião da entrevistada é confirmada pelos dados da RAIS (2013). Apenas 8,48% dos homens trabalham 120 meses ou mais no mesmo emprego. As mulheres são mais estáveis no trabalho, porque 24,59% das mulheres permanecem no mesmo vínculo por mais tempo (TABELA 15).

Tabela 15 – Faixa de tempo de emprego por sexo dos bibliotecários

Faixa tempo emprego	Homens	%	Mulheres	%	Total
Ate 2,9 meses	947	9,85	947	5,95	1.894
3,0 a 5,9 meses	750	7,80	900	5,66	1.650
6,0 a 11,9 meses	1.316	13,69	1.766	11,10	3.082
12,0 a 23,9 meses	1.745	18,15	2.041	12,83	3.786
24,0 a 35,9 meses	1.162	12,09	1.626	10,22	2.788
36,0 a 59,9 meses	1.401	14,57	2.076	13,05	3.477
60,0 a 119,9 meses	1.478	15,37	2.641	16,60	4.119
120,0 meses ou mais	815	8,48	3.912	24,59	4.727
{ñ class}	0	0,00	3	0,02	3
Total	9.614	100,00	15.912	100,00	25.526

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Brasil), 2013.

No contexto real de trabalho nas bibliotecas as relações de gênero estabelecem-se de maneira harmoniosa. O diretor da biblioteca da Universidade brasileira ao ser interrogado se há algum problema no relacionamento e execução dos trabalhos entre homens e mulheres responde da seguinte maneira:

Acho que não. É claro que do nosso quadro de pessoal, mas assim, na realidade brasileira o campo da biblioteconomia, me parece, que ele tem um número muito maior de mulheres. Mas eu não encontro nenhuma dificuldade em trabalhar com elas. Nós temos um serviço a fazer e o serviço é feito, independentemente do gênero. Eu considero muito positivo ter me acompanhando na diretoria (vice-diretora) uma mulher extremamente competente. Partindo desse pressuposto,

imagino que as outras bibliotecárias e as outras assistentes e auxiliares das bibliotecas [...] contribuem tanto quanto contribuem os homens para que a biblioteca funcione (Bibliotecário brasileiro).

Salienta-se que, tanto no Brasil quanto em Moçambique, os diretores atuais das bibliotecas são bibliotecários, no caso brasileiro, pela primeira vez, é eleito um bibliotecário de carreira<sup>57</sup> para ocupar o cargo de diretor da Biblioteca Universitária da Universidade brasileira. Uma das bibliotecárias entrevistadas ressaltou que, independentemente do gênero, é mais importante que o dirigente do sistema de bibliotecas seja um bibliotecário, em vez de um professor da universidade, para garantir uma melhor qualidade do trabalho.

Finaliza-se a discussão de gênero enfatizando-se a importância da presença das mulheres na profissão bibliotecária. De acordo com uma das metas dos objetivos do milênio até 2015 pretende-se promover a “igualdade entre os sexos e valorização da mulher” em 189 países, entre eles Brasil, Espanha e Moçambique (PNUD, 2012)<sup>58</sup>. Percebe-se que a possibilidade de exercer uma profissão tal como a de bibliotecária, particularmente no setor público, colabora na dignificação das mulheres historicamente vítimas de piores condições de trabalho comparativamente aos homens. Ademais, para a Biblioteconomia:

[...] é a presença feminina que sempre garantiu à profissão a preservação das raízes da tradição biblioteconômica. Parece que a tendência ao incremento do masculino na área revela uma vontade de afastamento da biblioteconomia, rumo ao mundo da informação (PENA, 2007, p. 64).

#### 4.2.7 Reconhecimento e resiliência da profissão

Apesar das dificuldades, decorrentes das crises, percebe-se ainda nas entrevistas a satisfação em trabalhar na biblioteca universitária pública:

Na minha época tinha um discurso a respeito do mercado de trabalho das empresas e tal, mas a gente percebe, a gente percebia na época que eles não tinham muito essa vivência do mercado de trabalho, era uma coisa muito idealizada. Eu considero que eu sou uma profissional de sucesso, porque eu consegui... Eu trabalho no que há de *top* para o bibliotecário. Eu trabalho dentro da universidade, um sistema de biblioteca universitário, da minha turma ninguém ficou desempregado, trabalham, mas eu vejo assim que as pessoas querem as universidades, são as que mais dão emprego. O sistema educacional é o que mais dá emprego para o bibliotecário. Embora tenha a lei das bibliotecas escolares, que toda escola tem que ter um bibliotecário, [...] você vê que é uma coisa emperrada (Bibliotecária brasileira).

<sup>57</sup> O cargo já foi ocupado por homem, mas na condição de professor da universidade.

<sup>58</sup> Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

Quanto ao panorama espanhol, há de se registrar uma observação de uma entrevistada:

Os funcionários sempre querem mais (risos), mas creio que sou bem paga, isto não quer dizer que trabalho pouco. Às vezes penso que se estivesse numa empresa privada me pagariam melhor, mas penso que estou numa instituição pública e estou contente de estar na universidade pública (Bibliotecária espanhola).

Em Moçambique foi possível detectar o seguinte:

A biblioteca da UEM tem sido considerada modelo de biblioteca em nível nacional, neste momento podemos dizer que é a única que tem esta dimensão, essa estrutura, essa configuração. Ela, mesmo antes de termos este edifício que temos hoje, a UEM sempre coordenou a informação científica no país, não somente da universidade, mas de todas as instituições acadêmico-científicas. Nesse âmbito, nós somos os coordenadores de assinatura de revistas eletrônicas e promovemos este acesso, não somente para nossa universidade, mas para toda a comunidade universitária moçambicana, de todas instituições de ensino superior, públicas e privadas [...]. Damos acesso à informação a partir daquilo que subscrevemos aqui, fica disponível para quem tem acesso à nossa rede ou possa vir ao nosso Campus para ter acesso. Nós fazemos treinamentos....Dessa forma estamos contribuindo para divulgar informação para a comunidade universitária e para a sociedade no geral. Esse é nosso papel social (Bibliotecário moçambicano).

A ênfase na questão científica e na disponibilização de informação são motivos de orgulho. Mesmo que a literatura da área reforce “a impressão de não reconhecimento e [aponte] para a catástrofe iminente da profissão” (WALTER, 2009, p. 79), estudos mais antigos (POLKE; ARAÚJO; CESARINO, 1976) e recentes (WALTER, 2009) também indicam satisfação do bibliotecário com a profissão e, inclusive, recomendação para outras pessoas fazerem o curso de biblioteconomia. Feito relevante, ainda, foi a constatação de Oliveira e Crivellari (2014, p. 149) da permanência dos bibliotecários na profissão ao longo da trajetória profissional, além da profissão oferecer “mobilidade ascendente”. Fato revelado por uma das entrevistadas, brasileira, ao relatar que iniciou a vida profissional como ascensorista<sup>59</sup> e conseguiu se tornar bibliotecária de uma instituição importante no Brasil.

A crítica, com o viés mais estético de extinção ou mudança de nome da profissão bibliotecária na dita sociedade informacional parece não se confirmar ao se observar maior estabilidade no mercado de trabalho em bibliotecas, mesmo em um momento de crise. Embora essa crítica apocalíptica à profissão tente reivindicar uma postura “moderna” e dinâmica ao profissional, ela acaba focando aspectos mais relacionados à postura empresarial, como “empreendedorismo” ou “gestão da

---

<sup>59</sup> Descrito pela CBO como cabineiro de elevador, encarregado de elevador ou operador de elevador. Cargo extinto na universidade.

informação” presentes no terceiro espírito do capitalismo, ao invés de exaltar os aspectos sociais de emancipação potencialmente representados pelas dimensões cultural, educacional e acadêmica às quais as bibliotecas tradicionalmente estão associadas, principalmente considerando-se que “uma das características da economia da cultura é que ela é não econômica no sentido restrito do termo” (BOURDIEU, 2014, p. 289).

### 4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise é própria do regime capitalista, a diferença é o enfoque na superação. Na atual crise iniciada em 2008, fortemente influenciada pela liberalização econômica em favor do mercado financeiro, marcada pelas novas tecnologias, os efeitos sobre os países, as universidades e o emprego nas bibliotecas universitárias tiveram consequências distintas.

A Espanha teve impactos mais negativos, pois tem uma longa e bem-sucedida história no campo da instituição universitária e das suas bibliotecas. Além do mais, a crise de 2008, como já foi dito anteriormente, atingiu muito fortemente os países da zona do euro e a Espanha está entre os mais afetados. Lá a crise atingiu o setor público e, com isso, houve uma piora na qualidade do emprego dos bibliotecários, enquanto a iniciativa privada também não refletiu uma melhora no padrão do emprego. Os contratos de trabalho disponíveis, em sua maioria, eram temporários, em tempo parcial e com o pagamento de bolsas, constituindo uma modalidade precária de ocupação para o bibliotecário.

No Brasil, de acordo com dados do IPEA (2014), em 2008 a taxa de desemprego era de 7,8%, após a crise, em 2009, houve elevação para 9,1%, mas com o fortalecimento das políticas de Estado em 2012 a taxa de desemprego recuou para 6,7%. Segundo Drummond (2015) em 2013 o desemprego chegou a 12,3%, teve queda brusca para 4,8% em 2014 e, entre fevereiro e abril de 2015, elevou-se para 8%. Ainda assim, o desemprego no Brasil está menor que na Espanha com taxa de 23,4% em 2015 (DRUMMOND, 2015). Desse modo, em virtude das configurações institucionais, o Brasil lidou melhor com a crise de 2008 (BOYER, 2012). O mercado de trabalho do bibliotecário brasileiro está melhor estruturado comparativamente à Espanha e Moçambique. No Brasil, com o fortalecimento da universidade pública, particularmente devido ao programa Reuni proporcionou-se o crescimento de vagas para os bibliotecários nas bibliotecas universitárias.

Moçambique está em fase de crescimento econômico e, logo, sentiu menos os efeitos da crise. Houve enorme expansão da universidade, com aumento

das matrículas, passando de 28.000 alunos, em 2005, para 101.362 alunos em 2011 (INE, 2011a). A população economicamente ativa foi estimada em 5,9 milhões de pessoas. Desse total, a maioria era formada por trabalhadores por conta própria (52%), seguida por trabalhadores familiares não remunerados (33,7%). O restante (11,1%) eram trabalhadores assalariados, dos quais 4,1% são empregados no setor público e o restante, apenas 6,9%, foi absorvido pelo setor privado (MOÇAMBIQUE, 2006).

Para Moçambique, como enfatizado por Pena; Crivellari; Moreira González e Mangué (2014) há grandes possibilidades de expandir, proximamente, o emprego no espaço do bibliotecário, o que é possível inferir a partir de alguns elementos: a) a recente criação da formação universitária de profissionais na área de informação, com as primeiras turmas já em fase de diplomação; b) o destacado lugar das bibliotecas universitárias como possibilidade de emprego assalariado para a categoria, tendo em vista as estratégias de ampliação do emprego e da formação profissional do governo (MOÇAMBIQUE, 2006); c) a biblioteca universitária e a biblioteca pública distrital apresentam o maior número de bibliotecas em Moçambique, 19 cada uma delas em todo o país, e que são consideradas importantes equipamentos culturais, pelo governo local (INE, 2011). Portanto, espera-se uma melhora contínua no mercado de trabalho do bibliotecário, contanto que haja políticas de Estado nessa direção.

Na perspectiva de Sen (2010), uma boa inserção no mercado de trabalho é condição para o desenvolvimento de uma nação. Embora o mercado de trabalho do profissional bibliotecário seja pouco expressivo no contexto do emprego nacional nos três países, verifica-se que, de alguma forma, o fortalecimento dessa categoria reflete a consolidação da biblioteca e da instituição universitária e o grau de importância atribuído ao desenvolvimento educacional, cultural e social da população.

Para tanto, faz-se necessário uma reconfiguração das profissões nos três países. Em consideração à noção de relação educativa, amplamente discutida por Crivellari (1998), espera-se uma articulação maior entre a escola, sindicato, associações e o setor produtivo, na medida em que possam contribuir para uma relação salarial virtuosa dos profissionais. Trata-se de uma aproximação que visa atender aos anseios do desenvolvimento do país, levando-se em conta, por exemplo, que o conceito de leitura para a educação é um dos fundamentos culturais da Biblioteconomia tão ou mais importante que o de informação que sustenta a CI. Mesmo no ambiente acadêmico, a leitura tem uma atribuição fundamental, conforme apresenta-se no próximo capítulo.

As escolas, portanto, como instituições formadoras, necessitam refletir sobre sua missão a partir de pesquisas, seguindo a tradição de estudos do processo

de trabalho associados a dados quantitativos mais amplos, conforme recomendado por Cunha e Crivellari (2004). Essa abordagem permitirá alguma generalização de forma mais objetiva ao incorporar a dimensão transdisciplinar, por que:

[...] a questão do mercado de trabalho, abordada sobretudo pela Economia, estende-se para a área de educação, de treinamento e qualificação dos trabalhadores. Já as relações de trabalho, o processo de trabalho, o seu ambiente social, bem como o desenvolvimento das profissões, são preocupações eminentemente sociológicas, mas que interessam muito aos historiadores (História Social). As implicações do processo de trabalho, por sua vez, se desdobram [...]. E, envolvem, obviamente, considerações políticas, tendo em vista as políticas de emprego e renda que possam contrabalançar os problemas sociais gerados pelo mercado (DULCI, 2003, p. 13).

## 5 POLÍTICAS CULTURAIS DE ESTÍMULO À LEITURA

A literatura, sem nenhuma dúvida, ajuda as pessoas a viverem melhor. É umas das coisas que mais ajuda. Bom... depois de comer, ter uma casa e um trabalho digno, depois a literatura, sim (entrevista com o coordenador do *Club de Lectura*, falando sobre literatura e a vida em sociedade).

No dicionário das crises e das alternativas, entre os vários verbetes, chamam atenção três deles, a saber: festa, literatura e poesia. Quais as relações dessas palavras com a atual crise? São conceitos que remetem à possibilidade de uma vida mais plena ao direcionar para a “ilusão” necessária, embora possam se vincular a pura e simples diversão, tal como observa Ramalho (2012, p. 139): “assiste-se ao recrudescimento de uma literatura humorística, que acaba por ser reconfortante” para manter a estratégia da política romana do “pão e circo”. Por outro lado, essas manifestações culturais são inerentes à condição humana, a festa no sentido baktiniano<sup>60</sup> é um momento de expansão da liberdade individual: “[...] é pois o resultado de uma crise criativa e/ou vital, e torna-se absolutamente vital que a exercitemos [...]” (CAPINHA, 2012a, p. 103). Os conceitos de festa e literatura fundem-se no encontro internacional de literatura no Brasil<sup>61</sup>. É uma reunião de pessoas para celebrar a arte da palavra escrita, servindo tal qual a definição do verbo poesia “[...] para ativar o potencial criativo de cada um/a de nós. Perante a atual crise mundial, a ativação desse potencial é uma questão de sobrevivência” (CAPINHA, 2012b, p. 164).

Após esta digressão inicial o presente capítulo, resultante essencialmente do trabalho de Pena, Crivellari, Moreiro González e Mangue (2014b), tem como discussão central as contribuições da biblioteca universitária no tocante à leitura como um dos elementos para superação das crises macroestruturais e na promoção do desenvolvimento nos países que as sediam. Este texto avança o debate, focalizando uma discussão sobre a cultura, bem como ilustrando situações atuais presentes no contexto do prestigiado romance, 1984.

A ambiguidade em torno da missão cultural da Biblioteca é atualmente motivo de embaraço, e mesmo de culpa, para os bibliotecários, que têm, em alguns casos, a impressão de faltar com seu dever. Ao ouvir os ditames da cultura calcada na informação digital, parece que a era da cultura do livro e da Biblioteca não tem o mesmo valor do passado. Contudo, o fato de acrescentar à prática outros objetos informacionais (bibliotecas digitais, serviço de referência digital, etc.) não tornará necessariamente mais culturais as práticas dos bibliotecários. Ao contrário, se os

---

<sup>60</sup> Sobre ‘festa’ ver o belo ensaio de Bakhtin (2010).

<sup>61</sup> Festa Literária Internacional de Parati (FLIP)

bibliotecários não estiverem familiarizados com tais acréscimos informacionais eletrônicos, se não virem com que finalidade eles foram inseridos no trabalho cotidiano, será um ingrediente secundário sem modificar substancialmente o seu fazer.

O estudo de Campello et al. (2013), ao verificar o estado da arte (1975 a 2011) da produção científica em biblioteca escolar, identifica a prevalência de estudos na categoria leitura. Nota-se, desse modo, a leitura como preocupação da área de biblioteconomia. Se na biblioteca escolar é assunto ainda em pauta, alguma consideração se deve dar a essa temática no âmbito da biblioteca universitária, dado que os problemas de leitura vão se transferindo do ensino fundamental e médio até à formação superior<sup>62</sup>, campo de atuação da biblioteca universitária. O livro e a leitura são elementos pouco debatidos como política cultural em bibliotecas universitárias.

Como apontado por Pena, Crivellari, Moreiro González e Mangue (2014b), os três países estudados estão em fase de expansão de seus *campi* universitários para uma ampla gama de estudantes. No Brasil, o REUNI; na Espanha, o Tratado de Bologna; em Moçambique, um movimento de ampliação sistemática do acesso às suas universidades. O atendimento destas instituições dirige-se a um público-alvo oriundo das classes populares ou de estrangeiros, como é o caso da Espanha e mesmo do Brasil, pois a internacionalização das universidades é um fenômeno relativamente recente e crescente. Os três países – em diferentes motivos e proporções - precisam elevar os índices de leitura realizados pela sua população. O *déficit* de leitura reflete-se no desempenho do aluno, evidenciando dificuldades de escrita e aprendizagem ao longo da vida acadêmica, da vida profissional e da vida em sociedade. As atividades de incentivo à leitura, tais como os clubes do livro ou da leitura, quando adotadas pela biblioteca universitária, oportunizam uma formação cultural mais ampla da comunidade acadêmica<sup>63</sup>.

Experiências universitárias com o clube do livro mostram que esta prática oportuniza a socialização de leitura, contribuindo para uma formação cultural ampla da comunidade acadêmica, melhorando a compreensão da leitura e da escrita da língua,

---

<sup>62</sup> Em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo (02 de julho de 2008) a escritora brasileira, Ana Maria Machado, que se dedica a escrever livros para o público infanto-juvenil, afirma que desde quando publicou seu primeiro livro, em 1976, as crianças leem mais, em parte porque há uma maior diversidade editorial voltada para esse público. O problema são os adultos – particularmente os professores, que leem muito pouco e apenas incentivam o hábito e, com isso, não conseguem cativar as crianças e adolescentes no entusiasmo pela leitura. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foiha/ilustrada/ult90u417988.shtml>>. Acesso em: 21 out. 2013.

<sup>63</sup> Inclusive, no caso do Brasil, a Portaria Interministerial (Ministério da Cultura e Ministério da Educação) nº 18, de 18 de dezembro de 2013, institui o Programa Mais Cultura na Universidade e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura.

bem como favorecendo a convivência coletiva, tanto no ambiente universitário como, talvez, na sociedade em geral.

De toda maneira, esta parece ser uma estratégia que, no âmbito da cultura, constitui-se em uma forma de contribuir para uma maior conscientização, particularmente da comunidade acadêmica, cujas práticas do presente são responsáveis, futuramente, por boa parte das decisões políticas que norteiam os rumos da sociedade.

## 5.1 APROXIMAÇÕES AO CONCEITO DE CULTURA<sup>64</sup>

Existem numerosas definições dadas ao conceito de cultura, segundo Dulci (2009b) é um dos temas de pouco consenso nas ciências sociais. Pode-se ao menos recorrer à distinção entre cultura no sentido antropológico e cultura no sentido humanista ou cultura ligada à arte<sup>65</sup> (MELLOUKI; GAUTHIER, 2004; SENNETT, 2012). Trata-se apenas de enfatizar o papel da cultura na Biblioteca e também dos bibliotecários, cuja missão oficial os torna agentes de disseminação da cultura.

O primeiro conceito de “cultura” é denominado de antropológico, sendo representado pelas interações sociais das pessoas em comunidade, suas experiências e crenças semelhantes. Tudo isso contribui para a concepção dos modos de se expressar, de festejar, ler, ouvir, enfim, de compreender o mundo. Por meio desse processo cotidiano, cada pessoa, de um modo natural ou espontâneo, caracteriza-se pelas relações que estabelece com outros indivíduos pertencentes ao seu grupo de convívio social, tendo como uma das características fundamental a interação pela palavra falada (LARAIA, 2009; MELLOUKI; GAUTHIER, 2004).

O segundo modo de entender a cultura, que se pode denominar de cultura humanista, para fins desta tese designa o conjunto de conhecimentos oriundos da palavra escrita, sobretudo a cultura literária, que contribuem para a formação do senso crítico, do gosto e da capacidade de julgar do indivíduo que a adquire. Quando os programas de formação de bibliotecários são censurados por não darem bastante ênfase à cultura ou por apresentá-la em doses mínimas, é da cultura escrita humanista que se está tratando.

---

<sup>64</sup> Discussão inserida tendo em vista os questionamentos recebidos durante apresentação da primeira versão deste capítulo no XVIII SNBU. Alguns dos bibliotecários presentes levantaram a complexidade de definir o termo “cultura”. Essa seção não busca responder, mas, ao menos, propor um debate, particularmente naquilo que se refere ao fazer bibliotecário.

<sup>65</sup> Para fins deste texto, se caracteriza como sinônimo a cultura humanista e cultura literária como expressões da arte representada pela palavra escrita, no sentido de destacar a importância das obras humanistas, com destaque para obras literárias na formação da consciência crítica dos indivíduos.

Nas escolas de formação do profissional bibliotecário, atualmente, percebe-se que o “foco está centrado nas atividades de coleta, organização, gestão e disseminação dos recursos informacionais” (SILVEIRA, 2007). As disciplinas relacionadas a aspectos culturais, sobretudo as ligadas à literatura, amiúde não são realmente consideradas como algo essencial pelos idealizadores dos currículos dos cursos de biblioteconomia. Noutros termos:

Transformadas em disciplinas apartadas do currículo, sem ligação orgânicas com este, transformam-se em “cerejas do bolo” da “verdadeira” formação técnico-profissional: vamos colocar uma disciplina aí para falar do “social”, mais uma para falar do “cultural”, etc.(ALMEIDA, 2013a, p. 45).

O ideal seria que a formação dos bibliotecários fosse concebida numa perspectiva cultural, possibilitando o acesso à experiência humana através das obras marcantes da história da humanidade – artes, letras, filosofias, ciências, etc. –, cabendo ao profissional bibliotecário, por meio da Biblioteca, a tarefa de levar as gerações mais jovens a apreciarem obras marcantes da história da humanidade, focalizando a importância do patrimônio cultural da humanidade ao invés de privilegiar exclusivamente a questão informacional, visto que “desvalorizar a alta cultura é a forma mais segura de extinguir a consciência crítica, pois é ela que alimenta a reflexão questionadora e a vontade de transformar o mundo” (ROUANET, 1989, p.19).

Essa distinção, entre cultura antropológica e cultura humanista ou literária, pode parecer mecânica e sem significado, se não se especifica imediatamente que ambas constituem um aspecto essencial da vida social, porque proporcionam a construção de uma identidade linguística, compartilhamento de experiências, etc. A interação com os outros proporciona a identificação de semelhanças e diferenças entre as várias realidades sociais com as quais as pessoas convivem cotidianamente (MELLOUKI; GAUTHIER, 2004). Em suma, “toda leitura da palavra pressupõe uma leitura anterior do mundo, e toda leitura da palavra implica a volta sobre a leitura no mundo, de tal maneira que ler mundo e ler palavra se constituíam um movimento em que não há ruptura, em que você vai e volta” (FREIRE, 1994, p.15).

Contudo, a maioria das pessoas passa a maior parte da vida interagindo mais com a palavra falada do que com a palavra escrita. A partir da noção de *habitus* (BORDIEU, 2009) reflete bem a cultura antropológica ao identificar um conjunto de práticas sociais condicionadas a uma classe ou grupo social.

O *habitus* é uma capacidade infinita de engendrar em toda liberdade (controlada) produtos – pensamentos, percepções, expressões, ações – que sempre tem como limites as condições historicamente e socialmente situadas de sua produção, a liberdade condicionada e condicional que ele garante está tão distante de uma criação de

imprevisível novidade quanto de uma simples reprodução mecânica dos condicionamentos iniciais (BOURDIEU, 2009, p. 91).

Embora não seja suficiente, dada a complexidade da realidade, cabe à Biblioteca e aos bibliotecários incluir, pela cultura da leitura, a população excluída de um hábito comum a classes mais favorecidas, na medida em que:

A leitura literária democratiza o ser humano porque traz para seu universo o estrangeiro, o desigual, o excluído, e assim nos torna menos preconceituosos, menos alheios às diferenças – o senso de igualdade e justiça social é condição essencial para a democracia cultural. A leitura literária democratiza o ser humano porque elimina barreiras de tempo e de espaço, mostra que há tempos para além do nosso tempo, que há lugares, povos e culturas para além de nossa cultura, e assim nos torna menos pretensiosos, menos presunçosos – o sentido da relatividade e de pequenez de nosso tempo e lugar é condição essencial para a democracia cultural (SOARES apud CARVALHO; SOUZA, 2012).

Nesse particular, não se pretende dizer que a leitura deve ser exclusivamente de obras cujo reconhecimento literário já está consolidado. Nessa concepção, se quer dizer que a leitura é sempre um ato importante, seja ela apenas para lazer ou entretenimento, mas é fundamental a consciência destas ações (DUMONT, 2000).

Nessa perspectiva, importa tanto a referência cultural em si mesma – a obra de Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Miguel de Cervantes ou Monteiro Lobato, etc. – quanto o esforço interpretativo que deve acompanhar necessariamente tal leitura, um olhar crítico, o espírito analítico e de síntese que se desenvolvem por meio do contato com tais referências culturais e com sua contextualização social e histórica.

Cabe também aos bibliotecários<sup>66</sup> o trabalho de seleção, de crítica e de contextualização das referências culturais em benefício da formação intelectual dos leitores, seja através de atividades como clube de leitura, de contar ou ler história, hora do conto, concursos literários, etc. É essencial que se dê o devido destaque a obra e aos autores visando a promoção da leitura, conforme recomendação do Manifesto da Biblioteca Escolar que assinala, entre outras questões, que a função da biblioteca é “desenvolver e manter [...] o hábito e o prazer da leitura” (MANIFESTO..., 2000, p. 02).

Na perspectiva da cultura literária confirmar-se o papel dos bibliotecários na qualidade de artífices, ou seja, de herdeiros da cultura literária. Embora, como se

---

<sup>66</sup> Mellouki e Gauthier (2004) fazem defesa semelhante em relação aos professores. Valeu-se da paráfrase a esses autores ao se referir aos bibliotecários.

viu antes, a cultura apresenta um sentido antropológico mais amplo, a cultura literária é importante para a superação da oralidade e da leitura acrítica ou superficial da realidade.

Dando continuidade à discussão, apresentam-se outros elementos para colaborar no debate de como a leitura auxilia na expansão das potencialidades dos indivíduos.

## 5.2 LIVRO E LEITURA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A emancipação individual é uma condição essencial para o desenvolvimento coletivo de uma sociedade, levando-se em conta que o “desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010, p. 16). Para o autor, a liberdade de participação ou a oportunidade de educação básica podem ser “conducentes ao desenvolvimento”. Com isso, embora a noção do crescimento econômico seja essencial, é fundamental considerar que a economia vem em segundo plano em relação à liberdade da troca de bens, conhecimento ou expressão entre os indivíduos<sup>67</sup>.

O desenvolvimento do Produto Interno Bruto (PIB) não é garantia de melhora da qualidade de vida (SEN, 2010 p. 19-20). Dados da pesquisa sobre Indicadores de Progresso Social 2014 apontam a Nova Zelândia em 1º lugar no *ranking* de 132 países com um PIB *per capita* entorno de 25 mil dólares, enquanto que EUA, mesmo com um PIB *per capita* de 45 mil dólares ocupam a 16ª posição<sup>68</sup> (PORTER, STERN, GREEN, 2014). Isso significa que o rendimento econômico é importante, mas outros fatores precisam ser considerados para avaliar o progresso de um país. As “liberdades substantivas” incluem, entre outras, a participação política, direito à saúde e educação – podendo-se aí incluir o domínio da língua.

Pena, Crivellari, Moreiro González e Mangue (2014) questionam como a leitura afeta o desenvolvimento de um país? Estudo publicado no periódico *Brain Connectivity* recorrendo à ressonância magnética durante 19 dias em 21 estudantes de graduação da Universidade de Emory, indica que os sujeitos que estão lendo um

---

<sup>67</sup> Em entrevista, realizada em 2013 pelo autor da presente tese, o economista francês Robert Boyer diz que a mundialização deveria permitir a livre circulação das pessoas e não somente a de mercadorias ou das finanças, como acontece atualmente.

<sup>68</sup> O Brasil aparece na 46ª posição com um PIB *per capita* de pouco mais de 10 mil dólares, a Espanha na 21ª posição com PIB *per capita* entorno de 26 mil dólares e Moçambique, considerando que é a nação democrática mais jovem entre os três países do estudo, está na 117ª posição com PIB *per capita* de 882 dólares.

livro incorporam as situações vivenciadas pelos personagens, sugerindo uma melhor capacidade de convivência social (BERNS; BLAINE; PRIETULA; PYE, 2013). Em síntese, não basta já ter lido livros. Para os reais benefícios da leitura é importante que a pessoa esteja lendo, no momento, um livro. Da mesma forma, foi constatado no mesmo estudo que os livros com um conteúdo de melhor qualidade tiveram influência na melhoria do convívio social.

Na biblioteconomia alguns estudos indicam os benefícios do uso da leitura como terapia: a biblioterapia. O trabalho de Oliveira, Pena, Justino e Santos (2011) enfatiza a função terapêutica da leitura ao proporcionar sensação de bem-estar em pacientes hospitalizados. Através de levantamento, verificou-se publicação de estudos sobre biblioterapia: em hospitais (SEITZ, 2000), para crianças (CALDIN, 2001); idosos (FERNÁNDEZ VÁZQUES, 1989) e presidiários (ALVES, 1982).

Com ampla discussão teórica, apoiada em estudos empíricos da prática de biblioterapia, Bentes Pinto (2005), ressalta a importância da atuação do bibliotecário neste campo. Para isso é necessário conhecimentos especializados em psicoterapia e parceria com psicólogos e outros profissionais afins.

Para além dos benefícios terapêuticos, a leitura tem o papel de proporcionar ao leitor o crescimento da capacidade de crítica e análise social. Isso vai acontecer somente através da alteridade, da interação com o outro. Sem o contato humano, possivelmente a leitura não revela toda a sua potencialidade de transformação, tanto quanto no compartilhamento em um grupo, tais como os chamados clubes de leitura ou clube do livro.

Nas práticas coletivas de leitura, as pessoas leem, contam histórias, compartilham suas experiências de leitura, conhecem novas palavras da língua materna, conseguem se expressar melhor, tanto verbalmente quanto na escrita e, com isso, aprendem a conviver melhor. Particularmente a leitura literária tem esta potencialidade, pois não tem pretensão de verdade, não pretende “provar” nada. Daí a importância da leitura literária na universidade, pois relata o cotidiano, pensa o humano, reflete as dificuldades, os dilemas e as saídas encontradas pelos personagens.

A universidade tem como principal missão, segundo Ortega Y Gasset (2010), a transmissão da cultura, entendida pelo autor como um conjunto de ideias que permanecem no tempo e são valorizadas pela sociedade. As demais funções, ainda de acordo com Ortega y Gasset, são a formação profissional e a formação científica. Contribuí, magistralmente, para o debate sobre uma universidade de formação voltada para a cidadania, um dos grandes escritores da língua portuguesa e ganhador de prêmio Nobel de literatura ao apontar o seguinte:

A Universidade é a última fase de formação em que o estudante pode ser convertido, com plena consciência, em cidadão; é o lugar de debate onde, por definição, o espírito crítico tem que florescer: um lugar de confrontação, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma (SARAMAGO, 2010, p. 36)<sup>69</sup>.

Depreende-se destas palavras que a formação cultural do aluno deve cuidar não somente do letramento para a desenvoltura no meio acadêmico, mas também auxiliá-lo na compreensão de sua condição no meio e a de seus semelhantes, da vida em sociedade, cruciais na formação da consciência cidadã.

No Brasil, tal como apontado por Saviani (1991 apud PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2014), a universidade é demandada a exercer sua atividade-fim: ensino, pesquisa e extensão<sup>70</sup>. O ensino, propriamente dito, refere-se à formação profissional em nível superior; a pesquisa, comumente denominada “pesquisa acadêmica”, faz parte das atribuições de ensino para a formação dos mestres e doutores, os quais poderão ocupar cargo de professores ou pesquisadores; o trabalho de extensão, por sua vez, também representa o ensino, mas não como atividade exclusiva da docência, a extensão tem a função da transmissão do conhecimento acumulado para garantir o compromisso social da universidade com o desenvolvimento da sociedade em geral, para além da comunidade acadêmica em particular. De acordo com Santos (2004, p. 73) a atividade de extensão terá, num futuro próximo, uma importância especial “na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa de diversidade cultural”. O aspecto da formação, portanto, permeia o nível da graduação, pós-graduação e extensão, embora cada uma com sua especificidade.

No cotidiano da universidade, por vezes, o trabalho de extensão fica prejudicado. Assim, os clubes do livro, na forma de projetos de extensão universitária, auxiliam na incorporação de uma política cultural pelas bibliotecas universitárias, conduzidos pelos bibliotecários, mesmo com possibilidade de participação de professores especialistas. É possível a participação de alunos, funcionários e da

---

<sup>69</sup> No original: *La universidad es el último tramo formativo que el estudiante se puede convertir, con plena conciencia, en ciudadano; es el lugar de debate donde, por definición, el espíritu crítico tiene que florecer: un lugar de confrontación, no una isla donde el alumno desembarca para salir con un diploma.* Palestra proferida por José Saramago, na *Universidad Complutense de Madrid*, em 2005.

<sup>70</sup> Em Moçambique também a universidade é desafiada a exercer estas três dimensões. Na Espanha prevalece o ensino e a pesquisa como objetivo da Universidade, tal como explicitado na missão da Universidade Carlos III, “*contribuir a la mejora de la sociedad con una docencia de calidad y una investigación avanzada de acuerdo con exigentes criterios internacionales*”. Disponível em: <[http://www.uc3m.es/ss/Satellite/UC3MInstitucional/es/TextoMixta/1371206553538/Historia\\_y\\_mision\\_de\\_la\\_UC3M](http://www.uc3m.es/ss/Satellite/UC3MInstitucional/es/TextoMixta/1371206553538/Historia_y_mision_de_la_UC3M)>. Acesso em: 13 maio 2014.

comunidade em geral, sem haver a necessidade de avaliações. Há casos, no entanto, em que a participação discente em clubes de leitura é convertido em disciplina acadêmica, sujeita à avaliação tal qual nas disciplinas convencionais de formação. A leitura pode, ainda, ser dividida por gênero (contos, poesia, romance ou ainda voltado para os livros de ensaios). O fundamental é a possibilidade da leitura como formação cultural, contribuindo na construção de um senso crítico, debatendo questões relevantes, tais como questões de igualdade de gênero, saúde, etc. É fundamental disseminar a cultura do livro na universidade pois, muitas vezes, a biblioteca universitária é o primeiro local onde os alunos, sobretudo os mais pobres, têm acesso a um acervo amplo de livros. As atividades de incentivo à leitura são cruciais para a formação do “gosto”:

A educação do gosto se faz por encontros, aos poucos, paulatinamente. E, se no início o jovem se apaixona pela história e pelos personagens, se chega a última página tendo a curiosidade como dinamismo e os lances do enredo a acioná-lo, quando acontecer o contato com as grandes obras da literatura, este jovem já terá um referencial para comparação. E, se defendo, com veemência, que o prazer da leitura é ingrediente básico, fundamental, indispensável na formação de leitores, não acho justo esperar que estudantes com pouca ou nenhuma leitura de obras literárias, às vezes nenhuma leitura de livro algum, comecem a ler obras-primas (MARIA, 2009, p. 44-45)

A busca pelo prazer do texto, na perspectiva de Barthes (1987), é tarefa construída conjuntamente com os atores sociais, porque a extensão universitária como pesquisa-ação não é a simples transferência de conhecimento de especialistas para a população, as especificidades culturais necessitam ser respeitadas (THIOLLENT; ARAÚJO FILHO; GUIMARÃES; CASTELO BRANCO, 2003 apud THIOLLENT, 2005). Desse modo, as atividades de estímulo à leitura, em particular o clube do livro, na universidade, constituem-se como fonte de transmissão da cultura letrada para as novas gerações, porque são espaços em que há mais liberdade de leitura literária e interpretação do texto, transcendendo a aplicação instrumental típica dos livros e artigos científicos utilizados na formação profissional ou científica.

### 5.3 CLUBES DE LEITURA

Os clubes de leitura e assemelhados são ainda pouco estudados<sup>71</sup>, conforme observação de Pena, Crivellari, Moreira González e Mangue (2014b). Uma experiência no ensino básico é relatada por Azevedo e Martins (2011). O estudo verificou que o clube de leitura propiciou aos alunos uma aproximação exitosa com a

---

<sup>71</sup> Em busca pelo Scielo e Google Acadêmico foram encontrados apenas 3 títulos, todos originários da Psicologia Social.

literatura infanto-juvenil potencializando o prazer da leitura, ampliação da bagagem cultural e melhoria no letramento, entendido não apenas como a melhoria da capacidade de ler e escrever, mas também como desenvolvimento do raciocínio crítico e da capacidade de abstração.

O estudo de Gamelas, Leal, Alves e Grego (2003) focalizou um clube de leitura dirigido para crianças pobres em idade pré-escolar - até 05 anos, em que se incluíam a família e os professores nas atividades. Foram feitas leitura de imagens, contos, poesia e “trava línguas” (o estudo é de origem portuguesa). Observou-se que as famílias participantes do clube de leitura apresentaram uma melhor qualidade no convívio familiar, evidenciado por testemunhos dos pais ao destacar a importância do livro e da leitura como a oportunidade de troca de experiência e compartilhamento entre pais e filhos.

Um terceiro estudo, sem focar a dimensão do clube de leitura, contempla, no entanto, a importância da literatura como formação de compreensão política da realidade. A linguagem literária apresenta elementos de compreensão da realidade para nos apoiar na vida cotidiana sem, porém, nos fornecer a prescrição do modo de agir. “Ensinando-nos a não ser enganados pela língua, a literatura nos torna mais inteligentes, ou diferentemente inteligentes” (COMPAGNON, 2012, p. 49). Complementa o argumento a seguinte observação:

Contudo, a literatura se mostra como uma forma de atualização do ser da linguagem diferente da informação, pois ela não estaria a serviço da utilidade. Ela não é experimentada como uma linguagem que tem seu fim fora de sua experiência. Ela não existe para nos dar informações precisas sobre a vida à nossa volta. Podemos afirmar que ela vem à luz não para confirmar nossos ideais nem para dizer o que devemos ou não fazer de nossas vidas, mas para elaborar uma experiência intensa que possibilite o questionamento do mundo e de nós mesmos (ALMEIDA, 2013b, p. 58-59).

Esta distinção entre a leitura literária e a informação é particularmente importante no planejamento do trabalho biblioteconômico. Conforme Eco (2013), em entrevista, o excesso de informação disponível na Internet, ao invés de benéfico, pode ser prejudicial, sobretudo para aqueles que não estão aptos a filtrar a informação relevante, caso da população menos favorecida culturalmente. Alertou Ortega y Gasset (2006) ainda na década de 30, portanto em momento anterior ao advento da Internet, sobre a enorme quantidade de livros desnecessários e o papel do bibliotecário em intermediar a relação dos livros com os usuários. Ainda que a questão informacional tenha sido incorporada, sobretudo com os avanços da tecnologia, no trabalho bibliotecário, lidar com a grande quantidade de livros parece ser tarefa

relativamente mais fácil do que operar com a *overdose* de informação que flui livremente pela Internet.

Em suma, a hipótese é de que o livro e a leitura, enquanto forma e conteúdo, têm papel importante na dimensão da construção de um sujeito não apenas melhor informado, mas culto e livre o suficiente para compreender os possíveis equívocos ou manipulações de informação.

Sobre a questão da leitura, se através de livro em papel ou em livro eletrônico, verificam-se atividades de estímulo à leitura que fomentam o *download*<sup>72</sup> de obras clássicas ou outras. Nesse sentido, é oportuno o comentário de um entrevistado nesta pesquisa:

É como me diz um amigo, o que nos falta é ver o fracasso do livro eletrônico, porque o fracasso é que a gente não lê, não tem a ver com a ferramenta. A pessoa que lê não se importa de ir de férias com três ou quatro livros de papel. A questão de que é mais fácil o tamanho (se referindo ao livro eletrônico)... Eu sou muito do papel, não gosto do livro eletrônico, estou acostumado, uma tela não me excita muito, eu gosto de desenhar, dobrar a página. Isso é um costume. Agora se você me diz que há um leitor que lê "Vermelho e Negro" (Stendhal), em francês, a "Montanha Mágica" (Thomas Mann), em alemão, e "Ulisses" (James Joyce), em inglês, em um livro eletrônico, está bem, muito melhor que ler um livro por ano em papel. Bem, eu gosto mais do papel, não sei. Se te perguntam quem é melhor: Messi ou Cristiano Ronaldo? Eu gosto mais de Messi, mas é uma questão de gosto. De qualquer modo, como ferramenta, se alguém me disse que leu "Viagem ao Fim da Noite" (Louis-Ferdinand Céline) em livro eletrônico, fico contente. (entrevista com o coordenador do *Club de Lectura* – Universidad Carlos III de Madrid)

Ao apontar, entretanto, o número de obras lidas e a menção a alguns clássicos da literatura mundial vem à baila as implicações sobre o trabalho da biblioteca. Farias (2014, p. 252) faz uma análise crítica ao fato da biblioteca considerar exclusivamente indicadores que identifiquem leitor como aquele que lê ao menos um livro ou uma fração dele nos últimos três meses. Nesse tipo de metodologia, segundo a autora, não é avaliado o conteúdo do livro ou os efeitos da leitura sobre a vida do leitor. Se a biblioteca seguir na direção numérica de empréstimos estará contemplando apenas a dimensão estatística "com dados que dizem nada ou muito pouco sobre sua atuação".

Na próxima seção deste capítulo, diante dos ricos da não leitura, bem como da leitura sem uma consciência crítica, faz-se uma aproximação entre a

---

<sup>72</sup> Ver *site* do projeto do governo português, de estímulo à leitura através da Internet, que "ajuda a promover os hábitos de leitura em Portugal". O *site* traz *downloads* de obras clássicas. Disponível em: <<http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/clubedeleituras/index.php?s=elivros>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

literatura e o contexto atual. Percebe-se, nas palavras de Butler (1971, p.21), que nenhuma outra área se preocupa tanto quanto a literatura com “valores espirituais” ligados aos interesses pessoais, estéticos e éticos essenciais para a existência humana. “Segue-se, por consequência, que a biblioteconomia sempre incluirá extensas áreas da maior importância que nunca poderá torna-se campo de uma ciência”. Noutros termos, apenas a literatura é capaz de tratar assuntos fundamentais, que, embora fundamentais, são quase proibidos ou ainda de pouco consenso no meio acadêmico. A importância da leitura e dos perigos da interpretação equivocada remete a um dos clássicos da literatura: o livro “1984”, de George Orwell.

#### 5.4 “1984”, O LIVRO: RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS<sup>73</sup>

O livro referido acima, concluído em 1948, publicado em 1949, faz logo no título um trocadilho imaginando uma sociedade, no ano futuro de 1984, dominada pelo “Grande Irmão”. Trata-se de um poder de vigilância onipresente em quase todos os lugares. Na casa do personagem principal, a “teletela” é instalada em parede estrategicamente a frente onde originalmente o espaço era ocupado por uma estante de livros (ORWELL, p. 16, 2009). O enredo do romance gira em torno do personagem Winston Smith, cuja vida é apresentada em três partes no livro. Percebe-se os riscos da dominação e controle pelas máquinas submetendo o ser humano a uma condição de controle, conforme aponta Crivellari (2003) diante da constante vigilância do *Big Brother*. Reconta-se, aqui, algumas partes do livro, sem a pretensão de esgotar ou simplificar a interpretação de uma obra carregada de complexidades.

Winston trabalha no Ministério da Verdade, especificamente no Departamento de Documentação, cuja função precípua é não de recontar o passado e sim prover aos cidadãos da sociedade uma enorme quantidade de informação para criar a “verdade”.

Havia uma série de departamentos dedicados especificamente à literatura, à música, ao teatro e ao entretenimento proletário em geral. Ali eram produzidos jornais populares contendo apenas e tão somente esportes, crimes e astrologia, romances sem a menor qualidade, curtos e sensacionalistas, filmes com cenas e mais cenas de sexo, e canções sentimentais compostas de forma totalmente mecânica por uma modalidade especial de caleidoscópio conhecida como versificador (ORWELL, 57-58, 2009).

---

<sup>73</sup> Essa seção é inspirada na obra de Piketty (2014) que se vale da obra literária de Balzac, “O pai Goriot”, para explicar aspectos da desigualdade no século XIX.

Há ainda o Ministério da Paz, ironicamente responsável por prováveis guerras com outros continentes. O Ministério do Amor cuidava da ordem, porque “nada era ilegal, visto que já não existiam leis” (ORWELL, 2009, p. 17). Era penalizado qualquer movimento contrário à ordem. Ao iniciar um diário repetindo as palavras “abaixo o grande irmão”, Winston tomou consciência de que, se descoberto, seria punido com a morte, muitos anos de prisão ou trabalhos forçados.

Existia ainda o Ministério da Fatura, o qual se responsabilizava pelos aspectos econômicos, embora houvesse escassez de mercadorias disponíveis para a população.

Ao atribuir uma nomenclatura contraditória para o nome dos ministérios, Orwell mostra, no romance, a doutrina que a sociedade deveria seguir: “guerra é paz, liberdade é escravidão, ignorância é força” (ORWELL, 2009, p. 14). Com isso as palavras são controladas pela sua própria dubiedade, na ideologia do “duplipensamento”, simplificadas com a “novafala” e, desse modo, promove “menos e menos palavras a cada ano que passa, e a consciência com um alcance cada vez menor” (ORWELL, 2009, p. 69). Fazendo uma analogia com o ambiente da Internet percebe-se, particularmente nas redes sociais, uma informalidade e simplificação da escrita tão grande, que quase se constitui numa “novafala”.

Há elementos de “duplipensamento” na televisão ao mostrar certas cenas e ocultar outras, de tal modo que o sentido não corresponde em absoluto ao real (BOURDIEU, 1997, p. 24). Nesse sentido, as palavras ou imagens são construídas para atrair a atenção, como se fosse genuinamente de interesse do povo, gerando a imprecisão necessária para confundir a opinião pública. Essa situação se prolonga para a Internet. Mesmo com seu potencial de expressão individual, também é dominada por grandes grupos empresariais interessados em maximizar seus lucros (CASTELLS, 2003).

De todo modo, tal como nos *blogs*, Winston continua escrevendo seu diário, mesmo diante do risco de ser descoberto e punido pelo Partido. Esse processo da escrita, ainda que limitado, constitui-se em seu processo de conscientização máxima no capítulo 7, ainda na primeira parte do livro: “se é que há esperança, escreveu Winston, a esperança está nos proletas” (ORWELL, 2009, p. 88). O protagonista percebeu a necessidade de participação da maioria da população nas decisões políticas da Oceania, porém a ideia não avança além de uma constatação de um sujeito externo ao proletariado. Mais adiante, Winston explicita ainda mais seu pensamento através da escrita para o leitor: “enquanto eles não se conscientizarem não serão rebeldes autênticos e, enquanto não se rebelarem, não têm como se conscientizar” (ORWELL, 2009, p. 90). Numa alusão à consciência de classe, de Marx,

Winston convive com o dilema de ser membro de uma classe média beneficiária indiretamente da sujeição da massa e, por isso, na condição de observador consciente, transfere para “eles” a responsabilidade da sua própria conscientização para a mudança se efetivar, mas não cabe a Winston ser sujeito dessa transformação.

Através do diário do personagem, o leitor verifica a sua resignação diante da dúvida: “entendo como, mas não entendo por quê” (ORWELL, 2009, p. 100). Escreve, finalmente, no fim do diário que “liberdade é a liberdade de dizer que dois mais dois são quatro. Se isso for admitido tudo o mais é decorrência” (ORWELL, 2009, p. 101). Nesses extratos, Winston admite a limitação de sua crítica e parece pressentir seu próprio fim ao ser obrigado, no fim do livro, a declarar seu amor ao Grande Irmão, negando sua liberdade para se salvar da morte.

É possível correlacionar os diários virtuais (*blogs*) com o diário de Winston. As mensagens por mais críticas que sejam são limitadas, se não por interesse econômico, pela própria condição das contradições de ser parte de um sistema que premia com vantagens intrínsecas o sujeito a se manifestar a favor ou contra determinada matéria. As instituições, ou o Partido em 1984, são por excelência os responsáveis pelas decisões dos rumos da sociedade, por mais bem-intencionado que esteja um blogueiro, a política partidária continua ditando o tom das ações sociais. Não significa, contudo, que a sociedade não seja clamada a participar, mas é preciso diferenciar participação de difusão de opinião. A participação é oficial, desenvolvida no âmbito das instituições, seja com o uso das tecnologias tradicionais ou das novas, enquanto a opinião se expressa, em geral, por textos descontextualizados historicamente e essencialmente reduzidos em termos de conteúdo.

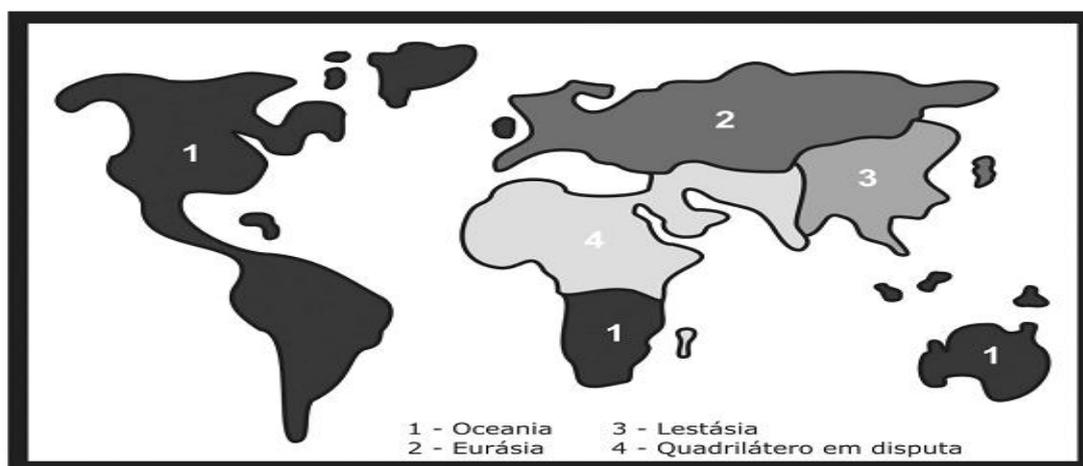
Dando continuidade, na segunda parte do romance, Winston vive uma experiência amorosa com Júlia. Num primeiro momento “a união dos dois fora uma batalha; o gozo, uma vitória. Era um golpe assentado contra o Partido. Um ato político” (ORWELL, 2009, p. 153). No entanto, esse ato político é limitado, pois diz respeito somente à vida privada de um casal. Trata-se da concretização da conscientização política de Winston expressa nas páginas do seu diário, como a única ação que lhe cabe, mas nem mesmo Júlia faz parte do proletariado (TAVARES, 2013, p. 54).

Júlia trabalhava no Departamento de ficção. Era capaz de descrever todo o processo de elaboração de um livro, mas não se interessava pelo produto final. Não era “muito ligada em leitura” (ORWELL, 2009, p. 158). Para ela os livros eram como outro produto qualquer que simplesmente precisavam ser fabricados. Ao ser interrogada sobre a qualidade dos livros, responde que são horríveis, basicamente 06 histórias contadas, recortadas e reaproveitadas. Eram livros de pornografia para distribuir entre os proletários.

Paradoxalmente Winston é seduzido por um livro de ensaio. Trata-se do livro: “Teoria e prática do coletivismo oligárquico” teoricamente escrito por Emanuel Goldstein, um possível líder de uma confraria contrária ao Partido, mas foi ofertado por aquele que seria o torturador de Winston: O’Brien. “As páginas estavam gastas nas bordas e soltavam facilmente, como se o livro tivesse passado por muitas mãos” (ORWELL, 2009, p. 219). Desse modo, nota-se que o livro foi escrito pelo próprio partido como estratégia do sistema para cooptar prováveis revolucionários contrários ao partido (TAVARES, 2013).

Os capítulos lidos por Winston no referido romance foram o Capítulo III e o Capítulo I, nesta ordem. O Capítulo III explicita o princípio da “Guerra é paz”, definindo quais são os três blocos de poder permanentemente em guerra e a disputa pelo norte da África e o Oriente Médio (FIGURA 3).

Figura 3 – Divisão dos blocos de poder em guerra no livro “1984”



Fonte: Vicente (2005, p. 42).

A explicação de que “a guerra é paz” reflete a constante situação de tensão quase sempre presente no contexto internacional, embora a ficção não seja tão próxima do contexto atual no aspecto geopolítico. A Oceania da ficção não incluiria na presente configuração o Brasil, o qual constitui os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A Espanha na realidade faz parte somente da Europa e não da Eurásia, enquanto Moçambique se aproxima atualmente mais da África do Sul, China e do Brasil que dos Estados Unidos ou do Reino Unido como na ficção de Orwell, considerando-se que no período da publicação vivia-se no início da “Guerra Fria”.

No capítulo I: “ignorância é força” nota-se o desenrolar do já dito na primeira parte do livro. Explica-se, por exemplo, o que significa o “duplipensamento” como “a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas” (ORWELL, 2009, p. 252). Essa é uma das

principais características do controle de consciência exercido pelo “Grande Irmão”. A leitura de Winston não é concluída.

O “livro” dentro do livro de Orwell possibilita inferir uma ameaça da leitura. A leitura sem uma crítica interpretativa, particularmente solitária pode ser perigosa, a sedução pela ideia do livro sem confronto com o contexto histórico e social não traz todos os benefícios necessários para a emancipação individual. No caso de Winston, mesmo lendo para Júlia, percebe-se que ela não está tão interessada ao dormir, ao lado do amante, antes que ele termine a leitura. Nessa perspectiva, a leitura também é uma ação que requer esforço e concentração para se absorver o sentido do texto. Nos termos de Eco (2010, p. 17), os livros podem induzir a acreditar em mentiras, mas, ainda assim, nos auxiliam a avaliar com criticidade as informações por eles mesmos concedidas. “Ler também ajuda a não acreditar nos livros”.

A última parte do livro é onde a distopia se desenrola de maneira trágica. Winston é torturado por O’Brien e nesse momento nega tudo aquilo que escreveu no diário. Seu caráter revolucionário resiste ao máximo, mas diante da hegemonia do sistema, Winston se rende. Na passagem mais traumática da tortura, quando Winston seria devorado por ratos, nega seu amor por Júlia e grita para que ela seja posta no seu lugar. Enfim, “ele conquistara a vitória sobre si mesmo. Winston amava o Grande Irmão” (ORWELL, 2009, p. 346).

Enfim, “com traços de futurismo com a predominância tecnológica e os objetivos temáticos escolhidos por Orwell, como a crítica social ao totalitarismo, e não somente ao stalinismo, o romance 1984 é uma obra distópica” (TAVARES, 2013, p. 22). Embora apresente uma visão pessimista da sociedade, dada sua condição de clássico da literatura, além da crítica social, essa obra de Orwell traz elementos de crítica estética ao identificar a cultura como algo fundamental na luta pela opressão. Percebe-se, afinal, como a conscientização individual é importante. Porém se não penetrar todos os âmbitos da sociedade é pouco provável acontecer o salto qualitativo em termos coletivos para a transformação social.

Com o advento da Internet, Castells (2003, p. 149) diz que a profecia do “Grande Irmão” não se concretizou. Constata, no entanto, uma porção de “irmãzinhas, agências de vigilância e processamento de informação que registram nosso comportamento para sempre”, mesmo em sociedades democráticas. Sentencia ainda: se esse “sistema de vigilância e controle da Internet se desenvolver plenamente, não poderemos fazer o que nos agrada. Talvez não tenhamos nenhuma liberdade, e nenhum lugar para esconder”.

A literatura de qualidade ainda é um dos campos de resistência. Na interpretação de Bourdieu (1997, p. 88) a autonomia se adquire através do

reconhecimento dos pares o qual propicia “capital específico”. Por outro lado, quanto mais a literatura se aproxima do comercial mais disposta está em promover a heteronomia. A ficção de Orwell traz elementos para a compreensão social, porque a crítica leva a pensar que o sujeito individualmente não consegue lutar contra o sistema, somente através de uma organização coletiva – inexistente no contexto do romance. De qualquer forma, a obra é um clássico, pois é: “um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (CALVINO, 2007, p. 11).

Apresenta-se, nas seções seguintes, discussões sobre as iniciativas de incentivo à leitura, dando particular ênfase à contribuição do clube de leitura para auxiliar no desenvolvimento cultural dos alunos da universidade.

## 5.5 CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INCENTIVO À LEITURA NAS UNIVERSIDADES ESTUDADAS: NOTA METODOLÓGICA

Para a realização do trabalho empírico utilizou-se o método de estudo de casos comparados entre países (Brasil, Espanha e Moçambique), baseando-se em amostra intencional, para a seleção dos entrevistados, em três sistemas de biblioteca universitária, um para cada país, conforme apresentado por Pena, Crivellari, Moreiro González e Mangue (2014). Foi adotado o enfoque qualitativo, o qual “utiliza coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação” (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2006, p. 5).

Os instrumentos de coleta de dados foram essencialmente a entrevista, análise documental e observação participante. Para o estudo do sistema da biblioteca universitária brasileira recorreu-se à análise de documentos e entrevistas gravadas com bibliotecários. Na Espanha, valeu-se da observação participante do clube de leitura da universidade pesquisada, situação que permitiu verificar a dinâmica do grupo e, principalmente, para fins deste capítulo, entrevistar o professor coordenador do clube de leitura, conversar com alguns alunos participantes, bem como entrevistar a bibliotecária que auxilia as atividades do clube. Finalmente, em Moçambique, o local de realização da pesquisa foi o prédio da biblioteca principal onde se pôde entrevistar bibliotecários, conversar com professores, alunos e verificar a documentação da biblioteca e da universidade.

Quanto à análise dos dados, após transcrição o mais fiel possível das entrevistas, empregou-se se a técnica de análise de conteúdo. Selecionando-se trechos mais significativos das entrevistas nos três sistemas de bibliotecas estudados.

Apresenta-se, a seguir, as principais práticas e políticas de incentivo à leitura identificadas no âmbito das universidades estudadas.

### 5.5.1 Incentivo à leitura na universidade brasileira

Sobre as iniciativas de leitura estudada no sistema de biblioteca da universidade brasileira destacam-se, a princípio, quatro projetos de extensão, entre eles o “Espaço de Leitura”, o programa de rádio “No Ritmo da Lombada”, o “Carro Biblioteca” e o “Clube de Leitura”.

O “Espaço de Leitura”, localizado no prédio da biblioteca central, possui segundo a bibliotecária responsável cerca de 6.000 obras de variados gêneros literários. A bibliotecária relata, em entrevista, como surgiu o espaço:

A história deste espaço é a seguinte: logo que entrei na universidade já existia o projeto. Então, posso dizer do que contam, porque eu encontrei o projeto mais ou menos no meio. O antigo reitor (...) tinha uma assessora, técnica administrativa, que trabalhava na reitoria, que um dia teria comentado com ele que sentia falta, na Universidade..., de um local onde se pudesse fazer uma leitura sem compromisso, sem ser científica, sem ser técnica. Como acontece normalmente numa biblioteca universitária, onde os nossos materiais são técnicos, científicos, para uma leitura com o objetivo de estudar ou pesquisar. Então, ela sentia falta dessa leitura de lazer, sem preconceito, logo tem que ter os *best-sellers*, os religiosos, autoajuda (inclusive até sai muito). Normalmente nas bibliotecas, inclusive na de Letras (faculdade), tem material de literatura, mas muito voltado para os cursos, às vezes lá eles estudam um estilo de época, e tal. Então, a funcionária falou com o ex-reitor sobre isso, que achava importante ter um ambiente assim, um espaço diferenciado (Bibliotecária da UFMG).

O Espaço de Leitura se tornou um projeto de extensão com a participação de bolsistas dos cursos de biblioteconomia, letras e pedagogia. A bibliotecária relatou o perfil do aluno como “amantes de literatura”. Para aqueles que ainda não frequentam o Espaço, a biblioteca promove a divulgação através de *folders*, marcadores de livros e Internet. Há várias exposições ao longo do ano e todas com o objetivo de estimular a leitura livre dos usuários, desde obras infantis, quadrinhos, *best-sellers*, até romances clássicos.

Nessa mesma direção, no dia 12 de março de 2014, dia do bibliotecário, foi lançado um programa “No ritmo da Lombada: literatura, melodia e afeto”, na rádio da Universidade, com o objetivo de estimular a leitura. Trata-se de uma iniciativa do sistema de bibliotecas e da rádio da universidade, cuja transmissão é feita por rádio e pela Internet. Especificamente para se escutar o programa, há a disponibilização de *link* na página da biblioteca. O programa já homenageou vários escritores brasileiros, com a leitura de trechos, comentários sobre a vida e a obra dos autores

homenageados. O programa é complementado com entrevistas aos alunos, bibliotecários ou demais técnicos administrativos, admiradores da obra do homenageado. Os entrevistados comentam a relação que eles próprios estabelecem com os livros e a vida em geral dos autores, além de pedir uma música e indicar livros. Ao final, há a recomendação da localização dos livros no catálogo *online* através do site da biblioteca.

Outra iniciativa de estímulo à leitura é o Carro Biblioteca, atividade de extensão coordenada por uma escola da Universidade brasileira. Segundo Dumont (1990) apesar da crítica à falta de continuidade, limitação de acervo e de pessoal o projeto é importante para estimular o gosto pela leitura das comunidades de baixa renda localizadas na região metropolitana. A autora aponta que a possibilidade de leitura, oferecida pelo carro biblioteca, vai ao encontro das necessidades e da realidade do cidadão, sendo essencial a participação do bibliotecário no estímulo ao gosto à leitura. Leocádio (2014, p. 05) aponta que, atualmente, o projeto ampliou sua atuação, com programas de inclusão digital, atividades de contação de história, concursos de redação e poesia, além de exposições sobre assuntos diversos. Entretanto, sobre a contação de história, Farias (2013) chama a atenção para o fato de que, apesar de ser uma importante manifestação cultural, este tipo de atividade é baseado na oralidade e, por isso, questiona sua eficácia como atividade de estímulo à leitura.

Outra atividade de extensão da UB, que acredita no livro para promover o prazer da leitura, é o projeto “Tertúlia Literária: quem lê tem muito a dizer”, sediado em uma faculdade. O objetivo do projeto é incrementar o universo literário para professores de crianças de 0 a 10 anos. Sob a coordenação de professores da faculdade, em encontros mensais, são discutidas obras previamente selecionadas, que serão lidas e discutidas ao longo do ano, com isso espera-se que os professores sejam leitores proficientes e ativos para transmitir a cultura letrada às novas gerações (SILVA, 2012). O projeto funciona desde 2009 e a expectativa é, segundo Lucas (2013), sua inclusão como disciplina eletiva para os alunos da Universidade, como já acontece na Universidade espanhola, cuja experiência é descrita a seguir.

### **5.5.2 Clube de leitura na universidade espanhola**

Vinculado ao sistema de biblioteca universitária da UE, verifica-se a existência do clube de leitura decorrente de uma parceria da biblioteca e do Espaço do Estudante. Para atuar nesta atividade, a universidade contrata um professor com a finalidade de ler e discutir obras literárias com os alunos e demais participantes.

A iniciativa, confirmada por um dos bibliotecários entrevistados, surgiu da demanda dos funcionários da biblioteca por um espaço em que pudessem ler e debater obras de caráter literário. Diante do sucesso do Clube e da participação discente, a universidade decidiu conferir à participação dos alunos nesta atividade a possibilidade de ser convertida em créditos para todos os cursos, na área de humanidades. Alguns alunos entrevistados dizem que se interessam por esta atividade, tanto pela facilidade de obterem créditos, além de acreditarem na importância da leitura para suas vidas.

Os bibliotecários entrevistados, em geral, julgam esta atividade como importante para complementar a formação humanística dos alunos, mas um deles ressaltou que o fato da atividade ter se convertido em disciplina acadêmica prejudicou um pouco o caráter da leitura por prazer. O professor coordenador do clube também enfatiza, entre várias questões, a dificuldade de se trabalhar a literatura com os universitários. A seguir, leia-se trechos da entrevista com o professor coordenador do Clube de Leitura sobre as várias dimensões da leitura na universidade:

Creio que toda biblioteca deveria ter clube de leitura e curso de escrita. Cada vez mais, sobretudo, para orientar os jovens, adolescentes e crianças [...] no hábito da boa leitura. De fato, outro dia li, creio que no Vale do Silício nos Estados Unidos, que há uma nova proposta de até 13 anos não se deveria incentivar uso digital aos jovens, porque o mundo digital é muito mais fácil de compreender e não é necessário treinamento. Segundo eles os gurus da tecnologia, os jovens aprendem facilmente antes dos 13 anos a usar *smartphones* ou o que quer que seja (entrevista com o coordenador do *Club de Lectura*).

O desenvolvimento tecnológico trouxe, para o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação a discussão, sob influência americana, do conceito de competência informacional (*information literacy*). Carvalho e Souza (2012) criticam a retórica em torno do tema como se instrumentalização no uso das tecnologias *de per si* resolvesse os problemas históricos de diferenciação do capital cultural dos jovens brasileiros. Desse modo, cria-se uma necessidade tecnológica sem superar as deficiências da leitura em si, independentemente do suporte, mesmo na universidade, conforme observa o entrevistado sobre a importância do clube de leitura:

Na Universidade, como você pôde ver mais de uma vez, não conhecem (se referindo aos livros, autores, filmes, etc.). Vivem com os celulares, Whatsapp (sistema de troca de mensagens instantâneas entre celulares). Eu creio que agora mesmo a leitura tem uma função que não tinha antes, que é ensinar a concentrar-se. Antes não, antes concentrar-se por 02 ou 03 horas para ler um livro era mais normal, mas agora não é assim. Então, creio agora que a boa leitura, boa literatura é uma ferramenta que ajuda na concentração. Na era de Whatsapp, Facebook, a gente não se concentra muito. É difícil, há muitos estímulos, todo tempo há estímulos, são como crianças pequenas (entrevista com o coordenador do Club de Lectura).

### 5.5.3 Incentivo à leitura na universidade moçambicana

Na UM, como relata em entrevista uma bibliotecária, o principal projeto de extensão que pode ser considerado de estímulo à leitura é o “Livro Esquecido”. A biblioteca ao invés de descartar os livros não necessários, deixa-os em vários pontos da cidade para que alguém os leia e, após a leitura, deixe-os em outros pontos da cidade para outros leitores. A iniciativa é inspirada em um movimento mundial chamado *Cross Booking*.

Outra iniciativa, apontada por Pena, Crivellari, Moreira González e Mangué (2014b), mesmo não sendo oficialmente instituída pela Universidade, é implementada pela faculdade de letras. Neste âmbito, um grupo de estudantes reúne-se, elege um tema ou livro – em geral literário – a ser debatido. Esta iniciativa conta com a participação de alguns professores. O debate de escritores como Fiódor Dostoiévsk, por exemplo, reforça o ponto de vista de Almeida (2013b, p. 59), segundo o qual a literatura permite “[...] elaborar uma experiência intensa que possibilite o questionamento do mundo e de nós mesmos”. A Biblioteca central participa do projeto oferecendo o seu espaço para o debate. É também iniciativa desta Biblioteca, em parceria com a Faculdade de Letras, a promoção de debates literários com escritores moçambicanos, como é o caso de Paulina Chiziane, entre outros. São, entretanto, experiências cuja repetição ainda não foi suficiente para fazer com que se tornassem oficiais na instituição.

Apesar do alto índice de analfabetismo em Moçambique, o investimento maior tem sido feito na questão do acesso aberto, ou seja, a aposta, atualmente, é mais na divulgação do conhecimento científico produzido na Universidade, conforme apontaram Pena, Crivellari, Moreira González e Mangué (2013). Quando perguntada se há alguma iniciativa de leitura uma das bibliotecárias deu a seguinte resposta:

Nós partimos do pressuposto de que são os professores que devem fazer. Talvez possa considerar isso como incentivo à leitura: no início do ano pedimos à faculdade para fazer um pequeno programa, isso quem faz é o departamento de referência, um programa em que os calouros vêm fazer visita à biblioteca, explicar como funciona e vamos a área de literatura e mostramos aquilo que realmente ajuda nesse sentido. Agora quando o aluno entra na universidade (ahhhhh) está [concentrado] nas matérias dele e não tem tempo de ler literatura.

A iniciativa de leitura ainda é muito tímida, particularmente em Moçambique, quando comparado com os demais países observados. De qualquer

modo, nos três países ainda há muitos desafios a serem superados na questão da formação cultural da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

Acredita-se na biblioteca universitária como propulsora da leitura como desenvolvimento do indivíduo e da sociedade nesses países. Apresentam-se, a seguir, algumas reflexões sobre a questão da orientação para a leitura e, em seguida, e à guisa de conclusão, alguns desafios que se impõem para os bibliotecários como partícipes nessa direção do desenvolvimento humano da população.

## 5.6 O PAPEL DE ESTIMULADOR DA LEITURA: A QUEM COMPETE?

Na concepção de Pena, Crivellari, Moreiro González e Mangué (2014b) as três experiências apresentadas mostram que as atividades de leitura podem transcorrer com ou sem a presença de um agente estimulador. Nos clubes de leitura ele está presente e foi ocupado por um professor. Na vivência dos “Livros Esquecidos”, no “Espaço de Leitura” e no “Carro Biblioteca” a escolha do leitor é livre até certo ponto, pois não se pode ignorar o grande espaço de poder, exercido pelo bibliotecário, na definição da “coleção”, mesmo que sejam de títulos a serem “esquecidos” em diferentes pontos da cidade.

A discussão que se segue baseia-se, de um lado, nas reflexões de um professor sobre a própria experiência como estimulador em um clube de leitura. De outro lado, e fechando o capítulo, procura-se pensar nas possibilidades do bibliotecário exercer as funções de estímulo à leitura.

### 5.6.1 A leitura e a saída da crise: o professor “estimulador”

Conforme Pena, Crivellari, Moreiro González e Mangué (2014b) verifica-se o posicionamento do professor coordenador do clube sobre vários aspectos da leitura. Eis, a seguir, resposta do entrevistado sobre o tipo de leitura ideal e a relação com a crise:

A boa leitura, o ensaio comprometido e radical, desde sempre ajudam a pensar a sociedade, esta sociedade em crise ou não. O que ocorre é que a sociedade está sempre em crise. Agora a Espanha vive esta crise, como se vive na América Latina continuamente, como houve guerra entre Alemanha e França, etc. Creio que sim, a boa leitura pode ajudar, mas há que fazer uma distinção, qualquer leitura não vale e para isto está a gente, como eu, que estudei durante trinta anos para poder determinar o que é uma boa leitura e o que não é. É como um médico que estuda e diz como curar um problema cardíaco, ou um problema de pulmão. Assim é o professor, o que estuda, o que sabe deste tema pode orientar para que se façam boas leituras. De todos os modos, alguém com certa bagagem cultural pode fazer o

caminho por si mesmo (entrevista com o coordenador do *Club de Lectura*).

Indaga-se ao professor sobre a figura do especialista ou do estimulador da leitura:

(...) pode ser alguém da família, um amigo, mas eu reivindico a figura do professor, do mestre, seja no ensino fundamental, médio ou universitário. É fundamental. Eu diria que – quase - é o único (papel) importante de um professor, eu diria de qualquer disciplina (matemática, inclusive) de recomendar boa literatura depois, claro, são as ferramentas, práticas de matemática, física, etc. Mas, sobretudo, os professores de humanidades, o que mais se pode fazer para os alunos que fomentar a leitura e induzi-los para que leiam bons livros? Eu penso que é isso, não somente em clubes de leitura ou cursos de escrita, mas em tudo, em geral, numa classe (entrevista com o coordenador do *Club de Lectura*).

Coloca-se o dilema da escolha das leituras, arguindo sobre a relação entre a literatura clássica e a comercial:

A mim, me aconteceu em aulas com adolescentes, quando se pergunta o que é um bom e um mau livro? Eles sabem a distinção perfeitamente. Ou seja, que (a obra) prenda a atenção, um personagem complexo, que além de entretenimento, o livro traga reflexões profundas, pensar sensações filosóficas, que te ajude a conhecer o mundo em que vive, etc (...)

(...) nesse sentido seria a literatura - não sei se 'boa' - teria que encontrar um adjetivo melhor. Se não te dizem: e você quem é para determinar o que é a 'boa' literatura? Bem, a literatura que nos faça crescer. Além disso, a comercial, conhecemos todos, estão nas grandes livrarias, as que saem em publicidade na rádio, na televisão, etc. Isso acontece com tudo, como a televisão vende "lixo", as editoras também. Eu trabalho numa editora e agora o que mais faço é qualificar os manuscritos, se podem ou não serem publicados. Em geral não se pode, porque são ruins [...] parece que ser escritor agora, não sei, é moda. Ser escritor é muito complicado (entrevista com o coordenador do *Club de Lectura*).

Mais uma pergunta é feita durante a entrevista ao professor: qual leitura se deve recomendar: o ensaio ou a ficção?

Para ler ensaio há que ter certa ..., digamos, não pode ler Hegel porque me ponho a ler Hegel e pronto. Na realidade, tampouco ler Sthendal ou Dostoiévski. O que eu creio, é muito importante, é que cada livro se adegue à maturidade intelectual da pessoa que o lê. Não somente a idade, porque há jovens de 14 ou 15 anos muito bem estimulados para a leitura, que podem ler tranquilamente Shakespeare, sem problema. Há gente de 25 anos que não pode ler nada. Então isso é muito importante, creio que a orientação é muito importante, e que verificar o percurso, tais livros, personalizar com os jovens. Ver que estímulos tiveram, quais suas inquietudes e quais os melhores livros para chegar em suas mãos para seguir crescendo até que possa, como acontece, seguir por eles sozinhos, que livros lhe convêm (entrevista com o coordenador do *Club de Lectura*).

Perguntou-se, finalmente, sobre as diferenças de hábitos de cultura entre os países. Eis a resposta:

Eu creio que a Argentina tem inquietudes culturais superiores [...]. Sem dúvida, diria que em Argentina, não sei agora, mas em minha época, não havia clubes de leitura, ou seja, as pessoas de um determinado âmbito social em geral liam e comentavam. Falava muito com meus amigos, todo o tempo, li tal coisa, leia você também, troca de livro, presentear com um livro. Aqui (Espanha) não notei, inclusive com os ensaios nas universidades, em campos especializados, não vejo. (entrevista com o coordenador do *Club de Lectura*).

## 5.7 O BIBLIOTECÁRIO E A LEITURA

Ao interrogar uma bibliotecária se o clube de leitura é importante, ela relata sua interpretação desta atividade.

Obviamente. Há uma série de créditos em humanidades e optativas que os estudantes podem escolher, então pensamos que um dos projetos importantes seria o clube de leitura, teria uma boa aceitação, ainda que não seja fácil, porque ler um romance de 500 páginas não é fácil, mas ao final eles percebem que é uma atividade interessante, mais do que lhes parecia ao princípio, mas é muito difícil para eles lerem, porque há outras atividades que lhes chamam mais a atenção, a leitura para eles é muito difícil. Tem muitas coisas que fazer, não sendo pessoas de humanidades ou que estejam acostumadas a ler desde criança, é difícil. Há muita informação áudio visual, eles estão acostumados com a informação rápida. Então, eles perguntam: quantas páginas tem? Está na universidade, como pergunta quantas páginas? Deveria se questionar pela qualidade do romance que tem que ler. Tem pouco tempo também, um livro em uma semana ou um mês, é indiferente, alegam que têm muita coisa que fazer, se apavoram um pouco, mas logo estão encantados. É uma atividade muito bonita (Bibliotecária espanhola).

A bibliotecária que acompanha o clube de leitura da UE tem como funções dar suporte em geral ao professor, cuidar para que haja o livro na biblioteca e alimentar o *Blog* do clube de leitura. A bibliotecária também frequenta, fora da universidade, um clube de leitura e comenta sobre o clube da universidade e sua relação com a leitura.

Na Universidade eles vão ao clube de leitura, principalmente porque lhes dá créditos em humanidades (risos). Creio que é um dos motivos que se matriculam, mas me parece bem incentivar a leitura, porque se não é um grande leitor, mas se leu algo que gostou voltará a ler algo ainda que mais tarde.

A cada um que leia o que goste, eu, por exemplo, não gosto de ficção científica, mas há pessoas que gostam. Acho que está bem que uns gostem de ficção científica, outros do romance histórico, me parece bem que cada um goste de uma coisa. O importante é ler (Bibliotecária espanhola).

Com distinto ponto de vista, outro bibliotecário explica sua percepção da leitura no contexto da biblioteca universitária:

Acho que há necessidade, sim, de se trabalhar a leitura de literatura, mas não necessariamente no escopo da biblioteca universitária. Não necessariamente. Me parece que a preocupação maior da biblioteca universitária, nessa questão do letramento, é fazer com que as pessoas avancem na interpretação, na aquisição daquilo que elas vieram buscar aqui, que é um conhecimento acadêmico [...]. Em suma é o seguinte: é que essa ideia, para mim é equivocada, de achar que toda vez que se fala em leitura as pessoas pensam no “Pequeno Príncipe”, e não precisa ser. Você pode trabalhar em várias frentes, na biblioteca escolar você trabalha o “Pequeno Príncipe”, ok. Mas na biblioteca universitária porque não trabalhar o “Fausto”, porque não trabalhar “Grande Sertão Veredas”, por exemplo? Porque não trabalhar o Borges? Na biblioteconomia, por exemplo, porque não fazer um fórum de Borges e a biblioteca imaginária? Diz respeito a todos que estão ali, é agradável, são textos riquíssimos. Por aí vai. Posso citar vários exemplos. O Walter Benjamin que também tem um livro, “Desempacotando a minha biblioteca”. Têm vários. Vamos pegar o que tem na literatura que fala de biblioteca. Genial. É uma amostra, uma sala de debate e tal, ou de leitura. As pessoas também acham que trabalhar leitura é não sei o quê, fazer negócio lúdico só, pode ser, mas você pode simplesmente ler o livro. Vamos fazer uma rodada de leitura do texto. Já é sensacional, também, que as pessoas tenham possibilidade de ver a leitura dos colegas. Isso é rico também. Não se perde tempo fazendo isso. Sistematizando, invariavelmente produzindo resenhas, paráfrases, isso tudo são formas de letramento, letramento acadêmico. Quer dizer, você criar situações para permitir isso, é de certa forma até uma questão de ensino, uma questão que os professores tentam muito fazer com os alunos e é isso mesmo, de incorporação daqueles conceitos e tal. E isso, pensando nisso, eu chego à conclusão que não precisa acontecer só na biblioteca, isso pode acontecer na sala de aula, enfim, na grama (Bibliotecário brasileiro).

Alguns bibliotecários, em cada um dos países, falam de suas experiências atuais de leitura. Muitos alegam falta de tempo e vários leem com mais frequência sobre a área de biblioteconomia, particularmente acompanhando *Blogs* na Internet. Poucos foram os que estavam lendo um livro literário no momento da entrevista. Um dos entrevistados no Brasil, no entanto, apesar de ocupar o cargo de direção lia dois livros de literatura.

[Estou] lendo um livro de um escritor da Guiné-Bissau, ele chama-se Abdulai Silla. É uma trilogia, mas eu estou lendo especificamente o romance “Mistida”. E concomitantemente a isso, eu estou lendo um livro de uma escritora moçambicana, Paulina Chiziane, é um romance: “O Alegre Canto da Perdiz”. Posso te falar um tanto de coisas que eu estou lendo ao mesmo tempo, mas assim, fiquemos com estes (Bibliotecário brasileiro).

Bourdieu (2011, p. 236) revela que “as declarações concernentes ao que as pessoas dizem ler são muito pouco seguras”, as pessoas revelam o legitimado pela sociedade, ou seja, quando interrogados sobre os hábitos de leitura muitos vão perceber o que merece ser dito, por isso muitos dizem “gosto de Machado de Assis”, por exemplo, pelo “efeito de legitimidade” social do autor. “No caso da leitura, hoje, o

peso do nível de instrução é mais forte” para identificar os hábitos de leitura (BOURDIEU, 2011, p. 237).

Outros bibliotecários entrevistados também refletiram sobre sua relação com a leitura:

Eu? Não sou um bom exemplo. Eu gosto de ler, mas sinceramente quase todo o tempo que tenho livre, muitas vezes leio literatura profissional, eis que não tenho tempo. Se tenho que ler um relatório levo para casa e, ao invés de ler um romance, leio temas profissionais. Que triste! Não tenho tempo. Aqui posso ler um relatório para fazer algo, mas não tenho tempo de ler um livro (Bibliotecária espanhola).

No período que estou sem ler nada de pesquisa, só leio e assisto programas de decoração de interiores e *design* de roupa (moda), só. Mas, sem falar da Bíblia que é meu pão de cada dia. O que eu leio cientificamente é só área de biblioteconomia, não gosto de ir além, porque é onde me sinto mais segura, eu consigo fazer discussão em pares na Internet. Somos poucos bibliotecários formados, então temos poucos com quem discutir. Leio no trabalho o que diz respeito a biblioteconomia para acompanhar a evolução das coisas (Bibliotecária moçambicana).

## 5.8 O BIBLIOTECÁRIO COMO TÉCNICO, ARTÍFICE E CRÍTICO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas entrevistas realizadas, o papel do estimulador da leitura parece mais evidente para o professor do que para o bibliotecário. Nos países analisados, a formação profissional do bibliotecário não tem um enfoque direcionado para a leitura e, em geral, nos postos de trabalho que este ocupa, não exerce a função de estimulador da leitura. Para isto, o bibliotecário teria que se autoformar, tal como um “artífice”.

Na perspectiva de Sennett (2009), a noção de “artífice” remete ao demiurgo, ou àquele que produz para o povo. É nesse sentido que vale a pena se pensar sobre a função social dos bibliotecários, da categoria profissional e do modo como podem desempenhar seu papel no cerne da instituição Biblioteca. O bibliotecário é o artífice da palavra escrita, materializada particularmente nos livros, sobretudo para as classes sociais mais pobres, por intermédio da biblioteca, entendida como espaço de cultura, através do contato direto com usuários reais e potenciais, produzindo a crença (BOURDIEU, 2002a), a crença na cultura do livro.

Para se tornar um “artífice” seriam necessárias muitas horas de trabalho. Fazendo uma analogia com a formação do leitor e da própria formação intelectual, seria um processo de muita leitura - no princípio, pode não ser sempre apazível. O nível intelectual eleva-se com o tempo e o esforço de leitura diminui. Para Nietzsche, (1973 apud BOURDIEU, 2002b), há poucas pessoas verdadeiramente cultas. De qualquer modo, a crença na leitura pode tornar o indivíduo médio mais culto para

contribuir no desenvolvimento social.

Neste sentido, o bibliotecário tem sua missão ampliada: a de ser um técnico na arte de organizar coleções com objetivo de dar acesso à informação e, simultaneamente, ser um artífice e crítico do livro e da leitura, sozinho ou em conjunto com professores e outros agentes. “Essa missão do bibliotecário, que a sociedade lhe confere, refere-se à autoridade moral proporcionada por seu saber, sua experiência e a natureza de seu trabalho.” (PENA, CRIVELLARI, MOREIRO GONZÁLEZ; MANGUE, 2013, p. 1614). Essa atitude ativa do bibliotecário remete ainda à questão profissional, sendo necessária para garantir a permanência da biblioteca, dado o discurso de novas denominações como “sala de leitura” no lugar de “biblioteca”. Com isso, há concorrência de profissionais da área de letras e pedagogia, por ventura melhor preparados para lidar com a perspectiva educacional da leitura, mas sem habilitação legal para serem responsáveis por uma biblioteca. O diálogo entre as profissões é recomendado e imprescindível, a ressalva é apenas para delimitar as fronteiras do espaço de trabalho.

A Biblioteca torna-se, de certo modo, um elemento-chave em torno do qual se cria uma comunidade de interesses, de gostos e de enraizamento social, histórico e cultural cuja base são os livros e cujo elemento catalisador são os bibliotecários. Aclimatar os jovens à obra cultural humana conscientizá-los com relação às dimensões ocultas da cultura literária (preconceitos, estereótipos, identidades nacionais, tribais, religiosas, sexuais) e aos fenômenos de inclusão e de exclusão por elas desencadeados, suscitando o interesse deles pelo contexto histórico das produções culturais e ajudando-os a desenvolver seu senso crítico e sua responsabilidade como seres culturais, eis algumas orientações que poderiam estar no cerne da missão da Biblioteca.

Não se deve, no entanto, ludibriar os bibliotecários: a Biblioteca sozinha não consegue vencer o desafio que lhe foi lançado e eliminar as diferenças de cultura ligadas às condições sociais e econômicas da existência social (SOUZA, 2009; MARCUSE, 2010; BOURDIEU, 2012; FARIAS, 2014). Todavia, tornar o livro acessível às camadas mais carentes, facilitar o acesso, fornecer às bibliotecas um orçamento suficiente para a compra de obras importantes da literatura universal, onerosos para as famílias de baixa renda, e dar aos leitores a possibilidade de participar gratuitamente das atividades culturais organizadas na própria Biblioteca são algumas das medidas que poderiam concorrer para a realização da missão cultural da Biblioteca.

Isso posto, recomenda-se uma atenção maior por parte das bibliotecas universitárias, representada na figura dos bibliotecários, para sistematização de clubes

de livros ou leitura como componente relevante na sua política de planejamento. Além disso, sugere-se a realização de novos estudos sobre a leitura na biblioteca universitária, para verificar a incorporação da temática ou de práticas associadas a clubes de leitura, como disciplina curricular ou como atividade de extensão bibliotecária, propiciando à comunidade acadêmica uma leitura mais reflexiva. Recordar-se, enfim, que frequentemente, nos países centrais, é possível observar que os índices históricos de desenvolvimento econômico estão associados a elevados índices de leitura da sua população. As crises fazem parte do capitalismo, porém seu enfrentamento depende das políticas de cada país. Pode-se considerar que a leitura é um dos elementos-chave na busca pelo desenvolvimento sustentável, em termos humanos.

Uma investigação se faz por comparações. Guardar a particularidade de cada país e de suas iniciativas de leitura é fundamental. No entanto, mesmo considerando as três diferentes realidades observadas, percebe-se, em todas, que a boa leitura é uma das dimensões cruciais para o desenvolvimento da sociedade humana em qualquer região, porque:

O livro literário, com sua maleabilidade reflexiva, pode causar um afrouxamento da rigidez estereotipada do pensamento, proporcionando novos modos de pensar e de existir, subvertendo o estado de coisas e provocando, desse modo, microrrevoluções que podem se alastrar por toda a sociedade (ALMEIDA, 2013b, p 65).

Portanto, em situação de crise é preciso compreender que a literatura, a cultura, incluindo as festas e as artes em geral não são apenas um aditamento para a alma, uma banalidade, mas algo imprescindível para apropriação de cada indivíduo como condição de uma existência em plenitude.

## 6 CRISE AMBIENTAL E POSSÍVEIS REPERCUSSÕES PARA A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: O IMPRESSO OU O ELETRÔNICO?

A crise ambiental é um problema com graves consequências para a vida presente e futura do planeta. Várias áreas do conhecimento envidam esforços para pensar um desenvolvimento ecologicamente sustentável do ponto de vista econômico, cultural e social. Seguindo a máxima de Ranganathan (2009), segundo a qual a biblioteca está em constante crescimento, faz-se necessário identificar como as bibliotecas podem desenvolver-se sem agredir o meio ambiente e de forma a contribuir para o uso sustentável dos recursos naturais.

A literatura em biblioteconomia vem debatendo a temática da sustentabilidade e meio ambiente desde os anos 1990. Segundo Jankowska e Marcum (2010, p. 161) os estudos sobre o assunto dividem-se em quatro grandes áreas, a saber:

- 1) Sustentabilidade e viabilidade econômica das coleções;
- 2) Práticas e operações de “biblioteca verde”<sup>74</sup>;
- 3) Prédios da “biblioteca verde”;
- 4) Mensuração e melhora da sustentabilidade.

Cada uma destas temáticas apresenta suas especificidades. Optou-se, nesta tese, pelas dimensões da sustentabilidade da biblioteca e de sua coleção, contemplando principalmente as relações entre o suporte da informação impresso e o eletrônico. Este capítulo tem, portanto, o objetivo de discutir alguns aspectos da sustentabilidade, meio ambiente e as implicações sobre o trabalho em bibliotecas universitárias, no Brasil, Espanha e Moçambique.

Para tanto, apresenta-se discussão sobre desenvolvimento sustentável e os impactos da crise ambiental. Ao longo do texto, desenvolve-se, com base na literatura, em dados quantitativos e qualitativos, comparações entre o suporte em papel e digital. Verifica-se a importância do livro para o desenvolvimento social, cultural e econômico dos países. Nota-se que os problemas são diferentes na utilização dos suportes eletrônicos e/ou do suporte em papel. Não há uma resposta cabal sobre o assunto, porém, diante da gravidade e urgência de uma solução ambiental, as bibliotecas necessitam posicionar-se de modo racional para garantir sustentabilidade em seu desenvolvimento.

---

<sup>74</sup> O termo biblioteca verde refere-se ao edifício da biblioteca cuja construção é ambientalmente amigável. Aulisio (2013) defende que a biblioteca, além do edifício, deve adotar postura a favor do meio ambiente como missão.

## 6.1 CAPITALISMO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

A Terra está ameaçada por uma crise ambiental sem precedentes. O modo de consumo relacionado à constante substituição de mercadorias pouco duradouras, gera desperdício e contribui para o uso ineficiente dos recursos naturais finitos, isso põe em risco a própria existência dos seres humanos. Furtado (1974, p. 16) sinalizou que a expansão das práticas de consumo dos países centrais para os países periféricos representa o “mito do progresso” como ideologia fundante do modelo de desenvolvimento, atualmente com fortes sinais de esgotamento diante da crise econômica de 2008.

As marcas da crise estão nas mudanças climáticas com o crescente aquecimento global, crise energética e crises humanitárias decorrentes de guerras pela disputa dos recursos naturais. Os desdobramentos são o comprometimento da produção de alimentos, várias áreas se desertificando, graves transformações nos regimes de chuvas, extinção de espécies da fauna e da flora ocasionando o desequilíbrio dos biomas e propagação de vetores causadores de doenças e epidemias, além da crescente contaminação do solo e da água por resíduos químicos (MERCANDANTE, 2010).

O modo de desenvolvimento econômico vigente depende, em muitos países, de fontes não renováveis de energia, basicamente petróleo, gás e carvão, matrizes energéticas responsáveis por boa parte da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Qual será a contribuição dos países emergentes no desenvolvimento sustentável? Deverão apenas culpar os países centrais e seguir na direção de desenvolvimento insustentável? São respostas complexas. Alguns possíveis direcionamentos apontam para o investimento, ainda caro, em fontes alternativas de energia limpa. Mercandante (2010) enfatiza que apesar dos países centrais serem historicamente os maiores poluidores do meio ambiente, todos os países necessitam colaborar, porque há indicativo que as economias dos países pobres serão as mais atingidas pelo aquecimento global.

Suplantada apenas pelos Estados Unidos, a China é o país com maior emissão de poluentes e, apesar dos grandes investimentos em energias alternativas, continua com o carvão como fonte energética principal (MERCADANTE, 2010). Os demais países como o Brasil, Espanha e Moçambique deverão também pensar em novas formas de abastecimento energético, conclui Hobsbawn (2009):

Vivemos meio século de um crescimento exponencial da população global, e os impactos da tecnologia e do crescimento econômico no ambiente planetário estão colocando em risco o futuro da humanidade, assim como ela existe hoje. Este é o desafio central que

enfrentamos no século 21. Vamos ter que abandonar a velha crença — imposta não apenas pelos capitalistas — em um futuro de crescimento econômico ilimitado na base da exaustão dos recursos do planeta.

Isto significa que a fórmula da organização econômica mundial não pode ser determinada pelo capitalismo de mercado que, repito, é um sistema impulsionado pelo crescimento ilimitado. Como esta transição ocorrerá ainda não está claro, mas se não ocorrer, haverá uma catástrofe (HOBSBAWN, 2009, p. 6).

A crise ambiental é identificada pelos países em 1970. Somente após a Segunda Guerra Mundial foi criada, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), organismo internacional para garantir a paz mundial ancorada, naquele momento, nos pilares dos direitos humanos, desenvolvimento econômico e social. Foi somente com a publicação, em 1972, do estudo *The Limits to Growth*, elaborado por uma equipe multidisciplinar do MIT para o denominado Clube de Roma<sup>75</sup>, que houve um alerta aos países da problemática ambiental. A importância do Clube de Roma para Furtado (1974) foi o estabelecimento de limite concernente à exploração dos recursos naturais não renováveis. No mesmo ano de 1972 a ONU realizou a Conferência de Estocolmo, o primeiro grande encontro mundial para debater a centralidade do meio ambiente na discussão sobre o desenvolvimento dos países. “Impunha-se desenvolver valores e propor princípios que garantissem o equilíbrio ecológico” (BOFF, 2009, p. 71).

Em 1987, com o relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi lançado o debate sobre o “desenvolvimento sustentável”, entendido como o desenvolvimento direcionado às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades das gerações vindouras. O conceito expressa-se em dois fundamentos gerais: 1) a prioridade de atendimento das necessidades dos pobres do mundo e 2) o atual estágio tecnológico e da organização social inviabilizam a capacidade de atender as necessidades das gerações presentes e futuras (ONU, 1987, p. 37 tradução nossa<sup>76</sup>).

Houve, em 1992, uma segunda grande reunião internacional no Rio de Janeiro para promover o debate sobre o desenvolvimento sustentável. Sachs (2012) considera como um dos legados importantes da Rio 92, a elaboração da Agenda 21.

---

<sup>75</sup> Meadows, D. H.; Meadows, Dennis L.; Randers, Jorgen; Behrens III, William W. **The limits to growth**. Nova York: Universe Books, 1972. *apud* Furtado (1974) e Baptista (2008).

<sup>76</sup> No original: *Sustainable development is development that meets the needs of the present without Compromising the ability of future generations to meet their own needs. It contains within it two key concepts: • the concept of 'needs', in particular the essential needs of the world's poor, to which overriding priority should be given; and • the idea of limitations imposed by the state of technology and social organization on the environment's ability to meet present and future needs.*

Por outro lado, foi o momento de bancarrota da União Soviética seguido de avanço do neoliberalismo. Desse modo, forças políticas contrárias não favoreceram o avanço das propostas da Rio 92 como era desejável.

A Agenda 21 enfatiza três grandes dimensões para o desenvolvimento sustentável. A primeira refere-se às questões sociais e econômicas, discutindo, entre vários outros temas, a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento, o combate à pobreza e integração da relação entre o meio ambiente e desenvolvimento para a tomada de decisão. A segunda dimensão refere-se à conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento, discutindo o combate ao desflorestamento, o desenvolvimento rural e agrícola sustentável, inclusive a prevenção do tráfico internacional ilícito de resíduos tóxicos e perigosos. A terceira dimensão da Agenda 21 propõe a participação das diversas organizações sociais, públicas, privadas e ONGs com o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 1995).

Os conflitos de interesses entre os países centrais e periféricos se tornaram evidentes na recusa dos Estados Unidos em assinar o Protocolo de Kyoto em 1997, que propunha elementos mais concretos para o desenvolvimento sustentável. A divulgação do quarto relatório do Painel Internacional de Mudança Climática (IPCC, em inglês) da ONU, em 2007, demonstrou o inegável aumento da temperatura média do planeta e os riscos para a sobrevivência da Terra diante da ação predatória dos homens (NASCIMENTO, 2012). Nessa direção, a evolução tecnológico não garante a solução dos problemas ambientais, já que todas as realizações tem repercussões na natureza, conforme relata Furtado (1974):

A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los. Não se trata de especular se *teoricamente* a ciência e a técnica capacitam o homem para solucionar este ou aquele problema criado por nossa civilização. Trata-se apenas de reconhecer que o que chamamos de criação de valor econômico tem como contra-partida processos irreversíveis no mundo físico, cujas consequências tratamos de ignorar (FURTADO, 1974, p. 20).

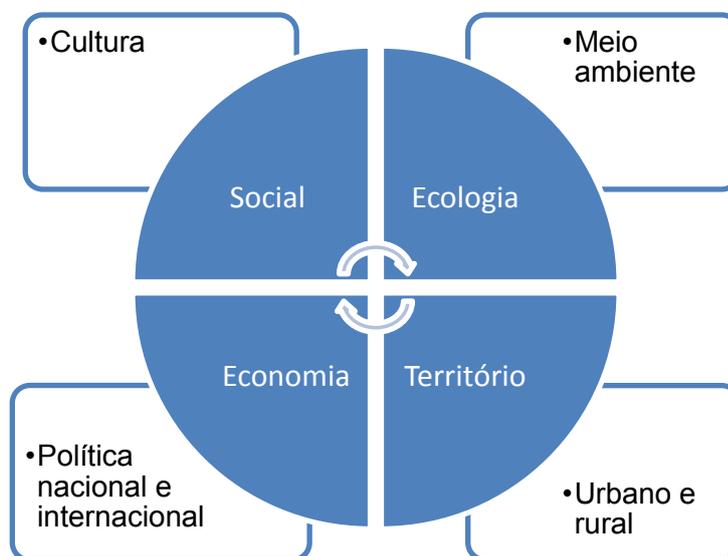
Passados vinte anos após a Rio 92, em 2012, houve um terceiro grande fórum de discussão internacional: a Rio+20. Os principais resultados foram a reafirmação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável; avaliação do progresso, das deficiências no cumprimento dos acordos anteriormente estabelecidos e abordar os novos desafios. A conferência centrou-se na discussão da economia verde e das formas de erradicação da pobreza como forma de “proteger a base de recursos naturais, ampliar a eficiência dos recursos, promover padrões de consumo e

produção sustentáveis, e guiar o mundo na direção do desenvolvimento com baixo consumo de carbono” (ONU, 2012, p. 6).

Nessa direção Sachs (2005, p. 158) enfatiza a premência da retomada de noção de Estados-nações, interrompida pela ideologia da globalização para os países trilharem os rumos do novo desenvolvimentismo “articulados ao redor da identidade nacional e voltados para a promoção do desenvolvimento de todo o homem e de todos os homens”, sob os pilares da democracia, nos quais, os indivíduos são mutuamente responsáveis por suas ações individuais e coletivas.

Nesse sentido, os elementos estruturantes da sustentabilidade se assentam em oito pontos fundamentais, resumidamente ilustrados na Figura 4:

Figura 4 - Fundamentos da Sustentabilidade



Fonte: elaborado pelo autor a partir de Sachs (2009, p.85-88).

De acordo com Sachs (2009), o aspecto social se constitui na redução das desigualdades sociais, pleno emprego de qualidade combinado com avanços no campo da cultura como a autonomia para o modelo nacional sem inflexão aos padrões estrangeiros, propiciando uma abertura internacional com autoconfiança, respeito às tradições e equilíbrio nas inovações. Com isso caminha-se na dimensão ecológica para a preservação da sua capacidade de geração de recursos renováveis e restrição na utilização de recursos não renováveis. Por conseguinte, o aspecto do território necessita ser observado no sentido de reduzir as disparidades inter-regionais, melhorar o ambiente urbano e rural, promovendo a conservação da biodiversidade para promover o ecodesenvolvimento. Tudo isso culmina na faceta econômica, na proposição do desenvolvimento equilibrado, garantidor da segurança alimentar e respeitador do Estado na implementação de um projeto nacional soberano para o

desenvolvimento nacional. No plano internacional reivindica-se a eficácia dos organismos internacionais na promoção da paz e da cooperação internacional, sobretudo permitindo o avanço das nações mais pobres. Eis alguns elementos essenciais, nos termos de Sachs (2009, p. 87-88), nesse momento de crise internacional:

- Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios;
- Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Percebe-se uma necessária reconfiguração no plano das instituições para promoção do desenvolvimento sustentável.

As bibliotecas, como se verá no tópico seguinte, persistem como instituições importantes para a preservação do conhecimento acumulado e, nesse sentido, através da figura dos bibliotecários, como artífices, são corresponsáveis em promover saídas à crise ambiental em curso.

## 6.2 A RESILIÊNCIA DAS BIBLIOTECAS

Em um sentido mais amplo a existência da biblioteca é quase tão antiga quanto os próprios registros escritos. A biblioteca de Nínive, no século VI A.C., possuía cerca de 20 mil tabletes de argila com registros de textos dos mais variados assuntos. A mais famosa da antiguidade foi, contudo, a biblioteca de Alexandria, fundada pela dinastia egípcia dos Ptolomeus, no século III antes de Cristo. Os 700 mil rolos de papiro e pergaminhos fizeram de Alexandria a maior biblioteca do seu tempo (SERRAI, 1975; MCGARRY, 1999; O PAPEL..., 2015).

A biblioteca de Alexandria, mesmo destruída por incêndios e espoliações diversas, foi reconstruída em 2002 revelando o simbolismo de uma reconstrução histórica. Apesar de seu acervo de 4 milhões de exemplares (entre eles cerca de 10 mil preciosidades), já não apresenta o mesmo gigantismo das Bibliotecas nos vários países do mundo (MARTINS, 2002; O PAPEL..., 2015).

No Brasil, a Biblioteca Nacional localiza-se num suntuoso edifício no centro do Rio de Janeiro (FIGURA 5). Fundada em 1810, possui 9 milhões de itens e tem a missão de reunir toda a produção intelectual nacional com o objetivo de defender e preservar a língua e a cultura nacional (BN, [2015?]).

Figura 5 – Fachada da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro



Fonte: Pena (2007).

Em 2002, inaugurou-se a Biblioteca Nacional de Brasília. Apesar de um moderno edifício (FIGURA 6), o acervo é bastante reduzido, com cerca de 15 mil exemplares. Ademais, observando-se o site da biblioteca (<http://www.bnb.df.gov.br/>) percebe-se um destaque maior para a Biblioteca Digital do que para o acervo físico.

Figura 6 – Fachada da Biblioteca Nacional de Brasília



Fonte: Acervo pessoal.

A missão da Biblioteca Nacional de Brasília parece pouco clara, pois o texto diz que visa atender principalmente os usuários mais carentes “por meio de ações que beneficiam o Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal, inserindo-se, assim, na moderna perspectiva de Biblioteca Nacional” (BIBLIOTECA..., [2015?], não paginado). Essas características se assemelham mais a função de uma biblioteca pública do que atribuições de uma Biblioteca Nacional, tendo em vista a classificação das bibliotecas da UNESCO (1970):

Bibliotecas nacionais: bibliotecas que, independentemente da sua denominação, são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações impressas no país e que funcionam como bibliotecas "depósito", em virtude de disposições sobre o depósito legal ou outras disposições. Normalmente podem executar algumas das seguintes funções: produzir uma bibliografia nacional: reunir uma coleção ampla e representativa de obras estrangeiras, incluindo livros sobre o país; atuar como um centro nacional de informação bibliográfica; compilar catálogos coletivos: publicar a bibliografia nacional retrospectiva. As Bibliotecas intituladas "nacionais" que não respondam a essa definição não deve ser classificada na categoria de bibliotecas nacionais (UNESCO, 1970, p. 151, tradução e grifo nosso)<sup>77</sup>.

Enquanto as bibliotecas públicas são as que “[...] estão, gratuitamente ou por uma quantia módica, ao serviço de uma comunidade, especialmente de uma comunidade local ou regional, para atender ao público em geral, ou a certas categorias de usuários como crianças, militares, enfermos dos hospitais, presos, trabalhadores e funcionários” (UNESCO, 1970, p. 151)<sup>78</sup>.

A Espanha também possui uma Biblioteca Nacional suntuosa (FIGURA 7). Com um acervo de 30 milhões de publicações produzidas no território espanhol desde 1711, ano de sua fundação (BNE, [2015?]).

---

<sup>77</sup> No original: *Bibliotecas nacionales: bibliotecas que, cualquiera que sea su denominación, son responsables de la adquisición y conservación de ejemplares de todas las publicaciones impresas en el país y que funcionan como bibliotecas de “depósito”, en virtud de disposiciones sobre el depósito legal o de otras disposiciones. Normalmente, pueden desempeñar también algunas de las funciones siguientes: elaborar una bibliografía nacional: reunir una colección amplia y representativa de obras extranjeras, que también comprenda libros relativos al propio país; actuar como centro nacional de información bibliográfica; compilar catálogos colectivos: publicar la bibliografía nacional retrospectiva. Las bibliotecas tituladas “nacionales” que no respondan a esta definición no deberían clasificarse en la categoría de bibliotecas nacionales.*

<sup>78</sup> No original: *[...] están, gratuitamente o por una módica suma, al servicio de una comunidad, especialmente de una comunidad local o regional, para atender al público en general, o a ciertas categorías de usuarios como niños, militares, enfermos de los hospitales, presos, obreros y empleados.*

Figura 7 – Fachada da Biblioteca Nacional da Espanha em Madri



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Além da Biblioteca Nacional de Madri, a Espanha possui outra biblioteca nacional localizada num edifício histórico na cidade de Barcelona (FIGURA 8). Fundada em 1907, adquiriu o título de Biblioteca Nacional da Catalunha em 1981, após aprovação do Parlamento Catalão, passando a servir de depósito legal da produção intelectual da Catalunha. Possui um acervo de aproximadamente 47.000 volumes e ainda pelo site (<http://www.bnc.cat/Centenari/La-col-leccio>) nota-se a valorização do acervo físico ao destacar-se a presença de 345 manuscritos, além de revistas e materiais gráficos (BNC, [2015?]).

Figura 8 – Vista lateral da Biblioteca Nacional da Catalunha em Barcelona



Fonte: Biblioteca Nacional da Catalunha. Disponível em: <<http://www.bnc.cat/Centenari/Fotografies>>. Acesso em: 17 fev. 2015

A presença de duas bibliotecas nacionais parece refletir os conflitos separatistas presentes na Espanha, pois a Biblioteca Nacional de Madri possui como missão “recopilar o patrimônio bibliográfico e documental espanhol, garantir sua integridade e facilitar o acesso a todos os cidadãos e as gerações futuras” (BNE, [2009], p. 3, tradução nossa)<sup>79</sup>. Isto é, pretende reunir o patrimônio de toda Espanha enquanto a região da Catalunha também requer este direito para a produção intelectual do próprio patrimônio cultural catalão.

Em Moçambique, a partir dos anos 1960, abriga-se em um bonito prédio do princípio do século XX, na cidade de Maputo a Biblioteca Nacional de Moçambique (FIGURA 9). O acervo de aproximadamente 150 mil obras é pequeno quando comparado ao Brasil e à Espanha. Por outro lado, segundo o Portal do Governo de Moçambique, em 2010, investiu-se o equivalente a 400 mil dólares para revitalizar as instalações da biblioteca (MOÇAMBIQUE, 2010).

Figura 9 – Fachada da Biblioteca Nacional de Moçambique em Maputo



Fonte: WIKIPEDIA, 2012. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Biblioteca\\_Nacional\\_de\\_Mo%C3%A7ambique](http://pt.wikipedia.org/wiki/Biblioteca_Nacional_de_Mo%C3%A7ambique)>. Acesso em: 17 fev. 2015

---

<sup>79</sup> No original: *recopilar el patrimonio bibliográfico y documental español, garantizar su integridad y facilitar el acceso a toda la ciudadanía y a las generaciones futuras.*

Percebe-se a importância das bibliotecas para a identidade nacional dos países e a inseparabilidade das questões políticas e sociais do contexto nos quais estão inseridas. De todo modo, verifica-se que a biblioteca como instituição foi, ao longo da história, preservando o conhecimento nos diversos tipos de suporte.

As bibliotecas são sustentáveis do ponto de vista da economia de recursos ao permitirem o uso coletivo do acervo (PENA, 2007). Além disso, somente a biblioteca consegue reunir uma quantidade de livros suficiente para o estudo das várias áreas (FIGURAS 10, 11 e 12).

Desse modo, a maioria dos usuários, por mais que adquiram livros, não terão espaço suficiente para armazenar todos os livros que desejam ler, em suas casas. Devido ao adensamento populacional, principalmente nas grandes cidades, os imóveis residenciais estão cada vez menores e, com isso, há menos espaço para guardar livros.

Figura 10 – Fachada da Biblioteca Central da UB



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 11 – Fachada da Biblioteca da UM



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Figura 12 - Área de acervo e estudo da Biblioteca da UM

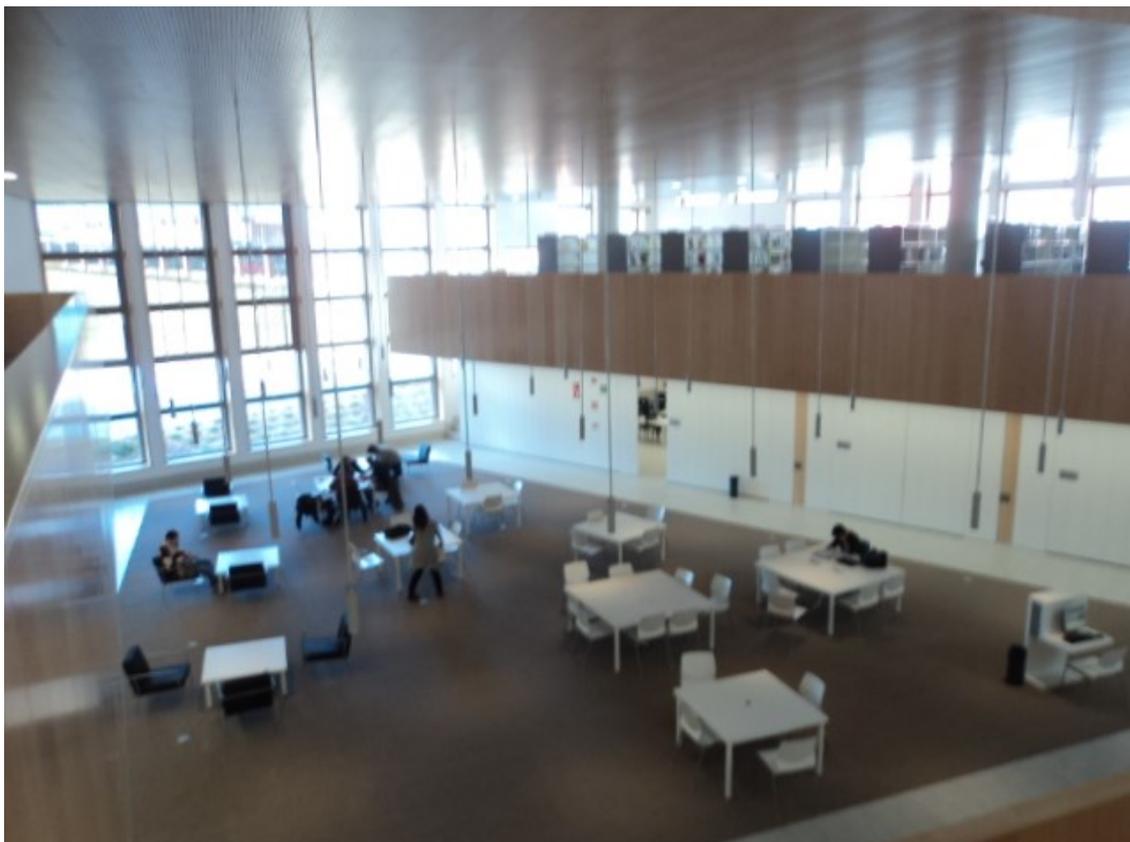


Fonte: Arquivo pessoal do autor.

O uso coletivo do espaço também contribui para a redução dos gastos de energia dos usuários. Tendo em vista as mudanças climáticas, que produzem cada

vez mais invernos rigorosos e verões extremamente quentes<sup>80</sup>. As bibliotecas, como no caso da Espanha (FIGURAS 13 e 14), são apropriadas porque oferecem calefação durante o inverno e ar condicionado durante o verão. Do contrário, cada usuário para estudar, mesmo com acesso à Internet, teria que dispor de equipamentos próprios para seu maior conforto em casa. Um ambiente adequado para o bem estar dos usuários é umas das recomendações da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA, 2012).

Figura 13 – Vista parcial da Biblioteca de Humanidades da UE



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

---

<sup>80</sup> Segundo cientistas da NASA o ano de 2014 foi considerado o ano mais quente desde 1880, quando a temperatura da Terra começou a ser registrada (GARCIA, 2015).

Figura 14 – Vista parcial da Biblioteca de Ciências Sociais e Jurídicas da EU



Fonte: Arquivo Pessoal.

### 6.3 O PAPEL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O papel foi inventado na China e chega à Europa por intermédio da cultura muçulmana. Mesmo com a imprensa, o custo de produção do livro era muito alto, porque era feito artesanalmente utilizando-se como matéria-prima basicamente o algodão, o linho e o cânhamo. Foi a partir da revolução industrial que o livro deixa de ser o objeto de produção manual limitado e passa para uma produção massiva. Outro fator que contribuiu para sua produção em maior escala foi a descoberta da celulose, em 1839, pelo químico francês Anselme Payen. A fabricação do papel passou a ser feita com o uso da celulose da madeira, muito mais barata e abundante (DOMINGO BAGUER, 2013).

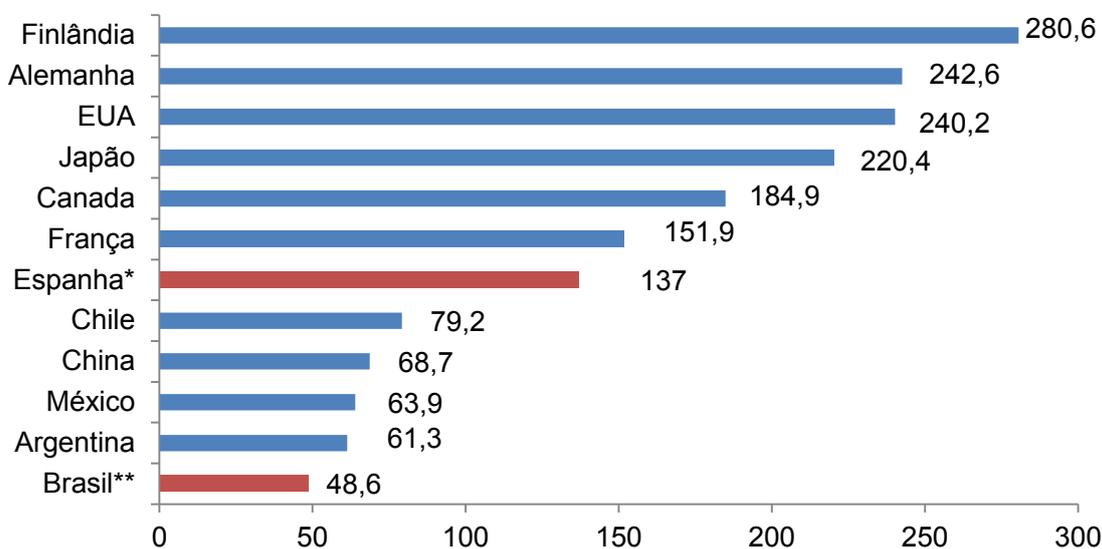
Devido à influência muçulmana foi na Espanha onde surgiu a primeira fábrica de papel na Europa ainda no século X. No Brasil a fabricação de papel se inicia

no final do século XIX (PINTO COELHO, 2009; DOMINGO BAGUER, 2013). Em Moçambique ainda não há fábrica de papel<sup>81</sup>, quase todo o papel é importado.

Atualmente o papel é um dos produtos mais consumidos no mundo para escrita e impressão. Além da produção do livro é utilizado na produção de embalagens, caixas, folhas para impressão, decoração, higiene pessoal, etc. Com o incremento da eletrônica, acompanhado da disseminação do uso dos computadores pessoais e impressoras, ocorreu uma demanda por papel sem precedentes.

O consumo de papel no mundo é, em média, de 57 kg/ano por habitante. Os países em análise - não foi possível a caracterização de Moçambique - apresentam um consumo de papel bastante distinto. A Espanha consumiu 137 kg/ano de papel por habitante em 2010 mas, em 2006, antes da crise, o consumo era de 176 kg/ano por habitante. O Brasil, mesmo saindo do consumo *per capita* de 34 kg/ano em 1995 para 48,6 kg em 2010, consome quase 03 vezes menos papel por habitante do que a Espanha (GRÁFICO 6). O destaque é para a Finlândia onde o consumo de papel é de 280,6 kg/ano por habitante, isso indica melhores taxas de alfabetização, formação acadêmica e melhor rendimento salarial da população em geral (PINTO COELHO, 2009, p. 201).

Gráfico 6 - Consumo aparente de papel per capita (kg/ano) em 2010



Fonte: RISI – Essential information for the forest products industry

\*Fonte: ASPAPEL - Asociación Española de Fabricantes de Pasta, Papel y Cartón. Disponível em: <[http://www.aspapel.es/sites/default/files/adjuntos/doc\\_311.pdf](http://www.aspapel.es/sites/default/files/adjuntos/doc_311.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2014.

\*\*Fonte: BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel. Disponível em: <<http://bracelpa.org.br/bra2/sites/default/files/estatisticas/booklet.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

<sup>81</sup> Informação fornecida, via e-mail, por Stephane Temperman presidente da Associação Moçambicana de Reciclagem no dia 21 de agosto de 2014.

O Brasil é um grande produtor de papel. Destaca-se mundialmente por produzir e abastecer os mercados com expressivos volumes de papel de embalagem, papéis para imprimir, escrever e papel cartão. Nos últimos dez anos, o país aumentou sua produção em 27%, com crescimento médio de 2,7% ao ano, acompanhando as mudanças da economia brasileira. O desenvolvimento socioeconômico e o aumento de renda da população, com a inserção de novos consumidores no mercado, resultaram em mais demanda por livros, cadernos, jornais e revistas, embalagens para alimentos, remédios e itens de higiene pessoal. Em 2012 o setor posicionou-se no 9º lugar no cenário mundial na produção de papel e na 4ª posição na produção de celulose (TABELA 16).

Tabela 16 - Maiores produtores mundiais de celulose e papel em 2012

CELULOSE		PAPEL	
PAÍS	MIL TONELADAS	PAÍS	MIL TONELADAS
1. EUA	50.351	1. China	102.500
2. China	18.198	2. EUA	74.375
3. Canadá	17.073	3. Japão	26.083
<b>4. Brasil *</b>	<b>13.977</b>	4. Alemanha	22.630
5. Suécia	11.672	5. Suécia	11.417
6. Finlândia	10.237	6. Coreia do Sul	11.333
7. Japão	8.642	7. Canada	10.751
8. Rússia	7.519	8. Finlândia	10.694
9. Indonésia	6.710	<b>9. Brasil</b>	<b>10.260</b>
10. Chile	5.155	10. Indonésia	10.247
11. Índia	4.095	11. Índia	10.242
12. Alemanha	2.636	12. Itália	8.664
<b>Espanha**</b>	<b>1.980,6</b>	<b>Espanha**</b>	<b>6.176,8</b>
Demais países	10.376	Demais países	90.789
Total Mundo	166.641	Total Mundo	399.985

Fonte: RISI

\* Fonte: BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra2/sites/default/files/estatisticas/booklet.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

\*\*Fonte: ASPAPEL – Asociación Española de Fabricantes de Pasta, Papel y Cartón. Disponível em: <<http://bracelpa.org.br/bra2/sites/default/files/estatisticas/booklet.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

O setor de papel e celulose na Espanha foi afetado pela crise de 2008 em função do menor consumo interno. De qualquer modo, o setor de papel em 2010 cresceu 9,1%, acima da média da União Europeia (8,4%). Em 2010, 50% das vendas foram exportadas para os países vizinhos da Espanha. A matéria-prima é sustentável do ponto de vista ambiental e inclusive contribui para reduzir o efeito estufa.

Em Espanha, a madeira com a que se faz o papel se planta e se cultiva em plantações de pinheiro e eucalipto, que são continuamente

regeneradas e replantadas, e que armazenam mais de 40 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente. As plantações florestais para papel contribuem assim a luta contra as alterações climáticas, e ajudam a que a superfície arborizada cresça. Ademais evitam a erosão do solo e ajudam a regular o ciclo da água (ASPAPPEL, 2010, p.5)<sup>82</sup>.

Há um enorme potencial de expansão para o Brasil tanto na produção de celulose quanto de papel.

Nossa extensão territorial assegura maior possibilidade de formação de florestas e menor impacto ambiental da produção. O clima é favorável à plantação de eucalipto para a produção de celulose de fibra curta. O ciclo de maturação do eucalipto é muito menor (corte aos 7 anos, contra 12 a 20 anos em outros países). Temos um diferencial tecnológico e de escala de produção, que nos permite ter a maior produtividade do mundo: 41 m<sup>3</sup>/ha/ano (eucalipto) e 35 m<sup>3</sup>/ha/ano (pinus). E nossos concorrentes na América do Norte e na Europa têm maior custo de produção em relação à madeira e à energia. (MERCANDANTE, 2010, p. 474).

Sachs (2009) alerta sobre a importância estratégica dos recursos naturais abundantes, que quando assistida por mão de obra especializada constitui um elemento insuperável de competitividade, mesmo que frequentemente se alegue a perda de utilidade dos recursos naturais diante da nova economia ou economia do conhecimento. Desse modo, destaca-se que principalmente a produção de papel pode ser ampliada no Brasil e Espanha pelo maior valor agregado em relação à celulose. É uma opção de indústria para Moçambique desenvolver-se respeitando o meio ambiente. Figueiredo (2011) cita a Finlândia – país menor que Espanha e Moçambique, que aproveitou sua experiência de mais de 30 anos. Além da alta produção de papel e celulose, a Finlândia oferece serviços de engenharia e consultoria nesse setor.

Ademais, o papel é essencial para o desenvolvimento da indústria nacional. Nesse sentido, verifica-se que a indústria gráfica brasileira, por exemplo, publicou 58.192 livros, entre novidades e reedições, resultando em um faturamento de mais de 2 bilhões de dólares em 2011 (LINDOSO, 2013). A maioria das compras (35%) são feitas pelo governo federal para abastecer as bibliotecas. Há no país somente 1 livraria para cada 63 mil habitantes, basicamente concentradas nas capitais e nas maiores cidades do interior (RUFFATO, 2013), enquanto estatísticas da ONU indicam a quantidade de 1 livraria para cada 10 mil habitantes (TAVARAES, [2014]). A

---

<sup>82</sup> No original: En España, la madera con la que se hace el papel se planta y se cultiva en plantaciones de pino y eucalipto, que están continuamente regenerándose y replantándose, y que almacenan más de 40 millones de toneladas CO<sub>2</sub> equivalente. Las plantaciones forestales para papel contribuyen así a la lucha contra el cambio climático, y ayudan a que la superficie arborizada crezca. Además evitan la erosión del suelo y ayudan a regular el ciclo del agua

venda de livros eletrônicos (*e-books*) representa apenas 1% e 3% das vendas de livros nos últimos anos no Brasil. Até nos Estados Unidos, onde houve aquecimento de vendas no início, especula-se queda do mercado de *e-books* e em 2017 deve representar apenas 2 de cada 10 livros vendidos, de acordo com Menezes (2014).

#### 6.4 IMPACTOS DA INDÚSTRIA ELETRONICA NA CRISE AMBIENTAL

O mercado de equipamentos eletrônicos apresenta crescimento elevado, porém desproporcional no mundo. No Brasil, em 2009, havia 32,29 computadores e 135,31 celulares a cada 100 domicílios. No ano de 2013 existiam mais telefones que habitantes e mais da metade da população possui acesso à Internet (51,60 a cada 100 habitantes). A Espanha, no mesmo período apresentava 66,27 computadores a cada 100 domicílios e um elevado número de pessoas com acesso à Internet (71,57 a cada 100 habitantes) e o número de celulares também excedia o número de habitantes (106,91 a cada 100 habitantes). Em Moçambique os celulares estão bem menos disseminados, 48 a cada 100 habitantes e menos ainda os computadores (4,3 a cada 100 domicílios), a Internet é acessível a uma pequena parcela da população, já que apenas 5,40 de cada 100 habitantes do país tem acesso à rede (ICT, 2012<sup>83</sup>; 2013).

Alguns dados da União Internacional de Telecomunicações (ITU, sigla em inglês) demonstram que, entre 1996 e 2008, a quantidade de telefones celulares aumentou de 145 milhões para 4 bilhões. A durabilidade é de aproximadamente 3 anos e logo são descartados, por vezes, em locais inapropriados. Graças ao seu próprio “sucesso”, os equipamentos eletrônicos nos Estados Unidos representam 7,8% do consumo de eletricidade com tendência a aumentar para 10,5% em 2018 (ITU, 2009).

Além da baixa durabilidade e consumo crescente de energia para fabricação dos equipamentos eletrônicos, aumenta a emissão de gás carbônico na atmosfera. Com a crescente demanda da classe média em entrar no mundo digital, principalmente nas economias emergentes, somente a fabricação de computadores tende a dobrar a emissão de carbono nos próximos doze anos (BOCCALETTI; LOFFLER; OPPENHEIM, 2008).

O *chip* de silício é apenas parte do problema na fabricação de equipamentos eletrônicos. O silício é um elemento relativamente abundante na natureza. Um dos desafios é a alta quantidade de energia requerida para produzir o silício de elevada pureza utilizado pelos microprocessadores de alta velocidade e os

---

<sup>83</sup> Dados do número de computadores pessoais referentes ao ano de 2009.

cartões de memória. Outro problema é a necessidade de combinar o silício com outros metais raros – tais como Índio, Háfnio, Germânio e Gálio, para criar as propriedades exigidas por um circuito integrado, um *chip* de memória ou um dispositivo de imagem. Apesar da utilização mínima em cada *chip*, há restrição de produção porque esses metais ocorrem apenas em algumas partes do mundo e a raridade da matéria-prima, além de aumentar o preço, incentiva o comércio ilícito (MOBBS, 2010).

Em 1989 foi assinada por 175 países (entre os quais os países analisados nesta tese) a Convenção de Basileia que trata do Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua eliminação para gerenciar as exportações, exigindo a identificação sobre a natureza do resíduo. Em 1995, foi feita uma alteração proibindo a exportação de resíduos perigosos, mas ainda não foi ratificada pela maioria dos países e a ausência de uma normativa internacional persiste de acordo com o relatório do PNUD (2011).

No âmbito dos resíduos globais, os resíduos eletrônicos (*e-waste*) são os que mais crescem, trazendo perigos ao meio ambiente e riscos para a saúde humana. Os resíduos eletrônicos provenientes de países como China, Índia, Estados Unidos e União Europeia somavam, entre 2004 e 2008, 17 milhões de toneladas. Em nível global, a estimativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é de uma produção anual de 20 a 50 milhões de toneladas de lixo eletrônico (PNUD, 2011). Um dos problemas é a contaminação destes resíduos por metais pesados como chumbo, mercúrio, cádmio e o arsênio, produtos altamente tóxicos (QUADRO 4) e com riscos para o meio ambiente e para a saúde humana (GERBASE; OLIVEIRA, 2012; PNUD, 2011).

Quadro 4 – Elementos perigosos encontrados em componentes eletrônicos

Componentes eletrônicos	Componente perigoso	Riscos à saúde
Monitor de computador e televisores	Chumbo	Danos ao sistema nervoso, circulatório e renal e dificuldade de aprendizagem em crianças.
Placas de circuitos de impressoras, transmissores e interruptores, baterias de produtos eletrônicos	Mercúrio	Danos permanentes ou fatais ao cérebro e rins.
Interruptores, transmissores e placas de circuito	Arsênio	Danos pequenos à pele, pulmões e câncer linfático; conhecido agente cancerígeno para os seres humanos.
Baterias de equipamentos eletrônicos e cabos, placas de circuito	Cádmio	Danos aos rins, pulmões e câncer de próstata.

Fonte: Gerbase e Oliveira (2012).

A forma de eliminação, incluindo a incineração, do lixo eletrônico é um dos aspectos da crise ambiental e sua influência na mudança climática. Em muitos países os telefones celulares, computadores velhos e outros lixos eletrônicos são descartados em “lixões”, conjuntamente com outros resíduos domésticos, sendo susceptíveis de serem incinerados com os demais resíduos sólidos. Resulta daí a emissão de gases cancerígenos intensificando as alterações climáticas (DUNN, 2010, p. 15).

Estimativas da consultoria internacional Gartner indicam que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) são responsáveis pela emissão de 2% das emissões de carbono no mundo. Isso significa quase o dobro da emissão de poluição da indústria de aviação. As TIC são definidas como o uso de computadores, servidores, refrigeração, telefonia fixa e móvel, rede local (LAN) e infraestrutura de comunicação em todo o mundo (MACLEAN; AKOH; EGEDE- NISSEN, 2010; GOMBINER, 2011).

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2011), somente pequena parcela de resíduos de produtos eletrônicos é reciclada. Em 2007, por exemplo, menos de 20% dos recursos eletrônicos obsoletos foram reciclados. O restante é transferido para aterros, localizados em países em

desenvolvimento, tais como China, Índia, Nigéria, Gana<sup>84</sup>, dentre outros (PNUD, 2011; GERBASE; OLIVEIRA, 2012). Países da África, América Central e do Sul não possuem iniciativas e tecnologias para o recolhimento e tratamento do lixo eletrônico.

No Brasil, de acordo com Gerbase e Oliveira (2012), ainda não se realiza a reciclagem completa do lixo eletrônico. Há poucas empresas especializadas em reciclagem de material eletrônico, onde se realiza principalmente a reciclagem com o uso de equipamentos mais simples. "Dos diversos processos e tecnologias utilizados no tratamento do lixo de informática, a parte mais complexa e cara é a recuperação dos metais presentes nas placas de circuito impresso que demandam uma elevada quantidade de energia" e o tratamento destes metais pesados não é realizado no Brasil (GERBASE; OLIVEIRA, 2012, p. 1492).

## 6.5 A QUESTÃO DOS RESÍDUOS E A RECICLAGEM DO PAPEL E DO ELETRÔNICO

Uma das dimensões importantes, em relação aos resíduos gerados pela produção, é a possibilidade de reciclagem. Observando-se a indústria, conforme a Tabela 17, os dados indicam que a indústria do papel produz 18.487 toneladas de resíduos com perigos para o meio ambiente. Por outro lado, para fabricar produtos informáticos, produz-se 103.870 toneladas de resíduos com potencial risco para a poluição ambiental. Percebe-se, desse modo, que a indústria do processamento do papel é, em número absolutos, cinco vezes menos poluente quando comparada à indústria de equipamentos eletrônicos, responsável pela fabricação de produtos informáticos, incluindo os utilizados como suporte para o texto eletrônico.

---

<sup>84</sup> Gana possui o maior depósito de lixo eletrônico da África, apesar de servir como fonte de trabalho a milhares de pessoas a contaminação do solo chega a ser sete vezes maior que a recomendada, ocasionando graves problemas ambientais para o solo e doença nos trabalhadores (ATTANASIO, 2015).

Tabela 17 - Resíduos gerados no setor industrial em 2010 na Espanha

Setor CNAE-2009	Não perigosos (Toneladas)	Perigosos (Toneladas)	Total (Toneladas)
Indústria de papel, artes gráficas e reprodução de suportes gravados. Divisão 17 e 18 da CNAE	1.720.176	18.487	1.738.663
Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos, maquinaria e material de transporte. Divisão 26, 27, 28, 29 e 30 da CNAE	1.158.706	103.870	1.262.576

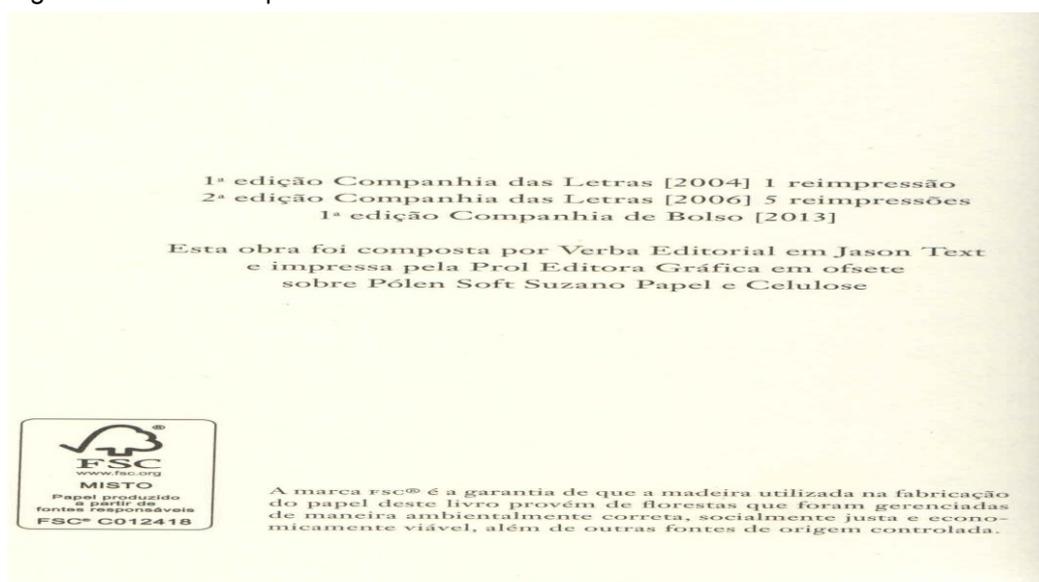
Fonte: INE – Instituto Nacional de Estadística. Encuesta sobre generación de residuos en el sector industrial 2010.

Nota: Estão excluídos os estabelecimentos industriais com menos de 10 assalariados

Modernamente a indústria da celulose, da qual provém o papel para a produção do livro, mesmo não sendo isenta de impacto ambiental, conforme Martínez Jiménez (2013). Ao utilizar novas técnicas sem o emprego do cloro para branquear o papel e usando madeira de florestas ecologicamente sustentáveis, reduz a quantidade de carbono no meio ambiente.

Em 1993, foi fundada a *Forest Stewardship Council* (FSC), organização cuja missão é promover a gestão ambientalmente sustentável das florestas no mundo. A certificação conferida (FIGURA 15) pela entidade propõe assegurar a origem socialmente responsável da madeira utilizada, por exemplo, na fabricação de livros (MATIAS, 2014).

Figura 15– Selo FSC presente em livro



Fonte: Pamuk (2013). Extraído da última página não numerada do livro.

Outra vantagem para o desenvolvimento sustentável, decorrente do uso do papel, é seu caráter renovável através da reciclagem. No quesito reciclagem, novamente o destaque é para países com alto índice educacional. A Coreia do Sul recicla 91,6% do papel, seguida da Alemanha com taxa de recuperação do papel de 84,8%. A Espanha recicla 73,8% do papel consumido, enquanto o Brasil recicla menos da metade das sobras de papel (45,5%), embora o percentual de reciclagem seja melhor do que o da China (40,0%), Rússia (36,4%) e Índia (25,9%), conforme a Tabela 18.

Tabela 18 - Percentual de papéis reciclados em 2010

Países	Taxa de Recuperação (%) *
Coreia do Sul	91,6
Alemanha	84,8
Japão	79,3
Reino Unido	78,7
<b>Espanha</b>	<b>73,8</b>
Estados Unidos	63,6
Itália	62,8
Indonésia	53,4
Finlândia	48,9
México	48,8
Argentina	45,8
<b>Brasil **</b>	<b>45,5</b>
China	40,0
Rússia	36,4
Índia	25,9

Fonte: RISI

\*Volume de aparas (sobras de papel) recuperadas no país, dividido pelo consumo aparente de papel

\*\*Fonte: BRACELPA – Associação Brasileira de celulose e papel. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra2/sites/default/files/estatisticas/booklet.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

A possibilidade de reciclagem constitui uma importante fonte de renda e inserção social para os catadores de papel, tal como se pode verificar na experiência bem sucedida da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) em Belo Horizonte. Fundada nos anos 1990, a partir da união de catadores articulada pela Pastoral de Rua, da Igreja Católica de Belo Horizonte, a ASMARE garantiu uma condição de trabalho mais adequada aos catadores, economia de recursos pela prefeitura e efetiva preservação do meio ambiente através da coleta seletiva e reciclagem do lixo urbano (KEMP; CRIVELLARI, 2008; KEMP, 2008).

O estudo de Crivellari, Dias e Pena (2008) aponta o ganho simbólico da presença dos Catadores de Material Reciclável (5192-05) na Classificação Brasileira

de Ocupações (CBO, versão 2002). Na versão anterior (CBO 1994) a ocupação não era identificada, mesmo que a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) desde 1988 reconhecesse o trabalho como “recolectores de basura”. É ocupação bastante insalubre porque o trabalho é feito na rua e há relatos de trabalhadores que transportam sozinhos até 800 kg de material reciclável (DIAS, 2002 apud CRIVELLARI; DIAS; PENA, 2008), além de um contingente de 460 trabalhadores idosos com idades avançadas de até 97 anos (CRIVELLARI; DIAS; PENA, 2008, p. 307). Ainda assim “a inclusão dos catadores na CBO 2002 veio permitir uma visibilidade ao seu trabalho e uma comparabilidade” (CRIVELLARI; DIAS; PENA, 2008, p. 303) facilitando o desenvolvimento de políticas públicas que beneficiem o grupo socioprofissional. A *Classificación Nacional de Ocupaciones* da Espanha (CNO, 2011) também reconhece a ocupação como “Recogedores de resíduo” (código 9441). De modo semelhante, a Classificação das Profissões de Moçambique (2012) reconhece o “trabalhador de recolha de resíduos” (código 9611.0).

Diante da problemática dos resíduos sólidos, os “catadores” exercem uma função nobre em termos sociais e ambientais. Sobretudo, em viés associativo, colaborando para as políticas públicas de meio ambiente:

O catador de material reciclável, em particular o que opera por intermédio das cooperativas, pode ser reconhecido como um agente ambiental integrado às políticas de gerenciamento de resíduos sólidos por meio de parcerias estabelecidas no âmbito de programas municipais de coleta seletiva (CRIVELLARI; DIAS; PENA, 2008, p. 303).

Há iniciativa de reciclagem também em Moçambique. A Associação Moçambicana de Reciclagem (AMOR) emprega de modo formal e informal aproximadamente 1.500 pessoas e recolhe entre 3 e 4% do lixo produzido no país. A maior parte do material recolhido efetivamente são apenas acondicionados e empacotados para exportação (AMOR, 2013). Ainda assim, o trabalho da associação ajuda a proteger o meio ambiente e a combater a pobreza em Moçambique (FIGURA 16).

Figura 16 – Placa de identificação da AMOR na UM



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Há, na Espanha, os denominados *Puntos Limpios*, locais onde a população deposita vários tipos de materiais recicláveis (HESS; WALÓ, 2001). No entanto, em visita a um desses espaços (FIGURAS 17 e 18) o funcionário de plantão informou que a reciclagem não é feita no local e não soube dizer como e onde se reciclam, por exemplo, os equipamentos eletrônicos<sup>85</sup>. Durante a visita percebeu-se, ainda, a presença de várias pessoas, todos imigrantes, que aguardavam o descarte de materiais mais valiosos. Essas pessoas adentram ao *Punto Limpio* e recolhem esses materiais, inclusive equipamentos eletrônicos, para possível venda nos ferros-velhos localizados na periferia de Madri.

<sup>85</sup> Tentou-se contato por telefone e e-mail com a prefeitura de Madri para saber sobre a reciclagem dos produtos eletrônicos, mas não se obteve resposta.

Figura 17 - Local de entrega de materiais para reciclagem em Madri



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Figura 18 – Conversa com funcionário de *Punto Limpio* em Madri



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

## 6.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES COMPARATIVAS ENTRE O ELETRÔNICO E O IMPRESSO

Ambas as indústrias geram empregos, mas segundo Leite (2013) o emprego da indústria de objetos eletrônicos demanda pouca qualificação e a produção de maior valor agregado (chips) é feita na Ásia<sup>86</sup>. Além disso, “todos entram na empresa através de uma empresa terceirizada que é a que contrata os/as trabalhadores/trabalhadoras” (LEITE, 2013, p. 122, tradução nossa)<sup>87</sup>. Essa terceirização, pelos dados da RAIS (2013), pôde ser visualizada, ao menos em parte<sup>88</sup>, pela pior remuneração, porque verifica-se que nesta indústria 64,55% dos trabalhadores percebem até 3 salários mínimos, enquanto na indústria do papel esse percentual cai para 57,56% dos vínculos nesta faixa de salário.

No que diz respeito ao produto do trabalho, no caso, o livro, além de uma questão cultural enraizada existe a dimensão econômica importante para o comércio nacional. As livrarias, além da venda de livros, são admiradas por sua beleza arquitetônica<sup>89</sup> como no caso da Livraria Lello e Irmão, localizada no Porto, em Portugal (FIGURA 19).

---

<sup>86</sup> A demanda no Brasil por produtos manufaturados, nos últimos 10 anos, gerou um milhão de empregos na China. Entretanto, nos últimos 15 anos, a indústria nacional amargou um déficit comercial de meio trilhão de dólares (LEBLON, 2015).

<sup>87</sup> No original: *todos entran en la empresa a través de una tercerizadora que es la que contrata los/lastrabajadores/trabajadoras.*

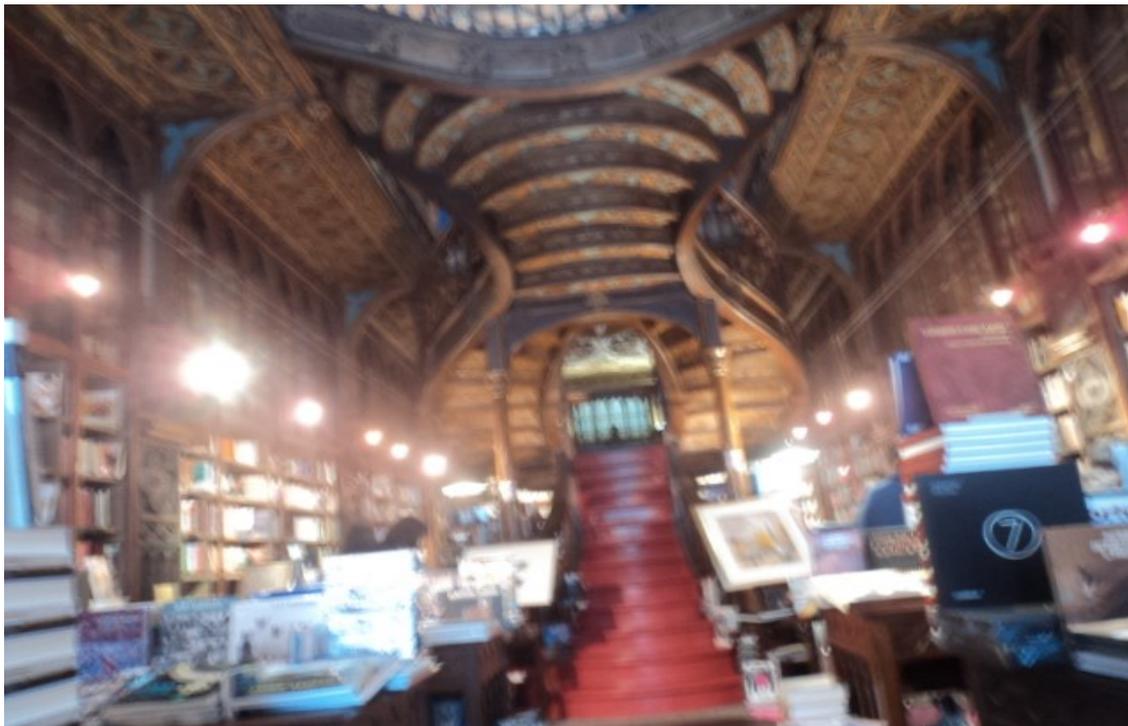
<sup>88</sup> Não foi possível mapear toda a cadeia produtiva tanto da indústria do papel quanto do eletrônico.

<sup>89</sup> O escritor espanhol Enrique Vila-Matas a considerou a livraria mais bonita do mundo. O jornal inglês The Guardian a classificou como a terceira livraria mais bela do mundo em 2008. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Livraria\\_Lello\\_e\\_Irm%C3%A3o#cite\\_note-4](http://pt.wikipedia.org/wiki/Livraria_Lello_e_Irm%C3%A3o#cite_note-4)>.

Acesso em: 19 jan. 2015.

Figura 19 – Livraria Lello e Irmão em Portugal



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Os livros usados também representam uma importante forma tanto de socialização entre as pessoas (Figura 20) quanto de disseminação da cultura do livro, pois “[...] pode-se praticar o colecionismo de livros dos últimos dois séculos, encontrando-os nos sebos, nas feiras de usados, indo à caça das primeiras edições, dos exemplares intonsos. Aqui, o jogo está ao alcance de muitíssimos bolsos [...]” (ECO, 2010, p. 21).

Figura 20 – Feira de livros usados em Madri



Fonte: Acervo pessoal do autor.

A Internet facilitou a venda de livros *online*, tantos novos quanto usados. No entanto, o monopólio de grupos internacionais, de acordo com o editor americano André Schiffrin, tem ameaçado a função cultural e econômica exercida pelas livrarias:

Os desafios tecnológicos são muito graves. Nos EUA, o perigo são os fechamentos de livrarias... Os *best-sellers* dominam as listas de livros, o livro eletrônico custa o mesmo que um livro de bolso, que até agora era o ingresso mais importante de uma editora. E dentro de alguns anos Amazon será a que tem o monopólio sobre o lucro dos livros (SCHIFFRIN, 2013, p. 46)<sup>90</sup>.

A associação dos livreiros estadunidenses calcula a eliminação de 44 mil empregos em livrarias apenas em 2012. O sindicato dos livreiros da França<sup>91</sup> estima que, com igual volume de vendas, uma livraria de bairro geraria 18 vezes mais empregos que a venda *online*. Há também denúncias das péssimas condições de trabalho e remuneração mantido pela *Amazon* nos vários armazéns que mantém pelo mundo afora para estocar seus produtos e garantir uma entrega rápida. Isso custa ao trabalhador, no entanto, percorrer incansavelmente as estantes até 20 quilômetros por jornada de trabalho, além de serem vítimas de assédio moral em função da idade elevada e rotina rigorosa guiada pelo lema: “trabalhe duro, divirta-se, faça história”<sup>92</sup>. Com isso acontecem vários desmaios, dedos cortados, síndromes de esgotamento e até acidentes fatais. “Na Amazon os acidentes de trabalho são numerosos. No entanto, a imprensa prefere comentar elogiosamente os resultados financeiros da multinacional” (MALLET, 2013, p. 23, tradução nossa)<sup>93</sup>.

## 6.7 IMPLICAÇÕES PARA A PRODUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO “PROCESSO PRODUTIVO” EM BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

As questões supracitadas têm impacto sobre o processo produtivo nas bibliotecas como um todo e na biblioteca universitária em especial. Apresenta-se, a seguir, outras implicações apontadas pela literatura e, nas subseções seguintes, por meio de entrevistas realizadas com profissionais atuantes no Brasil, Espanha e

<sup>90</sup> No original: *Los retos tecnológicos son muy serios. En Estados Unidos, el peligro es el cierre de librerías... Los best-sellers dominan las listas de los libros, el libro electrónico cuesta lo mismo que un libro de bolsillo, que hasta ahora era el ingreso mas importante de una editorial. Y dentro de unos años Amazon será la que tenga el monopolio de la renta de libros.*

<sup>91</sup> A França aprovou em janeiro de 2014 a denominada “lei anti-Amazon”, lei que proíbe o desconto generalizado de 5% sobre o preço de capa e a entrega gratuita, estratégias consideradas a causa da Amazon dominar 80% do mercado de livros vendidos pela Internet na França (MENEZES, 2014).

<sup>92</sup> No original: *work hard, have fun, make history.*

<sup>93</sup> No original: *En Amazon los accidentes de trabajo son numerosos. Sin embargo, la prensa prefere comentar elogiosamente los resultados bursátiles de la multinacional*

Moçambique fala-se sobre temas relacionados à sustentabilidade do livro, do livro eletrônico e o suporte mais adequado à leitura.

Na análise de Darnton (2010), o apelo para as bibliotecas disponibilizarem seus acervos acessíveis *online* depara-se mais com problemas jurídicos do que tecnológicos. Mais especificamente, o autor avalia a contestação da Associação Americana de Autores e Editores diante da iniciativa do Google – projeto Google Book Search - de digitalizar livros produzidos nos Estados Unidos, inclusive aqueles com o direito autoral ainda vigentes. A celeuma revela uma tentativa da multinacional americana Google de desregulamentação da legislação autoral em prol da disseminação do acesso à informação. Diante disso, Darnton (2010) alerta para o risco do cunho empresarial destas ações e, numa analogia com uma rodovia pedagiada, argumenta que permitir ao google ser o “porteiro” da estrada da informação pode ocasionar uma cobrança de pedágio por demais elevada. “No caso dos livros, as cópias digitais no banco de dados do Google pertencerão ao Google, e a empresa poderá cobrar o preço que quiser pelo acesso a eles. Ela será dona de um bom pedaço da estrada” (DARNTON, 2010, p. 64). Mesmo diante da ameaça de monopólio, arremata o pesquisador:

Vida longa ao Google, mas não esperemos que ele viva o bastante para substituir aquele venerável edifício com colunas coríntias. Como cidade do saber e plataforma para aventuras na internet, a biblioteca de pesquisa ainda merece estar no centro do campus, preservando o passado e acumulando energia para o futuro (DARNTON, 2010, p. 59).

Percebe-se na visão de Darnton (2010) a convivência entre as várias mídias. Estimula as bibliotecas a não serem “museus” de livros, mas centros que estimulem a leitura, adquiram material bibliográfico e, ao mesmo tempo, bases de dados eletrônicas. Contudo, o arquivo eletrônico, principalmente o nascido digital, é uma das preocupações do autor, porque correm sérios riscos de perda dada a obsolescência constante tanto dos *hardwares* quanto dos *softwares*. Se continuar essa obsessão por desenvolver novas mídias, o esforço para preservar as antigas será cada vez mais inibido.

Na condição de importante historiador e diretor da Biblioteca da Universidade de Harvard, Darnton (2010) apresenta abertamente defesa em favor do livro. Sem pretensões neoludistas explora o presente e o futuro das tecnologias com a precaução de um profundo conhecedor do passado.

De modo semelhante, Eco e Carrière (2010), o primeiro na condição de renomado professor, semiólogo e escritor e o segundo como escritor, dramaturgo e roteirista, ambos bibliófilos, dialogam sobre a condição do livro na contemporaneidade

diante do surgimento das novas mídias eletrônicas. Homenageiam o livro como objeto símbolo da cultura assinalando sua perenidade perante os novos equipamentos eletrônicos.

O livro é como a colher, o martelo, a roda ou a tesoura. Uma vez inventados, não podem ser aprimorados. Você não pode fazer uma colher melhor que uma colher [...]. O livro venceu seus desafios e não vemos como, para o mesmo uso, poderíamos fazer algo melhor que o próprio livro. Talvez ele evolua em seus componentes, talvez as páginas não sejam mais de papel. Mas ele permanecerá o que é (ECO; CARRIERE, 2010, p.16-17).

Para Eco e Carriere (2010) a página escrita, desde a invenção da escrita, sempre exerceu um fascínio, mais acentuado depois da invenção do livro. O culto ao livro, bibliofilia, revela-se não somente pelo conteúdo expresso na palavra registrada, mas também pela beleza da sua composição tipográfica, qualidade do papel e da encadernação (ECO, 2010). O bibliófilo se distingue do bibliomaníaco, visto que o prazer do último é ter um exemplar raro para seu próprio deleite. O bibliófilo, ao revés, deseja expor a conquista de um volume que só ele possui. Existe ainda distinção em relação à figura do colecionador, cuja vontade é obter tudo sobre um determinado tema, por outro lado, o bibliófilo, ainda que seja interessado numa temática espera que a coleção nunca se complete (ECO, 2010).

O bibliófilo não receia a Internet e tampouco as demais mídias eletrônicas, nem mesmo os *e-books*. O bibliófilo sabe da perenidade do livro, “e percebe isso justamente ao examinar com olhos amorosos as próprias estantes” (ECO, 2010, p. 53). Ademais, os objetos eletrônicos não possuem o encanto do livro e “ainda somos capazes de ler um texto impresso há cinco séculos. Mas somos incapazes de ler, não podemos mais ver, um cassete eletrônico ou um CD-ROM com apenas poucos anos de idade” (ECO, CARRIÈRE, 2010, p. 24).

O livro *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, ajuda a ilustrar a importância dos livros. A história de um bombeiro, Montag, que em vez de apagar incêndios queima livros, relata o potencial poder de transformação exercido pelos livros. A leitura é proibida, mas existe disseminação de informação através de televisores. Numa das passagens do romance o chefe de Montag, Beatty, proclama:

Encha as pessoas com dados incombustíveis, entupa-as tanto com “fatos” que elas se sintam empanzinadas, mas absolutamente “brilhantes” quanto a informações. Assim, elas imaginarão que estão pensando, terão uma sensação de movimento sem sair do lugar. E ficarão felizes, porque fatos dessa ordem não mudam. Não os coloque em terreno movediço, como filosofia ou sociologia, com que comparar suas experiências. Aí reside a melancolia. Todo homem capaz de desmontar um telão de tevê e montá-lo novamente, e a maioria consegue, hoje em dia está mais feliz do que qualquer homem que tenta usar a régua de cálculo, medir e comparar o

universo, que simplesmente não será medido ou comparado sem que o homem se sinta bestial e solitário (BRADBURY, 2012, p.86-87)

No contexto da Internet exacerba-se a disseminação da informação, quase sempre sem uma prévia formação cultural propiciada, entre outras expressões culturais, pelos livros. Diante disso, obriga-se “[...] a operar uma filtragem **não mais pela mediação da cultura**, mas da nossa própria cabeça, corremos o risco de dispor agora de seis bilhões de enciclopédias. O que impedirá o consenso” (ECO, CARRIÈRE, 2010, p. 72, grifo nosso).

No trabalho biblioteconômico, o bibliotecário-artífice exerce uma bibliofilia institucionalizada por meio da biblioteca pela qual é responsável. Seleciona, adquire e conserva livros para disseminar junto à comunidade usuária. Necessita reconhecer e promover, portanto, a formação cultural pelos livros como uma das condições fundamentais para lidar com o enorme montante de informações propiciadas pela Internet. Afinal, é a cultura que nos auxilia a filtrar o que merece ser guardado e o que devemos esquecer (ECO, CARRIÈRE, 2010)

Na fala dos entrevistados percebe-se a posição, a favor do livro, ou seja, a presença de um produto sustentável ecológicamente:

Eu acho que as coisas estão melhores do que antes. Não se fazem devastações de florestas para produzir papel, hoje em dia já existem florestas, árvores de reflorestamento, já tem um controle maior, inclusive do Estado, sobre essas produções de papel. Eu acho que a gente tem que reciclar, economizar, não vejo ainda, posso estar desinformada, mas não vejo que a indústria de produção de livros seja uma indústria que contribui para o desmatamento do planeta, outras coisas contribuem muito mais para a poluição do planeta do que a publicação de livros, pela preocupação que todos os editores têm, todo mundo na indústria de livros, em que o papel seja de reflorestamento, segue normas das ECOs que aconteceram aí no mundo inteiro. Isso não quer dizer que a gente não deva economizar, porque outras coisas consomem mais papel que a publicação de livros, o xerox, os cadernos e tantas outras coisas, não é? Quanto ao nosso papel nós chegamos a um momento de produção de papel, que as tecnologias químicas e industriais para a produção de papel conseguem fazer tiragens gigantescas de papel de qualidade razoável sem um consumo muito grande de matéria-prima, como era há 50 anos (Bibliotecária brasileira).

Ainda sobre a questão ambiental nas bibliotecas, há a preocupação com o ambiente da biblioteca e o uso efetivo dos livros, como observa um dos entrevistados:

Eu acho que da utilização que se faz da celulose a melhor dela é o livro. A maior parte da celulose que se gasta no mundo [...] é produzindo embalagem, que infelizmente é descartável e tem pouca reutilização, tem pouca reciclagem. Mas eu acho que nesse sentido não. Nós sempre tivemos uma preocupação muito grande de ter iluminação natural, de ter ventilação natural, para diminuir o consumo de energia [...] e a gente tem uma coisa que trabalha já, desde que eu entrei aqui, tem uma quantidade mínima de exemplares por título.

Então eu adquire, se não é recomendação [...] se não é uma obra para bibliografia, eu adquire um exemplar. Tenho o trabalho de acompanhar a demanda daquele exemplar para justificar e acrescentar mais exemplares. Acho que isso é uma preocupação não só com o meio ambiente, mas também com o custo do exemplar na estante, uma série de outras coisas (Bibliotecário brasileiro).

A inovação gerencial de acompanhamento do uso do livro contribui para a gestão do espaço na biblioteca. Segundo Lancaster (1996), quantos mais dados melhor, para facilitar o processo de avaliação de uso do acervo.

### 6.7.1 A polêmica do livro eletrônico

A temática do livro eletrônico é ponto de controvérsia na biblioteca universitária. Um dos entrevistados justifica a utilização de livros eletrônicos em virtude da falta de espaço e de possíveis facilidades para os usuários, embora ressalte a dificuldade de negociação com os editores:

Você tem que ter, às vezes, estantes inteiras com uma obra só, que a gente chama de livros textos [...]. E isso faz com que o acervo da biblioteca, de certa forma, fique mais pobre, porque você vai ocupar muito espaço, às vezes, com uma obra ou duas. Sem falar que correndo o risco de não atender. Para isso a gente faz também uma coleção reserva que aí é uma forma que o [usuário] tem [...] um empréstimo rápido, para ele não ficar sem a obra, mas é uma questão que realmente o REUNI gera. Tem gente que fala que a solução são os *e-books*, o que de fato é interessante. Eu acho que o *e-book*, ele deveria ser pensado muito nesses termos, dos livros que a gente chama de livros textos, que são livros básicos para graduação, livro da biografia básica, e que tem uma necessidade tão grande numa biblioteca. Esse grande número poderia ser terceirizado, vamos pensar assim, para o *e-book*. Então você guarda lá dois ou três físicos, para você ter a dimensão do físico, mas para a massa você disponibiliza o *e-book*. Para esses livros que têm essa centralidade, você evitaria inclusive, um fenômeno que existe, que é assim, de livros que tem uma quantidade de reservas, que se você contar ela é superior ao semestre. Ou seja, a pessoa não vai pegar o livro. Tipo assim: o livro tem trinta reservas, a pessoa pode ficar quatorze dias com o livro, então quando você faz as contas, você vê que essa trigésima, ela só vai pegar no próximo semestre, ou seja, ela perde a finalidade. Então é nesse sentido que eu acho que o *e-book* devia caminhar. Mas já adianto que a dificuldade que a gente está encontrando com as editoras é que elas não estão a fim de “largar o osso” [sic], elas não estão querendo vender os livros, esses livros, em português. Elas te oferecem pacotes maravilhosos, todos em língua inglesa e raramente destes livros que são considerados livros centrais. Ótimos títulos e tal, muito bom para pós-graduação, mas não é o movimento maior que a biblioteca tem, então não resolve muito, fica sendo um *plus*, não resolve o problema central [...] (Bibliotecário brasileiro).

Uma das bibliotecárias entrevistadas reconhece a contenda sobre o impresso e o eletrônico, mas salienta a dificuldade de utilização do eletrônico,

referindo-se ao Brasil diante de possível falta de energia decorrente da crise ambiental.

Você vê [...] São Paulo com falta de água, aí atinge a gente no sentido que a gente fica mais limitada. Então, assim, não sei te explicar isso muito bem, não. Talvez o digital venha para tentar fazer uma divisória, não ficar gastando muito... não deteriorar muito o meio ambiente. Por enquanto não nos afetou muito, mas eu tenho medo. Hoje está faltando água lá em São Paulo, daqui a pouco racionamento de energia. Aí como é que fica? E o eletrônico, para que ele vai servir se não tem energia? É bem complicado. A proteção do meio ambiente afeta tudo, não é só a biblioteca. Como é que você vai ficar? Como é que você vai ler um livro eletrônico sem luz, como que você vai se posicionar diante de um *blackout*? (Bibliotecária brasileira).

O livro eletrônico pode ser uma opção individual, porque se armazenam muito mais livros num único acessório (ECO; CARRIÈRE, 2010). O problema é a questão ambiental, como explicitado pela entrevistada, além do custo da constante renovação dos equipamentos pela baixa durabilidade e a frequentes alterações de softwares. A biblioteca universitária, sobretudo no Brasil, com ampliação de vagas pelo REUNI, necessita expandir o acervo de modo racional para evitar que os usuários, particularmente os mais carentes, os que não podem adquirir livros, fiquem sem acesso ao exemplar desejado.

O livro eletrônico, também na Espanha, ainda é um impasse principalmente para a bibliografia básica dos cursos, ainda que a entrevistada aponte que ambos os formatos são fundamentais para o trabalho bibliotecário.

Todos os suportes são importantes. Os recursos eletrônicos são importantíssimos, talvez tenham ganhado importância maior que o recurso físico, mas os dois têm sua importância. Agora, por exemplo, pelo menos na Espanha, é difícil encontrar manuais (livros texto) eletrônicos, então o papel segue sendo importante. Os estudantes levam os livros debaixo do braço, o manual físico (em papel). Não tem em suporte eletrônico. Algumas carreiras, principalmente informática, economia, sobretudo nos cursos que são em inglês, podem encontrar livros eletrônicos, mas mesmo assim o aluno busca ainda o livro em papel e, muitas vezes, é o que podemos oferecer, porque não existe este título em formato eletrônico. Por que não podemos oferecer tudo em formato eletrônico continuamos comprando muita coisa em papel (Bibliotecária espanhola).

A dimensão do eletrônico requer um cuidado especial dos bibliotecários, não apenas pela oferta das editoras, mas em termos de preservação para as gerações futuras. Nos anos 1960 houve um investimento na utilização do microfilme, embora seja durável é de difícil manuseio e, atualmente, pouco utilizado. Sobre esse ponto Darnton (2010, p. 134, grifo do autor) argumenta que: “os bibliotecários podem ter tido boas intenções, mas agiram de má-fé. Após convencerem a si mesmo de que estavam

ficando sem espaço e que a solução estava na microfilmagem, forjaram uma falsa crise de modo a limpar suas estantes”.

Mesmo diante do risco de cometer crime contra o patrimônio, os bibliotecários continuam apostando na digitalização, mesmo sendo mais vulnerável que o microfilme e adquirem materiais digitais sem um método confiável de preservação. Sendo assim, insiste Darnton (2010, p. 125-126): “o papel continua sendo a melhor mídia para preservação, e as bibliotecas ainda precisam encher suas estantes com palavras impressas em papel”.

Percebe-se em um dirigente moçambicano a preocupação de não adotar o livro eletrônico em observância à situação socioeconômica dos usuários:

Por que não livros eletrônicos? Eu ainda acho que Moçambique não é um país para embarcar nessa via. Quantas pessoas têm computador? (O fato de vermos as pessoas com laptop aí fora). Dos 35 mil alunos, 50% não tem computador, muitos não são de Maputo, são de distritos e lá onde vem não sabem nem ligar um computador... Eu dou aula para os primeiros anos e aparece alunos que não sabem ligar o computador. Se nós passarmos para os livros digitais estamos a excluir uma boa quantidade de pessoas (Bibliotecário moçambicano).

### 6.7.2 A escolha do suporte de leitura

A leitura requer um suporte. Segundo Eco e Carrière (2010, p. 16), este suporte não pode ser apenas o computador, considerando o desconforto da leitura na tela. A propósito, o computador depende da eletricidade e não pode ser lido numa banheira, tampouco deitado na cama. Logo, o livro se apresenta como uma ferramenta mais flexível. Ademais, para ler é necessária uma posição adequada, trata-se de um ato que envolve uma ergonomia apropriada para o pescoço, a coluna vertebral, os glúteos (ECO, 2010, p. 30).

De fato, constatou-se a preferência pelo livro impresso em papel para leituras que envolvem maior concentração, mesmo que a bibliotecária transcrita abaixo utilize o leitor de livro eletrônico, cabe ressaltar que a entrevistada já era uma leitora contumaz e agora utiliza também o eletrônico, mas resalta o inconveniente da leitura na tela do computador.

Eu gosto de ler em papel, mas também tenho um livro eletrônico e o utilizo, ou seja, eu gosto das duas coisas. Não quero dizer não gosto de livro eletrônico, nem tampouco somente livro eletrônico, mas no computador creio que as pessoas não gostam de ler, eu tampouco e livro eletrônico sim. Eu penso, que os jovens, apesar de serem muito digitais gostam de imprimir e ler em papel, me dá a sensação de que as tecnologias servem para muitas coisas mas, na hora de ler, a gente gosta de ler em papel, mesmo os mais jovens. Parece que estão com seus celulares, *tablets*, mas ao ler, inclusive para fazer os

apontamentos de aula, me dá sensação que eles gostam também do papel (Bibliotecária espanhola).

Além disso, o livro eletrônico não permite a doação ou troca por outro livro como relata uma das bibliotecárias entrevistadas.

Se você [...] comprar um exemplar [eletrônico], você não pode fazer nada com ele, você só pode ler. Você pode instalar até seis máquinas, mais nada. Então são culturas que vão sendo trabalhadas. Eu ainda [...] fui reclamar na Livraria [...], o rapaz falou assim comigo: o que você quer reclamar? Estou reclamando comigo mesma, não é nem com você. Ele: como assim? Quando eu compro um livro e não gosto do livro eu doo-o para a biblioteca, doo-o para outra pessoa. O eletrônico não. É meu e acabou. Morreu comigo. Se eu não gostar dele o azar é meu, vai ficar lá parado (Bibliotecária brasileira).

Um estudo com 385 pessoas aponta o uso de livros eletrônicos pela comunidade universitária. Mesmo que 60% (231 pessoas) afirmem ter lido em um *e-book*, a maioria (89%) reconhece a diferença da leitura e a maior comodidade do livro impresso (DANTAS, 2013). Uma das questões incômodas da leitura eletrônica é que os dispositivos emitem luz, enquanto o papel reflete a luz. É possível ter uma noção mais detalhada do volume do livro em papel, o leitor pode voltar páginas com maior facilidade ou adiantar para ter uma visão melhor de toda a obra, já o livro eletrônico não permite esta dimensão táctil (FIGURA 21). Diante disso, há indícios de uma melhor absorção do conteúdo da leitura realizada em papel (JABR, 2014).

Figura 21 – Vantagens da leitura no papel



Fonte: JABR (2014, p. 68).

## 6.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise ambiental é grave. A *Carta da Terra* adverte acertadamente para o compromisso de ações para prevenir graves e irreversíveis danos ambientais, ainda que a informação científica seja parcial ou inconclusiva (BRASIL, [2012]). Em consonância com Boff (2012), não se trata de deixar de produzir, mas preferir o uso de produtos de maior durabilidade - como é o livro em papel, e restringir o uso dos produtos provenientes de recursos não renováveis, tais como os eletrônicos. No caso do eletrônico, com tendência a maior contaminação ambiental, implica uma utilização mais racional particularmente por parte de instituições como as bibliotecas. Assim, é sempre importante averiguar se é mesmo necessário adotar todas as tecnologias disponíveis para proporcionar informação ou consolidar a efetiva utilização dos livros pensando na preservação do meio ambiente para a permanência da vida presente e futura na Terra.

Ao atender à demanda do usuário, deve-se pensar se se trata de uma demanda real ou “imposta” pelo mercado internacional. O consumo de produtos com o constante desperdício de recursos naturais mascara a noção de desenvolvimento em favor do crescimento, pois, em geral, os produtos consumidos por uma minoria rica tendem a aumentar o PIB de um país. Todavia, o crescimento do PIB não significa desenvolvimento e menos ainda desenvolvimento sustentável em termos sociais. “Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-las, no sentido de que tendem a ampliar as desigualdades sociais” (FURTADO, 1974, p. 94). Dez anos depois Furtado (1984) aponta que para pensarmos a noção de desenvolvimento é preciso visualizá-lo a partir dos “fins substantivos” de nossa própria cultura e não pela ideologia dos meios trazidos desde o exterior.

O livro é fundamental para a construção do desenvolvimento cultural nacional perene, aliado ao fato de ser um produto ambientalmente sustentável de durabilidade incontestável, como sustenta Umberto Eco:

Vimos que os suportes modernos tornam-se rapidamente obsoletos. Por que correr o risco de nos atulharmos com objetos que correriam o risco de permanecer mudos, ilegíveis? Temos a prova científica da superioridade dos livros sobre qualquer outro objeto que nossas indústrias culturais puseram no mercado nesses últimos anos. Logo, se devo salvar alguma coisa que seja facilmente transportável e que deu provas de sua capacidade de resistir às vicissitudes do tempo, escolho o livro (ECO, 2010, p. 36).

O dilema da substituição do papel pelo eletrônico é falacioso (LOPES, 2010). A questão que Lopes (2010, p. 48) coloca quanto ao papel ser sustentável em termos ecológicos a resposta é sim, inclusive traz benefícios socioambientais. A biblioteca deve promover o impresso e não o eletrônico, essa é uma resposta provisória à indagação inicial do capítulo, muito embora não se negue as vantagens do digital em termos de disseminação de informação.

Como a Internet traz consigo a herança da cultura livre (LESSIG, 2004) há livros disponibilizados sem autorização dos autores. Em termos individuais é importante pelo acesso ao conhecimento mas, como fere a lei de direitos autorais, tem repercussões negativas na sociedade como um todo, piores que a fotocópia individual, porque pela Internet o alcance da pirataria<sup>94</sup> é potencializado a milhares de pessoas.

Um dos mais notáveis economistas da história, John Maynard Keynes, fez os cálculos e concluiu que os livros não são tão caros como se apregoa. O economista diz que para o negócio ser rentável é preciso vender no mínimo 3.000 exemplares, porque os custos de produção são altos. Os editores não são responsáveis pelo preço elevado e sim o público que consome pouco livro, “a obra mais nobre do homem” (KEYNES, 2013, p. 8, tradução nossa)<sup>95</sup>. Desse modo, Keynes (2013, p. 12, tradução nossa) incentiva a população a reservar ao menos uma pequena parte do orçamento para aquisição de livro, pois “a compra de um livro não deveria considerar-se um luxo, sim uma boa ação, um dever social que glorifica a quem o realiza”<sup>96</sup>. Por sua vez, a biblioteca ao adquirir os livros fortalece a cadeia produtiva do setor e, particularmente, em tempos de crise econômica e ambiental, ao possibilitar o uso coletivo contribui para acesso ao livro, sobretudo pelos usuários mais pobres. Ao bibliotecário-artífice propõe-se atentar para este aspecto com uma postura crítica diante da constante ameaça ideológica a favor do eletrônico.

A premiada tese de Mangué<sup>97</sup> (2007) demonstra uma propensão dos sistemas de bibliotecas universitárias do Brasil, África do Sul e Moçambique no

---

<sup>94</sup> Matéria publicada pela Folha de São Paulo denuncia que produtos ilegais, falsos ou piratas vendidos pela Internet causaram um prejuízo de R\$ 800 milhões de reais em 2014 para a economia brasileira (ROLLI, 2015).

<sup>95</sup> No original: *la obra más noble del hombre*.

<sup>96</sup> No original: *la compra de um libro no se debería considerar um lujo, sino uma buena obra, um deber social que bendisse a quien lo realiza*.

<sup>97</sup> O Prof. Dr. Manuel Valente Mangué, sob orientação da Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari, obteve o reconhecimento da área de Ciência da Informação ao ganhar o prêmio de melhor Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, em 2008, bem como a melhor tese pela Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), além de menção honrosa no Grande Prêmio UFMG de Teses 2008 na área de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes. A tese também foi premiada em âmbito nacional ao receber o prêmio CAPES no ano de 2008. Diante do amplo reconhecimento acadêmico, é uma pesquisa a ser

investimento em tecnologia, sobretudo no caso brasileiro havia verba para a compra de equipamentos, mas faltavam recursos para aquisição sistemática de acervo bibliográfico, mormente durante o governo neoliberal dos anos 1990. Segundo Mangué (2007, p. 174) esses investimentos não são de *per si* eventuais, “na realidade, tendem a identificar-se com interesses prevaletentes das sociedades, nas quais a tecnologia é apresentada como epíteto de desenvolvimento”. Verifica-se, diante disso, um apelo ideológico à tecnologia, embora, nem mesmo em termos ambientais, os novos equipamentos sejam mais sustentáveis que o papel.

## 7 ACESSO LIVRE E BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

A temática do acesso livre, ou a publicação em sistema eletrônico, é bastante debatida pela comunidade de Ciência da Informação (CI). O estudo de Moreno, Leite e Arellano (2006) identificam um interesse gradativo da comunidade de CI brasileira no impacto do acesso livre na comunicação científica. De início, o assunto ficou restrito a alguns pesquisadores e ao Instituto Brasileiro de Informação Científica (IBICT), que acompanha o acesso livre desde os anos 2000. O estudo citado identificou 12 revistas de acesso livre na área de CI, sendo que todas mantinham os procedimentos de avaliação por pares, conselho editorial e 8 utilizavam o *software* livre *Open Journal System* (OJS) customizado pelo IBICIT com a denominação, no Brasil, de Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). Já naquele momento, apenas 5 revistas mantinham a edição também em papel (MORENO; LEITE; ARELLANO, 2006).

Ao considerar o fluxo da informação científica na perspectiva do acesso livre, Targino (2007) sinaliza que a explosão bibliográfica ou informacional é um fenômeno iniciado ainda no século XV, anteriormente ao surgimento da Internet. Entretanto, as novas tecnologias, mesmo com o favorecimento do fluxo informacional não garantem, absolutamente, a qualidade da informação disponibilizada. Desse modo, mesmo reconhecendo as potencialidades de transformação da internet, vislumbra alguns efeitos adversos como redução da confiabilidade da informação, dificuldade para o controle bibliográfico, desconsideração da autoria, vulgarização da propriedade intelectual, etc (TARGINO, 2007).

O acesso livre é um assunto discutido mundialmente e apresenta-se simbolicamente representado em duas vertentes, a saber: a via dourada (*gold road*), a qual incentiva a publicação em revistas de acesso livre em meio eletrônico e a via verde (*green road*) em que o estímulo é para a criação de repositórios digitais, os quais permitem o autoarquivamento pelos próprios autores de sua produção científica ou a biblioteca, com o consentimento dos autores, fica responsável pela disponibilização *online* das publicações, compostas basicamente por artigos científicos (MANGUE, 2011; KURAMOTO, 2014) e, também, por teses e dissertações, como é comum nas universidades. Se os artigos forem provenientes de revistas pagas, neste caso será necessária autorização também da revista.

Observando-se os trabalhos publicados na Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde (RECIIS, 2014), número temático dedicado ao Acesso Livre e Repositórios Institucionais, nota-se a presença da palavra “visibilidade” ao menos uma vez, no texto, em 13 de um total de 14 artigos. Em um dos

trabalhos (Política de acesso ao conhecimento...)<sup>98</sup> a palavra aparece 13 vezes. Isso corrobora a concepção teórica de Guédon (2010) de que a construção científica, inclusive inerente às iniciativas de acesso livre, contemplam as questões de “prestígio, autoridade e visibilidade”. Os autores desejam prestígio e reconhecimento de sua autoridade científica, para isso é necessário ter visibilidade oriunda de citações e outros indicadores para garantir a estruturação do poder no campo científico. Uma das justificativas do acesso livre amplamente divulgada na literatura, é, portanto, o aumento da visibilidade da produção científica. Guédon (2010) enfatiza, no entanto, a dimensão do acesso livre pensando em modo diferente de conformação de poder na ciência, particularmente para romper com a dicotomia do poder oligárquico da “ciência predominante” em relação à “ciência periférica”.

Contemplando estas e outras perspectivas, o objetivo deste capítulo é discutir as iniciativas de acesso livre nos países em análise na tese. Para tanto, discute-se numa perspectiva histórica a função da universidade, a constituição das sociedades e academias de ciências e as relações com os periódicos e as publicações em geral, com destaque para o livro, sobretudo no que diz respeito ao direito autoral estabelecido pelas legislações do Brasil, Espanha e Moçambique. Como recurso empírico utilizou-se algumas entrevistas realizadas com membros das universidades estudadas nos três países.

## 7.1 OS PERIÓDICOS E A MISSÃO DA UNIVERSIDADE

A história dos periódicos está mais relacionada com as academias de ciências ou reais sociedades que propriamente com as universidades. Destarte, a seguir, faz-se breve incursão teórica sobre a universidade para verificar as condições de ascensão dos periódicos científicos.

Na universidade escolástica, entre as disciplinas conhecidas, atualmente, apenas a matemática e a química tiveram desenvolvimento. Os conflitos religiosos entre nos séculos XVI, XVII e XVIII geraram uma considerável preocupação nas autoridades sobre as consequências da difusão de novos conhecimentos. O embate mais sério foi a cisão dos protestantes e a igreja católica, um conflito religioso e intelectual, cujo avanço da imprensa e, por conseguinte, o crescimento exponencial do número de livros passíveis de serem lidos e o incremento da leitura crítica, principalmente da Bíblia, exerceram um papel seminal. Os confrontos entre os

---

<sup>98</sup> Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/944-6275-3-PB.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2014.

católicos e protestantes ensejaram recrudescimento do controle da igreja e governos sobre as universidades e o pensamento em geral (DOMINGO BAGUER, 2013, p. 164).

Antes mesmo da contenda com os protestantes, a igreja se demonstrava preocupada com a proliferação exagerada de livros causada pela imprensa. Diante disso, em 1479, o papa Sixto IV e a instância de doutores da Universidade de Colônia, decretaram que todos os vendedores de livros deveriam solicitar permissão das autoridades eclesiásticas locais para vender suas obras. Depois da Reforma, os “livros proibidos” foram também corroborados pelas autoridades políticas com o a implantação da censura real na França, por Carlos IX em 1536 e na Inglaterra em 1538 pelo rei Henrique VIII. Já na Espanha, o Tribunal da Santa Inquisição funcionava desde 1478 (DOMINGO BAGUER, 2013, p. 164).

Como no ambiente da universidade escolástica o desenvolvimento do conhecimento tanto cultural quanto científico estava bastante limitado pelas questões político e religiosas, foi no âmbito extrauniversitário que o conhecimento encontrou solo fértil para avançar, inicialmente nos “colégios invisíveis”<sup>99</sup>, comunidades de intelectuais, estudiosos e inventores interligados pelas emergentes comunicações postais nos séculos XVII e XVIII, constituindo a denominada “república das letras” e, posteriormente, pelo estabelecimento das academias ou reais sociedades de ciências.

A denominação “república das letras” tem origem na expressão latina *respublica literaria*. O adjetivo literário designa primeiro que o uso da palavra escrita é uma das condições para a existência de uma nação e, segundo, é comum a equivalência em vários idiomas à correspondência do termo *letra* e *carta postal*. Finalmente, o termo literário fazia referência à época à relação entre o letrado e sabedoria (DOMINGO BAGUER, 2013, p. 170-171). Ainda na contemporaneidade, o dicionário Houaiss (LETRADO, 2009) define **letrado** como sujeito literato, erudito, versado em letras. O verbete **literário** no dicionário refere-se ao apreciador das letras, da literatura ou de toda variedade cultural adquirida pela leitura ou estudo (LITERÁRIO, 2009). As universidades, sobretudo, nos séculos XVIII e XIX passaram a se denominar na Espanha de “universidades literárias”<sup>100</sup> ao pretenderem conciliar “o ensino com o saber que havia sido desenvolvido na ‘república das letras’, com o

---

<sup>99</sup> Em inglês: *invisible college* ou universidade invisível, assim denominada por não constituir como integrante das universidades oficiais (DOMINGO BAGUER, 2013; STUMPF, 1996).

<sup>100</sup> Uma ressalva para a *Universidad de Salamanca* que já ostentava o nome de universidade literária desde sua fundação em 1224 (DOMINGO BAGUER, 2013, p. 171).

cientificismo e com a preponderância do laboratório e da biblioteca sobre a autoridade dos clássicos ou das religiões” (DOMINGO BAGUER, 2013, p. 172)<sup>101</sup>.

Nesse ambiente da “republica das letras”, os periódicos surgiram a partir do intercâmbio de cartas manuscritas entre os estudiosos (SOLOMON, 2008 apud ALEMU, 2009). Em 1665, um secretário da *Royal Society of London*, Henry Oldenburg, obsessivo escritor de cartas e entusiasta das novas ideias e pesquisas, reuniu, selecionou e difundiu as correspondências dos membros desta sociedade no periódico denominado: *Philosophical Transactions: give some Accompt of the presente Undertakings, Studies and Labours of the Ingenious in many considerable parts of the World*. Nesse mesmo ano, meses antes, com condições semelhantes, em Paris, Marin Mersenne, ao exercer função similar à de Oldenburg, coletou informações oportunizando a Denis de Sallo publicar o *Journal des Sçavans* para divulgar notícias dos acontecimentos da “republica das letras” na Europa. (MEADOWS, 1999, p. 6; ALEMU, 2009, p. 5).

No prefácio do *Journal des Sçavans*, Denis de Sallo declarava o objetivo do periódico em: catalogar e resumir os livros mais importantes editados na Europa, publicar falecimento de personalidades, descrever os progressos técnicos e científicos, apontar as principais decisões jurídicas e cobrir demais assuntos de interesse dos homens letrados. Com o tempo, passou a se dedicar mais a temas não científicos pela impossibilidade de cobertura de temas amplos. “Pode-se considerá-lo o precursor do periódico moderno de humanidades” (MEADOWS, 1999, p. 7). Já para Guédon (2001) o *Journal des Sçavans* parece mais um antecessor do jornalismo científico que da revista acadêmica moderna.

Os membros da *Royal Society* ao lerem o *Journal des Sçavans* optaram para o *Philosophical Transactions*... ser um periódico de caráter mais “científico”, priorizando as publicações oriundas de estudos empíricos, pois permaneciam naquela época as restrições acerca do estudo de temas de cunho político e religioso (MEADOWS, 1999). Stumpf (1996) considera esse periódico um modelo para as revistas científicas modernas.

Contudo, o marco da publicação científica no século XVII não foi a aparição dos periódicos, mas a publicação de um livro. Isaac Newton publica, inicialmente em latim e cinquenta anos depois em inglês, o *Philosophia e Naturalis Principia Mathematica*, obra síntese das observações realizadas, ao menos desde a incorporação de Galileu e Kepler, da matemática moderna influenciada pela revolução

---

<sup>101</sup> No original: *sus enseñanzas con el saber que se había desarrollado en la ‘reública de las letras’, con el cientificismo y con la preponderancia del laboratório y la biblioteca sobre la autoridade de los clásicos o de las religiones*

copernicana de compreensão do universo. “Com a síntese newtoniana, a ciência moderna firma definitivamente sua posição de proeminência em relação à velha cultura escolástica, em sua própria linguagem e no seu próprio estilo” (SCHWARTZMAN; PAIM, 1976, não paginado).

### **7.1.1 As academias de ciências e as sociedades científicas e suas influências nas publicações científicas**

As academias de ciências e as sociedades científicas têm importância na constituição dos primeiros periódicos científicos e na configuração do debate acadêmico-científico moderno. As academias não pretendiam oferecer cursos regulares como nas universidades, embora eventualmente ofertassem formação profissional em disciplinas ausentes no meio universitário e que exigiam conhecimentos científicos avançados, impensáveis na universidade escolástica. O ensino nessas academias se dava de forma cooperativa, partindo do princípio da paridade de saberes entre seus membros (ROCA ROSELL, 2003; DOMINGO BAGUER, 2013).

Dois iniciativas distintas no século XVII marcariam a trajetória futura das instituições acadêmicas. Trata-se da *Royal Society* de Londres, fundada em 1660, e a *Académie des Sciences de Paris*, criada pouco depois, em 1666. A *Royal Society*, inspirada na crença do progresso técnico-científico era composta de pessoas interessadas em ciência, apesar de contar com o reconhecimento do Estado (Realeza), era uma sociedade privada independente da universidade, cuja sobrevivência dependia de aportes dos seus membros (ROCA ROSELL, 2003).

A *Académie des Sciences de Paris*, por sua vez, foi uma iniciativa do Estado, o qual garantia sua sustentação, tinha como objetivo reunir a nata da ciência francesa para auxiliar o governo nos projetos científicos e tecnológicos e promover a investigação (ROCA ROSELL, 2003). Com efeito, a “Academia de Ciências de Paris [...] tinha objetivos explícitos também eminentemente práticos, de permitir a expansão da indústria e comércio da França. Não era uma sociedade de amadores, como a *Royal Society*, mas uma instituição de profissionais [...]” (SCHWARTZMAN; PAIM, 1976, não paginado).

A partir do século XVIII, as academias ou sociedades científicas passaram para aproximadamente setenta instituições (MEADOWS, 1999). Com isso, há acréscimo significativo no número de publicações periódicas, com uma clara diferenciação organizacional entre as academias e sociedades científicas. A *Académie* publicava um volume anual no qual colaboravam somente seus membros. A *Royal*

*Society* editava até cinco números por ano e poderia incluir trabalhos de não sócio (MEADOWS, 1999).

Com o avanço capitalista no século XIX surgiram várias profissões, além das tradicionais de direito e de medicina, as quais constituíram suas associações profissionais. Essas associações, além de restringir o ingresso à profissão e fiscalizar o exercício profissional, interessaram-se por pesquisas e inovações e, por conseguinte, pelas publicações científicas (MEADOWS, 1999).

Em 1831, com certo declínio da *Royal Society*, sob inspiração alemã, criou-se a Sociedade Britânica para o Progresso da Ciência, cujo modelo serviria para suas réplicas em tantos países, inclusive para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada em 1948 e a *Asociación Española para el Progreso de las Ciencias* (AEPPC), criada em 1908 (SCHWARTZMAN; PAIM, 1976). Em 2007, Moçambique, através do decreto nº 29/2007 (MOÇAMBIQUE, [2007]), cria a Academia de Ciências de Moçambique (ACM) para fortalecer a ciência e o desenvolvimento do país como um todo. Estas sociedades, embora sejam compostas por membros universitários são independentes das universidades.

No âmbito das universidades, ainda no século XIX, a universidade literária ou de “arte-cultura” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008) teve como um dos seus ideólogos o alemão Humboldt ao propor o modelo de ensino baseado basicamente em quatro dimensões: a docência, a biblioteca, a ciência e a investigação (DOMINGO BAGUER, 2013). Esse ideal de universidade influenciou o mundo todo, mas como apontado por Swartzman (2008), a pesquisa científica propriamente inovadora na Alemanha, ainda no século XIX, foi transferida para os centros especializados. Nos países em análise a universidade é chamada a participar da pesquisa científica, muito embora o reitor de uma universidade brasileira à época (2013) explique o seguinte:

Você não pode esperar da universidade o que ela não foi feita para fazer. A universidade, antes de tudo, é um local de formação de recursos humanos, de educação. Para fazer isso e para ter avanço, ela precisa fazer pesquisa, que pode ser transferida para o setor produtivo. Agora, isso tem que ser combinado com o esforço do sistema produtivo propriamente dito. A universidade não pode substituir empresa, não é a universidade que inova (DINIZ, 2013, p. 12).

Na perspectiva da universidade, o domínio da leitura e da escrita são fundamentais para o debate acadêmico e o livro como registro do conhecimento estabelecido é parte essencial, sobretudo para a educação profissional. Do ponto de vista da docência o professor, para além da sistematização do conhecimento, incentiva a formação de um espírito crítico de investigação para a ampliação da consciência intelectual, espiritual e moral dos alunos (DOMINGO BAGUER, 2013). A

biblioteca, nesse contexto, exerce a função central de estímulo à formação cultural pela leitura crítica, independentemente da área de estudo.

No século XX, com a maior cooptação da universidade pelo capital, o peso do livro, em algumas áreas, é ideologicamente reduzido pela lógica produtivista em nome do maior dinamismo “científico” do conhecimento em determinadas áreas. O eminente filósofo espanhol Ortega y Gasset (2010, p. 56)<sup>102</sup> explicita que a ciência não é a função precípua da universidade. A universidade ensina e questiona as possíveis descobertas científicas com vistas à formação profissional, portanto “pretender que o estudante normal seja um cientista é uma pretensão ridícula [...]” e mais adiante complementa: “foi desastrosa a tendência que há levado ao predomínio da ‘investigação’ na Universidade. Ela foi a causa de que se elimine o principal: a cultura” (ORTEGA Y GASSET, 2010, p. 58, grifo do autor)<sup>103</sup>.

Ora, a cultura estabelece-se a partir dos autores clássicos cuja produção está consolidada nos livros. Já na lógica da “universidade técnico-científica” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008), prevalecem em determinadas áreas, inclusive nas ciências humanas, os periódicos como principal fonte de conhecimento. Como decorrência:

A inflação produtivista da ciência pode correr o risco de tornar-se contra produtiva [sic]: a qualidade média da pesquisa diminui quando cresce sua quantidade; o número de publicações não garante *ipso facto* seu valor. Donde outra ameaça: *publish and perish* [publique e pereça]. Esse imperativo pressupõe uma aceitação permanente e acrítica de tudo o que é atual e novo e um certo menosprezo pela tradição (JAPIASSU, 2012, p. 177).

A construção do conhecimento científico é um processo de relações formais e informais. Os periódicos ao longo da história adquiriram representação como parte do processo formal de comunicação científica. Os resultados de projetos iniciais demonstram grande importância dos contatos informais e, nesse sentido, os congressos, seminários ou encontros são fundamentais para o avanço das primeiras etapas da investigação. A publicação na forma de artigo científico é a fase subsequente, a partir das observações dos pesquisadores mais experientes. Desde a fase inicial da investigação até a publicação decorre um tempo aproximado de três anos. Se o artigo revela-se um importante contributo para o campo, depois de uma década ou mais da data de publicação, pode-se encontrar referência ao artigo em um livro ou texto especializado (GARVEY; GRIFFITH, 1979, p. 132-135). Mesmo com a facilidade tecnológica atual a produção do conhecimento formal é um processo lento,

<sup>102</sup> No original: *pretender que el estudiante normal sea un científico es, por lo pronto, una pretensión ridícula.*

<sup>103</sup> No original: *ha sido desastrosa la tendencia que ha llevado al predominio de la ‘investigacion’ en la Universidad. Ella ha sido la causa de que se elimine lo principal: la cultura*

dependente das trocas informais entre os pares, culminando na consolidação nos livros.

## 7.2 OS PERIÓDICOS E A CONSTRUÇÃO DA “CIÊNCIA CENTRAL”

Nos últimos cinquenta anos os editores conseguiram transformar as revistas científicas, tradicionalmente menos prestigiadas que os livros, em um negócio milionário. Com isso, há uma “crise dos preços dos periódicos” (GUÉDON, 2001, p. 1, tradução nossa) e impacto direto no processo de trabalho das bibliotecas universitárias. Para entender como isso aconteceu é preciso retroceder à crise de 1929.

Uma das leis bibliométricas<sup>104</sup> é a de Bradford. Publicada em 1934, buscava encontrar resposta à questão dos bibliotecários em saber qual é o uso efetivo do acervo para reduzir os custos em função da “grande depressão” (GUÉDON, 2001). A lei de Bradford procura reunir os “periódicos centrais” de uma determinada área. Os estudos baseados na lei de Bradford seguem três características em comum:

- Identificam muitos ou todos os itens (geralmente artigos) publicados numa área;
- Listam e classificam as fontes (geralmente revistas), iniciando pelas revistas que publicam a maioria dos artigos;
- Dividem esta lista em grupos (ou zonas) para que o número de artigos produzidos por cada grupo de periódicos seja aproximadamente o mesmo (HORJLAND; NICOLAISEN, 2005, p. 97).

Há vários estudos utilizando a lei de Bradford para a gestão de coleções. Uma das críticas de Horjland e Nicolaisen (2005) é que os estudos não explicitam os detalhes sobre a aplicação da lei, ademais:

Não há razão para acreditar que os pressupostos sobre o universalismo e a neutralidade subjacente à aplicação da lei de Bradford possam ser combinados com as exigências sobre o pluralismo, o que é esperado de bibliotecas e sistemas de informação. Em outras palavras: a aplicação da lei de Bradford para a seleção de fontes de informação pode não ser apenas uma ferramenta neutra, mas pode, eventualmente, ser discriminatória contra opiniões minoritárias (HORJLAND; NICOLAISEN, 2005, p. 97)<sup>105</sup>.

<sup>104</sup> Segundo Fonseca (1986) o termo bibliometria foi cunhado por Paul Otlet como medida dos livros em 1934 no livro: “Tratado de Documentação”.

<sup>105</sup> No original: There is no reason to believe that the assumptions about universalism and neutrality underlying the application of Bradford's law can be combined with the demands on pluralism, which may be expected from libraries and information systems. In other words: The application of Bradford's law to the selection of information sources may not be just a neutral tool, but may possibly turn out to function discriminatorily against

Ainda assim, juntamente com a Lei de Lotka (poucos autores concentram a produção científica) e a Lei de Zipf (palavras mais utilizadas indicam o assunto da publicação) essas três principais leis bibliométricas frequentemente são consideradas o melhor modelo de explicação científica dentro da Ciência da Informação (HORJLAND; NICOLAISEN, 2005). Os denominados estudos métricos constituem a base instrumental da Ciência da Informação ao contrário da Biblioteconomia e Documentação onde a organização e administração de bibliotecas e serviços de documentação, respectivamente, são os principais instrumentos destas áreas (FONSECA, 2007, p. 11). Atualmente o interesse pela bibliometria tem aumentado pela facilidade de compilação de informação na Internet (MUELLER; PASSOS, 2000).

Antes mesmo da Internet, no período da Segunda Guerra Mundial, as nações em guerra foram impelidas a desenvolver sistemas de informação. Nos Estados Unidos foi idealizada por Vannevar Bush a produção de um complexo sistema de informação denominado Memex (*Memory extension*). Tratava-se de um possível dispositivo cujo objetivo seria armazenar e recuperar todo tipo de informação com rapidez e flexibilidade (BUSH, 1945). A proposta serviu de inspiração para Eugene Garfield propor, em 1955, o *Science Citation Index* (SCI) (GARFIELD, 1955), lançando com isso as bases para a criação do *Institute of Scientific Information* (ISI). Constituíram-se, assim, as bases para a construção de uma enorme teia de citações de artigos científicos (GUÉDON, 2001).

Com o auxílio das leis bibliométricas, Garfield reuniu um “núcleo” de revistas especializadas formando um grande “núcleo científico”, tendo utilizado este conjunto de revistas como sustentação para o ISI realizar a publicação anual de três índices de citação: o *Science Citation Index* (desde 1963), o *Social Science Citation Index* (iniciado em 1973) e, a partir de 1978, o *Arts and Humanities Citation Index* (FONSECA, 1986; NORONHA; FERREIRA, 2000).

Apesar do interesse essencialmente bibliográfico, a solução pragmática de Garfield para gerir milhões de citações teve uma grande consequência teórica. Com efeito, Garfield deu substância e realidade a um conceito de “revistas centrais” para o de “ciência central”. “De uma ferramenta útil para a tomada de decisões difíceis se converteu num conceito geral com pretensões universais. A ‘ciência central’ de repente existia e podia ser visualizada numa lista específica de publicações” (GUÉDON, 2001, p. 21).

Ao final dos anos sessenta e início dos setenta, muitas universidades ou centros de pesquisa começaram a examinar uma maneira de avaliar mais objetivamente o rendimento das investigações científicas. A ferramenta bibliográfica de Garfield, concebida nos Estados Unidos, prometia uma avaliação nesta direção. Após alguns anos, o ISI começou a publicar o fator de impacto das revistas indexadas no *Science Citation Index*. “Com este movimento, o SCI estava preparado para uma nova área de negócio, a ferramenta de gestão da carreira” (GUÉDON, 2001, p. 21).

O fator de impacto é a razão entre o número de citações de uma revista e o número de artigos publicados nos últimos dois anos. Assim, o fator de impacto de uma revista em 2014 é o número de citações recebidas em 2014 dos artigos publicados em 2012 e 2013. Pinto e Andrade (1999), observando a área de química, identificam quatro questões para a prudência no uso do fator de impacto, a saber:

- Os artigos oriundos de áreas com maior quantidade de revistas têm mais probabilidade de serem citados quando comparados aos artigos das áreas com menor número de revistas;
- Os artigos de áreas que comumente utilizam um maior número de referências tendem a ser mais citados. A área de bioquímica, por exemplo, apresenta um valor médio de três vezes mais referências em relação à área de matemática;
- As pesquisas com abrangência mais regional, não menos importante, apresentam fator de impacto menor;
- Eventualmente, artigos com erros de interpretação nos resultados podem ser mais citados por outros trabalhos, mas apenas para contestar possíveis equívocos científicos;

Essas e outras questões qualitativas não avaliadas pelo fator de impacto favorecem mais alguns artigos, revistas ou áreas em detrimento de outras. Por isto, é necessário cuidado no seu uso (PINTO; ANDRADE, 1999; AMIN; MABE, 2000; GUÉDON, 2001; CORREIA; ALVARENGA; GARCIA, 2011).

Mesmo assim, alguns centros de investigação e universidades utilizam o fator de impacto das revistas para avaliar o rendimento individual dos pesquisadores, particularmente porque a disponibilidade tecnológica facilita a “avaliação”. Sem dúvida, o aspecto quantitativo do fator de impacto tem uma conotação de objetividade, especialmente para os avaliadores da ciência. Este caráter parece ser mais importante que a idoneidade do método, porque isso mantém o foco nos títulos das revistas e relega o artigo ao segundo plano. Os editores comerciais continuam promovendo as revistas com maior fator de impacto – geralmente pagas, como base técnica de promoção do lucro a partir da contribuição individual voluntária dos cientistas (GUÉDON, 2001).

Com a identificação das publicações mais valorizadas de acordo com o fator de impacto, sobretudo os pesquisadores mais renomados, não têm outra escolha a não ser publicar nas “revistas principais”. Essas “publicações fundamentais” são as mais atraentes, conseqüentemente as mais procuradas pelos “investigadores produtivos” para buscar visibilidade, prestígio e a melhoria da classificação institucional. A eleição de um conjunto básico e limitado de revistas substituiu a busca da excelência de qualidade por uma corrida pelo elitismo, mais relacionado à quantidade e, em conseqüência, o conteúdo dos artigos é menos considerado em relação à importância relativa crescente dos títulos das revistas (GUÉDON, 2001).

Tudo isso tem implicações para as bibliotecas universitárias, pois uma vez que a publicação se torna “indispensável” para a carreira do pesquisador deve ser adquirida a qualquer custo, porque “os dominantes consagram-se às estratégias de conservação, visando assegurar a perpetuação da ordem científica estabelecida com a qual compactuam” (BOURDIEU, 1983, p. 137).

### 7.3 O MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE E OS REPÓSITÓRIOS NA UB, UE E UM

O denominado movimento de acesso livre (*open access*, em inglês), surge a partir da possibilidade de disponibilizar informação pela Internet e como contraofensiva diante dos altos preços de assinaturas dos periódicos científicos comerciais, além de certa maneira tentar substituir o modelo de assinatura de periódicos impressos tradicionalmente adotado pelas bibliotecas pelo livre acesso digital. Segundo a *Budapest Open Access Initiative* (BOAI, 2002) o objetivo do acesso livre é promover o acesso à literatura científica através da Internet para que qualquer usuário possa ler, copiar, distribuir, imprimir e utilizar o texto integral dos artigos, apenas tendo que vencer a barreira do acesso à Internet. A respeito do direito autoral, a única restrição é dar créditos aos autores para que sejam devidamente citados, além de manter a integridade do seu trabalho.

Uma comunidade biomédica nos Estados Unidos propôs a Declaração de Bethesda em 2003, com vistas à promoção do debate para implementação rápida do acesso livre. Conclamam as bibliotecas e os editores para colaborar nesta transição futura, no que concerne especificamente às bibliotecas. Recomendam, ainda, a sensibilização dos usuários para as vantagens do acesso livre (DECLARACIÓN..., 2003). Percebe-se, no entanto, neste manifesto, a iniciativa de pessoas individuais – 22 pesquisadores, em favor do acesso livre e não uma decisão institucional.

A Declaração de Berlim também entra no rol do apoio ao movimento de acesso livre, definindo “acesso livre como uma fonte universal do conhecimento humano e do patrimônio cultural que foi aprovada pela comunidade científica” (DECLARAÇÃO DE BERLIM..., 2003, não paginado). No *site* dedicado ao acesso livre do Instituto Max-Planck<sup>106</sup> há 489 membros signatários da proposta, representantes de várias instituições acadêmicas da Europa, América do Norte, Ásia e África. Entre os países, identifica-se o apoio de cinco instituições espanholas, no ano de 2006. Nenhum país da América Latina, inclusive o Brasil, é signatário da declaração de Berlim. Moçambique também não aparece representada na lista das instituições que apoiam o acesso livre, de acordo com o site.

Porém, no Brasil, em 2005, publicou-se o “Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica”. A iniciativa de pesquisadores do IBICT visa integrar-se ao “paradigma do acesso livre à informação” e, para tanto, propõe a “política nacional de acesso livre à informação científica”. Dentre outras recomendações, a política visa instituir os chamados “repositórios institucionais” nos quais os pesquisadores seriam “obrigados” a depositar uma cópia *online* de toda sua produção científica (MANIFESTO..., [2005]).

Entre 2003 e 2014 foram identificadas aproximadamente 50 declarações de vários países do mundo favoráveis ao acesso livre (OPEN..., 2014). No mundo existem cerca de 2.729 repositórios digitais, sendo 454 (16,6%) nos Estados Unidos; 229 (8,4%) no Reino Unido; 170 (6,2%) na Alemanha; 145 (5,3%) no Japão; a Espanha aparece em quinto lugar com 115 (4,2%) repositórios, seguida da França com 89 (3,3%); Polônia com 85 (3,1%); e o Brasil na oitava posição com 84 repositórios (3,1%). O restante do mundo totaliza os demais 1.358 (49,8%) repositórios institucionais, nesse montante está computado o único repositório presente em Moçambique (DIRECTORY..., 2014). Ver Tabela 19 para as instituições em análise nesta tese.

Tabela 19 – Repositórios institucionais de três instituições no Brasil, Espanha e Moçambique

Nome do repositório	Quantidade de itens
Repositório Institucional da Universidade brasileira	204
Repositório Institucional da Universidade espanhola	16.201
Repositório Institucional da Universidade moçambicana	3.003

Fonte: Directory of Open Access Repository (2014).

Os materiais disponíveis geralmente são artigos de periódicos, seguidos das teses e dissertações, mas há também livros e capítulos de livros, entre outras publicações. A UB, como se nota na Tabela 19, disponibiliza poucos materiais no

<sup>106</sup> Disponível em: <<http://openaccess.mpg.de/3883/Signatories>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

repositório institucional. Na questão do acesso aberto, segundo as entrevistas, está-se investindo muito mais na divulgação das teses e dissertações que em artigos científicos ou outros materiais. O repositório de teses e dissertações totaliza 12.692 teses e dissertações disponíveis para *download*, ademais há pelo menos uma cópia impressa para consulta local. Esta iniciativa leva em consideração o *open access* como um fator complementar e não substituto do impresso, como percebe-se nos vários manifestos a favor do acesso livre.

O pouco investimento no repositório institucional, para além das teses e dissertações na UB, pode ser explicado, em parte, porque no Brasil a política de acesso livre não alcançou *status* de lei. Tramita no senado o projeto de lei nº 387 de 2011 que estabelece o depósito obrigatório da produção técnico-científica de professores e alunos de pós-graduação, cujo financiamento de pesquisa seja proveniente de recursos públicos. A produção técnico-científica é compreendida basicamente como as monografias, teses, dissertações e artigos nacionais e internacionais revisados por pares. Já as obras ainda passíveis de direitos autorais solicitam-se apenas as referências bibliográficas (BRASIL, 2011). Constata-se, segundo Guédon (2010, p. 50-51), que apenas entre 10% e 15% dos autores arquivam espontaneamente seus artigos, entre outros fatores por uma questão cultural.

Na Espanha, a Lei da Ciência, Tecnologia e inovação menciona o seguinte:

Capítulo II. Transferência y difusión dos resultados da atividade de investigação, desenvolvimento e inovação e cultura científica, tecnológica e inovadora.

Artículo 35. Valorización e transferencia do conhecimento.

Artículo 36. Aplicación do direito privado dos contratos relativos a promoção, gestão e transferência de resultados da atividade de investigação, desenvolvimento e inovação.

**Artículo 37. Difusión em acceso aberto.**

Artículo 38. Cultura científica e tecnológica (ESPAÑA, 2011a, p. 54.388, grifo nosso)<sup>107</sup>.

Antes mesmo da lei, tradicionalmente as bibliotecas proporcionam acesso livre a seu acervo físico tanto para a comunidade local quanto internacional, quando solicitada. De todo modo, verifica-se o trabalho da UE na disponibilização de 16.201

---

<sup>107</sup> No original: *Capítulo II. Transferencia y difusión de los resultados de la actividad de investigación, desarrollo e innovación y cultura científica, tecnológica e innovadora. Artículo 35. Valorización y transferencia del conocimiento. Artículo 36. Aplicación del derecho privado a los contratos relativos a la promoción, gestión y transferencia de resultados de la actividad de investigación, desarrollo e innovación. Artículo 37. Difusión en acceso abierto. Artículo 38. Cultura científica y tecnológica*

itens em acesso livre *online* via repositório institucional. Na Espanha, de modo geral, as universidades constituem quatro grupos distintos em relação às políticas de implantação do acesso livre: 7 universidades possuem uma política consolidada em acesso livre, pois preveem o depósito de todas as publicações dos docentes e investigadores das universidades; outras 12 universidades, incluindo a UE, seguem a recomendação de disponibilizar livremente todas as publicações decorrentes de projetos financiados pela Comunidade de Madri. Ainda nesse grupo, na Universidade de Salamanca, é obrigatório depositar as teses e as dissertações e na Universidade de Murcia há obrigatoriedade de publicar uma cópia das teses em formato eletrônico. Já 34 universidades, maioria dos respondentes do questionário da pesquisa, apresentam uma política inicial ou apenas encaminhada no que tange ao repositório institucional e as 21 universidades restantes não contam com nenhuma iniciativa para promover o acesso livre à ciência na Espanha (ABADAL; OLLÉ CASTELLÀ; ABAD GARCÍA; MELERO, 2012).

Ainda segundo o estudo supracitado há expectativa de que, nos próximos anos, todas as teses de doutorados na Espanha estejam disponíveis para acesso livre, pois o Real Decreto que regula o ensino de doutorado em seu artigo 14 regulamenta que a tese aprovada deverá constar de uma cópia no repositório institucional da universidade (ESPAÑA, 2011).

Em Moçambique a UM, juntamente com a Universidade Pedagógica, lidera o movimento de acesso livre com o repositório SABER com um total de 3.003 itens. Segundo Waete, Moura e Mangue (2012) há participação também do Centro de Formação Jurídica e Judiciário, sendo o primeiro repositório interinstitucional de Moçambique com vistas ao atendimento das instituições de ensino superior, bem como os institutos ou centros de pesquisa do país. A bibliotecária responsável pelo repositório, entretanto, ressaltou que a maioria do acervo disponibilizado é de monografias de final de curso das licenciaturas. Quanto às teses e dissertações, em sua maioria produzidas no exterior, alguns professores apenas as veem como uma forma de subir na carreira e se incomodam com a publicação no repositório, apesar do esforço de convencimento da bibliotecária: “as teses e dissertações [são] muito difíceis de chegar [à biblioteca]. Nós temos que ir atrás, pedir ao próprio Reitor para decretar regulamento. As pessoas, os professores não cumprem, não respeitam o regulamento de que devem deixar a tese” (Bibliotecária moçambicana).

As teses e dissertações produzidas, em geral, nos programas de pós-graduação das universidades são resultados da capacitação de professores para o ensino superior e a formação de pesquisadores. São consideradas “literatura cinzenta”, documentos “não convencionais e semipublicados”, sem comercialização,

como os livros ou periódicos e geralmente produzidas em reduzidas quantidades (CAMPELLO, 2000; GOMES; MENDONÇA; SOUZA, 2000). No artigo 48 do regulamento do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UB<sup>108</sup> consta como condição para obtenção o título de mestre ou doutor, entre outros quesitos, ceder ao menos uma cópia para consulta pública na biblioteca da versão final aprovada pela banca examinadora e cópia eletrônica, acompanhada de formulário de autorização para publicação de uma versão em acesso livre. Ou seja, entregar uma cópia impressa e eletrônica é obrigatório, mas para disponibilizar o conteúdo *online* é necessária autorização do autor em respeito aos direitos autorais.

Se, eventualmente, as teses ou dissertações forem publicadas em livros há a garantia do direito autoral no que diz respeito à questão patrimonial decorrentes de eventuais retornos financeiros oriundos da venda de exemplares, muito embora Amaro (2009) ressalte que o ganho econômico para o autor é quase exclusivo do livro impresso e, mesmo assim, são poucos os livros científicos que alcançam um volume grande de vendas a ponto de recompensar os autores<sup>109</sup>. Além disso, mesmo com a recomendação da banca examinadora para a publicação, é necessário observar que o estilo acadêmico de uma tese é distinto de um livro, para ser passível de publicação requer uma mudança geral de formato (LEMOS, 2014)<sup>110</sup>.

## 7.4 ACESSO LIVRE E DIREITOS AUTORAIS: A IMPORTÂNCIA DO LIVRO

O direito autoral apresenta dois fundamentos distintos, um inglês e outro francês, em sua construção histórica legal. Antes do século XVIII, as publicações não eram reguladas pelo *copyright* (direito sobre a obra) e sim pelo *right in copies* (direito de reprodução), ou seja, uma vez registrado havia o direito perpétuo de cópia sobre o

---

<sup>108</sup> Disponível em: < file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/Regulamento%20PPGCI%20-%20Alteracoes%20em%2023.01.pdf >. Acesso em: 25 nov. 2014.

<sup>109</sup> Um sucesso editorial do mundo acadêmico em 2014 (originalmente publicado em francês em 2013) é o livro de Thomas Piketty, o capital no século XXI, com vendas de 1 milhão de exemplares em todo o mundo e traduzido para diversos idiomas (CASTRO, 2014). Trata-se de resultado de pesquisa realizada durante vários anos culminando no livro, cuja publicação garante o direito autoral patrimonial ao autor. Provavelmente foi adquirido por várias bibliotecas universitárias em todo o mundo e disponibilizado para os usuários. Com isso, estimula a cadeia do livro nos vários países em que foi vendido e, através da biblioteca, pode ser lido pelos interessados no assunto.

<sup>110</sup> Informação oral obtida em apresentação de Antônio Agenor Briquet de Lemos, intitulada: A comunicação científica nos dias atuais: de produto a *comoditty* durante o XVIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, realizado em Belo Horizonte, entre os dia 16 e 21 de novembro de 2014.

manuscrito (CHARTIER, 2012, p. 43). O princípio anglo-saxão do *copyright* foi instituído em 1710, pelo Estatuto da Rainha Ana da Inglaterra, e funda-se na limitação no direito de cópia para quebrar o monopólio de livreiros ou editores da exclusividade de cópia do exemplar físico de uma obra. Esse modelo de *copyright* ressalta muito mais o ponto de vista econômico do que autoral e atinge sua forma mais expressiva nos Estados Unidos (FRAGOSO, 2012).

Na França, sob os princípios da revolução francesa, o Estado intervém e estabelece uma legislação para proteger o autor e o público. Resguardar o direito do autor pressupõe reconhecer seu esforço intelectual como um trabalho merecedor de retribuição. Por outro lado, é necessário não lesar o direito do público. Trata-se de um direito que reconhece a propriedade e limita sua permanência: uma vez expirado o prazo a obra torna-se de “domínio público” (CHARTIER, 1999, p. 66).

Desde então, adotaram-se acordos internacionais para garantir o cumprimento do direito de autor. Um dos acordos internacionais mais importantes foi a chamada Convenção de Berna, em 1886, culminando em um importante documento para garantir o direito patrimonial (assegura ao autor a exploração comercial de sua obra) e moral (vinculação inalienável e irrenunciável dos autores a sua obra). O documento foi modificado várias vezes, sendo a última em 1979 e serviu de fundamento para a legislação em vários países (ROSA, 2014; FRAGOSO, 2012), entre eles Brasil, Espanha e Moçambique<sup>111</sup>.

No tocante aos direitos autorais, o acesso livre apregoa as chamadas licenças *Creative Commons*. Fundada em 2001 nos Estados Unidos, *Creative Commons* é uma Organização Não Governamental (ONG), criada com objetivo de estabelecer “um equilíbrio entre os direitos dos autores, as indústrias culturais e acesso do público em general à cultura” (VERCELLI, 2009, p. 2)<sup>112</sup>. Essas licenças alegam uma alternativa ao direito de propriedade tradicional, já que o próprio autor autoriza qual o tipo de acesso ele concede à sua obra<sup>113</sup>. Segundo Pontes (2009 apud EGEA, 2014, p. 124) a legislação do direito autoral brasileira confere aos autores,

---

<sup>111</sup> Os três países são membros a *World Intellectual Property Organization* (WIPO), Organização Mundial de Propriedade Intelectual, instituição fundada em 1967 da qual participam 188 países para proteger os direitos autorais, patentes, marcas, desenhos industriais e indicações geográficas. Disponível em: <<http://www.wipo.int/about-ip/es/>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

<sup>112</sup> No original: *un equilibrio entre los derechos de los autores, las industrias culturales y el acceso del publico en general a la cultura*.

<sup>113</sup> Essas licenças concretizam-se em quatro princípios fundamentais: permissão para cópia, distribuição e execução de obras atribuídas pelo autor; cópia, distribuição e execução de obras e suas derivadas sem fins comerciais; permissão do uso, sem alteração ou transformação sem obras derivadas e, finalmente, há a permissão de compartilhar as obras derivadas sob a mesma licença vigente da obra original (VERCELLI, 2009; EGEA, 2014; ROSA, 2014).

independentemente de adesão aos *Creative Commons*, o direito de elegerem a finalidade desejada de sua obra.

A lei brasileira nº 9.610 de 1998, de fato em seu artigo 28, estabelece que “cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou **científica**” (BRASIL, 1998, não paginado, grifo nosso). No caso dos periódicos tradicionalmente os autores, normalmente professores de universidades, pesquisadores de institutos de pesquisa ou alunos de pós-graduação, cedem voluntariamente os direitos patrimoniais para os editores das revistas científicas na expectativa de preservação de seus “direitos morais” para ser assegurada citação de “seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra” (BRASIL, 1998, Art. 24, inciso II).

Na dimensão dos periódicos, a política nacional brasileira incentiva mais as publicações no estrangeiro do que o fortalecimento dos periódicos nacionais (AMARO, 2009). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para avaliar a qualidade dos periódicos, utilizados pelos programas de pós-graduação na disseminação da produção científica, se vale de critérios estrangeiros. Em quase todas as áreas – inclusive nas ciências humanas, muitos dos periódicos com o conceito mais elevado (A1) são estrangeiros. Além disso, o fator de impacto do *ISI* não reflete as especificidades da produção nacional em várias áreas (SILVA, 2009a; FUELLER, 2010; FERREIRA; TARGINO, 2010).

Entre as várias iniciativas do movimento de acesso livre, o Portal Biblioteca Eletrônica Científica *Online* (*Scientific Electronic Library Online* – SCIELO) tem se destacado como o maior, com aproximadamente 400 títulos, e o mais internacionalizado, contando com a participação de mais de 10 países, incluindo vários da América Latina e Caribe, dois países europeus (Espanha e Portugal) e um Africano (África do Sul). Em comparação realizada em 2005 com o Canadá o SCIELO conseguiu disponibilizar 160 periódicos em acesso livre a um custo relativamente baixo de um milhão de dólares. Com uma quantia três vezes maior o estado de Quebec administra a mesma quantidade de revista, mas todas pagas. “O modelo do SCIELO é, sem dúvida, um sucesso e dissipa várias das críticas automáticas dirigidas a empreendimentos operados pelo Governo [...]” (GUÉDON, 2010, p. 49).

Em países como Estados Unidos, Reino Unido e Austrália não existem ou são bastante limitados financiamentos públicos para os periódicos (GUÉDON, 2010). Enquanto os países em desenvolvimento custeiam a publicação sem ânimo de lucro para acesso livre, as editoras nos países centrais adotam uma solução mercadológica: “recebem artigos científicos de graça e cobram para publicá-los, vendendo assinaturas e tornando o público cativo” (LEMOS, 2014, não paginado)

Sobre a internacionalização da ciência é preciso observar esse tema com cautela. O ganhador do Nobel de Física, Abdus Salam, expressa isso de modo oportuno: “sem a internacionalização, a ciência não pode florescer”. Contudo, internacionalizar não quer dizer, absolutamente, manter relações científicas exclusivas com países centrais (GUÉDON, 2010, p. 42). Nesse sentido, Vessuri (1987) sugere que o impacto de um determinado país na ciência mundial quase sempre é pequeno, por isso não é uma boa medida para identificar seu grau de avanço científico. É mais relevante mapear profundamente as especialidades de quem faz o quê e onde, seja no país ou em certa região. Então, torna-se factível levantar as temáticas de pesquisa prevalentes para possíveis comparações de países e, concomitantemente, estabelecer redes integradas de pesquisadores. As revistas nacionais ou locais, caso sigam nessa direção, podem vir a ser uma ferramenta essencial para esta prática. “O ponto fundamental, portanto, é atingir alguma forma de internacionalização e não se conectar à ciência predominante, qualquer que seja o significado atribuído a essa expressão dúbia” (GUÉDON, 2010, p. 42).

Uma alternativa para a disseminação do conhecimento científico autóctone é a publicação de livros. A CAPES instituiu a partir de 2009 o Qualis-livros, identificando-o como um produto, impresso ou eletrônico, com ISBN ou ISSN (em caso de obras seriadas), com no mínimo 50 páginas e publicado por uma editora (CAPES, 2014a). Essa medida abrange apenas 23 áreas, particularmente das ciências humanas e sociais. De acordo com Guédon (2010) nas áreas de ciências exatas e da terra; ciências da vida e nas engenharias dominam os artigos, por sua vez os livros desempenham papel secundário por não absorverem a pesquisa de ponta. Porém, será que o conhecimento produzido por estas áreas nos artigos, normalmente direcionado aos pares, não poderia ser consolidado em livro numa linguagem acessível para uso discente ou da população em geral? Esta interrogação, no caso brasileiro, vai ao encontro da Lei da Política Nacional do Livro, lei 10.753, de 30 de outubro de 2003, ao declarar que: “o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida” (BRASIL, 2003, Artigo 1º, parágrafo II)

Na lei de direito autoral espanhola “considera-se autor a pessoa física que cria alguma obra literária, artística ou científica” (ESPAÑA, 1996, artículo 5, inciso 1º)<sup>114</sup> Há também garantia dos direitos morais e patrimoniais e cabe ao autor “decidir si

---

<sup>114</sup> No original: *se considera autor a la persona natural que crea alguna obra literaria, artística o científica.*

sua obra será divulgada e de que forma” (ESPAÑA, 1996, Artículo 14, inciso 1º)<sup>115</sup>. No caso da UE os autores escolhem os periódicos em geral de acesso pago, dado que o incentivo financeiro da universidade é mais em revistas com “reconhecimento” acadêmico internacional, conforme aponta o vice-reitor da universidade:

A Universidade fomenta as publicações de qualidade e, de fato, a universidade tem um programa, uma espécie de premio para os professores que publicam no *Journal Citation Report* e na *Web of Science*, em revistas do primeiro quartil, pois há prêmio anuais para as pessoas que mais publicam e, portanto, fomentamos para que nossas publicações sejam muitas e boas (Entrevista com vice-reitor espanhol).

O *Journal Citation Report* (JCR) é um subproduto do *Science Citation Index*, acessível através da *Web of Science* (versão online do SCI) que, entre outros indicadores, divulga os rankings dos fatores de impacto dos periódicos (GARFIELD, 2007). A empresa privada ISI/Thompson-Reuters (anteriormente denominada Thompson ISI, Instituto para a Ciência da Informação) através dessas métricas bibliométricas classifica como “melhores”, os periódicos editados nos Estados Unidos e alguns países da Europa. Estes indicadores questionáveis são incorporados com o principal critério de avaliação das publicações nos diversos países do mundo (AGUDO LÓPEZ; ROGEL SALAZAR; BECERRIL GARCÍA, 2010; FERREIRA; TARGINO, 2010; GUÉDON, 2010).

Desse modo, há uma efetiva exaltação dos periódicos centrais pagos em detrimento das revistas nacionais e de acesso livre. Paralelamente ao estímulo à publicação livre, na universidade como a maioria dos alunos estão em busca de uma profissão, concedida no âmbito da graduação<sup>116</sup>, uma saída é um incentivo maior para a publicação de livros, muito embora destaca-se a ausência de uma editora própria da UE<sup>117</sup>. Bufrem e Garcia (2014) ressaltam a importância das editoras universitárias para difusão e preservação do conhecimento produzido na universidade tanto nos periódicos quanto nos livros, ressaltando a relevância no debate acadêmico sobre a função formadora do livro. Vale observar o alerta de Darnton (2010) que, até os anos 1970, os editores podiam ter certeza da venda de 800 livros para bibliotecas. Nos tempos atuais esse número fica próximo de 300, número insuficiente para cobrir os custos de produção. “As editoras não podem mais ter certeza de que venderão livros

<sup>115</sup> *decidir si su obra ha de ser divulgada y em qué forma.*

<sup>116</sup> A tese de Oliveira (2011), mesmo sendo de uma área específica (biblioteconomia) demonstrou que no ensino de graduação o livro é o recurso mais referenciado pelas ementas das disciplinas.

<sup>117</sup> A Universidade espanhola, no entanto, por meio de sua Secretaria Geral, mantém convênio de co-edição com editoras privadas.

que há vinte anos seriam irresistíveis para qualquer bibliotecário (DARNTON, 2010, p. 89).

A situação moçambicana em relação aos direitos autorais está em consonância com o Brasil e a Espanha. A lei nº 4 de 2001, logo no seu capítulo I, esclarece o objetivo de proteger o direito dos autores de obras literárias, artísticas ou científicas para “estimular a produção do trabalho intelectual na área de literatura, da arte e da ciência” (MOÇAMBIQUE, 2001, não paginado). A legislação de Moçambique, tal como a brasileira e a espanhola estabelecem o direito autoral até 70 anos após a morte do autor.

Percebe-se o direito autoral como uma proteção para incentivar a produção de qualidade. Ademais, há ainda um desejo dos autores da publicação de livros:

O que acontece, de acordo com a minha análise é **que os docentes realmente preferem publicar livros, mesmo que sejam livros muito pequeninos**. Poderiam até escrever na forma de artigos científicos e publicar na revista ou noutra revista, [mas] eles preferem publicar livros. **Eu sinto que há muito mais lançamento de livros, muito mais apreço em escrever livros e de lançar livros do que escrever artigos científicos e publicar nas revistas**. E aí, não sei se tem a ver com o sucesso da publicação do livro. **O sucesso de publicação de livro é um sucesso do autor**. Ele escreve o seu livro, pode entregar aos seus parceiros talvez para fazer algumas aprovações, mas não o sucesso como acontece nas revistas científicas. E eu temo que por [esse] motivo possa também ser um problema, [...] por parte dos autores (Editora moçambicana, grifos nosso).

Como aponta Guédon (2010), a publicação de um livro de ficção não contribui para a ciência, mesmo sendo visto como algo positivo num departamento de literatura. Editar um livro para um professor de ciências humanas é o apogeu. Por sua vez, de maneira análoga, as demais áreas, as *hard Science*, não poderiam seguir as recomendações de Scharzman (2001, p. 09) e tornarem-se mais próximas dos pobres e abandonar os “jogos intelectuais” dos países ricos para produzir conhecimento útil para as comunidades nacionais? Talvez a publicação de livros fortaleça o desenvolvimento científico em termos mais humanos, sobretudo para as comunidades carentes dos recursos eletrônicos de acesso pago ou livre. A disponibilidade do livro nas bibliotecas permite o acesso a todos, independentemente da condição social, além do respeito ao direito autoral ao comprar os exemplares.

## 7.5 PERIÓDICOS DE ACESSO LIVRE: DISCUSSÃO GERAL

É difícil dimensionar a quantidade de periódicos existentes no mundo, bem como os que são de acesso livre. Segundo dados da Agência do Número Normalizado Internacional de Publicações Seriadas (*Internacional Serial Standard Number*, conhecida pela sigla em inglês, ISSN), entre 2008 e 2013 houve em média 67.375 registros novos de ISSN (TABELA 20).

Tabela 20 – Número de registros ISSN total e novos por tipos de material

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Impresso	1.332.581	1.395.463	1.447.705	1.500.130	1.546.700	1.587.422
<i>Online</i>	62.004	72.337	83.507	97.563	113.092	132.806
Demais formatos	19.345	21.973	24.095	25.853	28.483	29.743
Total registros	1.413.930	1.489.773	1.555.307	1.623.566	1.688.275	1.749.971
Registros novos	68.223	75.831	65.534	68.259	64.709	61.696

Fonte: ISSN, 2014 (dados coletados pessoalmente no IBICT).

O ISSN é um número internacional de controle utilizado por revistas acadêmicas e de divulgação, anais de congresso, entre outras publicações periódicas. Desse modo, cada publicação possui um número exclusivo (se eletrônico ou em papel os números são distintos), e se houver mudança de título novo ISSN deve ser emitido (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997). Embora o registro não seja obrigatório, as publicações acadêmicas em geral possuem um número ISSN e, conjuntamente com as outras publicações, somaram 1.749.971 registros de ISSN em 2013, um acréscimo aproximado de 24% em relação a 2008 (TABELA 20).

Ainda na parte superior da Tabela 20 observa-se a presença de 1.332.581 (94,25%) registros de periódicos impressos em 2008, enquanto os registros *online* têm 62.004 (4,39%) e os demais suportes somam outros 19.345 (1,37%) registros nesse mesmo ano. Em 2013 o número de periódicos *online* mais que dobrou e totaliza 132.806 (7,59%) registros. De qualquer modo permanece a importância do suporte impresso, pois continuam no último ano com 1.587.422 (90,71%) dos registros na base do ISSN. As demais formas de suporte incluem gravações de vídeo, CD-ROM, microfilme, entre outras, com um total de 29.743 (1,70%) de registros no último ano disponível.

Ao averiguar os idiomas em que as publicações são editadas sobressai a língua inglesa, com 597.603 registros em 2013 (TABELA 21). O francês, no entanto, aparece com quase metade dos registros em relação ao inglês (354.773), ou seja, o

inglês é a língua mais utilizada, mas o francês ainda é um idioma importante para as revistas acadêmicas. Nota-se crescimento médio de 20% de todos os idiomas ao longo do período de 2008 a 2013, mas cabe destacar o aumento de 44% e 40% das publicações em língua portuguesa e espanhola, respectivamente, ao se relacionar o ano de 2008 e 2013.

Tabela 21 – Número de registros ISSN de algumas línguas mais representativas (acima de 500 registros)

Idiomas/ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Inglês	499.958	517.261	536.676	558.537	577.267	597.603
Francês*	290.822	319.215	328.728	337.196	346.831	354.773
Multilíngue	104.698	108.143	112.093	115.790	119.942	125.144
Espanhol	62.904	65.061	71.455	78.428	84.655	87.955
Alemão	63.925	66.188	68.334	71.214	73.515	76.010
Holandês	41.932	43.353	44.624	45.979	47.256	48.235
Italiano	34.473	36.186	37.713	39.320	41.143	42.893
Português	28.773	31.447	34.314	36.736	39.243	41.348

Fonte: ISSN, 2014 (dados coletados pessoalmente no IBICT)

\*Nota: Sem considerar os dados referentes a todos os países francófonos

Os dados de idioma são compatíveis com os países nos quais há escritório do ISSN, cuja sede central localiza-se em Paris. A França, então, aparece como o país com o maior número de registros (298.303) em 2013, de acordo com a Tabela 22. Os números de registros dos países também cresceram em média 20% ao se comparar os anos de 2008 e 2013. A Espanha aumentou em 34% o número de registros e o Brasil 47%, saindo de 24.982 em 2008 para 36.691 registros de ISSN em 2013. Entre os países analisados é o que apresenta menor número de registros ISSN, mas com o maior crescimento no período.

Moçambique não aparece na relação dos países, porque ainda não possui escritório do ISSN. De todo modo, o estudo de Guambe e Bueno de la Fuente (2013), também com base nos dados do ISSN, identificou 162 periódicos publicados pelos países da África lusófona. Desse montante, 79 títulos são de Moçambique, 56 de Angola, 20 de Cabo Verde, 5 de Guiné Bissau e 2 de São Tomé e Príncipe. Observaram ainda que apenas uma pequena parte (6,8%) possuem versão *online*, sendo neste caso 4 periódicos moçambicanos, 4 angolanos e 3 cabo-verdianos.

Tabela 22 – Número de registros ISSN de países com escritório nacional\*

País/ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013
França	239.833	262.070	270.898	283.369	291.302	298.303
Estados Unidos	197.762	203.463	209.406	214.593	220.123	226.347
Reino Unido	87.565	88.448	91.218	96.604	99.117	101.828
Alemanha	65.574	68.201	70.439	72.847	75.130	78.518
Holanda	40.414	41.507	43.406	45.259	46.357	47.572
Itália	37.735	39.612	41.437	43.213	45.293	47.247
Espanha	31.826	33.093	35.552	38.581	40.597	42.747
Brasil	24.982	27.553	30.305	32.611	34.591	36.691

Fonte: ISSN, 2014 (dados coletados pessoalmente no IBICT).

\*Nota: Os países foram selecionados intencionalmente de acordo com os idiomas mais representativos apresentados na Tabela 21.

Na questão, especificamente, de periódicos científicos de acesso livre, o Brasil apresenta 2.052 periódicos de acesso livre e a Espanha soma 1.103 periódicos de acesso livre, de acordo com a *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Latindex)*<sup>118</sup>. É possível notar um esforço desses países para disponibilizar sua produção científica livremente acessível pela Internet.

A seguir algumas considerações baseadas em entrevistas realizadas nas universidades brasileira, espanhola e moçambicana, a fim de levantar pontos discutidos ao longo do texto.

### 7.5.1 A importância do periódico impresso

Na lista de periódicos editados pela UB há um total de 64<sup>119</sup> revistas, sendo que 01 revista apresenta a publicação interrompida ou encerrada, 10 revistas não disponibilizaram informação se são impressas ou eletrônicas, 4 revistas estão disponíveis tanto em suporte impresso quanto eletrônico, tal como a revista: *Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas*, editada pelo Sistema de Bibliotecas da UB. No entanto, a maioria (49), de acordo com as informações do *site* estão disponíveis em acesso livre exclusivamente em formato

<sup>118</sup> Disponível em:  
[http://www.latindex.unam.mx/buscador/ficPais.html?opcion=1&clave\\_pais](http://www.latindex.unam.mx/buscador/ficPais.html?opcion=1&clave_pais). Acesso em:  
 05 dez. 2014.

digital. Isso demonstra um incentivo para a publicação em acesso livre na universidade, porém sem a contrapartida da publicação impressa.

De acordo com um dos entrevistados a publicação em papel é importante para a biblioteca e o custo da impressão compensa pela possibilidade de permuta, mas está sendo ameaçada.

Nós temos hoje quatro revistas, duas ainda saem em papel, uma não e uma já nasceu eletrônica. Eu vejo que essas duas impressas estão com os dias contados. (Por quê?) Por causa de recurso financeiro. Eu acho que não se justifica. Eu já fiz um estudo de custo benefício com relação a isso, **nós recebemos cerca de cento e vinte títulos pelo intercâmbio** [...] que a gente tem com a América Latina toda, com a Península Ibérica, com [...] universidades dos Estados Unidos e da Europa, eu acho que financeiramente não se justifica. Se a gente fosse comprar aquele título que a gente recebe por permuta, a gente teria um consumo maior do que o financiamento da publicação da revista impressa (Bibliotecário brasileiro, grifo nosso).

Os periódicos recebidos em permuta constituem ainda uma alternativa de publicação para os alunos do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação onde, atualmente, há cerca de 550 alunos de mestrado, doutorado e pós-doutorado<sup>120</sup>. Exemplificando, se cada aluno produzir 1 artigo ao longo de dois anos – tempo médio do mestrado, somaria 550 artigos. Se uma determinada revista edita a cada semestre 10 trabalhos por número, um total de 28 revistas já seria suficiente para a publicação de todos os artigos, sem considerar outros tipos de publicação avaliados como créditos de comunicação científica pelo Programa<sup>121</sup>, tais como: Anais de congresso e eventos qualificados no Qualis-Capes, capítulo de livro e livros (com mais de 70 páginas e ISBN). Desse modo, se as 120 revistas recebidas pela biblioteca forem qualificadas no Qualis-Capes, já suprim a necessidade de publicação dos alunos da pós-graduação da faculdade de educação. Portanto, manter os periódicos impressos, além de uma maior garantia de preservação, beneficia a rede de permuta e amplia as possibilidades de publicação dos autores, os quais através dos periódicos permutados podem estabelecer intercâmbios para pesquisas conjuntas em âmbito nacional ou internacional.

Ademais, sobre a questão dos custos de assinaturas eletrônicas de periódicos não se verificou uma redução de preço significativa para as bibliotecas universitárias, pois “as editoras que oferecem assinaturas de versões eletrônicas e

---

<sup>120</sup> Informação obtida por telefone junto à secretária do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade brasileira.

<sup>121</sup> Segundo resolução que regulamenta a concessão de créditos de Atividades de Comunicação Científica aos estudantes dos cursos de mestrado e doutorado do Programa.

impressas tendem a vendê-las por um preço de “pacote”, em geral de 10 a 30% acima do preço da assinatura apenas da versão em papel” (LEMOS, 2006, não paginado).

### 7.5.2 A sustentabilidade do suporte e as bases de periódicos comerciais

Essa dimensão diz respeito ao acesso à informação sem a custódia material dos periódicos pagos. Nota-se a desvantagem quanto à duração do suporte digital não ser superior a 15 anos (LEMOS, 2006). Uma das bibliotecárias entrevistadas reflete sobre esse ponto:

Então hoje você tem essa biblioteca digital, porém na migração da modalidade de dono da informação, de posse da informação, para acesso à informação, antes os periódicos estavam ali dentro daquela sala impressos, se não pegar fogo aqui, até os fins dos tempos aqueles periódicos são da BC, são da UB, não são? Estão ali, quem quiser vai lá e lê. Hoje um aluno veio recuperar um periódico que gerou uma patente de 1903, de álcool e tal, até hoje é o sistema usado, o periódico estava aqui, de 1903! Então, você tem posse da informação. Hoje você acessa a informação, você paga e caro para o editor, para você ir lá acessar a informação e sair. Então vou te dar um exemplo: em 2010 a IEEE<sup>122</sup>, tem cento e tantos periódicos só dela [...]. A IEEE entrou em desacordo em relação ao preço em 2010, porque a CAPES já pagava para nós desde não sei quando. Ela fechou a porta então dos periódicos, então quando ela fecha a porta fecha a porta mesmo daquilo que passou e que a CAPES pagou para nós do passado, porque a CAPES pagou para usar, ela não pagou para ter. Veja o problema que nós temos hoje. Então você entendeu como é vulnerável o acesso a informação científica de alto valor, reconhecida pelos pares, periódicos de alto impacto, altamente vulnerável, basta um desacordo internacional, basta um desacordo, não é? Porque a maioria está na mão de americanos e europeus [...]. Então a gente fecha a porta, aí você não tem nenhum, nem aquele passado que você pagou, porque fecha a porta, então é um perigo (Bibliotecária brasileira).

Essa preocupação também é apontada por Lemos (2006), pois atualmente com os periódicos eletrônicos não se compra mais um produto, mas uma espécie de aluguel para uso em um determinado período. Se interrompido, em geral, não há mais o direito de acesso retrospectivo. “Em síntese, ao contrário do que acontece com a publicação impressa, o usuário não conserva uma coleção mesmo depois de cancelada sua assinatura” (LEMOS, 2006, não paginado).

Outro entrevistado enfatiza o problema de não se ter a posse. Faz alusão aos periódicos pagos, principalmente assinados pelo Portal de Periódicos da CAPES. No entanto, entende-se como um problema ampliável aos periódicos de acesso livre disponíveis unicamente em formato eletrônico.

---

<sup>122</sup> Base de dados do *Institute of Electrical Electronic Engineers* (IEEE) com sede nos Estados Unidos.

Tem a questão que é o seguinte: você para de assinar, você não tem a posse, eu só tenho o acesso, por isso que é mais barato também. É uma questão preocupante mesmo. As bibliotecas, nessa questão, elas estão abdicando da posse. A CAPES é a mesma coisa, se você pegar uma revista importante lá e “baixar” ela inteira chega um aviso no seu computador que você está cometendo crime de direito autoral. Você não pode, não pode armazenar, fazer backup. Não pode. Ou seja, você tem acesso, não tem a posse. É uma questão importante para se pensar. Pensando numa solução rapidamente, seria [necessário] que pelo menos houvesse uma instituição, uma preocupação de haver uma instituição que tivesse a posse. Aí eu estou pensando em termos macro mesmo. Sei lá, uma instituição no Brasil, por estado, não sei, que tivesse a posse. Alguém tem que ter a posse. E aí talvez, dentro dessa política... eu estou falando isso sem nenhum dado estatístico e sem nenhuma comprovação, mas eu estou pensando em prol do que... talvez o Brasil esteja abdicando mesmo de ter a posse de muita coisa (Bibliotecário brasileiro).

De fato há um investimento anual elevado por parte do Estado brasileiro, da ordem de 100 milhões de dólares, para a manutenção do Portal de Periódicos CAPES (KURAMOTO, 2014). Como aponta o entrevistado, o problema *per se*, além do custo, é o risco de perda de informação valiosa do ponto de vista científico. Kuramoto (2014), mesmo considerando fundamental ampliar o acesso livre, ressalta a necessidade de continuidade do Portal para o avanço da pesquisa científica nacional.

Nessa direção outro entrevistado critica o IBICT. O então Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD), criado em 1954 passa em 1976 para Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Essa mudança, conforme Correa (2008, p. 92), caracteriza a prevalência do “fenômeno informacional”, trazendo novas argumentações teóricas que distanciam a percepção do profissional da materialidade do documento e dos procedimentos de sua organização em favor do conceito de “informação científica”, o qual estabelece as bases para o surgimento da Ciência da Informação. O IBICT, em vista disso, estimula o acesso livre, mas não compreende a informação científica como uma questão de segurança nacional, bem como, aponta também o entrevistado, o risco de perda daquilo que é assinado pelo Portal de Periódicos da CAPES:

Eu acho que não existe uma preocupação da instituição, não existe a preocupação dos gestores de portal, de ter os arquivos de periódicos. Porque nós não temos. Pelo menos até onde eu sei, já perguntei isso uma vez numa palestra da CAPES, quando o [...] coordenador do portal disse-me que não, nós não podíamos... nem eles podiam e nem nós podíamos copiar os artigos de periódicos. Então deu um problema no servidor, rompeu um contrato, houve alguma coisa, nós estamos sem eles. **Então acho que isso é uma questão, inclusive de segurança nacional.** A gente fala segurança nacional assusta, parece um pouco de sessenta e quatro, regime militar e tal, mas não, na Alemanha essa questão é segurança nacional. A informação científica é segurança nacional. No Brasil que... eu não sei onde que ela está ainda, porque o IBICT não a toma como uma meta, acho que ele faz a difusão, esse negócio todo, mas não tem a informação

científica brasileira como uma questão de segurança. Eu não vejo que é assim, pelo menos até onde eu li, dos seus estatutos, dos seus planos de atividade, não tinha isso como meta (Bibliotecário brasileiro, grifo nosso).

Nos Estados Unidos também parece ser assunto de segurança nacional. O estudo de Griebler, Mattos e Job (2011), através de revisão de literatura e observação empírica de bibliotecas universitárias americanas, constata a necessidade da manutenção das coleções impressas para a biblioteca cumprir uma das suas mais importantes missões que é a conservação do material para as próximas gerações. Diante da constante reclamação de falta de espaço para as coleções, uma alternativa é o armazenamento do acervo menos utilizado na própria biblioteca em espaços com menos acesso do público e alta densidade de estocagem. Nestes locais a capacidade de armazenar aumenta de 15 a 20 vezes mais que na biblioteca tradicional (PAYNE, 2007 *apud* GRIEBLER, MATTOS, JOB, 2011). Sugerem ainda a utilização de “armazéns” fora do espaço da biblioteca. Antes dessas atitudes, porém, recomendam o constante aperfeiçoamento no uso do espaço da biblioteca com a utilização de estantes deslizantes, desbastamento do acervo e, último caso, o descarte (GRIEBLER, MATTOS, JOB, 2011).

### 7.5.3 O acesso às publicações e descontinuidade de políticas nacionais

Uma das formas de viabilizar a preservação e acesso aos periódicos impressos foi elaborada em 1980 no Brasil, a partir das discussões em favor do Controle Bibliográfico Universal (CBU), em 1973, na 39ª Conferência da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (IFLA, sigla em inglês). Trata-se do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) que permite, através do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN), monitorar e compartilhar artigos de periódicos armazenados em diversas bibliotecas nacionais e internacionais (CAMPELLO, MAGALHÃES, 1997). O programa está cada vez sendo menos utilizado na Universidade brasileira. Em 2011 foram 1.927 solicitações, número bem inferior às 47.315 solicitações de 2002, conforme a Tabela 23.

Tabela 23 – Utilização do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) na UB

Ano/Uso	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
COMUT	47.315	47.525	21.633	8.686	8.610	4.949	7.308	4.709	2.638	1.927

Fonte: Elaborada pelo autor, 2015.

De todo modo, essa redução em parte é explicada pela disponibilidade de vários periódicos no meio eletrônico em regime de acesso livre e o uso do Portal

CAPES, que disponibiliza para as universidades públicas acesso via internet a mais de 37 mil publicações em texto completo (CAPES, [2014]b). Com isso o COMUT acaba exercendo um papel complementar, conforme uma das entrevistadas explicita:

O COMUT é utilizado, não deixou de ser utilizado não, não é tanto mais, mas é, porque tem periódicos que não fazem parte do portal. Aí você faz o COMUT de busca monitorada internacional. Vira e mexe, esses dias mesmo, dois alunos me pediram periódicos que não fazem parte do portal (CAPES) e procurei para eles. Fui ao IBICT e não tinha nem no Brasil na rede nacional. Então eu falei, não tem no Brasil, não tem no portal CAPES, não tem na rede impressa, vou fazer a busca monitorada internacional, então é utilizado. E periódico anterior ao período que a CAPES tem em texto completo, porque alguns periódicos foram adquiridos de noventa e sete para cá, digamos, aí o período anterior você pede por COMUT (Bibliotecária brasileira).

Outro entrevistado sugere uma participação mais importante do COMUT e a necessidade de um planejamento bibliográfico nacional:

Acho que ele deveria ter um papel muito maior ainda. Acho que se nós conseguíssemos no Brasil, eu não vou ver isto, fazer um planejamento bibliográfico nacional. Olha, a Faculdade de Educação vai investir em educação, aspectos sociais da educação e para isso ela vai receber dinheiro. Eu vou ter uma coleção exaustiva de aspectos sociais na educação. A Unicamp na parte tecnológica da educação, ela vai receber dinheiro, até falar chega para investir. Porque a gente não consegue isso? Aí o empréstimo entre bibliotecas teria que funcionar, o COMUT teria que funcionar, teria uma importância muito grande. Não conseguimos fazer. E tivemos uma grande tentativa [...] da [Fundação] Getúlio Vargas, no final da década de sessenta, mas estourou mesmo foi na década de setenta, quando se tentava fazer um grande planejamento bibliográfico, uma base nacional e ter um sistema de empréstimo que funcionasse, empréstimo entre bibliotecas, mas certas coisas que funcionam nesse país não vão para frente, a gente não entende por quê. Existe uma coisa muito grave na universidade, na esfera pública e também na governamental, os planos estão muito presos à gestão ou aos governos. Na biblioteca da FAE, o plano dela tem que ser revisto por completo a cada nova gestão da universidade e da faculdade, porque não existe um plano da universidade e da faculdade de educação para as suas bibliotecas. Cada reitor que chega lá enxerga a coisa... do seu modo e a biblioteca toma um caminho que ele está enxergando. O nosso caminho é extremamente torto (Bibliotecário brasileiro).

Um dos marcos na tentativa de construção de uma política nacional para as bibliotecas universitárias foi o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) implantando em 1986 como uma ação governamental estabelecida pelo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (LUBISCO, 2007; SILVA, 2009b; BUSQUET, 2012). A proposta era implantar uma ação articulada nacionalmente em termos de planejamento, formação, desenvolvimento de coleções de livros e periódicos, automação de bibliotecas, atividades cooperativas, enfim, todas as

atividades relacionadas às bibliotecas universitárias brasileiras. Nos seis anos de funcionamento do PNBU foram investidos sete milhões de dólares e, com isso, as bibliotecas universitárias tiveram muitos avanços “[...] como a capacitação de pessoal, ademais da possibilidade de desenvolver uma visão de uma biblioteca universitária não somente integrada à vida acadêmica, mas à vida do país” (LUBISCO, 2007, p. 108, tradução nossa)<sup>123</sup>. Porém, o PNBU foi suplantado pelas políticas de governos neoliberais nos anos 1990 (BUSQUET, 2012).

#### 7.5.4 A centralidade dos periódicos pagos

Na UE existem apenas 08 periódicos de acesso livre *online*, mas em toda a Espanha localizou-se 3.973 periódicos, incluindo os 1.103 periódicos de acesso livre, de acordo com o *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Latindex)*<sup>124</sup>. Ainda assim, como observa uma das entrevistadas, permanecem arcando com os altos custos das revistas pagas:

Porque os grandes editores continuam controlando os principais conteúdos científicos, quero dizer que os grandes editores com o tempo se converteram em monopólios e, com isso, controlam as revistas com maior impacto em diferentes áreas temáticas, ou seja, isso é uma invenção do demônio [sic], porque no fundo quem mantém os grandes editores é a comunidade acadêmica, são as universidades, são elas que lhes dão conteúdo, são elas que criaram “*peer-review*”, são as que exigem um índice de qualidade para os processos de *acreditación*<sup>125</sup> e avaliação, tudo isto está montado e desenvolvido de tal maneira que é muito difícil sair daí por isso, os grandes editores, como por exemplo Thompson, na realidade são monopólios, hoje em dia mais de 50% do orçamento de uma biblioteca, no nosso caso vai para 3 editores. Na Espanha, em todas as bibliotecas de investigação, se consome ou se paga ao Elsevier cerca de 25.000.000 de euros por ano entre todos, isso é o que faturam apenas na Espanha que é uma barbaridade. Então eu acredito que até que os governos não se coloquem sérios e digam que acabou, porque na Espanha estamos já há um ano tentando negociar com a Elsevier e não teve maneira de fazê-lo porque já ganharam o cliente e já não têm nada mais que ganhar, então dizem que se finalize o contrato e, é claro, que nenhuma universidade irá fazer (Bibliotecária espanhola).

<sup>123</sup> No original: *como en la capacitación de personal, además de la posibilidad de desarrollar una visión de la biblioteca universitaria no sólo integrada a la vida académica, sino a la vida del país.*

<sup>124</sup> Disponível em:  
<[http://www.latindex.unam.mx/buscador/ficPais.html?opcion=1&clave\\_pais=17](http://www.latindex.unam.mx/buscador/ficPais.html?opcion=1&clave_pais=17)>.  
Acesso em: 05 dez. 2014.

<sup>125</sup> Condições para ascender na carreira de professor definidas pela ANECA. Entre os critérios estão a publicação em periódicos com alto fator de impacto.

Os custos das assinaturas de periódicos subiram 320% nos últimos 20 anos. Metade do orçamento das bibliotecas era utilizado para a compra de livros, atualmente, reduziu-se para 25% (DARNTON, 2010). Inverteu-se a estrutura tradicional da compra do livro pela assinatura de bases de dados eletrônicas. Isso constitui a “nova economia do conhecimento” disseminada pelo novo espírito capitalista. Os resultados de pesquisas, por vezes incipientes, constituem a matéria-prima para essa “indústria”, cujo valor de uso do “artigo” é subsumido pelo seu valor de troca, constituindo a nova “*comoditty*” que alimenta o capital “científico” internacional (GUÉDON, 2010; LEMOS, 2014<sup>126</sup>). Resulta, então, que:

É paradoxal dizê-lo, mas foram as facilidades advindas dos avanços da tecnologia da informação que geraram a crise atual. Quer dizer, a crise foi gerada por razões de ordem econômica e cultural. A inércia dos cientistas, o conservadorismo de sua maioria, a aceitação passiva do *status quo*, a ausência de consciência crítica, a busca da quimera de critérios “objetivos” de avaliação de mérito, o fetiche da quantificação, a adoção de uma atitude complacente diante dos problemas que o cercam (LEMOS, 2006, p. 10).

Outra entrevistada reforça a contradição, de natureza capitalista, do aumento das assinaturas em plena crise:

Entra-se numa dinâmica, às vezes um pouco perversa com os grandes editores. Há produtos que são caríssimos, consomem quase todo ou grande parte do nosso orçamento, mas se consideram imprescindíveis e, às vezes, chama a atenção que em época de crise os editores não se inteiram de que estamos mal, não somente Madri ou Espanha como Portugal, Itália, Grécia, estamos todos sofrendo uma crise importante, e ainda de um ano para o outro as assinaturas aumentam de preço, como pode isto? Como não se dão conta que nos custa muito pagar estas assinaturas. Eles também sabem que, em muitos casos, são produtos imprescindíveis para a investigação, então são contra [...] o acesso aberto, onde ponho tudo à disposição de todo mundo, dou muito mais visibilidade. A universidade, então, desde há muito tempo aposta no acesso aberto e praticamente toda ou muita da nossa produção científica, praticamente todas as teses, muitos projetos de fins de graduação, o currículo dos investigadores, cada vez mais estão em aberto. Trabalha-se também de forma consorciada e sim, creio que [em] nosso repositório [...] há cada vez mais informações [...] (Bibliotecária espanhola).

### 7.5.5 Os periódicos acadêmicos como alternativa à crise dos periódicos

Moçambique foi indiretamente afetado pela crise europeia ao sofrer diminuição do auxílio estrangeiro para assinatura de base de dados. Atualmente segue investindo apenas na assinatura de periódicos eletrônicos:

---

<sup>126</sup> Citação baseada em informação oral obtida em apresentação de Antônio Agenor Briquet de Lemos, intitulada: A comunicação científica nos dias atuais: de produto a *comoditty* durante o XVIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 16 e 21 de novembro de 2014.

Sim, basicamente eletrônica. Já não temos acervo de papel. Já tivemos. Antes de transferirmos a biblioteca para aqui, as bibliotecas que existiam nas faculdades setoriais. Em algum período já tiveram, mas quando vieram para cá [...] não seria possível alocar um espaço para os acervos de periódicos. Nessa altura também já tínhamos assinaturas eletrônicas, e agora em quinze anos que eu estou aqui não. Nós só assinamos revista eletrônica, nenhuma em papel (Bibliotecário moçambicano).

Desse modo, a coleção de periódicos está vulnerável às tecnologias e aos recursos para assinatura. O montante investido é alto, mas a utilização é baixa:

Quem utiliza os periódicos geralmente são os investigadores, talvez algum aluno de mestrado e doutoramento. Nós estamos com mais mestrados. Deve ter algumas faculdades que tem isso já há dez anos, com um mestrado, dois mestrados, numa classe inteira de cinquenta, sessenta alunos/ano. É muito pouco (Bibliotecário moçambicano).

Como opção à dependência das publicações internacionais e para fortalecer a pesquisa científica em Moçambique investe-se no acesso livre para divulgar os resultados das investigações científicas da UM e de outras instituições de ensino e pesquisa do país. Desde 2008 a UM conta com uma unidade editorial de revista científica. Trata-se de um órgão responsável pela publicação, tanto em meio eletrônico quanto em papel, da revista científica da UM “como alternativa face aos desafios da publicação científica endógena, que se mostrava, na [UM], irregular, descontínua e insustentável” (MANGUE, 2011, p. 42).

No portal de periódicos da UM verifica-se a presença de três periódicos com o mesmo título, cuja diferenciação se dá no subtítulo dividido por grandes áreas: Série Ciências Biomédicas e Saúde Pública, Série Ciências da Educação e Série Letras e Ciências Sociais. A proposta é a publicação de dois números por ano, contudo desde o primeiro número de 2012 apenas a série de Ciências da Educação apresentou um novo número, em 2014. A editora chefe explicita algumas questões a respeito:

Nós lançamos a revista em novembro de 2012 e só conseguimos lançar três séries dessa revista (...) letras, ciências sociais, ciências biomédicas e saúde pública e, na verdade, estamos a trabalhar para ver se conseguimos lançar outras séries, continuar com o número das séries lançadas e lançar outras séries. De fato nós não fizemos estudo para ver qual é o impacto da revista, qual é o nível de aceitação da revista. Mas posso dizer que em conversas nós temos tentado tirar informações [...] há um sentimento um tanto dúbio. Por um lado [uns] querem a revista, querem um canal que possa publicar os seus resultados [de suas pesquisas]. No entanto, para os docentes mais sérios, há um sentimento de que talvez seja melhor continuar a publicar em revistas internacionais mais consolidadas, mais conhecidas. Porque a nossa revista ainda é uma revista no início, está ainda a começar e que os artigos dela não terão impactos e visibilidade [como] numa revista internacional já bem conceituada.

Mas, por outro lado, também há um sentimento, que talvez nem tudo que diz respeito à nossa investigação é interessante para publicar em revistas internacionais. Então, aí surge também o cumprimento que talvez valha a pena publicar nessa revista aqui da Universidade para a comunidade. Para os mais jovens, para os estudantes mais jovens a aceitação é melhor. Mas só que aqui há outro problema, é que as habilidades de escrita científica em nossa universidade são muito pequenas, então há muita dificuldade de conseguir ter artigos científicos para a publicação das nossas séries. Os recentes investigadores acham muito importante, muito interessante, mas eu não vejo neles, digamos assim, um compromisso de realmente tentar redigir o resultado de sua pesquisa em artigos científicos [...]. Então esse é realmente um grande problema, fizemos várias chamadas durante o ano e não temos muitos resultados, digamos, de artigos científicos. Não porque eles submetam a outras revistas, mas realmente as habilidades de escrita são muito pequenas (Editora moçambicana).

A dificuldade de manutenção da periodicidade da revista reflete uma dificuldade de domínio da língua, para essa superação advoga-se pelo estabelecimento da cultura do livro e da leitura. Há também a falta de uma compreensão dos autores do processo de avaliação de seus artigos:

[...] Eu vejo, por exemplo, quando temos os resultados da revisão, eu faço o relatório e mando para o autor e vejo que as pessoas ficam muito zangadas com os comentários, porque acham que o revisor está entrando no texto, naquilo que é o trabalho dele, não está a valorizar o trabalho dele, mas o espírito realmente não é esse, o espírito é outro. É mais de apoiar, ajudar, de ficar um serviço positivo e não no sentido negativo. Então, eu acho que os investigadores ainda não têm essa avaliação como um processo que realmente apoia que melhora os seus artigos (Editora moçambicana).

Apesar das dificuldades inerentes ao processo editorial nota-se um esforço do País para fortalecer sua produção científica sem uma dependência explícita dos periódicos oriundos dos países centrais.

## 7.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do poder permeia a discussão em torno da questão do acesso livre. De um lado, o poder de dominação das revistas, as quais ganham *status* de centralidade advindos muito mais *do modus operandi* das sociedades científicas da cultura anglo-saxônica do que das academias de ciências francesas, cuja influência na modernização da universidade foi mais preponderante na medida em que eram vinculadas a resolver os problemas de interesse público do Estado, com um maior controle das publicações por parte dos membros mais experientes. A universidade moderna, entretanto, ao absorver o terceiro espírito capitalista atribuiu um peso maior à publicação de revistas, justificada pela rapidez da publicação e do caráter precível

do conhecimento. Por outro lado, a lógica do acesso livre, mesmo considerando a necessidade de quebra do poder hegemônico das revistas centrais (GUÉDON, 2010), apregoa o periódico como o principal veículo de comunicação científica. Com isso, é negligente a questão dos direitos autorais estabelecidos pelas legislações de diversos países.

A lei brasileira da Política Nacional do Livro, lei 10.753, de 30 de outubro de 2003, incentiva a “competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais”. Brasil, Espanha e Moçambique têm condições de produzir uma ciência nacional traduzida no aumento das publicações de livros. Os autores podem competir menos por citações de artigos e mais para reconhecimento de seus livros, medido pela venda das publicações ou pelo número de empréstimo nas bibliotecas. Os periódicos devem ter atribuição mais como espaço para debate inicial entre os acadêmicos. A interlocução fundamental é com a sociedade e, nesse sentido, é crucial ser estimulada a cultura do livro pela universidade e suas bibliotecas.

A biblioteca está etimologicamente associada ao livro<sup>127</sup> com reconhecimento do Estado de sua relevância social (ORTEGA Y GASSET, 2006). Nessa acepção a biblioteca é vinculada à materialidade do texto para servir à necessidade do usuário, enquanto na hipótese de se considerar apenas o virtual a finalidade do “empréstimo” do livro é suplantada pela dimensão do “acesso” à informação. Para tanto, há toda uma infraestrutura de *hardware*, *software* e internet nem sempre disponível a todos e isso descaracteriza o conceito de biblioteca como instituição social de interesse coletivo. Assim sendo, embora ao longo do texto a questão da ciência da informação tenha sido tratada de modo tangencial, é necessário questionar até que ponto este campo trouxe mais dinamismo para a área ao apregoar o afastamento da biblioteca da concretude do gerenciamento dos acervos para a imaterialidade da informação. Será que a promoção do acesso livre *online* irá resolver, de fato, os graves problemas da educação nos países em desenvolvimento sem a devida valorização do livro e da leitura?

Ademais, no Brasil, o artigo 6º da lei acesso à informação, Lei 12.527<sup>128</sup>, restringe o acesso à informação de projetos de pesquisas e desenvolvimento científico, caso seja imprescindível à segurança nacional. Diante disso, é preciso cuidado na disponibilização de material livremente pela Internet, pois informação de interesse para o desenvolvimento nacional pode estar nesse montante de produção

---

<sup>127</sup> Em latim *Biblíon* significa livro e *Théke* invólucro ou edifício (FONSECA, 2007).

<sup>128</sup> Lei cuja prerrogativa é garantir o direito constitucional de acesso à informação de interesse particular ou público principalmente através da Internet, desde que esta informação não prejudique o exercício profissional, como já previa o artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988.

científica livre comprometendo a segurança nacional. Outrossim, a produção de informação não conduz necessariamente a mais conhecimento, sendo essa uma das falácias da sociedade da informação (RENDÓN ROJAS, 2005; DOMINGO BAGUER, 2013).

Percebe-se na Espanha um esforço incentivador do acesso livre particularmente importante, considerando a situação de crise e, conseqüente, redução orçamentária. Na UE, em particular, foram reduzidas assinaturas de algumas bases de dados e os usuários ficaram sem acesso ao conteúdo atual e retrospectivo. Apesar dos avanços no acesso livre ainda há dependência das bases de dados especializadas pagas e, por outro lado, como aponta Mangue (2011) será que o acesso é verdadeiramente livre devido ao custo de equipamentos tecnológicos e derivados, tanto no nível institucional, quanto para os usuários?

Recomenda-se, além da publicação em acesso livre, a manutenção das revistas em papel, com vistas a assegurar a possibilidade de permuta entre as bibliotecas e a preservação das coleções locais, bem como garantir às pessoas sem acesso ao computador e internet condições de lerem os trabalhos publicados. Para além do acesso livre, faz-se necessário estímulo à publicação de livro.

Em Moçambique, mesmo com o reconhecimento das comunidades científicas supranacionais, o contorno nacional é identificado como fundamental para a comunicação científica (MANGUE, 2011). A criação das revistas da UM contempla o caráter nacional da pesquisa, além de contraofensiva à concentração da “ciência” em alguns poucos países como centros de atribuição de valor e comercialização da produção científica.

O cientista humano precisa cada vez mais abandonar o estrito domínio de sua competência a fim de conjugar sua especialidade, comunicar-se com especialistas de outras áreas, pôr-se à escuta de outras linguagens, de outros modos de pensamento e análise (JAPIASSU, 2012, p. 199).

Enfim, somente assim a universidade e suas bibliotecas estarão verdadeiramente comprometidas com as necessidades sociais de seu tempo.

## 8 CONSIDERAÇÕES GERAIS FINAIS

O trabalho partiu da premissa de realizar um estudo comparado entre três países, em época de crise, tentando compreender como a universidade e suas bibliotecas podem ajudar em proposições para a superação da crise. As crises sempre aconteceram ao longo da história do capitalismo, mas não são iguais. Cada país tem sua própria maneira de lidar com a crise na concepção dos regulacionistas. A atual crise, iniciada em 2008, decorrente de uma desregulamentação a favor do capital financeiro, se espalha pelo mundo com repercussões na educação superior, nas bibliotecas, nas questões culturais, no meio ambiente, entre outras. Julga-se que a saída da crise passa pelas dimensões políticas, econômicas e sociais, pois para Morin “tudo, neste mundo, está em crise” (2010, p. 34). No plano político-econômico verifica-se a importância do Estado no sentido de regular o capital e restabelecer a política de pleno emprego, com maior distribuição de renda. Entretanto, os países – de maneira distinta, vêm adotando políticas que reduzem o Estado Providência, situação que fora essencial para a estabilidade do capitalismo durante 30 anos, logo depois da Segunda Guerra Mundial, nos chamados “trinta gloriosos”.

A situação brasileira apresenta certa estabilidade devido às políticas de inclusão social, inclusive nas universidades. Por outro lado, o Brasil ainda apresenta alta desigualdade social e, no plano econômico, continua a adotar a política de juros altos que privilegia o capital financeiro. Especificamente em relação ao mercado de trabalho bibliotecário no Brasil está melhor estruturado comparativamente à Espanha e Moçambique, decorrente do crescimento da universidade, pública e privada, propiciados pelos programas REUNI e PROUNI.

A economia de Moçambique está em fase de crescimento e sentiu menos os efeitos da crise em função do comércio internacional e investimentos de países como a China e a cooperação de outros países como o Brasil, mas ainda tem dificuldade em criar e fortalecer a indústria nacional e, assim, diminuir a desigualdade social. Mesmo assim houve enorme expansão da universidade, passando de 28.000 alunos, em 2005, para 101.362, um aumento de 262% das matrículas com grandes possibilidades de expandir, proximamente, o emprego no espaço do bibliotecário, o que é possível inferir a partir da recente criação da formação universitária para profissionais na área de informação e com a própria expansão da universidade.

A Espanha, de outro modo, teve impactos mais negativos, pois tem uma longa e bem-sucedida história no campo da instituição universitária e das suas bibliotecas. Lá a crise atingiu o setor público e, com isso, houve redução de postos de trabalho; perdas na qualidade do emprego bibliotecário; prevalecem contratos de

trabalho temporários, em tempo parcial e com o pagamento de bolsas, constituindo uma modalidade precária de ocupação para o bibliotecário. Adota políticas de austeridade que reduziram investimentos na área social, incluindo cortes na educação em privilégio do socorro às instituições financeiras, as quais pouco têm contribuído para a coesão social no mundo, na medida em que geram menos emprego devido ao processo de informatização. Valem-se, essas instituições, de artifícios bastante duvidosos do ponto de vista moral para obterem elevada lucratividade sem o devido valor ao trabalho produtivo. De maneira geral, uma nova reforma no capitalismo mundial é necessária para viabilizar a sustentabilidade da vida na Terra centrada no valor de uso do trabalho.

No plano social há uma série de questões a avançar. No ensino superior nota-se aumento no número de alunos em todos os países analisados. Tal situação é particularmente visível no Brasil onde o Programa de Expansão da Universidade (REUNI) aumentou sobremaneira a quantidade de universidades e *Campi*, possibilitando a inserção de maior número de alunos de classes mais baixas no ensino superior público. No entanto, os alunos precisam ser melhor assistidos ao ingressarem na universidade. Para isso, a biblioteca necessita estar inserida nos programas e atividades tutoriais, sobretudo de leitura, para que estes discentes consigam se adaptar ao ritmo da universidade, historicamente baseada no ato de ler e escrever (PENA; CRIVELLARI; MOREIRO GONZALEZ; MANGUE, 2013).

Na ótica de Ortega y Gasset (2010), além de bons profissionais a universidade deve tornar o “homem médio”, um cidadão culto. Nessa direção, a biblioteca universitária, além de seu histórico papel de fornecer livro texto para contribuir na formação do bom profissional, tem a possibilidade de utilizar sua mão de obra na educação cultural, indiferente da classe social da qual o discente seja proveniente, para que cooperem e respeitem a diversidade sexual, racial e religiosa dentro e fora da universidade.

Portanto, a discussão desta tese trouxe como destaque a importância da cultura do livro nos diferentes países. Diante disso, vale ressaltar, nestas considerações gerais finais a necessidade de discussão sobre o papel do livro *vis-à-vis* ao de outros suportes e o seu efeito no comportamento intelectual do alunado e mesmo o efeito ambiental da substituição do papel pela mídia eletrônica nos diferentes países. Daí a biblioteca ter um papel importante em estimular, conjuntamente com os professores, a cultura do livro e da leitura, pois somente com a leitura crítica e criteriosa é que se consegue construir conhecimento ou certa compreensão da realidade, de forma mais independente.

A cultura do livro perdura há quase dois mil anos e, com ela, se tornou possível o surgimento das bibliotecas em geral e da biblioteca universitária em especial. O registro do conhecimento por meio dos livros permitiu o desenvolvimento das universidades onde a relação professor-aluno, inicialmente baseada apenas na oralidade, foi dinamizada pelo registro do conhecimento em suportes que foram se modificando ao longo da história. Estas mudanças ocorreram não somente pela evolução das tecnologias mais baratas ou eficientes, mas, também, por questões políticas e econômicas presentes tanto na indústria do livro quanto hoje na indústria da informática.

Com a disseminação do livro houve a possibilidade de estabelecimento da cultura de leitura e escrita, obviamente que não houve o desaparecimento da oralidade. A cultura oral, no sentido antropológico, é bastante presente na universidade, na sala de aula, em seminários, em vários contextos onde as pessoas se encontram, conversam, compartilham experiências e de certa maneira cooperam, numa forma que Sennett (2012) denomina de cooperação indireta. Esta se dá quando as pessoas, em encontros casuais, comentam sobre suas vidas, compartilham experiências aparentemente sem nenhuma relação e, em geral, estas interações conduzem à cooperação.

A cultura escrita também pode promover o encontro, mesmo de maneira mais ordenada, através de um livro, ajuda as pessoas a se compreenderem melhor e a atuarem em movimentos sociais.

A informação, por sua vez, mesmo sendo um conceito mais amplo e instrumental, compreendida como o conteúdo disposto em livros e em outros dispositivos eletrônicos, tais como os *blogs* e redes sociais, frequentemente converge para a dimensão de falso ou verdadeiro. Constitui-se, assim, em armadilha para o leitor ao tentar legitimar assuntos por interesses políticos, econômicos ou religiosos. Isso não ocorre apenas na Internet, com o livro essa situação também acontece mas, como a publicação depende de um corpo editorial, tais acontecimentos são mais controlados. Atualmente, com ajuda de dispositivos eletrônicos, qualquer pessoa pode disseminar informações difamatórias sobre alguém ou uma instituição sem embasamento em dados ou mesmo com uso distorcido de informações.

No contexto do excesso de informação, a leitura constitui ainda um desafio para a biblioteca pública e escolar, em particular. Mas a universidade, em geral, necessita exercer função complementar tendo em vista o papel crucial da leitura e da escrita como alicerces fundamentais para o avanço dos conhecimentos.

Ao se relacionar leitura e escrita presume-se que, ao usar a Internet em trocas de mensagens nas redes sociais, se está lendo e escrevendo. Sem dúvida é

uma forma de manifestação individual importante que pode, inclusive, facilitar o encontro presencial e favorecer a colaboração em assuntos pessoais e coletivos. Por outro lado, não há equivalência entre a leitura de um romance clássico da literatura e a leitura de uma ou duas páginas de um artigo opinativo de um blog. Da mesma forma, escrever uma mensagem informal nas redes sociais é muito mais simples que escrever um artigo científico que, por sua vez, é menos respaldado no mundo acadêmico que um livro. Não é, necessariamente, o número de páginas que determina o rigor da publicação e a importância da leitura, muito embora se perceba que um texto sucinto ou muito especializado, como o artigo científico, é menos compreensível para a sociedade em geral quando comparado aos livros, sejam os literários ou livros acadêmicos, geralmente melhor elaborados do ponto de vista editorial, permitindo uma maior compreensão dos leitores em geral.

Como se verificou na tese, as iniciativas desenvolvidas pelas bibliotecas universitárias em disponibilizar informação científica são uma das suas atribuições mais importantes, desempenhadas de maneira satisfatória. Quanto às políticas de acesso livre, é preciso observar que ela está relacionada ao poder e à soberania da nação, no que diz respeito a questões macropolíticas. Por outro lado, também se relaciona a medidas microeconômicas de barateamento do uso do acervo bibliográfico. Em linhas gerais, a pesquisa observou que o Brasil restringe o acesso à informação de projetos de pesquisas e desenvolvimento científico, caso seja imprescindível à segurança nacional. Destaca-se o Portal CAPES, embora o seu uso tenha certas restrições. Na Espanha há um esforço de incentivo ao acesso livre, particularmente importante considerando a situação de crise e, conseqüente, redução orçamentária. Em Moçambique, a UM é uma das líderes do movimento de acesso livre, com o repositório SABER, reunindo mais de 3.000 itens. Aposta-se na divulgação da sua produção científica através de publicação eletrônica de acesso aberto.

No caso da iniciativa de repositório institucional para capítulos de livro, livros e periódicos pagos, a biblioteca esbarra com a questão de direitos autorais. É necessário pedir autorização ao autor e também aos editores, no caso de livros e periódicos de acesso pago. No periódico de acesso livre, o problema tem sido a migração de formato exclusivamente para o meio eletrônico sem manter, concomitantemente, a versão em papel. Desta forma, fica-se à mercê das novas tecnologias, como a substituição constante de equipamentos e softwares, além de impelir várias impressões de um mesmo texto ou o desconforto da leitura na tela do computador.

Ao relacionar o computador ou o livro eletrônico e o livro em papel, verificou-se uma maior contaminação ambiental pelos produtos da indústria

informática do que pelo papel. Além disso, as cooperativas de reciclagem de papel estão melhor consolidadas que a reciclagem de recursos informáticos, sendo o lixo eletrônico mais oneroso e perigoso para a saúde humana.

Verificou-se, assim, que quanto à crise ambiental, o problema é grave. Como foi dito, anteriormente, a Carta da Terra adverte para o compromisso de ações que previnam graves e irrecuperáveis danos ambientais. No caso das bibliotecas, portanto, conclui-se, em relação aos três países, sobre a necessidade de se atender à demanda do usuário avaliando se a demanda é real ou “imposta” pelo mercado internacional. O consumo de produtos com o constante desperdício de recursos naturais mascara a noção de desenvolvimento em favor do crescimento, conforme relata Furtado (1974, p. 94): “taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-las, no sentido de que tendem a ampliar as desigualdades sociais”.

Verifica-se que há certo apelo ideológico pelo uso das tecnologias, pois é questionável se os novos equipamentos são, efetivamente, mais sustentáveis do que o papel.

Nesse contexto, a biblioteconomia, enquanto área que se propõe zelar pelo patrimônio cultural, produz conhecimentos influenciados pelos sujeitos sociais, professores e alunos, que formam e são formados pelas áreas com as quais dialoga. Denegar isso é um retrocesso para a consolidação de qualquer campo do conhecimento.

Diante de um longo percurso interdisciplinar, esboçado parcialmente acima, depara-se com o desafio de finalizar a tese. A primeira afirmação a apontar é que não há uma conclusão definitiva para nenhum dos subtemas abordados. O segundo ponto é o caráter inter ou transdisciplinar da pesquisa, como condição fundamental para alcançar um grau de observação mais ampliado, levando-se em conta a incapacidade de construção de uma ciência isenta, neutra e livre da influência da dinâmica social, política e econômica.

Nesta perspectiva, o trabalho, por ora finalizado, não defende uma tese *stricto sensu*. Apresenta uma contribuição para os que acreditam numa perspectiva diferente de olhar para o mundo, sem a intenção de se consolidar como saber puro, completo ou globalizante. A trilha seguida é uma aproximação ao pensamento socialmente engajado, de procura de alternativas para a construção de uma sociedade mais justa. Os argumentos não foram expostos para demonstrar certezas e sim para propor e exaltar o resgate de um humanismo esgarçado pelas amarras do capital. No meio biblioteconômico persiste um encantamento acrítico pela tecnologia como solução para os dilemas da biblioteca. Mangué (2007) propôs a “moratória

tecnológica”, entretanto permanece a questão de investimentos na área tecnológica em detrimento da atenção ao usuário local que necessita de acervo bibliográfico diversificado. Será mesmo o tema da Internet o assunto principal da área tal como sugere a CI? Como a universidade responde aos desafios?

As soluções possíveis, apontadas ao longo do trabalho, passam pela emancipação individual, via aquisição de cultura notadamente pelo livro, para reacender a eterna esperança de um coletivo socialmente engajado na redução da disparidade de classe, bem como do agravamento da anomia social decorrente do novo espírito do capitalismo.

Institucionalmente, ainda que cada país faça suas escolhas, considerando-se a complexidade da universidade é preciso repensá-la, a exemplo da proposta de “universidade nova” (ALMEIDA FILHO, 2007), para o enfrentamento de sua própria crise<sup>129</sup> e de várias outras crises para as quais as mudanças culturais e educacionais constituem uma condição essencial. Ensina Arendt (2005) que a crise nos obriga a retornar às questões e dar respostas novas ou velhas na forma de juízo de valor direto, mas sem preconceitos ou ideias preconcebidas.

---

<sup>129</sup> Para mais detalhes sobre a crise na universidade ver Apêndice A.

## REFERÊNCIAS

- ABADAL, Ernest; OLLÉ CASTELLÁ, Candela; ABAD-GARCÍA, Francisca; MELERO, Remedios. Políticas de acceso abierto a la ciencia en las universidades españolas. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 36, n. 2, p.1–15, 2013.
- AGUDO LÓPEZ, Eduardo; ROGEL SALAZAR, Rosario; BECERRIL GARCÍA, Arianna. Limites e potencialidades da avaliação científica: crítica epistemológica à cobertura de bases de dados e à construção de indicadores. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (Org.). **Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas**. São Paulo: Ed. Senac, 2010. Parte II, p. 213-257.
- AGUILAR HERNÁNDEZ, Marielos. Transición democrática y reforma universitaria en la españa de los ochentas. **Revista de ciencias sociales**, v. 43, n. 89, p. 85-100, 2000.
- ALEMU, Getaneh Agegn. **The role of open access in fostering knowledge and collaboration in Ethiopia**: a case study. Master tesis (Master in digital library learning) – Tallinn University, 2009.
- ALMANAQUE Abril. São Paulo: Abril, 2015.
- ALMEIDA, Marco Antonio de. Cultura & informação: perspectivas para a formação e a atuação do profissional da ciência da informação. In: CASTRO FILHO, Claudio Marcondes (Org.). **Olhares sobre o profissional da ciência da informação**. São Paulo: Todas as musas, 2013a.
- ALMEIDA, Leonardo Pinto de. O espaço político aberto pela leitura literária. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 58-67, 2013b.
- ALMEIDA FILHO, Naomar. **Universidade nova**: textos críticos e esperançosos. Brasília: Ed. UNB, Salvador: EDUFBA, 2007.
- ALMEIDA FILHO, Naomar de; COUTINHO, Denise. Nova arquitetura curricular na universidade brasileira. **Ciência e Cultura**, v. 63, n. 1, p. 4-5, 2011.
- ALMEIDA FILHO, Naomar de; SANTANA, Luciana Alaíde Alves; SANTOS, Vanessa Prado dos; COUTINHO, Denise; LOUREIRO, Sebastião. Formação Médica na UFSB: I. Bacharelado Interdisciplinar em Saúde no Primeiro Ciclo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 38, n. 3, p. 337-348, 2014.
- AMARO, Bianca. A relação do direito autoral com o desenvolvimento científico nacional. In: BRAGA, Gilda Maria; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Orgs.). **Desafios do impresso ao digital**: questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: IBICT: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/761/1/desafios%20do%20impresso%20ao%20digital.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.
- AMIN, Mayur; MABE, Michael. Impact factors: use and abuse. **Perspectives in publishing**, n. 1, p. 1-6, 2000. Disponível em: <[http://cdn.elsevier.com/assets/pdf\\_file/0014/111425/Perspectives1.pdf](http://cdn.elsevier.com/assets/pdf_file/0014/111425/Perspectives1.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2014.

AMOR – Associação Moçambicana de Reciclagem. **Catálogo de projetos**. Maputo, 2013. Disponível em: <<http://www.associacao-mocambicana-reciclagem.org/>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

ANECA. **Libro Blanco**: título de grado em información y documentación. Madrid: ANECA, 2005.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos / Livros / São Paulo: ABRINFO, 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Informação & Informação** (UEL. Online), v. 15, n. 1, p. 173-189, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/4744>>. Acesso em: 20 maio 2015.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ASPAPPEL – Asociación Española de Fabricantes de Pasta, Papel y Cartón. **Informe estatístico 2010**. Madrid: ASPAPPEL, 2010. Disponível em: <[http://www.aspapel.es/sites/default/files/adjuntos/doc\\_311.pdf](http://www.aspapel.es/sites/default/files/adjuntos/doc_311.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2014.

ATTANASIO, Jeronimo Giorgi Angelo. Gana abriga maior lixão de eletrônicos da África. **Folha de São Paulo**, Mundo, A12, 4 jan. 2015.

AULISIO, George W. Green Libraries Are More Than Just Buildings. **Eletronic Green Journal**, v. 1, n. 35, p. 1-10, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/eScholarship%20UC%20item%203x11862z.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

AZEVEDO, Fernando; MARTINS, Jorge. Formar leitores no Ensino Básico: a mais-valia da implementação de um clube de leitura. **Da investigação à Prática**, v. 1, n. 1, p. 24-35, 2011.

BAECHLER, Jean. **Le capitalism**. Paris: Callimard, 1995. (2 volumes).

BAHIA, Eliana Maria dos Santos; SEITZ, Eva Maria. Arquivista empreendedor. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 14, n. 2, p. 468-481, jul./dez., 2009.

BALL, Stephen J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, v. 15, n. 02, 2002. p. 3-23.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. **Teologia e ecologia**: a mudança de paradigma de Leonardo Boff. In: Guimaraes, Juarez (Org.). *Leituras críticas sobre Leonardo Boff*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Mapeamento de competências do bibliotecários universitários brasileiros. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FEBAB, 2010. Disponível em: <[http://www.sibi.ufrj.br/snbu2010/pdfs/orais/final\\_256.pdf](http://www.sibi.ufrj.br/snbu2010/pdfs/orais/final_256.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2014.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 3-30, 1993.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.

BELL, Daniel. **Les contradictions culturelles du capitalisme**. Paris: PUF, 1979. (primeira edição americana, 1975).

BENTES PINTO, Virgínia. A Biblioterapia como campo de atuação para o bibliotecário. **Transinformação**, Campinas, n. 17. p. 31-43, jan./abr. 2005.

BERNS, Gregory S.; BLAINE, Kristina; PRIETULA, Michael J.; PYE, Brandon E. Short- and long – term effects of novel on connectivity in the brain, **Brain Connectivity**, v. 03, n. 6, p. 590-600, 2013.

BIBLIOTECA NACIONAL DE BRASÍLIA. **Missão**. [S.l.: s.n.], [2015?]. Disponível em: <<http://www.bnb.df.gov.br/index.php/conheca-a-bnb/missao>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BLONDEAU, Cécile; SEVIN, Jean Christophe. Entretien avec Luc Boltanski, une sociologie mise toujours à l'épreuve. **Etnographiques.org**: revue en ligne de sciences humaines et sociales, n. 5, abr. 2004.

BN – BIBLIOTECA NACIONAL. **Missão**. [S.l.: s.n.], [2015?]. Disponível em: <<http://bn.br/biblioteca-nacional/missao>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

BNC – BIBLIOTECA NACIONAL DE CATALUNYA. **Cronologia**. [S.l.: s.n.], [2015?]. Disponível em: <<http://www.bnc.cat/Coneix-nos/Cronologia>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

BNE – BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA. **Plan estratégico 2012-2014**. [S.l.: s.n.], [2009]. Disponível em: <<http://www.bne.es/es/LaBNE/PlanEstrategico/docs/PlanEstrategico12-14.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BNE – BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA. **História**. [S.l.: s.n.], [2015?]. Disponível em: <<http://www.bne.es/es/LaBNE/Historia/>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

BOAI - Budapest Open Access Initiative. **Read the Budapest open access initiative**. Budapest: [s.n.], 2002. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

BOCCALETTI, Giulio; LOFFLER, Markus; OPPENHEIM, Jeremy M. How IT can cut carbon emissions. **The McKinsey Quarterly**, October, p. 1-5, 2008.

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade – o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O Novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, ÉVE. The role of criticism in the dynamics of capitalism: social criticism versus artistic criticism. In: MILLER, Max. **Words of capitalism**: institutions, governance and economic change in the era of globalization. London: Routledge, 2005. p. 237-267.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no *Colège de France* (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. In: BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002a.

BOURDIEU, Pierre. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. In: BOURDIEU, P. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002b.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O Senso prático**. São Paulo: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A leitura uma prática cultural: debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. 5. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. Coleção grandes cientistas sociais, v. 39, p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. Le titre et le poste: rapports entre le système de production et le système de reproduction. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 2, p. 95-107, 1975.

BOYER, Robert. **Teoria da regulação**: os fundamentos. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

BOYER, Robert. Pós-keynesianos y regulacionistas: ¿una alternativa a la crisis de la economía estándar? **Economía**: teoría y práctica, nueva época, n. 35, p. 11-43 jul./dic. 2011.

BOYER, Robert. What we learned from the 2009 financial crisis in emerging countries. In: CONFERENCE FINANCIAL STABILITY AND GROWTH, **Anais...**, São Paulo: FGV, 2012.

BOYER, Robert. Convergencias y peculiaridades nacionales. In: BOYER, Robert (Org.). **La flexibilidad del trabajo em Europa**: um estúdio comparativo de las transformaciones del trabajo assalariado em siete países, entre 1973 y 1985. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**: a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima. São Paulo: Ed. Globo, 2012.

BRASIL. Decreto n. 53.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19. ago. 1965.

BRASIL. **Conferencia das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento**: de acordo com a Resolução nº 44/228 da Assembléia Geral da ONU [...]. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

BRASIL. Decreto n. 53.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19. ago. 1965.

BRASIL. Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 212 A, Seção 1, p. 1. 31 out. 2003. Disponível em: <[http://www.lex.com.br/doc\\_55069\\_LEI\\_N\\_10753\\_DE\\_30\\_DE\\_OUTUBRO\\_DE\\_2003.aspx](http://www.lex.com.br/doc_55069_LEI_N_10753_DE_30_DE_OUTUBRO_DE_2003.aspx)>. Acesso em: 28 nov. 2014.

BRASIL. Lei n. 12.244, de 25 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 25 maio. 2010. Seção 01, p. 03. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=25/05/2010>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 30 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 01, n. 169, p. 01.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9610.htm#art94](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9610.htm#art94)>. Acesso em: 16 dez. 2014.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de lei do Senado nº 387, de 2011. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=93151&tp=1>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Mapa do encarceramento**: os jovens do Brasil. Brasília. 2014.

BRASIL. Portaria conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012. Disciplina o projeto da remissão pela leitura no sistema penitenciário federal. **Diário Oficial da União**, seção

1, n. 120, 22 de junho de 2012. Disponível em: <  
<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2012/Jun/22/portaria-conjunta-no-276-de-20-de-junho-de-2012>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global de 2008. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). **Depois da crise: a China no centro do mundo?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a independência.** São Paulo: Editora 34, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The global financial crisis, neoclassical economics, and the neoliberal years of capitalism. **Revue de la régulation**, n. 7, 1er semestre, Spring 2010. Disponível em: <<http://regulation.revues.org/7729>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

BRITO, Luís de; CHAIMITE, Egídio; PEREIRA, Crescencio; POSSE, Lucio; SAMBO, Michael; SHANKLAND, Alex. **Revoltas da fome: protestos populares em Moçambique (2008-2012).** Maputo: IESE, 2015. Disponível em: <[http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad\\_iese/IESE\\_Cad14.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad14.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 545-562, set./dez. 2011.

BUENDIA GOMEZ, Miguel. **Educação moçambicana: história de um processo.** Maputo: Livraria Universitária, 2000.

BUFREM, Leilah Santiago. Complementaridade qualitativo-quantitativa na pesquisa em informação. **Transinformação**, v. 13, n. 1, p. 49-55, jan./ jun., 2001.

BUFREM, Leilah Santiago; GARCIA, Tania Maria Braga. A editora universitária e o compromisso da universidade com as praticas de divulgação do conhecimento produzido. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, v. 20, n. 1, p. 152-164, jan. /jun. 2014.

BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, v.176, 1, p.101-108, 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>> .Acesso em: 17set. 2014.

BUSQUET, Leandro Martins Cota. **Biblioteca universitárias e o impacto das políticas públicas do ensino superior: o caso da BCG/UFF.** 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

BUTLER, Pierce. **Introdução à ciência da biblioteconomia.** Rio de Janeiro: Ed. Lidor, 1971.

CALDIN, Clarice Forkamp. **A poética da voz e da letra na literatura infantil: (leitura de alguns projetos de contar e ler para crianças).** 2001. 261 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CALENGE, Bertrand. Peut-on définir la bibliothéconomie? **Bulletin des bibliothèques de France**, n. 2, mar. 1998. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1998-02-0008-001>>. Acesso em: 27 maio 2015.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAMPELLO, Bernadete Santos. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, 2003.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Teses e dissertações. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marquerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Cap. 9, p. 121-128.

CAMPELLO, Bernadete Santos; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Briquet de Lemos, 1997.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; CARVALHO, Maria da Conceição; RODRIGUES, Mara Eliana Fonseca; SOARES, Laura Valladares de Oliveira. Pesquisas sobre biblioteca escolar no Brasil: o estado da arte. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n.37, p.123-156, maio/ago., 2013.

CANÁRIO, Rui. A escola: das “promessas” às “incertezas”. **Educação Unisinos**, v. 12, n. 2, p. 73-81, maio/ago. 2008. Disponível em: <[http://www.portal.santos.sp.gov.br/seduc/e107\\_files/downloads/transferecias/escola\\_das\\_promessas\\_as\\_incerezas.pdf](http://www.portal.santos.sp.gov.br/seduc/e107_files/downloads/transferecias/escola_das_promessas_as_incerezas.pdf)>. Acesso em: 08 ago. 2012.

CAPINHA, Graça. Festa. In: Centro de Estudos Sociais. **Dicionário das crises e das alternativas**. Coimbra: Edições Almedina, 2012a. p.102-103 (Verbetes).

CAPINHA, Graça. Poesia. In: Centro de Estudos Sociais. **Dicionário das crises e das alternativas**. Coimbra: Edições Almedina, 2012b. p.163-164 (Verbetes).

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR. **Classificação da produção intelectual**. Brasília: [CAPES], 2014a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR. **Acervo**. Brasília: [CAPES], [2014]b. Disponível em: <[http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\\_pcollection&Itemid=104](http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcollection&Itemid=104)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR. **Tabelas de áreas de conhecimento/avaliação**. Brasília: [CAPES], 2014c. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

CARVALHO, Maria da Conceição; FERNANDES, Cleide. Conservação de livros raros: relato de uma experiência pedagógica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.11, n.1, p. 95-101, jan./abr 2006.

CARVALHO, Maria da Conceição; SOUZA, Nayara Célia Ribeiro. Letramento literário e mediação da leitura na escola: algumas considerações. IN: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **Educação científica e cidadania**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012. p. 195-203.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?**. Petrópolis, (RJ): Vozes, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CASTRO, Daniel Fuentes. **Piketty: Europa está à beira de uma grave crise política, econômica e financeira**. [s.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Piketty-Estamos-a-beira-de-uma-grave-crise-politica-economica-e-financeira%0A7/32284>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

CATALAN, Jordi. ¿Gran recesión o gran depresión?: Des-industrialización y crisis financeira em la España del euro, 2001-2012. In: CONGRESO DE ECONOMÍA Y LIBERTAD, 1., 2012, Ávila. **Actas...**Ávila: Universidad Católica de Ávila, 2013.

CÉLINE, Louis-Ferdinand. **Viaje al fin de la noche**. Barcelona: Edhasa, 1998.

CENDÓN, Beatriz Valadares; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira. Planejamento, desenvolvimento e implantação do Programa Pró-Multiplicar da CAPES na UFMG: metodologia aplicada. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 3, p. 175-191, 2013.

CENDÓN, Beatriz. Sistemas e redes de informação. In: OLIVEIRA, Marlene (Coord.). **Ciência da Informação e biblioteconomia: novos espaços de atuação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. Cap. 04, p. 61-95.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 1999.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor?: revisão de uma genealogia**. São Carlos: Ufscar, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHIARELLA, Carl; FLASCHEL, Peter; FRANKE, Reiner. **Financial markets and the macroeconomy: a keynesian perspective**. Londres: Routledge, 2009.

CHICHAVA, Sérgio et al. (Org.). Discursos e narrativas sobre o engajamento brasileiro e chinês na agricultura Moçambicana. In: BRITO, Luis de et al. (Org.). **Desafios para Moçambique 2013**. Maputo: IESE, 2013.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

COQUET, Eduardo. **Leitura, Literatura Infantil e Ilustração**: investigação e prática docente 4. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, p.01-14, 2003.

CORIAT, Benjamim. **El taller y el cronómetro**. Madrid: SigloVientiuno, 1982.

CORREA, Elisa Cristina Delfini. **Os usos do computador e a definição do campo da ciência da informação em relação à biblioteconomia no Brasil**: uma análise sociotécnica. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; ALVARENGA, Lídia; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Publicar é preciso, transformar cientistas em máquinas de produção não é preciso. **DataGramZero**, v.12, n. 2, não paginado, jun. 2011. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/jun11/Art\\_05.htm](http://www.dgz.org.br/jun11/Art_05.htm)>. Acesso em: 04 dez. 2014.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Relação educativa e formação profissional na Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte : ANCIB, 2003a.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Gestão do conhecimento e codificação de saberes: novas ferramentas para velhas concepções. In: PAIM, Isis (org.). **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003b. Cap. 9, p. 241-265.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Profissão/ocupação. In: FIDALGO, Fernando Selmar; MACHADO, Lucilia Regina de Souza (Org.). **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: UFMG/FAE/NETE, 2000. p. 261-262 (Verbetes).

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O teletrabalho domiciliar e as novas dimensões de sociabilidade. In: Encontro Anual da ANPOCS, 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2002.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; CUNHA, Mirian Vieira da. Reflexões sobre o Grupo de Trabalho (GT-6) do Encontro Nacional em Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) – Informação, Educação e Trabalho. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.2, n.1, jan.-dez., 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/20/42>> Acesso em: 09 out., 2009

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; DIAS, Sonia Maria; PENA, André de Souza. Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (Org.). **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. **A trama e o drama do engenheiro**: mudança de paradigma produtivo e relações educativas em Minas Gerais. 1998. 264 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas à Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1998.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Relação educativa e formação profissional na ciência da informação. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, V, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

CUNHA, Gardene Alves da. **Perfil do bibliotecário da Região Norte**: estudo dos egressos da Universidade Federal do Amazonas e Universidade Federal do Pará referente ao período de 2005 a 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Florianópolis, 2012.

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da et al. O Bibliotecário formado pela Universidade Federal de Santa Catarina: perfil profissional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, p. 182-195, jul./dez. 2004.

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, Marta Lígia (Org.). **Atuação Profissional na área de Informação**. São Paulo: Polis, 2004.

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da; SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da; MARIBONDO, Pedro. Espaços de trabalho para profissionais da informação no Brasil: resultados preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2006.

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da; SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da; KILL, Christian. Perfil do Bibliotecário formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 17, n.1, p. 109-115, jan./abr., 2007.

CUNHA, Miriam Vieira da; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões de informação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. Cap. 2, p. 39-54.

DANTAS, Taísa Rodrigues. Estudo de caso sobre acesso e uso de livros eletrônicos na comunidade acadêmica da Universidade de Coimbra. In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 6., 2013, Porto. **Globalização, ciência, informação**: atas. Porto: CETAC.MEDIA, 2013. p. 542-560.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: pasado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DECLARAÇÃO DE BERLIM SOBRE ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS E HUMANIDADES. [Berlin]: [s.n.], [2003]. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/DeclaracaoBerlim.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

DECLARACIÓN DE BETHESDA SOBRE PUBLICACIÓN DE ACCESO ABIERTO. [Bethesda]: [s.n.], 2003. Disponível em: <[http://ictlogy.net/articles/bethesda\\_es.html](http://ictlogy.net/articles/bethesda_es.html)>. Acesso em: 16 dez. 2014.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 11. Ed. São Paulo: LTR, 2012.

DEMO, Pedro . **Educação, avaliação qualitativa e inovação – I**. Brasília: INEP/MEC, 2012. (Textos para Discussão, 36). Disponível em: <[http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B9CE8A069-41E9-42BC-BF85-32CF01E43CB8%7D\\_Td%2036.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B9CE8A069-41E9-42BC-BF85-32CF01E43CB8%7D_Td%2036.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2013.

DEROUET, Jean-Louis. A sociologia das desigualdades em educação posta à prova pela segunda explosão escolar: deslocamentos dos questionamentos e reinício da crítica. **Revista Brasileira de Educação**, set./out./nov., n. 21, p. 5-16, 2002.

DESEMPREGO sobe na Espanha em novembro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 04 dez. 2012. Economia. Disponível em:<<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2012/12/04/desemprego-sobe-na-espanha-em-novembro/>>. Acesso em: 09 dez. 2012.

DIAS, Eduardo Wense. Contexto digital e tratamento da informação. **DataGramZero**, v. 2, n. 5, out. 2001. Disponível em:<<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

DINIZ, Clélio Campolina. Diálogo: inovação e desenvolvimento econômico e social. **Fonte**, n. 13, v. 10, p. 5-15, dez. 2013. Entrevista.

DIOGO, Luísa Dias. **A sopa da madrugada**: das reformas à transformação econômica e social em Moçambique: 1994-2009. Porto: Porto Ed., 2013.

DIRECTORY OF OPEN ACCESS REPOSITORIES. Open DOAR. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <<http://www.opendoar.org/>>. Acesso em: 29 set. 2014.

DOMINGO BAGUER, Ignacio. **Para qué han servido los libros**. Zaragoza: Prensas de la Universidade de Zaragoza, 2013.

DRUCKER, Peter F. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1994.

DULCI, Luciana Crivellari. Da moda às modas no vestuário: entre a teoria hierárquica e o pluralismo, pelo olhar da consumidora popular em Belo Horizonte. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009b.

DULCI, Otávio Soares. Economia e política na crise global. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 65, p. 105-119, jan. 2009a.

DULCI, Otávio Soares. Não caibo mais nas roupas em que eu cabia. **Diversa**: revista da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 12-13, 2003.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. A ação cultural do carro-biblioteca ou, o desafio de se incentivar o gosto pela leitura em comunidades de baixa renda. **Revista da Escola de Biblioteconomia**. UFMG, Belo Horizonte, v.19, n.1, p.24-38, mar.1990.

DUMONT, Ligia Maria Moreira. A opção pela literatura de massa: simples lazer ou alienação? **Investigación Bibliotecológica**, v. 14, n.28, ene./jun., p. 166-177, 2000.

DUNN, Hopeton S. The carbon footprint of ICTs. In: GLOBAL INFORMATION SOCIETY WATCH. Global Information Society Watch 2010: focus on ICTs and environmental sustainability. Montevideo: Association for Progressive Communications/Hivos, 2010, p. 15-16.

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Vozes, 2011.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DRUMMOND, Carlos. Cai a última barreira. **Carta Capital**, 10 jun. 2015. Seu País, p. 26-29.

ECO, Umberto. **A memória vegetal e outros escritos sobre bibliofilia**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 13. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean Claude. **Não contem com o fim do livro**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ECO, Umberto: "Informação demais faz mal". **Época**, 29 dez. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2011/12/umberto-eco-informacao-demais-faz-mal.html>>. Acesso em: 30 abr. 2014. Entrevista

EDWARDS, Edward. **Memoirs of Libraries**. London: Trübner, 1859.

EGEA, Maria Luiza de Freitas Valle. O direito autoral de obras distribuídas pela Internet. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). **Direito autoral, propriedade intelectual e plágio**. Salvador: EDUFBA, 2014. Cap.7, p. 112-138.

ESPAÑA. Ley 14/2011, de 1 de junio, de la ciencia, la tecnología y la innovación. **Boletín Oficial del Estado** (BOE), n. 131, 2 de junio de 2011. Disponível em: <<http://www.boe.es/boe/dias/2011/06/02/pdfs/BOE-A-2011-9617.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2014.

ESPAÑA. Real Decreto Legislativo 1/1996, de 12 de abril, por el que se aprueba el texto refundido de la Ley de Propiedad Intelectual, regularizando, aclarando y armonizando las disposiciones legales vigentes sobre la materia. **Boletín Oficial del Estado** (BOE), n. 9, de 22 de abril 1996. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/pdf/1996/BOE-A-1996-8930-consolidado.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

FARIAS, Fabíola. A biblioteca pública e seu projeto político: entre a conformação e o pensamento. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 19, numero especial, p. 242-253, out./dez. 2014.

FARIAS, Fabíola. **A leitura e a biblioteca pública compreendidas pelo sistema nacional de bibliotecas públicas**: uma análise crítica. 2013. Dissertação (Mestrado

em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, jan./abr., n. 10, 1999.

FERNÁNDEZ VÁZQUES, Maria do Socorro Azevedo Félix. **Biblioterapia para idosos**: um estudo de caso no Lar da Providência Carneiro da Cunha. 1989. 140 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

FERREIRA, Ana Paula; CAMISASCA, Flávia. Zero quilômetro: Carro-Biblioteca da UFMG ganha veículo equipado com modernos recursos eletrônicos. **Boletim da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.32, n. 1.514, p.5, jan. 2006.

FERREIRA, Cândido Guerra. **Processo de trabalho e relação salarial**: um marco teórico-analítico para estudo das formas capitalistas de produção industrial. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1987.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças. Métricas alternativas de avaliação do impacto e do uso de revistas eletrônicas: estudo em ciências da comunicação. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (Org.). **Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas**. São Paulo: Ed. Senac, 2010. Parte II, p. 293-342.

FIGUEIREDO, Paulo N. O papel dos recursos naturais no crescimento do país. **Conjuntura Econômica**, v. 65, n. 7, p. 46-48, jul. 2011.

FinELib – The National Electronic Library in Finland. **Scientific e-resources have made life easier for researcher workers**. [s.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <[http://www.kansalliskirjasto.fi/attachments/514xoyz0b/5AKGVngDe/Files/CurrentFile/Us er\\_questionnaire\\_2007\\_final.pdf](http://www.kansalliskirjasto.fi/attachments/514xoyz0b/5AKGVngDe/Files/CurrentFile/Us er_questionnaire_2007_final.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2014.

FONSECA, Edson Nery da Fonseca. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Brique de Lemos, 2007.

FONSECA, Edson Nery da. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

FONSECA, Edson Nery da. **Bibliometria**: teoria e pratica. São Paulo: Cultrix, 1986.

FRAGOSO, João Henrique da. **Direito de autor e copyright**: fundamentos históricos e sociológicos. São Paulo: QuartierLatin, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FUELLER, Ricardo. Mudança dos critérios Qualis! **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 50, n.4, p. 347-350, 2010. (Editorial).

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS. PORDATA: base de dados Portugal contemporânea. **Índice de Gini na Europa**. Lisboa (Portugal), 2012. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/Europa/Indice+de+Gini-1541>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. Cultura, ciência, economistas. In: FURTADO, Celso. **Essencial Celso Furtado**: organização, apresentação e notas de Rosa Freire D'Águia. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 461-519.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GAMELAS, A. M.; LEAL, T.; ALVES, M. J.; GREGO, T. Contributos para o desenvolvimento da literacia: clube de leitura. In: VIANA, F. L.; MARTIS, M.; COQUET, E. **Leitura, Literatura Infantil e Ilustração**: investigação e prática docente. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, p.01-14, 2003.

GARCIA, Rafael. Análise: termômetros liquidam tese do “hiato” do aquecimento global. **Folha de São Paulo**, Ambiente, 16 jan. 2015.

GARFIELD, Eugene. Citation Indexes for Science: a new dimension in Documentation through association of ideas. **Science**, v. 122, n. 3159, p. 108-111, 1955. Disponível em: <<http://www.garfield.library.upenn.edu/essays/v6p468y1983.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2014.

GARFIELD, Eugene. The evolution of the Science Citation Index. **International Microbiology**, v. 10, n. 1, p. 65-69, 2007. Disponível em: <<http://garfield.library.upenn.edu/papers/barcelona2007a.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2014

GARVEY, William D.; GRIFFITH, Belver C. Communication and information processing within Scientific Disciplines: Empirical Findings for Psychology. In: GARVEY, William D. Garvey. **Communication**: the essence of science, facilitating information exchange among librarians, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon, 1979. Appendix A, p. 127-147.

GERBASE, Annelise Engel; OLIVEIRA, Camila Reis de. Reciclagem do lixo de informática: uma oportunidade para a química. **Química Nova**, v. 35, n. 7, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010040422012000700035&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010040422012000700035&lang=pt)>. Acesso em: 18 mar. 2013.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUZA, Clarice Muhlethaler de. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marquerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Cap. 6, p. 97-103.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.1

- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRIEBLER, Ana Cristina de Freitas; MATTOS, Ana Maria; JOB, Ivone. A importância do repositório institucional impresso. **Bibliotecas Universitárias**, v. 1, n. 1, p. 61-69, jan./jun. 2011.
- GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Breque de Lemos/Livros, 2001.
- GUAMBE, Martins Fernando; BUENO DE LA FUENTE, Gema. Disponibilidade em acesso aberto da produção científica dos países da África Lusófona. **InCid: revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 4, n. 2, Ed. esp., p. 5-19, jul./dez. 2013.
- GUÉDON, Jean Claude. Acesso aberto e divisão entre ciência predominante e ciência periférica. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (Org.). **Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas**. São Paulo: Ed. Senac, 2010. Parte 1, p. 21-77.
- GUÉDON, Jean Claude. **In Oldenburg's long shadow: librarians, research scientists, publishers, and the control of scientific publishing**. Washington: Association of Research Libraries, 2001. Disponível em: <<http://www.arl.org/storage/documents/publications/in-oldenburgs-long-shadow.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.
- HEILBRONER, Robert Louis. **Le capitalisme: nature et logique**. Paris: Atlas: Économica, 1986.
- HERNAN PÉREZ, Ana Beatriz de; BLATTMANN, Ursula. A biblioteca universitária e o processo de avaliação do ensino superior. In: VERGUEIRO, Waldomiro; MIRANDA, Angélica C. D. (org.). **Administração de unidades de informação**. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2007. Cap. 08.
- HERNÁNDEZ DÍAZ, José Maria. La Universidad en España, del antiguo régimen a la LRU (1983): hitos y cuestiones destacadas. **Aula**, 1997, 9, p. 19-44. Disponível em: <[http://campus.usal.es/~revistas\\_trabajo/index.php/0214-3402/article/viewFile/3472/3491](http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/0214-3402/article/viewFile/3472/3491)>. Acesso em: 16 nov. 2012.
- HESS, Stephany; WALÓ, Walter M. Preocupación ambiental, conocimiento y uso de los Puntos Limpios en estudiantes universitarios. **Medio ambiente y comportamiento humano**, v. 2, n. 2, p. 39-56, 2001.
- HOBSBAWN, Eric. Eric Hobsbawn: a era das incertezas. **Revista sem terra**, v. 12, maio/jun. 2009, p.5-9. Entrevista a Verena Glass. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/sites/default/files/RST50.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2014.
- HORJLAND, Birger; NICOLAISEN, Jeppe. Bradford's law of scattering: ambiguities in the concept of 'subject'. **Context: nature, impact and role**. v. 3507, 2005, p. 96-106. Disponível em: <<http://comminfo.rutgers.edu/~muresan/IR/Docs/Articles/colisHjorland2005.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.
- IBRAIMO, Yasfir. Expansão da produção de produtos primários, emprego e pobreza. In: BRITO, Luis de et al. (Org.). **Desafios para Moçambique 2013**. Maputo: IESE, 2013.

ICT Statistics Database. **Dynamic Report**: world telecommunication indicators Database. Geneva: International Telecommunication Union, 2012. Disponível em: <<http://www.itu.int/ITU-D/ICTEYE/Reporting/DynamicReportWizard.aspx>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

ICT Statistics Database. **Mobile-cellular subscriptions**. Geneva: International Telecommunication Union, 2013. Disponível em: <<http://www.itu.int/net4/itu-d/icteye/AdvancedDataSearch.aspx>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions. **Declaración acerca de las bibliotecas y el desarrollo sostenible**. [S.l.: S.n.], 2002. Disponível em: <<http://www.ifla.org/node/7165>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico 2011**. Maputo: INE, 2011a.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **Classificação das Profissões de Moçambique (Rev.2)**. Maputo: INE, 2012a.

INE – Instituto Nacional de Estadística. **Classificación Nacional de Ocupaciones 2011** (CNO2011): notas explicativas. [Madrid]: [INE], 2012b. Disponível em: <[http://www.ine.es/daco/daco42/clasificaciones/cno11\\_notas.pdf](http://www.ine.es/daco/daco42/clasificaciones/cno11_notas.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

INE - Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas de cultura**. Maputo: INE, 2011.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Evolução da educação superior – graduação**. Brasília: MEC/INEP, 2011a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados preliminares PISA 2009**. Brasília: MEC/INEP, 2011b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/internacional-novo-pisa-resultados>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Renda – desigualdade – coeficiente de Gini**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Taxa de desemprego** (anual de 1992 até 2012). Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

ITU – International Telecommunication Union. ICTs and Climate Change: ITU background report. In: SYMPOSIUM ON ICTS AND CLIMATE CHANGE, 2009, Quito, Ecuador. **Anais...** Quito: ITU, 2009.

JABR, Ferris. Por que seu cérebro prefere o papel. **Mente cérebro**, maio, p. 62-69, 2014.

JAIN, Priti; NFILA, R. B. Developing strategic partnerships for national development: a case of Botswana. **Library Review**, v. 60, n. 5, p. 1-14, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10311/840>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

JANKOWSKA, Maria Anna; MARCUM, James W. Sustainability Challenge for Academic Libraries: Planning for the Future. **College & Research Libraries**, v. 71, n. 2, p.160-170, 2010.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Biblioteconomistas e outros profissionais da informação no mercado de trabalho brasileiro: 1980-1996. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação, V, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003b. 1 CD-ROM.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JAPIASSU, Hilton. **A crise das ciências humanas**. São Paulo: Cortez, 2012.

JARAMILLO HOYOS, Bernardo; MONAK SALINAS, Lenín. Comportamento do leitor e hábitos de leitura: comparativo de resultados em alguns países da América Latina. In: SEMINÁRIO RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL, 2., **Anais...**, Brasília: Instituto Pró-livro, 2012. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2012.

KEMP, Valéria Heloisa. Empreendimentos solidários: desafios para enfrentar a naturalização das desigualdades sociais. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (Org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Apresentação. In: \_\_\_\_\_.(Org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

KEYNES, John Maynard. ¿Son los libros demasiado caros? **Trama & Texturas**, n. 20, p. 7-12, maio 2013.

KRUGMAN, Paul. Why did Economists get it so Wrong? **The New York Times**, 2 set. 2009.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KURAMOTO, Helio. Acesso livre: uma solução adotada em todo o globo; porém, no Brasil parece existir uma indefinição. **Revista eletrônica de comunicação, inovação & inovação em saúde**, v. 8, n. 2, p. 166-179, 2014.

LANCASTER, Frederic Wilfrid. **Avaliação de serviço de biblioteca**. Brasília: Brique de Lemos, 1996.

LARAIA, Roque de Barro. **Cultura: um conceito antropológico**. 23.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LEBLON, Saulo. A recessão vai ‘curar’ o Brasil? **Carta Maior**, jan. 2015. Editorial. Disponível em:< <http://cartamaior.com.br/?/Editorial/A-recessao-vai-curar-o-Brasil-/32694>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

LEITE, Marcia de Paula. Las nuevas formas de organización empresarial y el trabajo, tendencias globales. **Revista del Centro de Estudios de Sociología del Trabajo**, n. 5, 2013.

LEMOS, Briquet de. **Entrevista colaborativa com Antônio Agenor Briquet de Lemos**. [Belo Horizonte]: [SNBU], 2014. (Entrevista realizada por Maria Aparecida Moura et al.). Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/noticias/entrevista-colaborativa-com-antonio-agenor-briquet-de-lemos-19112014/>>. Acesso em: 3 dez. 2014.

LEMOS, Briquet de. Periódicos eletrônicos: problema ou solução? **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 7, n. 3, não paginado, jun. 2006.

LEOCÁDIO, Thaís. De carona na história. **Conexão Biblioteca**: boletim informativo do Sistema de bibliotecas da UFMG, Belo Horizonte, v. 03, n. 08, maio 2014.

LETRADO. IN: HOUAISS, Antonio; SALLES, Mauro de. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 1172.

LIMA, Etelvina. A biblioteca no ensino superior. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 847-861, jul./dez. 1977.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, v.13, n.1, p. 7-36, mar. 2008.

LINDOSO, Felipe. El mercado del libro em Brasil. **Trama& Texturas**, n. 20, maio 2013.

LITERÁRIO. IN: IN: HOUAISS, Antonio; SALLES, Mauro de. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 1188.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

LOPES, Leonor Mendes Salgado. **O papel do papel hoje face à tecnologia digital**. Dissertação (Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2010.

LOPEZ YEPES, José. Documentación. In: LOPEZ YEPES, José (Coord.). **Manual de ciencias de la documentación**. 2. ed. Madrid: Ediciones Pirâmide, 2006. Cap. 3, p. 39-73.

LUBISCO, Nídia (org.). **Biblioteca Universitária**: elementos para planejamento, avaliação e gestão. Salvador: Ed. UFBA, 2011.

LUBISCO, Nídia. **La evaluación en la biblioteca universitaria brasileña**: evolución y propuesta de mejora. 2007. 439 f. Tese (Doutorado em Documentación) – Universidad Carlos III de Madrid, Getafe, 2007.

LUCAS, Isabella. Amigos da leitura. **Boletim da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.39, n. 1.808, p.6, fev. 2013.

LUDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1159-1180, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.dedes.unicamp.br>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

MACLEAN, Don; AKOH, Ben; EGEDE- NISSEN, Bjornar. ICTs, sustainability and green economy. In: GLOBAL INFORMATION SOCIETY WATCH. *Global Information Society Watch 2010: focus on ICTs and environmental sustainability*. Montevideo: Association for Progressive Communications/Hivos, p.17-19, 2010.

MAGALHÃES, Elenice Maria de; OLIVEIRA, Adriel Rodrigues de; CUNHA, Nina Rosa da Silveira; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho; CAMPOS, Daniela Cristina da Silveira. A política de treinamento dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) na percepção dos treinados e dos dirigentes da instituição. **Revista de administração pública**, v. 44, n. 1, p. 55-86, jan./fev. 2010.

MALLET, Jean Baptiste. Amazon, el reverso de la pantalla. **Le Monde diplomatique en español**, v. 18, n. 217, p. 1,22-23 nov. 2013. (Los almacenes del comercio por Internet).

MANGUE, Manuel Valente; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Tecnologia e organização do trabalho em sistemas de bibliotecas universitárias de países em desenvolvimento: estudo de caso da África do Sul, Brasil e Moçambique. In: Maria Inês Tomaél (Org.). **Compartilhamento da informação**. Londrina: EDUEL, 2012, p. 129-166.

MANGUE, Manuel Valente. **Consolidação do processo de informatização em sistemas de bibliotecas universitárias da África do Sul, Brasil e Moçambique**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

MANGUE, Manuel Valente. **O papel da iniciativa open access no uso e na promoção do conhecimento nos países em desenvolvimento**: estudo de caso. Relatório (Pós-doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MANIFESTO em defesa da civilização. Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=21110](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21110)>. Acesso em: 11 maio 2015.

MANIFESTO brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica [S.l.: s.n.], [2005]. Disponível em: < <https://kuramoto.files.wordpress.com/2008/09/manifesto-sobre-o-acesso-livre-a-informacao-cientifica.pdf> >. Acesso em: 16 dez. 2014.

MANIFESTO IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. Tradução de Neusa Dias de Macedo. IFLA: [S.l.], 2000.

MARCO, Guy A. Two false dogmas of information science. **New Library World**, London, v. 97, n.11, p. 11-14, 1996. Disponível em: <<http://proquest.umi.com>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

MARIA, Luiza de. **O clube do livro**. São Paulo: Globo, 2009.

MARTINEZ JIMENÉZ, Omegar. La ecología do libro eletrônico. **Trama & Texturas**, n. 21, set. 2013.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. Com um capítulo referente à propriedade literária. 3. Ed. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro 1. 29. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A humanidade contra as cordas**: a luta da sociedade global pela sustentabilidade. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MATTOS, Fernando. Sociedade pós-industrial e sociedade informacional: apontamentos de uma revisão bibliográfica. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 7, n. 1, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.eptic.com.br>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MAZULA, Brazão. **A construção da democracia em África**: o caso moçambicano. Maputo: Nadjira, 2000.

MCCURRY, Justin. Até os japoneses querem férias. **Carta Capital**, 11 mar. 2015. Nosso Mundo, p. 42-43.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEC – Ministério da Educação. Retificação do Parecer CES 672/98, tratando de Cursos Seqüenciais no Ensino Superior. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23. dez. 1998. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pces968\\_98.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pces968_98.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2015.

MELLOUKI, M'hammed; GAUTHIER, Clermont. O professor e seu mandato de mediador, herdeiro, intérprete e crítico. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 87, p.537-571, 2004.

MELLO, Alex Fiúza de; ALMEIDA FILHO, Naomar de; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma universidade socialmente relevante. **Atos de pesquisa em educação (FURB)**, v. 4, p. 292-302, 2009.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. [S. l.], n. 14, maio/ago. 2000.

MENEZES, Cynara. E-reader pode ser considerado “livro”? **Carta Capital**, v. 20, n. 798, p. 40-42, maio 2014.

MERCADANTE, Aloisio. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto

de Economia, Universidade de Campinas. Campinas, 2010.

MEY, Eliane Serrão Alves. Introdução à catalogação. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Portal do Trabalho e Emprego. CBO – Classificação Brasileira de Ocupações. Brasília: MTE, 2015. Disponível em: <>. Acesso em: 21 jul. 2015

MOBBS, Paul. Introduction. In: GLOBAL INFORMATION SOCIETY WATCH. **Global Information Society Watch 2010: focus on ICTs and environmental sustainability**. Montevideo: Association for Progressive Communications/Hivos, 2010, p. 9-11.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 29/2007. **Boletim da República**: Suplemento. Prova nº 64, [2007]. Disponível em: <[http://www.acm.ac.mz/downloads/estatutos\\_br.pdf](http://www.acm.ac.mz/downloads/estatutos_br.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2014.

MOÇAMBIQUE. **Estratégia de emprego e formação profissional em Moçambique 2006 – 2015**. [Maputo]: [Conselho de Ministros], 2006.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 4/2001. **Boletim da Republica**: 2º Suplemento. I. Serie numero 8. Fevereiro de 2001. Disponível em: <[http://www.wipo.int/wipolex/fr/text.jsp?file\\_id=180470](http://www.wipo.int/wipolex/fr/text.jsp?file_id=180470)>. Acesso em: 8 out. 2014.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação. **Plano estratégico da educação de Moçambique 2012-2016**. [S.n.: s.l.], 2012. Disponível em: <[http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo\\_inst\\_ens\\_sup/](http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo_inst_ens_sup/)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

MOÇAMBIQUE. Reaberta Biblioteca Nacional de Moçambique. **Plano estratégico da educação de Moçambique 2012-2016**. [S.n.: s. l.], 2010. Disponível em: <[http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news\\_folder\\_sociedad\\_cultu/abril-2010/reaberta-biblioteca-nacional-de-mocambique/](http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_sociedad_cultu/abril-2010/reaberta-biblioteca-nacional-de-mocambique/)>. Acesso em: 18 fev. 2015.

MORAES, Rubens Borba de. A lição das bibliotecas americanas. **Revistas do Arquivo Municipal**. São Paulo, v. 3, n.2, p. 197-208, maio, 1942.

MORAES, Rubens Borba de. **Testemunha ocular (recordações)**. Organização e notas de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2011.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio; MANGUE, Manuel Valente. **Perfil profissional que actua na área de informação em Moçambique**. Maputo: ECA/UEM, 2014.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. Aún em torno a la formación universitaria, el empleo y la recesión. **Anuario Think**, v. 8, p. 15-23, 2014.

MORENO, Fernanda Passini; LEITE, Fernando César Leite; ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Acesso livre a publicações e repositórios digitais em ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, p. 82-94, jan./abr. 2006.

MORIN, Edgar. **Para onde vai o mundo?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOSTAFA, Solange Puntel.; MARANON, Eduardo Ismael Murguia. Os intelectuais e sua produtividade. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, p. 22-29, jan./abr. 1993.

MOURA, Maria Aparecida; AMARAL, Wanda. **Estudo de viabilidade para a criação do curso de Ciência da Informação da UFMG em Moçambique**. Belo Horizonte: ECI. Maputo: FBLP, 2008.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice J. L. As questões da comunicação científica e a ciência da informação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Comunicação científica**. Brasília: Departamento de Ciência da Informação Universidade de Brasília, 2000. Cap. 1, p. 13-34.

NAIRDORF, Judith. La privatización del conocimiento público en universidades públicas. In: GENTILI, P.; BETTINA, L. **Espacio público y privatización del conocimiento: estudios sobre políticas universitarias en América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Levy, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lbecas/espacio/Naidorf.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NEGRI, Antonio. **La gran crisis de la economía global**. Madrid: Traficantes de sueños, 2009.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. Gestão do conhecimento, a “doce barbárie”. In: PAIM, Isis (org.). **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. Cap. 10, p. 267-306.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. Repensando a sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.9-21, jan./jun. 2002.

NIETZSCHE, Frederick. **Sur L’avenir de nos établissements d’enseignement**. Paris: Gallimard, 1973.

NORA, Simon; MINC, Alan. **A informatização da sociedade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Índices de citação. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marquerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Cap. 17, p. 249-262.

NWEZH, Chinwe M. T. Women librarians in Nigerian Universities: their status, occupational characteristics and development. **Electronic Journal of Academic and Special Librarianship**, v. 10, n. 3, p. [1-8], winter 2009. Disponível em: <<http://southernlibrarianship.icaap.org/>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

O PAPEL tem sua beleza: se o livro vai acabar, por que as bibliotecas proliferam? **Carta Capital**, 14 jan. 2015. QI, p.57-61.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. **A influência da ciência da informação nos cursos de graduação em biblioteconomia no Brasil**: formação docente, aspectos teóricos e

manifestações temáticas. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Francisco Maria Cavalcanti de. O surgimento do Antivalor". **Novos estudos CEBRAP**, v. 22, p. 8-28, 1988.

OLIVEIRA, Josmária Lima Ribeiro; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Estabilidade e carreira profissional: estudo comparado entre bibliotecários, contadores e analistas de tecnologia da informação. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 24, n. 3, p. 145-157, set./dez. 2014.

OLIVEIRA, Josmária Lima Ribeiro. **Estudo comparado entre bibliotecários, contadores e analistas de tecnologia da informação: processo de profissionalização e seu efeito na formação, atuação e reconhecimento profissional**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2012.

OLIVEIRA, Josmária Lima Ribeiro; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Emprego, estabilidade e carreira do bibliotecário brasileiro: análise de dados da RAIS e RAIS MIGRA nos anos de 1985 a 2009. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília, DF. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2011.

OLIVEIRA, Josmária Lima Ribeiro; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Reconhecimento e Estabilidade Profissional: estudo comparado entre bibliotecários, contadores e analistas de tecnologia da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANCIB, 2013. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/254/378>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

OLIVEIRA, Leodir Rocha de; PENA, André de. Souza; JUSTINO, Agameton Ramsés; SANTOS, Andréa Luciana dos. Biblioterapia: uma experiência de ler e contar histórias para pessoas hospitalizadas. **Extensio**, v. 8, p. 44-60, 2011.

ONU – Organização das Nações Unidas. **O futuro que queremos**. [Rio de Janeiro]: ONU, 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Documents/TESE/Desenv%20Sustentavel/OFuturoqueQueremos\\_rascunho\\_zero%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/User/Documents/TESE/Desenv%20Sustentavel/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero%20(7).pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2014.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Report of the World Commission on Environment and Development: our common future**. UN, 1987. Disponível em: <[http://conspect.nl/pdf/Our\\_Common\\_Future-Brundtland\\_Report\\_1987.pdf](http://conspect.nl/pdf/Our_Common_Future-Brundtland_Report_1987.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2014.

OPEN ACCESS DIRECTORY. Declarations in support of OA. [S.l. : s.n.], 2014. Disponível em: <[http://oad.simmons.edu/oadwiki/Declarations\\_in\\_support\\_of\\_OA](http://oad.simmons.edu/oadwiki/Declarations_in_support_of_OA)>. Acesso em: 29 set. 2014.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

ORTEGA Y GASSET, José. **Misión de la universidad y otros ensaios sobre educación y pedagogía**. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **Datagramazero**, v. 5, n.5, p. 3, 2004.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OSMAN, Abdul Magid; SAÚTE, Nelson. Moçambique no Mundo: a competição subtil. In: BRITO, Luís de; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio (Org.). **Desafio para Moçambique 2010**. Maputo: IESE, 2010. Disponível em: <<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/img/desafios2010.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

OTLET, Paul. **El Tratado de documentación**: el libro sobre el libro, teoría e práctica. Traducción Maria Dolores Ayuso Garcia. Bruselas: Ediciones Mundaneum Palais, 1934.

PAIRAULT, Thierry. Les entreprises chinoises sous la tutelle directe du gouvernement illustrées par leur investissement en Afrique. **Revue de la régulation**, n.13, 1er semestre, Spring 2013. Disponível em: <<http://regulation.revues.org/10195>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

PALLOIX, Christian. O processo de trabalho: do fordismo ao neofordismo. In: ERBER, Fabio Stefano. **Processo de trabalho e estratégias de classe**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 69-97.

PAMUK, Orhan. **Meu nome é vermelho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PAYNE, Lizanne. **Library storage facilities and the future of print collections in North America**. Dublin, Ohio: OCLC, 2007. Report commissioned by OCLC Programs and Research. Disponível em: <<http://www.oclc.org/research/publications/library/2007/2007-01.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

PENA, André de Souza; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; GONZÁLEZ, José Antonio Moreiro; MANGUE, Manuel Valente. Elementos de comparação do emprego bibliotecário em tempos de crise. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2014a.

PENA, André de Souza; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio; MANGUE, Manuel Valente. Políticas institucionais de incentivo à leitura em bibliotecas universitárias: estudos de caso no Brasil, Espanha e Moçambique. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2014b.

PENA, André de Souza; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; GONZÁLEZ, José Antonio Moreiro; MANGUE, Manuel Valente. **A biblioteca universitária em tempos de crise: comparação entre Brasil, Espanha e Moçambique**. In: Globalização, ciência, informação: atas. 1 ed. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto CETAC.MEDIA, 2013, p. 1598-1617.

PENA, André de Souza. **Processo de trabalho na biblioteca universitária em tempos de crise**: comparação entre Brasil, Espanha e Moçambique. 2012. Projeto (Qualificação de Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2012.

PENA, André de Souza; RENAULT, Leonardo Vasconcelos. Implicações sociais e epistemológicas da classificação institucional das áreas do conhecimento para a Ciência da Informação. **Páginas A&B**, v. 2, n. 5, p. 95-110, 2010.

PENA, André de Souza. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil**: um estudo a partir da RAIS/MTE, 1985 a 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PENA, André de Souza; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; NEVES, Jorge Alexandre. O mercado de trabalho do profissional da informação: um estudo com base na RAIS comparando os anos de 1994 e 2004. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: ANCIB, 2006. 1 CD-ROM.

PEÑA, Daniel. (Reitor da Universidade Carlos III de Madri). Aprender de Australia: exportemos educación superior. España debería convertir la enseñanza universitaria en una fuente de divisas. **El País**, Sociedad, 27 de mayo de 2013.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Correa da. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 04, n. 02, p. 10-31, jul./dez. 2010.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2009.

PINTO COELHO, Ricardo Motta. Produção, consumo e reciclagem de papel no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Reciclagem e Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Belo Horizonte: RECÓLEO - Coleta e Reciclagem de Óleos Vegetais Editora, 2009. Cap. 7, p. 196-211.

PINTO, Adilson Luiz. MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. Representación productiva de los programas de postgrado em Biblioteconomía y Ciencia de la Información em Brasil: visibilidade em las base de datos y aspectos del Currículo Lattes de los investigadores. **Em Questão**, v. 16, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 2010.

PINTO; Angelo C.; ANDRADE, Jailson B. de. Fator de impacto de revistas científicas: qual o significado deste parâmetro? **Química Nova**, v.22, n.3, p. 448-453, maio/jun. 1999.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PLANO de desenvolvimento da biblioteca 2010-2014. [Maputo]: [S.n.], 2010.  
 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Human Development Report 2013** : the rise of the South : human progress in a diverse world. New York: PNUD, 2013.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Sustentabilidade e equidade**: um futuro melhor para todos. Nova York: PNUD, 2011. (Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011).

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Sustentabilidade e equidade**: um futuro melhor para todos. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2011. (Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011).

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLKE, Ana Maria Athayde; ARAÚJO, Elizabeth de Melo Bonfim; CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. Análise do mercado de trabalho do bibliotecário em Belo Horizonte. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 5, n. 2, set. 1976.

PONTES, Hildebrando. **Os contratos de cessão de direitos autorais e as licenças virtuais Creative Commons**. Belo Horizonte: Del Rey Ed., 2009.

PORTER, Michael E.; STERN, Scott; GREEN, Michael. **Social progress index 2014**. Disponível em:  
<[http://www.socialprogressimperative.org/system/resources/W1siZiIsIjIwMTQvMDQvMDMvMTcvMzEvNTQvNzcyL1NvY2IhbF9Qcm9ncmVzc19JbmRleF8yMDE0X1JlcG9ydF9lXy5wZGYiXV0/Social%20Progress%20Index%202014%20Report\\_e%20.pdf](http://www.socialprogressimperative.org/system/resources/W1siZiIsIjIwMTQvMDQvMDMvMTcvMzEvNTQvNzcyL1NvY2IhbF9Qcm9ncmVzc19JbmRleF8yMDE0X1JlcG9ydF9lXy5wZGYiXV0/Social%20Progress%20Index%202014%20Report_e%20.pdf)>.  
Acesso em: 27 abr. 2014.

PROCACCI, Giovanna. **Gouverner la misère**: la question sociale en France, 1789-1848. Paris: Seuil, 1993.

RAMALHO, Maria Irene. Literatura. In: Centro de Estudos Sociais. **Dicionário das crises e das alternativas**. Coimbra: Edições Almedina, 2012. p.139 (Verbete).

RAMOS, José Alimatéia de Aquino; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. As possibilidades de aproximação e diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia via modelo formativo: o caso da ECI/UFMG. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 12, p. 59-80, 2014. Disponível em:<  
[http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/4064/pdf\\_62](http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/4064/pdf_62)>. Acesso em: 06 ago. 2014.

RAMOS, José de Alimatéia. **As inovações tecnológicas e suas implicações sobre o processo de trabalho dos bibliotecários**: estudo de caso no Sistema de Bibliotecas da PUC Minas. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2004.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O ato colecionador: uma visão a partir das disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **InCid**: revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 6, n. 1, p. 79-92, mar./ago. 2015.

RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde. **Acesso livre e repositórios institucionais**. [Rio de Janeiro]: ICICT, v. 8, n. 2, 2014. Disponível em:  
<<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/issue/view/51/showToc>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005.

RETRATOS da leitura no Brasil. 3ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. São Paulo: Instituto Pró-livro, 2011. Disponível em: <[http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834\\_10.pdf](http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2012.

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Expansão. [s.l.:s.n.], 2012. Disponível em: <[http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=100&Itemid=81](http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81)>. Acesso em: 30 jul. 2014.

RIBEIRO, Renato Janine. Prefácio o sapo e o príncipe. In: ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília: Ed. UNB, Salvador: EDUFBA, 2007.

ROCA ROSELL, Antoni M. Sociedades y academias científicas: ¿estrategias sociales o elitismo? **Quark: ciencia, medicina, comunicación y cultura**, n. 28-29, 2003. (Ejemplar dedicado a: Cultura científica)

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Reconhecimento das profissões da informação: uma leitura de Bourdieu. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. Disponível em: <<http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19215.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

ROCHO, Rodolfo de Matos. **O estereótipo do bibliotecário no cinema**. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2007.

ROGGAU, Zunilda. Los bibliotecários, el estereotipo y la comunidad. **Información, cultura y sociedade**, n. 15, p. 13-34, 2006.

ROLLI, Claudia. Pirataria online causa perda de R\$800 mi. **Folha de São Paulo**, Mercado, B6, 4 jan. 2015.

ROSA, Flávia. O direito autoral e o acesso aberto. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). **Direito autoral, propriedade intelectual e plágio**. Salvador: EDUFBA, 2014. Cap.6, p. 87-112.

ROUANET, Sergio. Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RUFFATO, Luiz. [Discurso de Luiz Ruffato na abertura da feira do livro de Frankfurt]. **Estadão**, Cultura, 08 out. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/artelazer,leia-a-integra-do-discurso-de-luiz-ruffato-na-abertura-da-feira-do-livro-de-frankfurt,1083463,0.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. **O & S**, v.12, n.33, abr./jun., p. 151-165, 2005.

SALDANHA, Gustavo Silva. Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da ciência da informação: uma leitura em diálogo com Wittgeinstein. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Ensino Superior UNICAMP**, v. Ano 2, p. 28-43, 2011.

SÁNCHEZ FERRER, Leonardo. **Políticas de reformas universitárias en España: 1983-1993**. Madrid: Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: [s.n.], 2008.

SANTOS, Boaventura Sousa. “O intelectual de retaguarda”. **Análise Social**, 204, xlvii (3.º), 2012. p. 685-711. (Entrevista)

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. Ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SARAMAGO, José. **Democracia y universidad**. Madrid: Editorial Complutense, 2010.

SAVINI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

SCHIFFRIM, André. André Schiffrim, ejemplo del editor resistente. In *Memorian*, **El país**, 05 dez. 2013. Entrevista a Juan Cruz.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, Universidade e Ideologia: a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. Epílogo. In: \_\_\_\_\_. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília, DF: MCT, 2001. Cap. 10, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/pdf/captit10.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon; PAIM, Antônio. **A universidade que não houve: antecedentes da ciência e educação superior no Brasil (uma perspectiva comparada)**. [s.l.]: FINEP, 1976. Documento de trabalho. Disponível em: <[http://www.schwartzman.org.br/simon/paim.htm#N\\_1\\_](http://www.schwartzman.org.br/simon/paim.htm#N_1_)>. Acesso em: 18 set. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 5. ed. São Paulo: Record, 2001.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SERRAI, Alfredo. História da Biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, set. 1975.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 9-12, jan./abr. 1977.

SILVA, Adriana de Oliveira e. A formação do professor como leitor de literatura: a experiência do projeto tertúlia literária da faculdade de educação da UFMG. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 16. , 2012, Campinas. **Anais...**Campinas: Unicamp, 2012.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das "ciências" documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, Armando Malheiro da. O. A formação do professor como leitor de literatura: a experiência do projeto tertúlia literária da faculdade de educação da UFMG. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 16. , 2012, Campinas. **Anais...**Campinas: Unicamp, 2012.

SILVA, Edilene Maria da. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para bibliotecas universitárias**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009b.

SILVA, Maurício da Rocha e. O novo Qualis, ou a tragédia anunciada. **Clinics**, v. 64, n. 1, p. 1-4, 2009a. Editorial

SILVEIRA, Fabrício José da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de biblioteconomia no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SIMÕES, Maria da Graça; FREITAS, Maria Cristina V. de. A Classificação em arquivos e em bibliotecas à luz da teoria da classificação: pontos de convergência e de divergência. In: **Ponto de Acesso**. ICI/UFBA-Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, v. 7, n. 1, p. 81-115, 2013. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

SOARES, Magda B. Leitura e democracia cultural. In: PAIVA, A. et al. **Democratizando a leitura**: pesquisas e práticas. Belo Horizonte: Autêntica / Ceale, 2004.

SOLOMON, D. Developing open access journals: a practical guide. Oxford: ChandosPublishing, 2008.

SOUZA, Francisco das Chagas. A escola de biblioteconomia e a ancoragem da profissão de bibliotecário. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 11, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.informacoesociedade.ufpb.br>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

SOUZA, Francisco das Chagas. O nome profissional “Bibliotecário” no Brasil: o efeito das mudanças sociais e econômicas dos últimos anos do século XX. **Encontros-Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, n.18, 2º sem. 2004. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

SOUZA, Jessé. **A Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SOUZA, Terezinha Batista; RIBEIRO, Fernanda. Os cursos de Ciência da Informação no Brasil e em Portugal: perspectivas diacrônicas. **Informação & Informação** (UEL. Online), v. 14, p. 82-103, 2009.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 383-386, 1996.

TARGINO, Maria das Graças. O obvio da informação científica: acesso e uso. **TransInformação**, v.19, n.2, p.95-105, mai./ago. 2007.

TAUILE, José Ricardo. O estudo do processo de trabalho: notas para discussão. In: CASTELO BRANCO, Rodrigo; PAIXAO, Marcelo (org.). **Trabalho, autogestão e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

TAUILE, José Ricardo. Uma introdução à economia política da informação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 89-108, 1981.

TAVARES, Débora Reis. **A revolta contra o totalitarismo em 1984 em George Orwell**, a formação do herói degradado. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TAVARES, Vitor. **Um mercado em extinção?** [S.n.: s.l.], [2014]. Disponível em: <[http://anl.org.br/web/exibe\\_noticia.php?id=23](http://anl.org.br/web/exibe_noticia.php?id=23)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

TAYLOR, Frederick. **Princípios da administração científica**. São Paulo: Atlas, 1989.

TEJADA ARTIGAS, Carlos; CHACÓN JARÉN, Sandra; MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. Mercado de trabajo en información y documentación y crisis económica en España: una aproximación a partir de las ofertas publicadas en IweTel entre 2008 y 2013. **BID**: textos universitaris de biblioteconomia i documentació, núm. 32, juny, 2014. Disponível em: <<http://bid.ub.edu/es/32/tejada2.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14 ed. aum. São Paulo: Cortez, 2005.

THIOLLENT, Michel; ARAÚJO FILHO, T.; GUIMARAES, R. G. M.; CASTELO BRANCO, A. (Org.). **Extensão universitária**: conceito, métodos e praticas. Rio de Janeiro: PR5/UFRJ, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operaria**. 5. ed. São Paulo: Ed. Polis, 1987.

THOMPSON, James. The role of the librarian. In: \_\_\_\_\_. **A history of the principles of librarianship**. London: Clive Bingley, 1977. p.102-138.

TOHARIA, Luis. Un fordismo inacabado, entre la transición política y la crisis económica: España. In: BOYER, Robert (Org.). **La flexibilidad del trabajo em Europa**: um estudo comparativo de las transformaciones del trabajo asalariado en siete países, entre 1973 y 1985. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986.

UAB - Universidade Aberta do Brasil. **Sobre a UAB**. Brasília: CAPES, [200-]. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

UAB - Universidade Aberta do Brasil. Brasília: CAPES, [2012?]. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Resoluciones (volumen 1). In: ACTAS DE LA CONFERENCIA GENERAL, 16., 1970, Paris. **Actas**...Paris: UNESCO. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114046s.pdf#page=144>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

VAROUFAKIS, Yanis. **El minotauro global**: EE.UU., Europa y el futuro de la economía mundial. Madrid: Capitan Swing, 2012.

VERCELLI, Ariel. **Guía de Licencias Creative Commons 2.0**. [S.l.: s.n.], [2009]. Disponível em:<<http://eprints.rclis.org/13551/1/gdlcc2-0.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

VERGUEIRO, Waldomiro; MIRANDA, Angélica C. D. (org.). **Administração de unidades de informação**. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2007.

VESSURI, Hebe M. C. La revista científica periférica. El caso de Acta Científica Venezolana. **Interciencia**, v. 12, n. 3, maio/jun. 1987, p. 124-134. Disponível em:<[http://www.ivic.gob.ve/estudio\\_de\\_la\\_ciencia/Enlapublic/documentos/Revicient.pdf](http://www.ivic.gob.ve/estudio_de_la_ciencia/Enlapublic/documentos/Revicient.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2014.

VIANNA, Jaqueline Abreu; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Questões sobre a identidade e a socialidade no trabalho informacional mediado pelas tecnologias da informação e da comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais**... João Pessoa: Ideia, 2009.

VIANNA, Jaqueline Abreu. **O trabalho mediado por TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação – e seus efeitos sobre o trabalhador**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2012.

VICENTE, João Pedro. **Entendendo George Orwell** [:] a estrutura das comunicações de massa no romance 1984. [s.l : s.n.], 2005. Disponível em: <[http://www.bocc.ubi.pt/\\_esp/autor.php?codautor=1722](http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1722)>. Acesso em: 12 ago. 2013.

WAETE, Ranito Zambo; MOURA, Maria Aparecida; MANGUE, Manuel Valente. Acesso livre à informação científica em países em desenvolvimento: o caso dos repositórios “SABER” (Moçambique) e digital da UFMG (Brasil). **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 17, n. esp. 2 – III SBCC (2012). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp2p195>>. Acesso em: 06 out. 2014.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles. Imagens profissionais e a percepção dos bibliotecários no Brasil: uma síntese de resultados. **Senatus** (Senado Federal), v. 7, p. 68-80, 2009.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. Os docentes de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação no Brasil: alguns resultados de estudo exploratório sobre as representações da profissão bibliotecária. **Encontros Bibli** (Online), v. 14, p. 1-37, 2009.

WALLERSTEIN, Imanuel. **Le système du monde du XV siècle à nos jours**. Paris: Flammarion, 1978.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 2009. (v. 2)

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 12. ed. Sao Paulo: Pioneira, c1997.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (Regional officer for Africa). **Introdução ao contexto do país** (Moçambique). Brazzaville (Congo), [2012]. Disponível em: <[http://www.aho.afro.who.int/profiles\\_information/index.php/Mozambique:Introduction\\_to\\_Country\\_Context/pt](http://www.aho.afro.who.int/profiles_information/index.php/Mozambique:Introduction_to_Country_Context/pt)>. Acesso em: 24 jul. 2014.

ZACK, Guido; SENRA DÍAZ, Eva; SOTELSEK SALEM, Daniel. De la burbuja inmobiliaria a la burbuja fiscal. In: CONGRESO DE ECONOMÍA Y LIBERTAD, 1., 2012, Ávila. **Actas...**Ávila: Universidad Católica de Ávila, 2013.

ZARIFIAN, Philippe. Uma crise inédita do capitalismo, tanto em suas características quanto em sua gravidade: análise e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 65, p. 7-26, 2009.

ZARIFIAN, Philippe. Valor, organização e competência na produção de serviço: esboço de um modelo de produção de serviço. In: SALERMO, Mario Sergio (Org.). **Relação de serviço**: produção e avaliação. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

## APÊNDICE A - A CRISE DA UNIVERSIDADE

A instituição universitária expandiu-se sobremaneira, a partir dos anos 1960, nos países desenvolvidos, ocasionando a denominada explosão escolar (CRIVELLARI, 1998). Inicialmente, a expansão do ensino ocorreu na educação básica e primária, paulatinamente a demanda se aproxima dos níveis mais altos da educação até atingir à educação superior, sendo a conquista do direito a educação incorporada ao conceito de cidadania, juntamente com o direito a saúde, moradia, emprego e boas condições de trabalho. “De acordo com essa concepção, o sistema educacional, e o sistema universitário em particular, teria a grande função de dar a todos uma oportunidade igual de participação da sociedade” (SCHWARTZMAN, 2008, p. 79).

Na perspectiva de Derouet (2002, p. 7) a expansão do ensino superior foi uma forma de transferir para o Estado a educação dos jovens, já que o modelo de livre mercado não conseguiu suprir a geração de emprego para as novas gerações. Observando o contexto francês, a autora constata que até os anos 1960, devido a uma forte presença do Estado, era uma exceção os jovens de dezesseis a dezoito anos continuarem os estudos, pois tinham um espaço no mundo do trabalho. Já nos anos 1980, sem trabalho, não havia outro lugar para o jovem além da escola. Portanto, a educação passa a ser panaceia para a resolução de problemas sociais, desconsiderando que há toda uma lógica de exclusão dominada pelo sistema produtivo voltado para extração cada vez maior da mais-valia.

Nos anos sessenta, embora a universidade tivesse problemas, a missão parecia clara, formar bons profissionais em diversas áreas do conhecimento, além de ser um espaço de cultura, pesquisa e debate propício para a criação de novas ideias (SCHWARTZMAN, 2008). A bonança propiciada pelo prestígio da universidade foi um fenômeno observado por Crivellari (1998) no caso dos engenheiros, uma profissão até os anos 60, formada pelo Estado (Universidade Pública) para ocupar os melhores postos de trabalhos ofertados pelo próprio Estado, seja na indústria estatal ou na administração pública. Com a expansão do ensino, mesmo sem uma proletarização dos engenheiros, houve uma diversificação do número de engenharias e crescimento das escolas de ensino privado, sobretudo a partir dos anos 1980. O papel do engenheiro, então, deixa de ser direcionado para a “construção do Estado” e transfere-se para o fortalecimento da iniciativa privada, por vezes na forma de consultoria (CRIVELLARI, 1998, p.139).

Desse modo, Schwartzman (2008, p. 85)<sup>130</sup> aponta quatro contextos de crise em que a universidade está inserida desde os anos 1980. O primeiro é “**a crise do ideal de democratização**” e, nesse sentido, aponta que a posse do diploma não garante necessariamente ocupação das novas ofertas de trabalho, advindas do avanço da revolução industrial. Ressalta, ainda, que há três formas de compreender a relação entre a educação e a mobilidade social. A primeira delas ressalta o mercado como o grande responsável pela mudança social, cabendo ao sistema educacional se adequar para atender a necessidade da economia. A segunda se contrapõe à primeira, pois nesta concepção a educação possui a capacidade de transformação social ao promover os conhecimentos e habilidades como a verdadeira forma de riqueza e transformação social, como um investimento coletivo necessário à capacitação da população para ajudar no desenvolvimento econômico e social do país. Por outro lado, a terceira visão reforça a primeira, pois percebe a educação como um investimento relacionado ao poder aquisitivo das famílias, como um investimento econômico particular, na medida em que as famílias que podem pagar mais pela educação dos filhos estão numa situação mais privilegiada. “Em geral, as classes altas têm condições de proporcionar escolas melhores a seus filhos, e fazê-los conviver em ambientes normalmente mais intelectualizados e letrados do que as classes menos favorecidas” (SCHWARTZMAN, 2008, p. 87).

Daí, a simples democratização da educação não basta para compreendê-la como um elemento chave para enfrentar a situação de desigualdade na universidade. O sistema de ensino normalmente estabelece padrões únicos de avaliação dos estudantes, a competição baseada na meritocracia é fadada a favorecer o estudante da família rica, com maior capital cultural, que “já falaria em casa a língua na forma aprovada pela escola, teria o vocabulário considerado necessário, pensaria de forma aprovada” (SCHWARTZMAN, 2008, p. 88). Dessa forma, a competição é desigual e ganha somente pelos filhos das classes altas, mantendo os níveis da desigualdade social. Além disso, o custo desta melhor formação nas universidades públicas é responsabilidade do Estado, mantido pela maioria da população e voltado para interesses particulares de uma elite minoritária, mantendo o *status quo* sem resolver a dimensão de políticas de enfrentamento das crises.

A segunda percepção de Schwartzman (2008) é “**a crise da educação funcional**” como uma solução alternativa à transferência de parte da demanda de formação para a educação profissional em nível técnico. Há, contudo, resistência dos próprios alunos e de suas famílias, pois almejam o sucesso econômico e social trazido

---

<sup>130</sup> Livro publicado originalmente em 1980, retomado porque reflete, ao menos em parte, os desafios da universidade nos anos atuais.

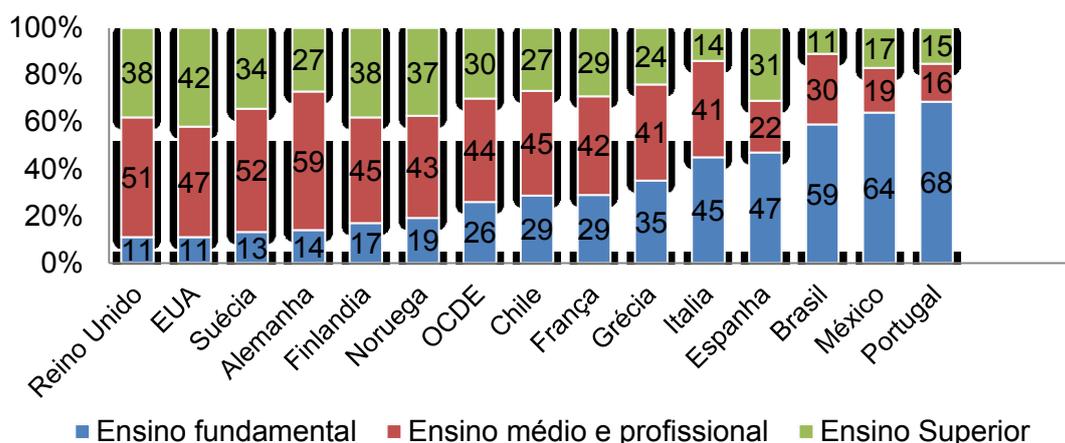
em tese pelo curso superior. “O operário que manda seu filho à escola técnica industrial desiste, de antemão, de transformá-lo em ‘doutor’; o mesmo vale para a moça que opta por um curso de secretária” (SCHWARTZMAN, 2008, p. 89).

Na questão da formação em nível médio, com destaque na área técnica o caso alemão é paradigmático (GRÁFICO 06). A maioria dos indivíduos (59%), na faixa etária de 25 a 64 anos, tem algum tipo de formação profissional. Por outro lado, no Brasil<sup>131</sup>, observa-se 59% da população com formação básica não profissional, o que indica um baixo índice de profissionalização da população e ainda em relação à formação de nível superior o índice de 11%, bem abaixo dos países da OCDE (30%). A Espanha, por sua vez, também apresenta uma situação crítica em relação à formação profissional, com apenas 22% da população com alguma formação de nível médio e quase a metade da população (47%) com apenas o nível elementar de ensino. A Espanha apresenta 31% da população com nível superior, percentual mais alto *vis à vis* à Alemanha com formação de nível superior em 27%. Na análise de Crivellari (1998) a formação técnica, no caso da Alemanha, constitui um percurso de estudo valorizado pela indústria e com remuneração pouco distinta da formação de nível superior tratando-se de uma experiência de cooperação, pois há uma relação positiva entre as empresas, sindicatos e escolas. Sendo esses profissionais mais capacitados, auxiliam melhor os engenheiros e contribuem com pequenas inovações no trabalho, o que parece não ocorrer na Espanha e no Brasil.

---

<sup>131</sup> No caso do Brasil, nota-se investimento estatal no ensino técnico, com a construção, entre 2005 e 2012, de 222 novas escolas técnicas e criação de mais de 100 mil vagas em nível médio (técnico) e Superior (tecnólogo). Segundo a Confederação Nacional da Indústria em 2015 serão necessários 7 milhões de profissionais técnicos em diversas especialidades. Ainda assim, apenas 6,6% dos brasileiros entre 15 e 19 anos estão matriculados em cursos de educação profissional, enquanto na Alemanha este índice chega a 53% de matrículas nesta faixa etária. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2013/03/22/brasil-avanca-na-educacao-tecnica-mas-foco-e-curso-rapido>>. Acesso em: 24 out. 2013.

Gráfico 6 - Nível de formação da população adulta (25-64 anos) em 2010



Fonte: adaptado pelo autor a partir de MECD. Panorama de la Educación. Indicadores de la OCDE 2012. Informe Español. p.6

Por outro, Moçambique<sup>132</sup> ainda necessita superar questões mais básicas do ensino, dado que possui um total de 49,4% de analfabetos, enquanto no Brasil este percentual é 9,6% e na Espanha apenas 2,3% da população é considerada analfabeta, segundo dados do PNUD<sup>133</sup> (2010) e do Almanaque Abril (2015). É preciso considerar também o chamado analfabetismo funcional. Sendo assim, a proporção de pessoas que manejam com dificuldade as habilidades de leitura e escrita é ainda maior, fato observado particularmente no Brasil e Moçambique, países com maior desigualdade social.

Daí, não basta apenas a expansão numérica, a problemática de conceder acesso sem refletir sobre a qualidade, ocasiona a “crise da qualidade” com uma tendência à expansão do acesso à universidade em nome de uma igualdade de oportunidades, terceira percepção de Schwartzman (2008, p. 90). Há uma busca do diploma universitário para garantir o acesso a uma melhor renda, maior possibilidade de consumo e prestígio profissional. No entanto, os benefícios individuais nem sempre refletem os interesses coletivos. Se não houver uma competição pela qualidade em vez da acumulação de títulos, o sistema educacional se constituirá como um custo social e não investimento, apesar de resultar em ganhos individuais.

Na perspectiva de Scharzman (2008), a expansão do número de profissões regulamentadas e consolidadas com o valor do diploma é uma característica fundamental, mas não garante um sistema de ensino com uma efetiva aprendizagem. Sugere que as universidades devem priorizar a qualidade dos cursos,

<sup>132</sup> Não localizou-se os dados da população nos três níveis de formação escolar.

<sup>133</sup> Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/statistics/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

com avaliação centrada na aprendizagem e não apenas nas notas ou conceitos. No campo profissional incentiva, ainda, as provas para ingressar na carreira profissional, tal como acontece com a Ordem dos Advogados do Brasil, em que os graduados devem se submeter a avaliação para fazer parte de um grupo profissional, estimulando a competição pela qualidade dentro das profissões. Não se trata de uma formação para o mercado de trabalho, porque em geral o ritmo da formação é mais lento que a demanda empresarial e como afirmam Cunha e Crivellari (2004) o mercado é fulgaz e uma educação que contemple apenas as necessidades primeiras do sistema produtivo tende a ser pouco significativa em termos sociais.

A qualidade envolve também o compromisso social, uma competição solidária pelo bem público. Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2009, p. 5) advogam pela necessidade da aprendizagem também fora da sala de aula, com a participação efetiva dos estudantes das universidades públicas em programas de "estágio social obrigatório", para que os alunos possam ter uma formação interdisciplinar, engajada e prática para a resolução de problemas coletivos.

A universidade não pode ser definida apenas por critérios de "pertinência científica", precisa demonstrar sua relevância social (MELLO; ALMEIDA FILHO; RIBEIRO, 2009, p. 5). Nessa direção a quarta e última percepção de Scharzman (2008, p. 95) aponta a "**crise da universidade científica e crítica**", em que salienta uma possível inviabilidade de manter a pesquisa científica e a atividade de ensino sob a tutela da universidade. A universidade vinculada à pesquisa é herança do modelo alemão do século XIX, mas naquele país, já no princípio do século XX, com o "desenvolvimento da química como atividade industrial importante", e sua expansão como prestigiosa área de pesquisa para além dos limites da universidade consolidou as bases para a criação de centros de pesquisas especializados e independentes. Países como França e Rússia também constituíram um sistema de pesquisa independente.

Ressalta ainda Scharzman (2008) que pode haver uma convivência entre pesquisa e ensino, mas geralmente esta relação é problemática, porque, regra geral, há dissonância constante entre a atividade de pesquisa e a formação específica para as profissões.

Em síntese, a atividade de pesquisa científica pode eventualmente se implantar e desenvolver em instituições excepcionais relativamente marginais ao sistema de ensino superior do país; mas nunca coube, e talvez nem deva caber, no centro do sistema de ensino superior, cujas funções efetivas são, e quase certamente continuarão sendo, profundamente distintas dos objetivos e necessidades do trabalho científico (SCHARTZMAN, 2008, p. 96).

A tentativa do novo espírito científico de racionalizar e cientificizar a sociedade refere-se a um ideal iluminista pouco cabível no contexto contemporâneo, daí a dificuldade da junção ensino-pesquisa (SCHARTZMAN, 2008). Tal situação parece particularmente condizente com o contexto de crise econômica vivido pelo mundo.

O principal efeito da difusão do ensino superior e da educação não tem sido a eliminação das diferenças de conhecimento e informação entre os diversos grupos e setores sociais, mas, ao contrário, um aumento contínuo da diferenciação e especialização. A "aldeia global" das sociedades modernas só existe no que se refere ao **consumo de informações** relativamente simples e devidamente empacotadas para difusão pelos grandes meios de informação. Na esfera do conhecimento mais aprofundado, de fronteira, o que predomina é o desenvolvimento de comunidades de especialistas cada vez mais diferenciadas, que elaboram áreas de conhecimento e tecnologias cada vez mais esotéricas (SCHARTZMAN, 2008, p. 96, grifo nosso).

A comunidade acadêmica acaba atribuindo um valor imensurável ao chamado conhecimento científico, principalmente publicado nos "journals" internacionais. Ratifica essa constatação o renomado geógrafo Milton Santos ao apontar que a busca do conhecimento "vem sendo ameaçada exatamente pelo prestígio crescente do cientificismo e pela importância que este vem ganhando entre os que atualmente dirigem o ensino superior" (SANTOS, 2013, p. 23). Diante desta crise recorre-se à proposta de Almeida Filho (2007) e de outros autores para a discussão de uma recriação da universidade, resumida no Apêndice B a seguir.

## APÊNDICE B - PROPOSTA E DESAFIOS PARA UMA “UNIVERSIDADE NOVA”

A perspectiva profissionalizante tem ditado a tônica da universidade sem uma articulação no sentido da transformação social, prevalecendo uma visão imediatista, fragmentada, fundamentada em um currículo anacrônico à vida social (ALMEIDA FILHO, 2007). Na “Universidade Nova” espera-se “mais engenheiros expostos à poesia, mais médicos com uma compreensão ecológica, mais artistas com uma passagem pela filosofia, mais administradores com formação histórica, mais químicos com estudos clássicos” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 284). Portanto, nessa perspectiva, almeja-se bibliotecários com mais conhecimento em política e economia, museólogos apreciadores de literatura e sociologia e arquivistas com afeição às artes e a filosofia.

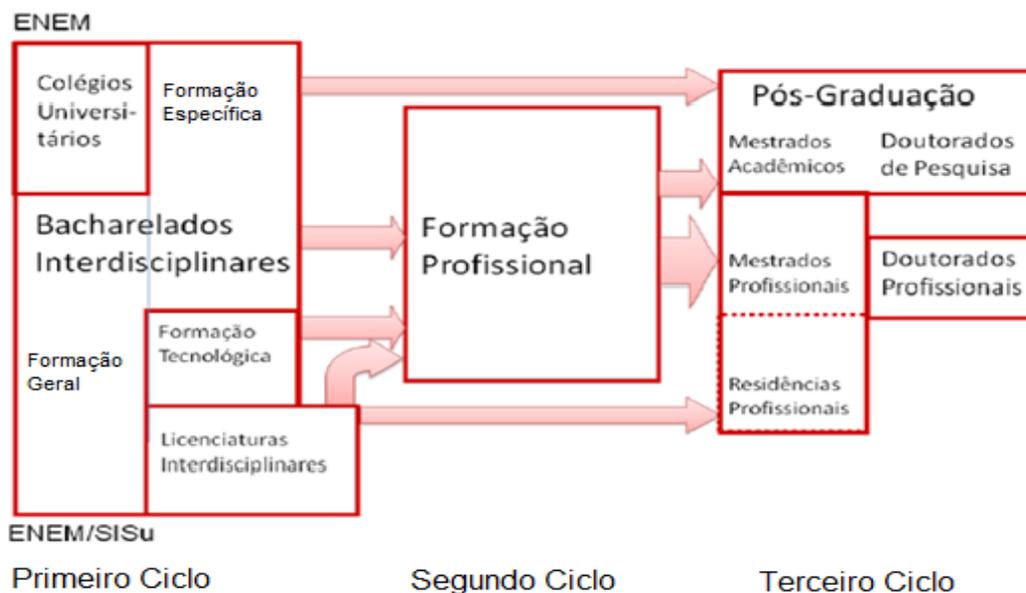
A proposição, já em funcionamento na Universidade do Sul da Bahia (UFSBA)<sup>134</sup>, fundamenta-se no regime de ciclos, três ao todo<sup>135</sup> (Figura 22). O **primeiro ciclo** prevê a oferta de duas modalidades de ingresso: via Bacharelado Interdisciplinar (BI) ou Licenciatura Interdisciplinar (LI). Há também a possibilidade de entrada na universidade pelos Colégios Universitários, instituições instaladas no entorno da universidade e direcionadas, exclusivamente, para estudantes egressos do ensino médio da rede pública, residentes nos municípios circunvizinhos participantes de um consórcio. A seleção dos alunos se dá pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em conjunto com o Sistema de Seleção Unificada (SISU). “Indígenas aldeados, quilombolas e assentados terão acesso direto à etapa de Formação Geral [...], bastando para isso aprovação no ENEM, independentemente de classificação” (UFSBA, 2014, p. 43). Ressalta, ainda, Almeida Filho et al. (2014), a reserva de vagas via cotas de 55% até 85% para os egressos do ensino médio em escola pública, além de incorporar o recorte étnico-racial proporcional para famílias de baixa renda de acordo com informações censitárias referentes ao Estado da Bahia. Os estudantes que obtiverem êxito na Formação Geral terão reconhecimento de um curso sequencial<sup>136</sup>.

<sup>134</sup> Segundo Almeida Filho e Coutinho (2011) há cerca de 13 universidades brasileiras adotando o regime de ciclos oferecendo aproximadamente 16 bacharelados interdisciplinares.

<sup>135</sup> Foge ao escopo desta tese um debate aprofundado de todos os ciclos, sobretudo o ensino de pós-graduação, bem como a discussão curricular propriamente dita. O objetivo é apontar alguns aspectos para ajudar a pensar, principalmente, algumas profissões ligadas à cultura como a biblioteconomia, arquivologia e museologia.

<sup>136</sup> “Os cursos sequenciais podem servir ao interesse de todos os que, possuindo um certificado de conclusão de ensino médio, buscam ampliar ou atualizar, em variado grau de extensão ou profundidade, seus horizontes intelectuais em campos das humanidades

Figura 22– Arquitetura curricular da Universidade Federal do Sul da Bahia



Fonte: Universidade Federal do Sul da Bahia. Disponível em: <http://www.ufsb.edu.br/PosGraduacao>. Acesso em: 22 maio 2015

Nota: Adaptado pelo autor.

Os Bacharelados Interdisciplinares (BI), com duração variando entre 3 e 4 anos, são ofertados em quatro grandes áreas: BI em Ciência & Tecnologia; BI em Artes; BI em Humanidades; BI em Saúde. A estrutura curricular compõe-se de uma Formação Geral e de uma Formação Específica. A Formação Geral “inclui conteúdos essenciais para a vida civil e profissional na sociedade contemporânea” (UFSBA, 2014, p. 41-42), a saber:

- Cultura Brasileira (ciclos de conferências e debates)
- Línguas Modernas (Francês, Espanhol, Italiano, Alemão, Inglês)
- Letramento Digital: Princípios e Usos de Tecnologias de Informação e Comunicação
- Eossustentabilidade
- Filosofia (Lógica, Ética, Estética)
- História e Filosofia das Ciências
- História das Artes
- Antropologia (incluindo raízes afro-brasileiras e ameríndias)
- Literatura (como ler Poesia, como ver Teatro)
- Expressão Artística (Música, Artes Plásticas, Teatro, Dança)
- Estudos Clássicos (Cultura Clássica, elementos de Latim e Grego)

Este nível da formação é comum a todos os cursos de BI e LI desenvolvidos nos Institutos de Humanidades Artes e Ciências (IHAC). Supõe-se

---

ou das ciências, ou mesmo suas qualificações técnico-profissionais, frequentando o ensino superior sem necessariamente ingressar num curso de graduação” (MEC, 1998, p. 8).

essencial uma formação geral de natureza interdisciplinar, não submetida imediatamente ao mercado ou ao determinismo tecnológico, visto que o sistema de ensino dispõe de uma “autonomia relativa” em relação a dinâmica econômica (BOURDIEU, BOLTANSKI, 1999, p. 130). Com essa formação inicial trilha-se o caminho para a formação de bibliotecários, arquivistas e museólogos, entre vários outros profissionais, verdadeiramente técnicos, artífices e críticos.

Na sequência vem a Formação Específica, ou seja, o aluno do Bacharelado em Humanidades, por exemplo, terá acesso a conteúdos mais amplos essenciais às carreiras profissionais ligadas às humanidades, no caso específico conteúdos que perpassam áreas como economia, estatística, sociologia, etc. para evitar a especialização prematura, a evasão dos cursos como vem acontecendo atualmente e, com isso, uma escolha mais consciente da profissão a ser seguida. No caso da biblioteconomia, arquivologia ou museologia é essencial expor os alunos a conhecimentos humanistas prévios a fim de desenvolver um olhar crítico para que no momento da especialização, já no âmbito da profissão, não prevaleça uma visão limitada de uma especialidade isolada do contexto social, político e econômico em que estiver inserida.

O curso superior tecnológico é uma opção para aqueles que desejam ingressar mais rapidamente numa ocupação. Os concluintes dos cursos de Formação Geral, nos Colégios Universitários ou nos Institutos de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) ao optarem pelo Curso Superior Tecnológico podem atuar em áreas não regulamentadas pelas profissões. Essa condição é legalmente aceitável na medida em que, segundo Delgado (2012, p. 353) são “tipos de trabalho, ofício [...] não regulados especificamente por regra jurídica (em geral, labores mais simples, ou ofícios essencialmente artesanais ou pessoais, ou ainda ofícios significativamente novos, por exemplo)”, tais como os cursos de ecotecnologias, biotecnologias, entre outros propostos pela UFSBA. Cabe ressaltar que o autor supracitado, na condição de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, ressalta que a constituição brasileira impede qualquer discriminação entre o trabalho manual, técnico e intelectual. Portanto, “o tema referente a trabalhadores intelectuais perde maior relevância, por não se encontrar diversidade legislativa a partir desse específico critério” (DELGADO, 2012, p. 353). Permanece, no entanto, a legislação das profissões regulamentadas.

O **segundo ciclo** conduz à Formação Profissional propriamente dita, com duração variando entre 1,5 e 4 anos. Esse nível da formação segue a tradição francesa do *metier* e as concepções de profissão de Weber (2009) e Crivellari (2000), conceitos apresentados ao longo desta tese. Na nova proposta de universidade é possível uma formação conjunta que habilita a docência, autorizando titulação dupla

em bacharelado e licenciatura. Assim, um engenheiro, por exemplo, “caso tenha cumprido créditos em componentes curriculares de base pedagógica exigidos no BI ou no LI, estará plenamente habilitado à docência em Matemática, Física ou Ciências Naturais” (UFSBA, 2014, p. 52). De modo similar, na lógica deste modelo, se um bacharel em biblioteconomia, arquivologia ou museologia cursar os créditos referentes a aspectos pedagógicos estará habilitado à docência em Língua Portuguesa, História ou Geografia. Esse é um ponto polêmico da proposta. Será que os profissionais de letras, história, geografia, matemática e física aceitarão essa situação? Os profissionais de história no Brasil, por exemplo, conseguiram a regulamentação da profissão de historiador<sup>137</sup>. Isso implica que o ensino de história e outras atividades são privativos dos historiadores.

Nessa direção, outra problemática para este modelo de universidade é não preconizar o tradicional caminho da formação profissional como uma condição para ascensão aos níveis mais especializados da formação (pós-graduação, **terceiro ciclo**). Onde irá trabalhar uma pessoa com Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e Doutorado Profissional em Biblioteconomia<sup>138</sup>? Os conselhos, no Brasil, habilitam o exercício da profissão apenas aos profissionais oriundos de seus respectivos cursos de graduação. Se todas as profissões regulamentadas (biblioteconomia, medicina veterinária e zootecnia, contabilidade, direito, medicina, etc.) abdicarem dessa prerrogativa, à moda anglo-saxã, talvez este modelo seja viável, muito embora não pareça ser esta a sinalização das organizações profissionais brasileiras. Conforme apontado nesta tese e amplamente discutido por Oliveira (2012), a profissionalização propicia maior estabilidade experienciada pelos bibliotecários em relação a profissões não regulamentadas como os analistas de tecnologias da informação.

---

<sup>137</sup> CCJ aprova projeto que regulamenta profissão de historiador. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/trabalho-e-previdencia/470458-ccj-aprova-projeto-que-regulamenta-rofissao-de-historiador.html>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

<sup>138</sup> Curso de doutorado atualmente inexistente, mas mesmo se for uma pessoa com bacharelado interdisciplinar em saúde e doutorado em medicina não poderá atuar como médico sem graduação em medicina. Não há ainda, no Brasil, institutos de pesquisa suficiente para absorver esta mão de obra mais especializada fora do ambiente acadêmico.